



OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO













OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

PUC
CAMPINAS
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PUC-CAMPINAS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

VICE-REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Vera Engler Cury

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

CEATEC

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias

DIRETOR

Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. Ricardo Pannain

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

COORDENADOR

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

FAU

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

DIRETOR

Prof. Ricardo de Souza Campos Badaró

Revista *Oculum Ensaios*

EDITOR

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

EDITORAS ASSOCIADAS

Profa. Dra. Ivone Salgado

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

CONSELHO EXECUTIVO

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti

Profa. Dra. Ivone Salgado

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

CONSELHO EDITORIAL

Ana Fernandes [PPGAU-UFBA]

Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Beatriz Murgayar Kuhl [FAU-USP]

Beatriz Picolotto Siqueira Bueno [FAU-USP]

Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Carlos Roberto Monteiro de Andrade [EESC-USP]

Cláudio Lister Marques Bahia [DEAU PUC-MG]

Cristina Meneguello [IFCH-UNICAMP]

Denise Pinheiro Machado [PROURB-UFRJ]

Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Eugenio Fernandes Queiroga [FAU-USP]

Euler Sandeville Junior [FAU-USP]

Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Ivone Salgado [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Jane Victal Duduch [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Jonathas Magalhães Pereira da Silva [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

José Roberto Merlin [FAU – PUC-CAMPINAS]

Laura Bueno [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Lilia Inés Zanotti Medrano [FH – CCH – PUC-CAMPINAS]

Lucio Kowarick [FFLCH-USP]

Luiz Cláudio Bittencourt [FAAC – UNESP -BAURU]

Maria Helena Ferreira Machado [FAU – PUC-CAMPINAS]

Maria Cristina Schicchi [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

Maria M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLÔMBIA]

Maria Stella Bresciani [IFCH-UNICAMP]

Mario Henrique Simão D'Agostino [FAU-USP]

Mario Mendonça de Oliveira [PPGAU-UFBA]

Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Maura Pardini Bicudo Veras [FCS – PUC-SP]

Nabil Geoges Bonduki [FAU-USP]

Nadia Someck [FAU – MACKENZIE]

Nestor Goulart Reis [FAU-USP]

Paulo César Garcez Marins [MUSEU PAULISTA-USP]

Paulo de Martino Januzzi [CEA – PUC-CAMPINAS]

Raquel Rolnik [FAU-USP]

Renato Cymbalista [INSTITUTO PÓLIS]

Ricardo Marques de Azevedo [FAU-USP]

Ricardo de Sousa Moretti [UF-ABC]

Ricardo Toledo Silva [FAU-USP]

Rogério Proença de Souza Leite [CECH-UFS]

Sarah Feldman [EESC-USP]

Silvana Barbosa Rubino [IFCH-UNICAMP]

Wilson R. dos Santos Jr. [POSURB – CEATEC – PUC-CAMPINAS]

PREPARAÇÃO | REVISÃO

Fernanda Spinelli Rossi

PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho e Fernanda Fischer

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio

FOTO DA CAPA

Caio Esteves

A Oculum Ensaios é uma publicação semestral.

Publicação: 2º semestre de 2006.

800 exemplares.

A reprodução de partes desta publicação é permitida somente mediante autorização do Conselho Executivo.

Revista *Oculum Ensaios*

Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das Universidades.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

CEATEC PUC-Campinas

posurb.ceatec@puc-campinas.edu.br

ceatec.revistaoculum@puc-campinas.edu.br

ISSN 1519-7727

EDITORIAL

Com os números 7 e 8, a **Oculum Ensaíos** reafirma seu empenho de manter um espaço editorial comprometido com o avanço de conceitos e práticas em arquitetura e urbanismo. Assim, a presente edição oferece uma pluralidade de pontos de vista, colaborando, primordialmente, para a divulgação da cultura arquitetônico-urbanística. Em consequência, a indissociabilidade da teoria com a *praxis* visa o intercâmbio profícuo de experiências e ideias. Afinal, o que se deseja é favorecer a ampliação de ações voltadas ao cumprimento digno da função social de produzir o *habitat* humano. Dos objetos banais, cotidianos, às casas e cidades. E ainda mais. Com um compromisso silencioso, recôndito no ofício: fazê-lo de acordo a um sentido humano irresistível, o de perseguir a beleza.

No artigo *As naturezas sobrepostas de Berlim: impressões do caminhar*, Pedro Sória Castellano, com a colaboração de Denio Munia Benfatti, trabalha, exemplarmente, uma particularidade dessa cultura: o valor documental da leitura sensível do texto arquitetônico-urbanístico inscrito no espaço urbano. A descrição provém de um observador atento que não apenas surpreende-se, emocionado, com a cidade de Berlim. Em especial, resulta da análise pertinente de tempos e espaços presenciados, como também da indagação criteriosa sobre possíveis históricos.

Em vertente distinta, outra visão incluída na agenda contemporânea do fazer cidade é a experiência trazida por Maria Teresa Craveiro Pereira. À frente da Diretoria de

Planejamento Estratégico da Câmara de Lisboa, a geógrafa e urbanista fala de sua experiência em entrevista a Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite – *O processo de planejamento estratégico em Lisboa: dilemas, desafios e resultados*. Em dois momentos elucidativos, o que marcou a realização da Expo 98, e, outro, mais recente, envolvendo dimensões locais, a entrevista possibilita uma reflexão teórica e empiricamente densa sobre um tema polêmico: o planejamento estratégico de cidades. *A arena cultural paulistana: um olhar sobre as condições de implementação do modernismo na São Paulo do início do século XX*, artigo de Marcos Antonio dos Santos, aborda algumas causas históricas da modernidade e do modernismo. No plano mundial e, no Brasil, no contexto paulistano.

No quadro das modernizações inaugurais da industrialização em São Paulo, os movimentos artísticos contextualizados pelo autor encerrariam raízes do fenômeno de metropolização sob a perspectiva de sua configuração cultural.

Anna Paula Silva Gouveia, Priscila Lena Farias, André Luiz Tavares Pereira e Haroldo Gallo assinam o texto que recupera um elemento pouco relevado na historiografia do espaço construído. Em *Epígrafes arquitetônicas: assinaturas dos arquitetos e construtores da cidade de São Paulo*, os autores resgatam um traço incomum da cultura arquitetônico-urbanística. Ao menos no Brasil, e como forma de resgatar o patrimônio e o trabalho de restauro arquitetônico, a publicização autoral da edificação ainda é uma fonte de pesquisa incipiente.

No artigo *A lógica espacial de John Ruskin* há uma síntese do complexo pensamento deste personagem emblemático do século XIX. Atualmente, quando a globalização aparece como fenômeno portador de fragmentações de toda espécie, a recuperação do sentido de totalidade tem, na obra de Ruskin, uma referência obrigatória. Não bastasse a constância de um humanismo radical presente na larga extensão de seu trabalho, ele é particularmente importante nos estudos de estética do projeto e na composição da forma arquitetônica. Tal é o sentido presente nesse artigo de autoria de Cláudio Silveira Amaral.

Maria Cecilia Lucchese, no texto *O arquiteto e urbanista Harry Cole*, lembra, por sua vez, a presença da cultura arquitetônico-urbanística num período pioneiro do planejamento urbano no Brasil: o que se inaugura na vanguarda modernista dos anos 1960. Em diálogo com as correntes teórico-projetuais de sua época, e ao lado das realizações que colocaram o país na agenda mundial da arquitetura e do urbanismo, Harry James Cole é uma figura das mais influentes na montagem do sistema de planejamento urbano e regional brasileiro. A sua contribuição, como interlocutor privilegiado no período do “milagre brasileiro”, não está apenas relacionada à sua atuação na esfera da administração pública. Pode-se dizer que seu trabalho desagua na política urbana contemporânea no Brasil e, diante de fragmentações territoriais que se assistem hoje em dia, há mais um importante elemento a ser lembrado: a estrutura federativa do território como categoria a ser privilegiada no processo de planejamento urbano regional.

Ainda sob a perspectiva dos projetos hegemônicos da globalização, o significado econômico do patrimônio histórico das cidades, e em estreita relação com o mercado turís-

tico, é outro tema que deve despertar maior atenção. Por um lado, há um crescente interesse científico por essa linha de investigação, pelos impactos que tal problemática gera do ponto de vista urbanístico, ambiental, antropológico e, especialmente, social. De outro, há um contexto de vantagens econômicas que não pode ser ignorado em situações de carência.

Promovidos pelo mercado, em especial o turístico, os desdobramentos socioespaciais ligados à refuncionalização de paisagens detentoras de grande valor histórico e cultural são generalizados. No Brasil, assim como na América Latina, o dilema é o mesmo: oportunidade econômica *versus* justiça social. No caso cubano, Zoila J. Baños Rodríguez discute a questão em seu artigo intitulado *El turismo y los valores patrimoniales en el centro histórico de Santiago de Cuba*.

Sob outro mecanismo, mas gerando igualmente distorções no modo de vida de populações e comunidades, o mercado imobiliário é, por excelência, o fator preponderante na dinâmica de segregação socioespacial nas cidades. Assim como na situação anteriormente apresentada, também neste caso a justiça social na produção e apropriação do espaço urbano está em jogo.

Desenvolvido por Camila Moreno de Camargo, *Habitação coletiva popular na área central de Campinas (1980-2007): formas, usos e conflitos* é um trabalho de pesquisa que contribui na análise desse mecanismo de espoliação. Abordando dinâmicas e processos da conformação espacial de Campinas, e em sintonia com a dialética nem sempre linear centro-periferia, a autora contribui para explicar a urbanização recente dos grandes centros urbanos em São Paulo.

Complementarmente, *Paisagem revelada: possibilidades morfológicas nas favelas do Rio de Janeiro*, de autoria de Moema Falci Loures e Glauci Coelho, introduz um duplo desafio. Conceitual-interpretativo e, simultaneamente, prático – de projeto arquitetônico-urbanístico. O processo motor é o mesmo: a dinâmica de segregação socioespacial. É o princípio que explica a ocupação marginal na cidade.

No caso do Rio de Janeiro, a questão habitacional adquire uma dramaticidade ímpar. Quer pelo modo como a favelização afronta literalmente qualquer sentido que se queira dar à definição de irregularidade urbanística, quer pela criatividade do homem comum gerada em confronto com a lida cotidiana pela sobrevivência. Outras sociabilidades, outras factibilidades, outros olhares. As autoras convidam a perceber lógicas avessas às convencionais e, ainda que apenas no plano da indagação, a propor alternativas projetuais.

Aliás, e não é de hoje, a limitação é uma constante do projeto. Paradoxalmente, ultrapassá-la produz avanços e conquistas.

Nessa direção, a análise apresentada no artigo *O Estatuto da Cidade e os aspectos da participação na elaboração de planos diretores: a experiência de Maceió*, de Karina Rossana de Oliveira Menezes e Regina Dulce Barbosa Lins, discute um conjunto significativo de fatores que, por ora, espera-se, sejam tão somente limites temporários. Criado em 2001, o Estatuto

da Cidade trouxe um elenco formidável de oportunidades instrumentais para o exercício urbanístico, mas que ainda está longe de impregnar-se no dia a dia dos agentes sociais.

O amadurecimento do espírito democrático do gestor público, como também da ação participativa dos cidadãos, ocupa o centro das limitações apresentadas pela experiência de Maceió. Os movimentos são *interagentes* e só a prática social de todos os agentes envolvidos no processo de elaboração dos planos diretores poderá superar tal classe de limites.

Em contraponto, e como pálido exemplo de causas que impedem o avanço das conquistas sociais no campo da política fundiária e territorial no Brasil, o artigo de Tomás Moreira, *Áreas públicas: fontes de destinação social ou privada. Referências às novas políticas habitacionais brasileiras*, desenha o triste retrato de privilégios seculares que tanto distorcem os direitos à cidade. A caixa preta das áreas públicas no Brasil, trazida à luz pela análise do autor no município de São Paulo, escancara a malversação da coisa pública e até, por que não, o escárnio com que é tratado o interesse comum.

O mais perverso é a demonstração cabal de que as áreas públicas poderiam dar conta de um problema crônico das cidades brasileiras: habitação. Senão integralmente, a política habitacional se equacionaria em grande parte se a destinação social dessas áreas fosse priorizada ou, pelo menos, se estivesse sob fiscalização e controle dos diversos segmentos representativos da sociedade civil.

Nesse contexto, e encerrando essa publicação da *Oculum Ensaio*s, *O direito à moradia no Brasil e no mundo* intitula a entrevista concedida por Raquel Rolnik a este editor. Empossada em junho de 2008 na relatoria especial da ONU para o Direito à Moradia, a arquiteta e urbanista foi categórica ao afirmar que vivemos uma crise civilizacional.

Quer por fatores relacionados ao domínio da política e dos interesses da economia hegemônica, quer por assimetrias sociais gigantescas, quer pela crise ambiental em que se encontra o mundo contemporâneo, o fato é que o recrudescimento dos problemas afeitos à moradia pode ser incluído no rol das pré-condições já criadas de outro período histórico.

Por fim, uma notícia. No XIII Seminário de Arquitetura Latinoamericana, ocorrido recentemente na cidade do Panamá, foi lançada a criação da Associação de Revistas Latinoamericanas de Arquitetura – ARLA. Portanto, há novos horizontes para se garantir o estreitamento do intercâmbio e da cooperação nos campos da arquitetura e do urbanismo na América Latina e no Caribe.

O mais importante. Também se ampliam as oportunidades de divulgação da cultura arquitetônico-urbanística e do que ela tem de melhor: seu espírito libertário.

Manoel Lemes da Silva Neto

São Paulo, 25 outubro 2009



164

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM LISBOA:

DILEMAS, DESAFIOS E RESULTADOS | Entrevista com Maria Teresa C. Pereira

| por Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite

14

A ARENA CULTURAL PAULISTANA: UM OLHAR SOBRE AS CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO MODERNISMO NA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

| Marcos Antonio dos Santos

38

EPÍGRAFES ARQUITETÔNICAS: ASSINATURAS DOS ARQUITETOS E CONSTRUTORES DA CIDADE DA SÃO PAULO

| Anna Paula Silva Gouveia, Priscila Lena Farias, André Luiz Tavares Pereira, Haroldo Gallo

50

A LÓGICA ESPACIAL DE JOHN RUSKIN | Cláudio Silveira Amaral

66

O ARQUITETO E URBANISTA HARRY COLE | Maria Cecilia Lucchese

80

EL TURISMO Y LOS VALORES PATRIMONIALES EN EL CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DE CUBA

| Zoila J. Baños Rodríguez

90

HABITAÇÃO COLETIVA POPULAR NA ÁREA CENTRAL DE CAMPINAS (1980-2007): FORMAS, USOS E CONFLITOS

| Camila Moreno de Camargo

110

PAISAGEM REVELADA: POSSIBILIDADES MORFOLÓGICAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

| Moema Falci Loures, Glauci Coelho

122

O ESTATUTO DA CIDADE E OS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES: A EXPERIÊNCIA DE MACEIÓ

| Karina Rossana de Oliveira Menezes, Regina Dulce Barbosa Lins

136

ÁREAS PÚBLICAS: FONTES DE DESTINAÇÃO SOCIAL OU PRIVADA. REFERÊNCIAS ÀS NOVAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

| Tomás Moreira

146

O DIREITO À MORADIA NO BRASIL E NO MUNDO

| Entrevista com Raquel Rolnik | por Manoel Lemes da Silva Neto

176

Resenha A PROPÓSITO DAS NEFELOMANCIAS | por Maria Eliza Pita

181

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

ENSAIO FOTOGRÁFICO

| Caio Esteves

A ARENA CULTURAL PAULISTANA: UM OLHAR SOBRE AS CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO
DO MODERNISMO NA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX | Marcos Antonio dos Santos

Arquiteto e urbanista
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo
EESC-USP
marcosdossantos@gmail.com

A ARENA CULTURAL PAULISTANA: UM OLHAR SOBRE AS CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO MODERNISMO NA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Este trabalho tem o objetivo de circunstanciar os fatos históricos ocorridos no Brasil no início do século XX, na tentativa de melhor entender as condições históricas que favoreceram a eclosão do modernismo brasileiro. O entendimento das condições dadas pela sociedade paulista, em destaque na sua relação com o resto do Brasil, é fundamental para a compreensão da transposição e o abasileiramento dos conceitos contidos nas teorias das vanguardas europeias.

De maneira direta ou implícita, os fatos históricos do período de desenvolvimento do modernismo na cidade de São Paulo serão confrontados com a leitura da modernidade feita por Simmel em dois ensaios – “Filosofia do dinheiro” (1978) e “Metrópole e a vida mental” (1976).

Do primeiro ensaio – “Filosofia do dinheiro” –, o diálogo com Simmel terá como ponto central a sua visão do dinheiro tanto como o vilão da sociedade moderna, como frequentemente é visto, quanto um fator de liberdade. Para Simmel, a monetarização da vida moderna foi a decorrência natural da necessidade da substituição dos vínculos de sangue e de parentesco por algo impessoal, “inodoro”, prático e universal como o dinheiro. Uma das razões seria o declínio, na sociedade moderna, da dominação tradicional na idade medieval, que fazia com que o homem – fosse ele servo ou criado doméstico – tivesse sua vida disposta pelo seu suserano. Não que a dominação tenha desaparecido, apenas que no mundo moderno ela se limita, por um certo tempo, a funções específicas

e num lugar particular. O funcionamento do capitalismo seria impensável com base em valores e códigos associados aos idos pré-modernos, época na qual os acordos ainda podiam ser firmados com um fio de barba. O dinheiro tornou-se a mais eficaz expressão da impessoalidade, a mais adequada de todas para estabelecer um convívio harmônico e um relacionamento social que envolvesse não uma centena ou um milhar de pessoas, mas milhões delas.

Numa linha de raciocínio muito próxima, será tomada do segundo ensaio – “Metrópole e a vida mental” – a conceituação de Simmel quanto às mudanças necessárias à racionalidade do indivíduo metropolitano, principalmente daqueles que migraram do campo para a cidade em busca das esperanças que o ambiente urbano moderno oferecia. Esse indivíduo, diante das esmagadoras forças sociais da vida moderna, se obriga a um exercício diário de resistência que tem como objetivo, ao menos, tentar preservar sua autonomia. Sua luta diária é contra a nivelção e uniformização produzidas por um mecanismo sociotecnológico. O indivíduo metropolitano, submetido a um meio onde reina a racionalidade lógica quantificável e impessoal – onde até mesmo o tempo é impessoal – necessita de um mecanismo de defesa que, para Simmel, seria uma postura intelectual em substituição à postura emocional da comunidade pré-moderna. Algo como uma reserva em relação ao outro, reserva essa que caminha para se tornar mesmo uma aversão. Essa postura de aparente indiferença, de certa maneira, acaba por preservar o indivíduo do excesso de estímulos vivenciados na metrópole.

Outra questão nesse segundo ensaio que pode nos auxiliar no entendimento dos fatos ocorridos na São Paulo em plena onda modernista do início do século XX, seria a da amplitude das relações sociais possíveis de serem vivenciadas pelo indivíduo. Na vida comunitária na época pré-moderna, a mobilidade entre os círculos em que um indivíduo vivia era mínima. A abrangência das relações sociais ficava limitada por se efetivarem em espaços pautados por uma hierarquia rígida, não se ampliando muito além da capela e da vila. Na cidade moderna a configuração era outra. A dominação do patrão sobre o operário ficava restrita ao período que esse permanecia na fábrica, e, ao contrário da vida na comunidade pré-moderna, o operário podia cultivar outros círculos sociais nos quais poderia assumir outras posições que, de certa forma, compensariam a subordinação exigida dele.

Com base nessa discussão, o presente artigo pretende retomar uma questão bastante intrigante formulada por Richard M. Morse em seu artigo “As cidades ‘periféricas’ como arena cultural” (Morse, 2006). Ou seja, como cidades fora de um contexto de forte industrialização e urbanização, elas puderam, já antes mesmo da década de 1920, participar da discussão estética do Modernismo de maneira tão forte como foi o caso de São Paulo.

Evidentemente que São Paulo, apesar de seu contexto econômico agrário exportador (baseado na produção cafeeira), estava às voltas, mesmo antes do início do século XX, com um sensível processo de urbanização e industrialização. Processo que culminará na

onda desenvolvimentista das décadas de 1940 e 1950. Mas não podemos perder de vista o fato de esse processo ser recente se comparado com as cidades europeias, lá a metropolização baseada na combinação de industrialização e urbanização acelerada já contava, em alguns casos, mais de um século.

A despeito de uma situação de desenvolvimento econômico e urbano ainda em seu início, a cidade de São Paulo protagonizou a entrada do modernismo no Brasil. Esse fato nos coloca questões interessantes de serem respondidas para o melhor entendimento desse fenômeno – questões que este artigo não pretende esgotar.

Um marco decisivo para o desenvolvimento do modernismo no Brasil foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve como palco o Teatro Municipal de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922.

Nela pôde-se ver e ouvir um tipo de arte que tinha como ponto de partida uma inquietação por parte de artistas e intelectuais em relação ao academicismo que imperava no cenário artístico brasileiro. A Semana acabou por se tornar um marco da discussão cultural no Brasil não só por ter lançado, em um clima sensacionalista, uma série de novidades estéticas, mas também porque introduziu uma série de novidades através de um grupo de representantes de várias artes, no próprio templo cultural da burguesia paulistana. Não há como não identificá-la como um marco importante na discussão da modernização da cultura brasileira, o problema é que a sua sacralização como “o acontecimento” da moderna cultura brasileira acaba por encobrir fatos importantes ocorridos na própria Semana, após ela e mesmo fatos que a antecederam.

No plano das condições históricas dadas pela cidade de São Paulo é interessante notar que houve fatos que corroboraram uma fé no futuro da metrópole industrializada. São Paulo em 1919 se livrara daquilo que ficou conhecido como o flagelo dos “cinco gês”: a gripe, a geada, os gafanhotos, as greves e a guerra. Nicolau Sevcenko, em seu livro *Orfeu extático na Metrópole* (1998), comenta que a virada de ano de 1918 para 1919 foi marcada por uma alegria e uma euforia em relação ao ano que se anunciava; 1919 foi um ano de fortes expectativas para os paulistanos devido à superação dos problemas vividos na década de 1910.

Apesar de considerada um flagelo, a Primeira Guerra Mundial de certa maneira favoreceu o processo de industrialização paulista devido à substituição de importações, uma vez que os centros produtores europeus tinham sua atenção voltada para o conflito armado. A industrialização se acelera após 1914 durante a Primeira Grande Guerra, mas o aumento da população e das riquezas é acompanhado pela degradação das condições de vida dos operários, que sofrem com salários baixos, jornadas de trabalho longas e doenças – só a gripe espanhola, um dos cinco “gês”, dizimou 8 mil pessoas em quatro dias.

A São Paulo da década de 1910 contava com uma população em torno dos 500 mil habitantes, com um grande contingente de mão de obra formado por imigrantes europeus, empregados, em grande parte, na crescente indústria paulista.

A influência estrangeira não se fez sentir apenas nas indústrias. Nas artes pode-se notar sua importante participação na construção do movimento modernista dos anos 20 em diante.

Lasar Segall migra definitivamente da Rússia para o Brasil, especificamente para a cidade de São Paulo, em 1920. Em 1913 já havia estado na capital paulista e em Campinas para expor trabalhos com uma visível influência do expressionismo alemão.

Victor Brecheret, imigrante italiano de origem humilde, aluno do Liceu de Artes e Ofícios na cidade de São Paulo, é mandado a Roma pelos tios em 1913, regressando de lá em 1920 e despertando, com suas esculturas, interesse nos jovens modernistas.

Filha de imigrantes, pai italiano e mãe americana, Anita Malfatti irá escandalizar a sociedade paulistana em 1917, quando realiza sua segunda exposição, com 53 trabalhos considerados pela crítica da época como “excessivamente arrojados”. Monteiro Lobato comparou o trabalho de Anita aos desenhos dos internos dos manicômios. A partir desse fato aglutinam-se em torno da defesa de seu trabalho um grupo de intelectuais e artistas inconformados com o academicismo de então. Esse movimento de artistas e intelectuais progressistas culminará na eclosão da Semana de Arte Moderna de 1922, quando Anita voltará a escandalizar.

Evidentemente, não se quer diminuir a participação dos outros artistas, imigrantes ou não, que tomaram parte da discussão sobre a modernização da cultura na São Paulo dos anos 20. Oswald e Mario de Andrade, Guilherme de Almeida, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Sérgio Milliet, Vicente do Rego Monteiro, e até mesmo outros imigrantes frequentemente esquecidos quando se trata da história da Semana de 22, como o pintor suíço John Graz¹ e os arquitetos Georg Przyrembel e Antonio Garcia Moya, polonês e espanhol, respectivamente.

Com base nessa mescla de nomes, é interessante lembrar que nem tudo o que foi exposto no Teatro Municipal de São Paulo em 1922 pode hoje ser caracterizado como exemplo de arte moderna. Pois se na pintura e na música já se via a visível influência do expressionismo alemão, do impressionismo francês² e das vanguardas europeias de maneira geral, na arquitetura as coisas se deram de maneira diferente.

A moderna arquitetura brasileira foi representada, na Semana de 22, pelos arquitetos Georg Przyrembel e Antonio Garcia Moya. Przyrembel participou com a maquete do projeto da “Taperinha da Praia Grande”, acompanhada de plantas e cortes. Esse projeto era, na verdade, residência de veraneio de sua família na Baixada Santista, projetado e construído em estilo claramente neocolonial. Já o espanhol Moya apresentou esboços fantasiosos – chamados de “Templo”, “Túmulo”, “Residência”, “Fonte”, “Cariátide” etc. –, de aspecto geometrizar, que evocavam monumentos pré-colombianos e que nunca chegaram a ser construídos, mais se aproximavam de exercícios volumétricos e ornamentais do que propriamente de projetos de arquitetura.

Essa tendência neocolonial não se limitou apenas a esses exemplos apresentados na Semana de 22. Até os anos 1930, arquitetos como Lúcio Costa encontravam

no estilo neocolonial o exemplo de arquitetura moderna tipicamente brasileira. E é exatamente nesse ponto que entra outra característica marcante do modernismo brasileiro, o nacionalismo.

O modernismo brasileiro, diferentemente do correlato europeu, irá procurar nas artes em geral um elemento nacional, uma raiz cultural. Na música, Heitor Villa-Lobos resgatará o elemento indígena e africano, o mesmo acontecendo na literatura e na pintura. Na arquitetura a preocupação com o elemento nacional estará presente desde a fase pioneira do modernismo arquitetônico brasileiro até sua consolidação, após os anos 30, com a construção do edifício do MES (Ministério da Educação e Saúde) no Rio de Janeiro e, mais especificamente, na construção de Brasília em 1957.

Apesar de a intenção de resgatar o elemento nacional ser a mesma nas duas fases do modernismo brasileiro, muda-se a maneira pela qual se tentará alcançá-lo, pois, se na fase inicial a arquitetura brasileira identificará o neocolonial como moderno nacional, na fase da consolidação, o modernismo arquitetônico brasileiro irá trabalhar com o estilo internacional, evidentemente, com o seu devido abasileiramento.

Não que haja uma atitude antimoderna nesse resgate do passado, pois, para o próprio Simmel, olhar para o passado, questionando as mudanças advindas com a vida metropolitana, tal qual um Camillo Sitte ou um Ruskin, pode ser visto como uma atitude tipicamente moderna.

O que é interessante de se notar na formação do modernismo brasileiro reside no fato de que em boa parte do tempo em que ele se desenvolveu, a cidade de São Paulo convivía com o moderno e o arcaico simultaneamente. Ao indivíduo que morasse na capital paulista era dado o direito de ora se sentir numa cidade com características metropolitanas ora num ambiente onde ainda era possível notarem-se hábitos e comportamentos típicos da vida pré-moderna. Nicolau Sevcenko nos mostra isso quando se refere ao carnaval de 1919 em sua descrição do palco dos quatro dias de festejo, a avenida Paulista. Após uma descrição do caráter emocional da festa popular, beirando a irracionalidade, como atestam os excessos confessados por alguns participantes, Sevcenko parte para a descrição da manhã de terça-feira, em que as reminiscências de uma vida comunitária se desvanecem quase que por completo. Tomando o lugar dessas outras relações sociais que mais se assemelhavam àquelas descritas por Simmel em sua análise da vida do homem metropolitano.

Essa simultaneidade do moderno e do arcaico, em São Paulo, será apontada pelo próprio Sevcenko no final da sua descrição do carnaval de 1919.

A excepcionalidade desse momento e desse local põe em relevo a estranha conjunção observada entre simultaneidade de relações desconexas, incomunicabilidade de grupos, fragmentação das percepções, descontinuidade dos fluxos de trânsito pela área pública. O mostruário ilustre da Avenida Paulista exhibe a substância bizarra da vocação metropolitana de São Paulo. (Sevcenko, 1998, p.21.)

Para a presente exposição, é justamente essa *simultaneidade* observada na cidade de São Paulo, um ponto central para ajudar no entendimento do período de formação do movimento modernista. É interessante notar que, apesar de adentrando na modernidade de forma irreversível, na São Paulo do início do século XX, conviviam traços de relações sociais pré-modernas e modernas. O bonde elétrico, meio de transporte típico da vida metropolitana de então e que passava abarrotado de operários pelas ruas, estava bastante sujeito a topar em alguma esquina com um tílburí ou uma caleça,³ herança do período pré-moderno, demonstrando a simultaneidade na excepcionalidade desse momento de transição na São Paulo em franco processo de metropolização.

Uma cidade onde ainda eram visíveis os sinais deixados por um passado escravista, acentuados pela chegada dos imigrantes de origem europeia, como um estigma a mais a recair sobre a população negra e mestiça.

O passado escravista, ainda recente, palpitava nos tratos sociais e na atitude discriminatória, peremptória, brutal das autoridades, conferindo às relações hierárquicas um acento lancinante, quando não atroz. (Sevcenko, 1998, p.31.)

Portanto, o espanto tanto de Sevcenko quanto de Morse parece não se desvanecer quase um século após o modernismo se enraizar definitivamente em terras brasileiras. Em questão de vinte anos, a cidade de São Paulo, arcaica e moderna, metropolitana e comunitária, rural e urbana, e ainda assim centro das discussões do modernismo brasileiro das três primeiras décadas do século XX irá abandonar, ao menos no campo das artes, resquícios estéticos da era pré-moderna.

Se é justa a hipótese segundo a qual, na história, os problemas são formulados tão só quando há condições objetivas para fazê-lo, a eclosão do modernismo em São Paulo no início do século XX nos coloca exatamente essas condições como questão. Se em São Paulo as condições de metropolização, urbanização e industrialização que suscitaram na Europa a onda modernista estavam ainda em desenvolvimento, cabe então procurar outras condições dadas pela capital paulista para o florescimento de uma arte tipicamente moderna e urbana. Sevcenko aponta para a possibilidade de cosmopolitismo na cidade de São Paulo.

Afinal, qual era a identidade de São Paulo?

Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado. (Sevcenko, 1998, p.31.)

Num ambiente cercado de relações contraditórias, a urbanização acelerada e a velocidade tecnológica conjugavam-se com símbolos regressivos e arcaicos, próprios de uma geração que não *tinha mais passado*, e partia numa busca sôfrega pelas raízes tradicionais paulistas de bandeirantes, sertanejos e “caipiras estilizados”, forjando todo um imaginário de mitos.

Uma busca por raízes que se fazia também de modo contraditório, como seria de se esperar num ambiente tão complexo como o Brasil e a São Paulo do início do século XX. Pois é possível ver o movimento Pau-Brasil⁴ tendo como resposta, com a diferença de um ano, o verde-amarelismo;⁵ e o Manifesto Antropofágico,⁶ que via na modernização da cultura brasileira a proposta de “devorar” as influências estrangeiras, aproveitando suas inovações artísticas, mas imprimindo a identidade cultural brasileira à arte e à literatura. O movimento regionalista de 1926,⁷ que pregava o elemento regional como fator de união do Nordeste, buscando seu desenvolvimento nos novos moldes modernistas. É notável o alinhamento político de cada um deles: o movimento Pau-Brasil e o Manifesto Antropofágico, portadores de um nacionalismo crítico, consciente, de denúncia da realidade, identificado politicamente com as esquerdas; e o verde-amarelismo, de um nacionalismo ufanista, utópico, exagerado, identificado com as correntes de extrema direita.⁸

Essa breve exposição sobre a Semana de Arte Moderna de 1922, termina com o socorro das palavras do professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, músico e compositor José Miguel Wisnik:

Mas o problema é que a fetichização da Semana como o acontecimento da “moderna cultura brasileira” percebido como “moderno” apenas enquanto contrasta com o pano de fundo do próprio cenário vetusto em que se deu (frisas, veludos e bustos em relevo do teatro acadêmico beletrístico e pianolátrico), tende a impedir a discussão do real, do atual e secciona a relação viva da Semana com o resto, o que não é ela e o que veio depois dela. Sim, porque depois de ter feito a bagunça na sala de visitas do bigodudo papai parnasiano, os modernistas tiveram que começar a se haver com o tamanho do Brasil, que era um pouco maior do que o salão da sua fada madrinha, a elite paulistana ilustrada. (Wisnik, 1982, *aspas do autor*.)

Ciente de que uma questão como a do modernismo brasileiro jamais poderia ser esgotada em um modesto artigo com as dimensões deste, cabe ainda uma consideração.

As circunstâncias históricas em que se desenvolveu a modernização da cultura brasileira no início do século XX, especificamente as condições do centro urbano brasileiro que mais se desenvolvia no que se refere ao processo de industrialização e metropolização – a cidade de São Paulo – não conseguem esclarecer de forma cabal como uma cidade periférica pôde se tornar uma arena cultural. Diante de tantas contradições, a questão formulada por Morse acaba por se tornar apenas mais um elemento contraditório na formação do modernismo brasileiro. É visível que existiam mudanças, e é também visível que certas condições

de vida pré-moderna conviviam com outras tipicamente metropolitanas. Precisar qual ou mesmo quais os motivos que determinaram esse processo surpreendente de modernização cultural seria errar de antemão, já que novas informações são acrescentadas a cada leitura, novos pontos de vista se insinuam e novos questionamentos acabam por serem formulados.

NOTAS

1. A partir de 1923, em parceria com Gregori Warchavchik, realizará intenso trabalho como decorador.
2. A música de Heitor Villa-Lobos apresenta, entre outras influências, a do impressionismo francês de Debussy. Um exemplo disso pode ser notado em suas obras apresentadas na Semana de 22, em que o modalismo e a escala de tons inteiros, tão caros aos compositores franceses de fins do século XIX, se farão presentes.
3. Meios de transporte movidos por tração animal, diferindo apenas quanto ao luxo e ao número de passageiros transportados.
4. Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924-1925) escrito por Oswald e publicado inicialmente no *Correio da Manhã*. Em 1925, é publicado como abertura do livro de poesias *Pau-Brasil* de Oswald. Apresenta uma proposta de literatura vinculada à realidade brasileira, a partir de uma redescoberta do Brasil.
5. Verde-amarelismo (1926-1929). É uma resposta ao nacionalismo do Pau-Brasil, grupo formado por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo. Criticavam o "nacionalismo afrancesado" de Oswald e sua proposta era de um nacionalismo primitivista, ufanista, identificado com o fascismo, evoluindo para o integralismo de Plínio Salgado (década de 1930). Idolatram o tupi e elegem a anta como símbolo nacional. Em maio de 1929, o grupo verde-amarelista publica o manifesto "Nhengaçu Verde-Amarelo – Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta".
6. A revista *Antropofagia* (1928-1929) contou com duas fases (dentições): a primeira com 10 números (1928 e 1929) e direção de Antônio Alcântara Machado e gerência de Raul Bopp; a segunda foi publicada semanalmente em 16 números no jornal *Diário de São Paulo* (1929) e seu "açougueiro" (secretário) era Geraldo Ferraz. É uma nova etapa do nacionalismo Pau-Brasil e uma resposta ao grupo verde-amarelista. A origem do nome do movimento está na tela "Abaporu" de Tarsila do Amaral. A primeira fase inicia-se com o polêmico manifesto de Oswald e conta com Alcântara Machado, Mario de Andrade (o 2º número publicou um capítulo de *Macunaíma*), Carlos Drummond (o 3º número publicou a poesia "No meio do caminho"); além de desenhos de Tarsila, artigos em favor da língua tupi de Plínio Salgado e poesias de Guilherme de Almeida. A segunda fase, mais definida ideologicamente pela ruptura entre Oswald e Mario de Andrade. Estão nessa segunda fase Oswald, Bopp, Geraldo Ferraz, Oswaldo Costa, Tarsila, Patrícia Galvão (Pagu). Os alvos das críticas (mordidas) são Mário de Andrade, Alcântara Machado, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e Plínio Salgado.
7. Manifesto regionalista de 1925, 1926 e 1930. Marcado pela difusão do modernismo pelos estados brasileiros. Nesse sentido, o Centro Regionalista do Nordeste (Recife) busca desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste nos novos moldes modernistas. Propõem trabalhar em favor dos interesses da região, além de promover conferências, exposições de arte, congressos etc. Para tanto, editaram uma revista. Vale ressaltar que o regionalismo nordestino conta com Graciliano Ramos, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e João Cabral – na segunda fase modernista.
8. Nesta discussão, é interessante como a questão nacional no modernismo brasileiro irá – a partir da mesma nascerça, A Semana de Arte Moderna de 1922 – desenvolver-se em direções tão opostas. Pois se na Antropofagia de Oswald de Andrade era possível notar a presença de sua militância política comunista, o verde-amarelismo de Plínio Salgado flertará com o fascismo e evoluirá para o integralismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, L. *Registro de uma vivência*. Brasília: Editora da UnB & Empresa das Artes, 1995.
- MORSE, R. M. As cidades "periféricas" como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, v.8, n.16, p.205-25, 1995. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/174.pdf, acessado em 08/07/2006.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. São Paulo: Zahar, 1976. p.11-25.
- WAZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- WISNIK, J. M. 1922: O piano de Villa-Lobos. In: Villa-Lobos, H. *O piano de Villa-Lobos na Semana de 22*. São Paulo: Estúdio Eldorado, 1982. (LP, 33 1/3 rpm, 12 pol.).

RESUMO

O presente artigo pretende discutir o Modernismo brasileiro no início do século XX, buscando as condições históricas de sua eclosão. O entendimento das condições dadas pela sociedade paulista é fundamental para a compreensão da transposição e o abraileiramento dos conceitos contidos nas teorias das vanguardas europeias. Os fatos históricos do período de desenvolvimento do Modernismo em São Paulo serão confrontados com a leitura da modernidade feita por Simmel em dois ensaios – “Filosofia do dinheiro” e “Metrópole e a vida mental”. Em “Filosofia do dinheiro”, o diálogo com Simmel terá como ponto central sua visão do dinheiro não somente como vilão da sociedade moderna, mas também como um fator de liberdade, e em “Metrópole e a vida mental”, as mudanças necessárias à racionalidade do indivíduo metropolitano. Tentar-se-á evidenciar as simultaneidades entre fatores modernos e pré-modernos na São Paulo de 1920.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, modernismo, modernidade, arte, urbanismo.

THE ORIGIN OF THE MODERNISM IN SÃO PAULO: THE CONDITIONS OF IMPLEMENTATION OF THE MODERNISM IN THE SÃO PAULO FROM THE BEGINNING OF XXTH CENTURY

ABSTRACT

The present paper intends leads the Brazilian Modernism in the beginning of XXth century, developing the conditions historical of its origin. The agreement of the conditions given for the São Paulo society is basic for the understanding the transposition of the concepts contained in the theories of the European Vanguardas. The historical facts of the period of development of the Modernism in São Paulo will be compare with the reading of the Modernity made for Simmel in two essays – ‘Philosophy of the Money’ and ‘Metropolis and the mental life’. In Philosophy of the Money, the dialogue with Simmel will have as central point its vision of the money as not only villain of the Modern society, but also as a factor of freedom, and in ‘Metropolis and the mental life’, to necessary changes to the rationality of the metropolitan individual. It will be evidenced the coincidences between modern factors and premodern in the São Paulo of 1920.

KEYWORDS: architecture, Modernism, modernity, art, urbanism.

AS NATUREZAS SOBREPOSTAS DE BERLIM: IMPRESSÕES DO CAMINHAR

Pedro Sória Castellano, Denio Munia Benfatti

Arquiteto e urbanista | Mestrando do Programa de Pós-graduação em
Urbanismo do CEATEC PUC-Campinas | pecastellano@hotmail.com

Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Urbanismo
do CEATEC PUC-Campinas | dbenfatti@uol.com.br

AS NATUREZAS SOBREPOSTAS DE BERLIM: IMPRESSÕES DO CAMINHAR

Pisei pela primeira vez em Berlim ansioso em conhecer uma cidade que sempre me atraiu.¹ O que esperar de um lugar repleto de vestígios históricos senão o despertar de uma latente curiosidade, alimentada por leituras e imagens das mais variadas naturezas?

Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser *basbaque* e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. (Rio, 2004.)

Ao descer do ônibus, na avenida Kurfürstendamm, região da cidade que se caracterizou por décadas como centro urbano do lado ocidental, avistei a Kaiser-Wilhelm-Gedächtniskirche, igreja cujas ruínas provenientes dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial foram conservadas e ganharam um anexo onde hoje se encontra o altar principal.² O cenário me fez perceber que em Berlim as camadas do passado se sobrepõem na configuração de um presente com características de mosaico. Quantas *Berlins* estavam na praça da igreja? Quantas ainda poderia encontrar? As cidades de modo geral guardam no traçado de suas vias, na configuração de seus principais edifícios, na conformação de seus espaços públicos, reflexos de sucessivos tempos aos quais cada intervenção está

vinculada. É possível encontrarmos em um percurso exemplos de distintas épocas cuja convivência torna a cidade cada vez mais interessante aos olhos de quem a estuda.

Ao norte, o maior parque urbano da cidade, o Tiergarten está sem folhas. Os esqueletos das árvores de um parque que hiberna durante o inverno remetem à década de 1950, até o primeiro edifício que se mostra à cidade no bairro Hansa, vizinho ao parque. Havia de fato, como os livros mostram, um tanto de Brasil em Berlim na figura do projeto de Oscar Niemeyer, um típico prédio residencial em lâmina, apoiado em pilares em “v”, com empenas laterais cegas e uma brasilidade própria da arquitetura moderna de Niemeyer que transporta à orla praiana carioca, embora o forte frio alemão remeta por ora aos ares berlinenses (Foto 1).

O edifício do arquiteto brasileiro foi implantado no final da década de 1950 com outros projetos eminentemente modernistas através da Interbau – ou Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Construção) –, que consistiu na reconstrução do bairro Hansa, quase totalmente destruído durante a guerra. Com características anteriores típicas da estrutura urbana berlinense, avenidas arborizadas findando em um *carrefour*, edificações perimetrais às quadras e vazios internos, gabarito de altura nunca superior a cinco pavimentos e ausência de recuos laterais, o bairro apresentava-se à cidade compondo seu tecido urbano sem maiores destaques. Todavia, o plano urbano do novo Hansa, que venceu o concurso de ideias sob a responsabilidade dos arquitetos berlinenses Gerhard Jobst e Willy Kreuer, continha linhas tipicamente modernistas, proporcionando ao bairro um caráter eminentemente vanguardista. O traçado das novas e largas vias sustenta uma série de projetos isolados, o que configura o bairro como uma extensão do Tiergarten. Foram convidados grandes nomes da arquitetura moderna para a realização dos projetos residenciais, entre os quais Aalto e Gropius, fato que explica a presença de Niemeyer no conjunto.

O que significava à época a implantação de um bairro modernista em Berlim? Certamente uma provocação política. É necessário lembrar que as origens do movimento modernista na arquitetura e no urbanismo estão vinculadas a um discurso eminentemente socialista.³ O termo *revolução arquitetônica* pode ser encontrado ou entendido em inúmeros trabalhos sobre o tema, sendo parte da causa moderna de ruptura com o antigo e a crença de que o novo seria responsável pela solução de questões sociais complexas. Contudo, o Hansa não foi uma iniciativa tomada pelo governo soviético; pelo contrário, localiza-se em área que por décadas permaneceu sob as vontades e ordenações norte-americanas, britânicas e francesas, e aí está o componente político que o envolve: a escolha da arquitetura e do urbanismo modernistas em nada se parecia com o modelo praticado pela arquitetura soviética que povoava parte de Berlim Oriental, com conjuntos habitacionais racionalistas e de maçante repetição, cuja origem encontra-se nas *Siedlung* [núcleos habitacionais] do início do século XX. O bairro Hansa fora concebido para ser um exemplo, uma pérola do estilo internacional modernista, uma ilha de vanguarda cercada de conjuntos padronizados que serviam de habitação para milhares de berlinenses orientais.



Foto: Pramo Soma, CORTELLANO, 2007.

Foto 1 – Edifício projetado por Oscar Niemeyer, bairro Hansa.

Ao identificar os demais edifícios do conjunto modernista do Hansa, passei a imaginar o impacto que a construção do bairro gerou na época de sua implantação, especialmente na comparação com as demais áreas da cidade. Sob um enfoque sensorial, é clara a mudança das percepções térmicas, acústicas e visuais que provêm do projeto do novo bairro. Por vezes, difícil imaginar que se localiza em área quase central de uma metrópole de mais de 3 milhões de habitantes, tamanha a tranquilidade encontrada em seus espaços. O bairro Hansa, a primeira Berlim identificada durante o percurso pelas ruas da cidade, rompeu à sua época com a maneira de ver e ler as cidades tradicionais europeias do início do século XX, fato intrinsecamente ligado às teorias modernas. Foi, portanto, um ponto de ruptura de caráter teórico de um movimento que encontrou no pós-guerra e nas áreas destruídas pelos conflitos, oportunidades para a implantação de suas ideias. Foi, também, um ponto de ruptura político, provocativo, vinculado ao jogo bipolar entre capitalismo e socialismo ao qual a cidade envolveu-se como “refém” até a queda do Muro na passagem da década de 1980 para 1990.

Deixando o Hansa, o caminhar pela cidade continua rumo a leste até a Neue Nationalgalerie de Mies van der Rohe, edifício tipicamente moderno e racionalista, de estrutura metálica sóbria e claramente identificável na paisagem. Próxima à Galeria de Mies, está a Potsdamer Platz – local ao qual retornaremos para maior reflexão. A sudeste dela, caminhando pela Stresemannstrasse ou seguindo a cicatriz mais impressionante de Berlim, que é a fileira dupla de tijolos que se encrava no asfalto e nas calçadas por onde um dia ergueu-se o Muro que separou a cidade, pode-se atingir a rua Niederkirchnerstrasse, onde ficou conservado um longo fragmento do Muro. A linha

demarcada pelos tijolos é verdadeiramente a cicatriz perpetuada no rosto de uma senhora que outrora fora uma linda jovem que passou por acidentes trágicos, cresceu convivendo com problemas de dupla personalidade e que hoje, já superados alguns pontos negativos e conturbados de seu passado, tenta mostrar-se nova, sem a necessidade de esconder as marcas que o tempo lhe imprimiu. Berlim naquele momento já não me era mais fria, ganhava traços de uma grandeza melancólica.

Estava no bairro de Friedrichstadt Sul, onde se realizou grande parte dos projetos e experimentos de uma segunda Exposição Internacional de Construção, denominada IBA, iniciada no final da década de 1980 ainda com a cidade dividida fisicamente. Encontrar a IBA no meio de Berlim não é uma tarefa fácil como identificar a Interbau do bairro Hansa. A IBA é o melhor exemplo berlinense de como intervenções pós-modernas costumam-se no tecido urbano já existente e imediatamente passam a fazer parte da cidade. Acostumado ainda há pouco com marcas de tijolos no chão, passei a procurar a linha divisória entre a Interbau e a IBA. Onde estaria o marco divisório entre duas concepções tão distintas de cidade? Evidente que o ponto de ruptura não está fisicamente edificado, mas sim construído na base crítica ao movimento modernista e na formulação teórica do que foi o pós-modernismo em arquitetura e urbanismo. Felizmente, porque assim a cidade se apresenta na velocidade cronológica de seus acontecimentos que, por si, revelam a quais tempos estão vinculados, sem linhas físicas ou placas de identificação.

Interbau e IBA são tão distintas quanto Le Corbusier e Aldo Rossi, quanto *espaço* é diferente de *lugar*. Ambas são frutos de modos diferentes de pensar a cidade em seus respectivos tempos, e a explicação seria simples assim se não houvesse um elemento base de ruptura de linguagem entre elas. Na década de 1970, o déficit habitacional berlinense era expressivo, ainda por problemas herdados da Segunda Guerra, e as políticas adotadas pelo Senado de Berlim Ocidental consistiam na construção de conjuntos residenciais na periferia da cidade. Na passagem de 1974 para 1975, o Poder Público realizou concurso municipal para a implantação de unidades residenciais no bairro do Tiergarten Sul com intuito de trazer as moradias reivindicadas pela população para áreas próximas ao centro da cidade. Contudo, houve uma série de protestos por parte dos cidadãos e igualmente de arquitetos e urbanistas para impedir que o concurso seguisse os moldes da Interbau e se tornasse uma ilha edificada e isolada do contexto urbano enquanto se multiplicavam, no centro da cidade e especialmente nas áreas envoltórias e marginais ao Muro, espaços vazios. Eis o ponto de ruptura: parte da sociedade civil nega um modelo isolacionista e opta pela revitalização de áreas degradadas pela presença do Muro que, de certa maneira, irradiava a ocupação precária de seus edifícios vizinhos.

A IBA espalhou-se pela cidade, por áreas escolhidas pela própria população em parceria com uma comissão de profissionais e figuras políticas. A identificação dos locais que receberiam as intervenções aproximou os resultados obtidos aos programas preestabelecidos pela própria sociedade civil atuante e organizada, composta por associações de

moradores de bairro, arquitetos, urbanistas, jornalistas e historiadores. A participação de nomes importantes do pós-modernismo – como Rossi e Eisenmann – marcou a relevância da exposição. Os projetos propostos e construídos são ricos objetos de análise da teoria pós-moderna. Surpresa semelhante à proporcionada pelo edifício de Niemeyer atingiu-me quando do encontro com Rossi às margens de um fragmento do Muro (Foto 2). Seu edifício na esquina das vias Koch e Wilhelmstrasse é a síntese clara de grande parte da teoria pós-moderna, e por isso seu resultado é diametralmente oposto ao edifício de Niemeyer. A distância entre eles não é apenas física. Os 4 km que os separam são ínfimos perto dos 30 anos e de toda a bagagem teórica que os diferem, que os tornam peças-chave da história da arquitetura e do urbanismo berlinenses e que tornam a paisagem urbana da cidade uma sobreposição de conceitos, um mosaico temporal que ilustra os diferentes modos de olhar a cidade que ao longo das últimas décadas passaram por Berlim.

De modo geral os projetos escolhidos e implantados durante a IBA seguem algumas características comuns entre si. A mais perceptível delas é o respeito ao gabarito do bairro onde estão inseridos. São poucos os exemplos⁴ em que esse parâmetro não foi mantido, reforçando a ideia de que o pós-modernismo contextualista vinculava-se à cidade de maneira mais respeitosa que o modernismo e sua prática de *tabula rasa*⁵ tão difundida e necessária à implantação de seus edifícios e do conceito de novo vinculado a eles. Há também uma mudança sensível de escala projetual: o caráter de espaço a ser renovado – encontrado na Interbau – é substituído pela ideia de lugar, e com ela emergem todas as características condizentes com as particularidades de cada local, como vizinhança, fluxos de pedestres, composições cromáticas, materiais escolhidos.



Foto: PUDRO SERRA CASTELLANO, 2007

Foto 2 – Edifício projetado por Aldo Rossi, bairro Friedrichstadt Sul.

O processo de identificação de lugares a intervir, a escolha dos programas, a apresentação das propostas, a discussão sobre temas locais foram características de natureza inovadora implementadas durante a IBA. A experimentação adotada durante a exposição refletiu a prática pós-modernista de pluralidade, observada pelos diferentes grupos e correntes internos ao próprio processo. O resultado nada mais é senão uma variedade significativa de soluções, mesmo que todas estivessem inseridas dentro de normas gerais de gabarito predeterminadas, recuos e afastamentos.

Em Berlim, as questões históricas parecem ganhar força como em nenhum outro lugar, pois continuam a edificar-se pela cidade como marcas de sucessivas passagens, como cicatrizes de fatos aos quais a cidade sobreviveu. A queda do Muro é um desses casos, pois alterou por completo todas as dinâmicas territoriais: fluxos, acessos, vizinhanças, surgimento de espaços vazios que se escondiam em suas bordas e regiões circunvizinhas. E mais, evidencia a necessidade da criação de uma nova cidade, agora capital de um país unificado que pretendia mostrar-se unido, aberto e forte ao mundo.

A Potsdamer Platz agora parece fundamental para explicar a mais recente camada sobreposta da história da arquitetura e do urbanismo praticados em Berlim, sucessora dos períodos moderno e pós-moderno. Durante a Guerra Fria, ela permaneceu dividida, cortada literalmente pelo Muro. Historicamente importante, na década de 1920 a praça apresentava vida urbana dinâmica por onde trafegavam as principais linhas de bondes da cidade.⁶ Durante a Segunda Guerra seus principais edifícios foram destruídos e, com a posterior divisão da cidade, a praça atravessou grande período de abandono por estar exatamente na fronteira leste-oeste. As quase três décadas de divisão condenaram-na a um estado de coma. Durante muitos anos, só o que restara da efervescente centralidade berlinense de outrora se mostrou sob a forma de um impermeável, vasto e ermo pavimento de concreto.

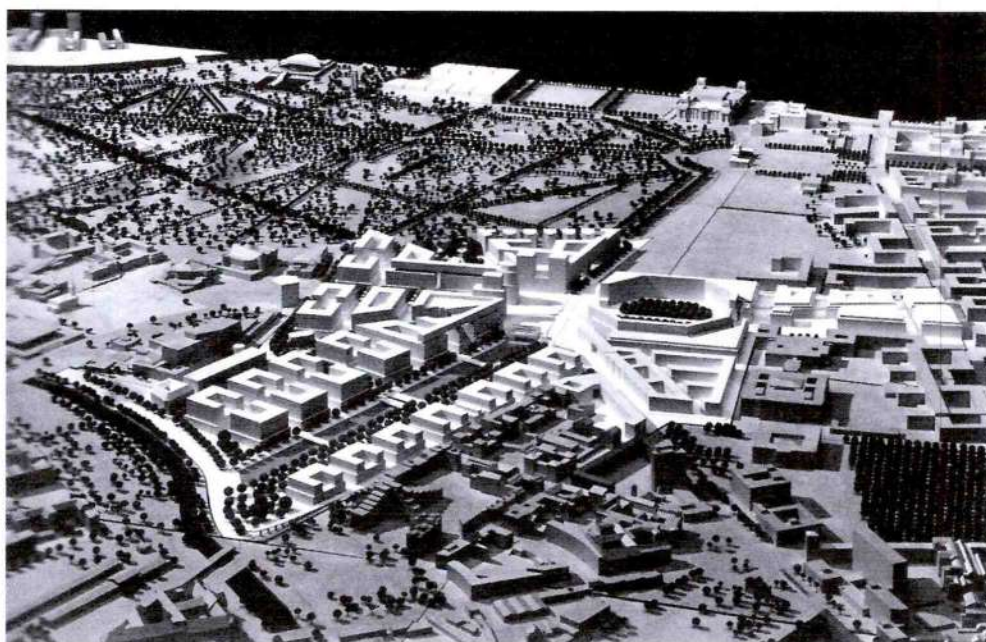
A queda do Muro e o retorno da capital alemã para Berlim impulsionaram a necessidade de intervenção na área da praça. Para o Senado de Berlim era necessário sanar essa deficiência, e resolveram a questão oferecendo a três grandes empresas a possibilidade de compra do terreno e das áreas em torno da antiga Potsdamer Platz. Assim, Daimler-Benz, Sony e Asea Brown Boveri arremataram as terras⁷ e, seguindo parâmetros do poder público berlinense, convocaram concurso de propostas para a edificação da nova Potsdamer Platz, que geraram enormes discussões. Como ocupar com novos edifícios uma área repleta de significado histórico e recentes disputas político-ideológicas? A área da Potsdamer Platz pode perfeitamente encaixar-se no conceito de *terrain vague*,⁸ vinculado intimamente com a questão do tempo histórico. Caso traduzíssemos literalmente o termo, encontraríamos algo diferente de seu sentido real. Não se trata apenas de um terreno vazio, pois dessa forma teríamos centenas em cada uma das grandes metrópoles mundiais. O *vague*, além de ser vazio, vacante, livre de atividade, improdutivo e obsoleto, é também impreciso, indefinido, incerto, sem horizonte de futuro, vago enfim. Um *terrain vague*,

portanto, corresponde a um espaço urbano residual, ou seja, uma área que no passado teve alguma função na cidade, mas que, por motivos diversos, em algum momento esvaziou-se. O *terrain vague* traz uma bagagem histórica vinculada à sua trajetória, de modo que ocupar uma área com essas características não se faz somente reordenando-a ou reintegrando-a à cidade, mas considerando toda a carga e memória residuais vinculadas à ela.

Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda. (Jeudy, 2005, p.25.)

O que propor para a área da Potsdamer Platz? Foram inúmeros os trabalhos entregues, mas dois deles foram mais polêmicos por representarem, teoricamente e à primeira vista, linhas distintas de visão da cidade. Trataremos das diferenças entre o projeto vencedor dos arquitetos Heinz Hilmer e Christoph Sattler (Figura 1) e o projeto de Oswald Mathias Ungers e Stefan Vieths que ficou com a segunda colocação (Figura 2). O primeiro, escolhido pelo júri, apresenta características formais da Berlim do início do século passado, restaurando o traçado original das ruas no entorno da antiga Potsdamer Platz, propondo a manutenção do gabarito de altura dos edifícios e a distribuição de comércio no nível da calçada, com escritórios nos pavimentos imediatamente superiores e apartamentos residenciais nos mais altos. O segundo colocado apresenta a visão de Berlim como cidade global. Propõe uma dúzia de arranha-céus de vidro que riscam a paisagem verticalmente em meio aos blocos tradicionais berlinenses – que tentam manter o traçado original do arruamento local, mas que propositalmente, vez ou outra, são interrompidos pela implantação diagonal e cortante das grandes torres envidraçadas.

Formalmente, as propostas guardam grandes diferenças. Koolhaas, arquiteto de importante produção, classificou o projeto vencedor de “massacre da imaginação arquitetônica”,⁹ pois remete a uma imagem de Berlim de 70 anos atrás. Para ele, os dois grupos representavam, de um lado, uma perspectiva culturalista, de outro, uma visão progressista. O projeto vencedor de Hilmer e Sattler teoricamente ilustra o grupo culturalista, resgatando elementos históricos e padrões morfológicos tradicionais de outrora, próprios do lugar da intervenção. O projeto de Ungers e Vieths, por sua vez, pode-se encaixar no grupo, projetando uma imagem de cidade aparentemente nova e certamente diferente da paisagem tradicional de Berlim. Embora formalmente as propostas sejam distintas, na prática, ambas apresentam semelhança em um aspecto importante e revelador do fazer urbanístico contemporâneo. São propostas cujos resultados instalam a discussão da cidade como imagem. A primeira, tradicional e teoricamente culturalista, é a edificação



FONTE: LEIN STÜCK CARIBSCHAT AUS ERBELEBUNG PLANUNGEN AM POTSDAMER PLATZ IN BERLIN, 1994, P.73



FONTE: LEIN STÜCK CARIBSCHAT AUS ERBELEBUNG PLANUNGEN AM POTSDAMER PLATZ IN BERLIN, 1994, P.73

Acima, Figura 1 – Maquete da proposta vencedora do concurso para a Potsdamer Platz – H. Hilmer e C. Sattler.

Figura 2 – Foto da maquete proposta para o concurso da Potsdamer Platz, segundo lugar, O.M. Ungers e S. Vieths.

da imagem ilustrativa do passado em uma metrópole do século XX. A segunda, chamada de progressista, revela seu caráter simpático à espetacularização das cidades contemporâneas, construindo uma paisagem desvinculada do sítio de sua implantação.

O projeto escolhido e implementado – embora com pequenas alterações nos concursos que o seguiram¹⁰ – guardou o aspecto culturalista somente no que tange à ocupação do terreno e altura dos edifícios que, encomendados aos principais nomes da arquitetura mundial, constituem verdadeiras exposições de tecnologia e o que há de mais avançado no uso de materiais.¹¹ Se a imagem de modernidade aparente na proposta de Ungers e Vieths foi perdida com a vitória do desenho tradicional de Hilmer e Sattler, os edifícios, individualmente, fizeram o papel da espetacularização urbana que muitos pediam para Berlim. A nova Potsdamer Platz é um território diferente do que um dia foi, repleto de luzes e sons

que atraem o pedestre a um mundo novo, eminentemente tecnológico. A praça muda de cor com a velocidade de um passo, altera-se aos nossos olhos como quem muda de roupa mas permanece com o mesmo corpo, mostra-se jovem, com ar de superioridade e olha para o restante da cidade como se fosse a resposta para muitos de seus problemas.

A construção da aparência, seja ela de uma vertente ultramoderna e tecnológica, seja vinculada às questões culturais e tradicionais, parece-nos ponto fundamental no entendimento de práticas do urbanismo contemporâneo, especialmente com a construção da nova Potsdamer Platz, que não constitui um espaço abandonado pelas lógicas capitalistas de produção, ou seja, não tratamos de área portuária abandonada ou galpões industriais obsoletos, mas sim de um *terrain vague* abarrotado de questões políticas e simbólicas, ocasionado por motivos bélicos e mantido por ideologias opostas. Aproveitando a oportunidade de uma área central historicamente importante para a cidade, tomou-se um objetivo a construção da imagem de Berlim como nova capital da Alemanha unificada, com a consequência quase inevitável de construir-se um cenário a fim de tornar a cidade uma grande mercadoria à venda, capaz de competir com diversas outras cidades aptas à tal categoria mercadológica.

A construção de cenários é comumente encontrada em diversas cidades. Áreas urbanas vazias, normalmente bem localizadas, tornaram-se vítimas da necessidade da cidade mostrar-se ao mundo como local propício para investimentos, visitas turísticas e como sede de eventos de diversas naturezas. Essas áreas potencialmente vocativas à espetacularização das cidades, os *novos outdoors da metrópole*,¹² têm como objetivo atrair olhares e investimentos financeiros – em uma economia mundial globalizada tão volátil quanto abstrata. Não nos esqueçamos que o financiamento das reformas e os projetos de intervenção contemporâneos são feitos em sua grande maioria por parcerias público-privadas, aumentando assim o desejo de parecer moderno, pois vincula-se o desenho e a aparência de um edifício à capacidade de atuação e competência de seu respectivo financiador. Nesse sentido, utilizar o termo *efeito parque temático*¹³ para retratar práticas de espetacularização do urbano contemporâneo não parece estranho, visto que os edifícios implantados em Berlim poderiam decolar do solo e pousar em Londres, Chicago, quem sabe em Dubai ou Kuala Lumpur.

O problema maior do crescimento da importância da imagem da cidade na arquitetura e no urbanismo é o fato de que a experiência urbana tende, nos casos da construção excessiva da imagem da cidade, a tornar-se estritamente visual. Serão símbolos e tipos, não mais lugares e espaços, cada vez mais ensimesmados e introspectivos, de modo que a paisagem urbana de determinado local poderá compor-se, em última análise, de colagens de cartões postais de outras cidades, construindo uma superficialidade assustadora. O exemplo da Potsdamer Platz reúne as características de diversos projetos contemporâneos. Tem escala pontual, tem parceria entre poder público e empresas privadas e tem o objetivo de modificar a imagem de determinada área desocupada ou obsoleta. Tem

qualidades, porque desencadeia a discussão entre visões culturalistas e progressistas e principalmente sobre o quão semelhantes podem ser hoje essas aparentemente distintas visões, já que ambas criam, ou recriam, espaços quase cenográficos, seja pela reprodução de modelos passados, seja pela edificação de um futuro tecnológico desvinculado do território em que se implanta.

Porém, o projeto Potsdamer Platz do início da década de 1990 carrega consigo uma questão histórica relevante. Será que a praça precisava – como de fato construiu-se – de dezenas de restaurantes e salas de cinema? Precisava de centenas de salas comerciais? Talvez sim, mas é mais provável que não. O que pretendo salientar aqui é a impossibilidade de voltar atrás em um projeto destinado a um *terrain vague*, registrando que é preferível deixar a área sem intervenção a liquidar com sua história edificando em seu local um projeto débil. O local vago onde outrora erigiu-se o World Trade Center, em Nova York, necessita de um novo edifício tão grande quanto as torres que caíram? Ou será que o vazio deixado por elas tem mais significado que a modernidade de novas estruturas que quase tocarão o céu e as centenas de guias que as colocarão em pé?

Não há o que procurar hoje na nova Potsdamer Platz, já que tudo nela é novo, mas há como encontrar vestígios dessa mesma nova praça em diversas metrópoles do mundo, já que ela não é mais berlinense, mas, sim, global.



Pisei pela primeira vez em Berlim em um dia de inverno, mas foi como se estivesse ali pisando há cinquenta invernos. A caminhada pela cidade trouxe essa nítida impressão. Pelas ruas, a leitura de tempos diversos fez-se clara: o modo de pensar a cidade do estilo internacional modernista coloca-se em uma área da cidade e difere-se completamente do modo de costurar a cidade que é próprio do pós-modernismo. São diferenças teóricas, mas também físicas: os edifícios implantados se mostram claramente distintos até aos mais distraídos.

A necessidade de renovação que impulsionou o primeiro momento histórico de que tratamos – Interbau –, e a de revitalização que proporcionou a rica experiência do segundo – IBA –, direcionam a linha da história da arquitetura e do urbanismo berlinenses para um terceiro capítulo que pode ser lido quando da discussão entre os dois primeiros colocados do concurso da nova Potsdamer Platz. A visão progressista contrapõe-se à culturalista teórica e formalmente, porém em muito se assemelham se observarmos que o objetivo de ambas é a configuração de um cenário – seja futurista, moderno e tecnológico, seja saudosista, bucólico e responsável por um resgate falso de formas que a seu tempo foram importantes, mas agora não mais – que não pertence a Berlim, mas a uma rede de cidades que se aproximam graças à arquitetura contemporânea que as constrói parecidas.

Ao caminhar por Berlim, por suas ruas repletas de história, por uma cidade que ironicamente poderia ser classificada – se assim fosse possível – como um *terrain vague edificado*, pode-se notar distintas camadas de arquitetura e urbanismo, as suas relações, diferenças conceituais que acabam por constituir o mosaico urbano visível passo a passo por entre seus vestígios, suas cicatrizes – igrejas destruídas e pedaços do Muro –, edifícios e caminhos..

Em toda cidade, os momentos relevantes de sua história se sobrepõem em camadas, deixando ilhas de objetos, resistências fragmentárias, que remetem a globalidades passadas, já impossíveis de recompor. Toda cidade viva tem como missão servir de ponte entre o passado e o futuro, já que não pode existir futuro sem memória do passado. (Montaner, 1997, p.163.)

NOTAS

1. Resgato aqui a figura de *flâneur* de Walter Benjamin, que percorrendo ruas transmite o que sabe como se fôra o detentor de muitas explicações.
2. Durante a Segunda Guerra a igreja foi alvejada diversas vezes, tendo o sino derrubado da torre. Por esse episódio, também é chamada pelos berlinenses de *Der hohle Zahn*, ou "o dente oco".
3. Kopp escreveu que a correlação entre projeto arquitetônico e projeto social fariam da arquitetura moderna uma causa social e política, além de um movimento de vanguarda.
4. Entre os quais, o projeto de John Hejduk em Friedrichstadt Sul, um conjunto de três edifícios, dois dos quais com cinco pavimentos e o terceiro com dez.
5. Sobre o conceito de *tabula rasa*, fundamental para o entendimento das questões modernas e de seu modo de intervir no espaço urbano, ver ARANTES, *Urbanismo em fim de linha*, 2001, p.96; e COLQUHOUN, *Modernidade e tradição clássica*, 2004, p.222; e KOPP, *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, 1990, p.125.
6. No centro da Potsdamer Platz foi instalado o primeiro semáforo da Europa no início do século XX, destacando a importância da praça na distribuição dos fluxos berlinenses.
7. Segundo Carlos Vázquez, os terrenos foram vendidos pela metade do preço estimado pela comissão de peritos do Estado Federal de Berlim.
8. Conceito criado pelo arquiteto Ignasi de Solà-Morales.
9. Koolhaas, que fazia parte do júri do concurso da nova Potsdamer Platz, escreve sobre o resultado do concurso em um artigo intitulado "Berlim, o massacre das idéias". Ver GHIRARDO, *Arquitetura contemporânea*, 2002, p.150.
10. Aprovado o projeto de Hilmer e Sattler como plano básico e geral de massas e volumetria, cada uma das três empresas convocou outro concurso para a edificação de suas respectivas áreas.
11. Otilia Arantes escreve que Berlim transformou-se no "maior *show-room* de arquitetura" do final do século XX, em "Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas", em ARANTES, VAINER & MARICATO, 2000, p.64.
12. Termo utilizado por Zeuler Lima em *A cidade como espetáculo*, 2000, p.3.

13. Há outra denominação para o que busco neste momento. O termo *efeito Disneylândia* aparece em Alexandre Suárez de Oliveira em *A construção da aparência*, 2000, p.33. Não é o objetivo utilizá-lo de forma pejorativa, mas ressaltando a maneira com a qual grande parte dos projetos contemporâneos apresentam-se, principalmente em relação a suas características comuns, como a desvinculação com os territórios em que se implantam e a aparente semelhança que se pode encontrar em projetos nos mais variados locais do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COLQUHOUN, A. *Modernidade e tradição clássica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- Ein Stück Grobstadt als Experiment Planungen am Potsdamer Platz in Berlin*. Frankfurt am Main: Hatje, 1994.
- GHIRARDO, D. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- JEUDY, H.-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1990.
- LIMA, Z. *A cidade como espetáculo: O arquiteto no paradoxo da estetização da cultura contemporânea*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MONTANER, J. M. *A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- OLIVEIRA, A. S. de. *A construção da aparência*. São Carlos, 2000. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- RIO, J. do. *A rua*. In: ABREU, J. L. N. *O flâneur e a cidade na literatura brasileira: proposta de uma leitura benjaminiana*. *Revista Virtual de Humanidades*, n.10, v.5, abril/jun. 2004.
- VÁZQUEZ, C. G. *Ciudad hojaldre. Visiones urbanas del siglo XXI*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

RESUMO

O artigo se propõe a narrar parte da história da arquitetura e do urbanismo berlinenses sob a ótica de um pedestre que busca identificar na paisagem da cidade elementos que o ajudem a ler períodos distintos do pensamento urbano. Baseado em duas Exposições Internacionais de Construção, uma da década de 1950, a Interbau, e outra de 1980, a IBA, o artigo busca levantar e analisar elementos típicos da arquitetura e do urbanismo presentes nesses eventos e encerra com uma interpretação do concurso para a nova Potsdamer Platz (década de 1990), acreditando delinear o contexto no qual se desenvolveram a arquitetura e os urbanismo modernos, pós-modernos e contemporâneos na cidade de Berlim. Com características próprias, frutos de momentos históricos distintos, os três exemplos somam-se na composição do mosaico edificado berlinense que, como um livro, adiciona capítulos sucessivos à medida que diferentes períodos proporcionam leituras variadas da mesma cidade.

PALAVRAS-CHAVE: cidade contemporânea, concursos internacionais, transformações urbanas, Berlim.

THE OVERLAPPING NATURE OF BERLIN

ABSTRACT

The article if considers to tell part of the history of the Berliner architecture and urbanism under the optics of a pedestrian, whom it searches to identify in the landscape of the city, elements that help it to read distinct periods of the urban thought. Based in two International Building Expositions, of 1950's the Interbau and 80's the IBA, the article searches to raise to analyze typical elements of the architecture and urbanism gifts in these events and locks up its vision with the competition for the new Potsdamer Platz (90's), believing to delineate the context in which the architectures and urbanisms modern, after-modern and contemporary in the city of Berlin had been developed. With proper characteristics, fruits of distinct historical moments, the three examples add themselves in the composition of the built Berliner's mosaic that, as a book, adds successive chapters to the measure that different periods provide varied readings of the same city.

KEYWORDS: *contemporary city, international competitions, urban transformations, Berlin.*

EPÍGRAFES ARQUITETÔNICAS: ASSINATURAS DOS ARQUITETOS
E CONSTRUTORES DA CIDADE DA SÃO PAULO

Anna Paula Silva Gouveia, Priscila Lena Farias, André Luiz Tavares Pereira, Haroldo Gallo

Professora doutora no Programa de Estudos Pós-graduados em Design do Centro Universitário Senac e no Programa de Pós-graduação em Artes da Unicamp | agouveia@sp.senac.br | annagouveia@iar.unicamp.br

Doutora em Comunicação e Semiótica | Coordenadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Design | Centro Universitário Senac | priscila.lfarias@sp.senac.br

Doutor em História | Pós-doutorando no Programa de Estudos Pós-graduados em Arquitetura e Urbanismo | FAU-USP | andretavarestap@gmail.com

Doutor em Arquitetura e Urbanismo | Professor no Programa de Pós-graduação em Artes | Unicamp | haroldogallo@uol.com.br

EPÍGRAFES ARQUITETÔNICAS: ASSINATURAS DOS ARQUITETOS E CONSTRUTORES DA CIDADE DA SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo vive um momento característico nesta primeira década do século XXI. O aniversário de 450 anos da cidade, entre outros eventos, chamou a atenção de muitos setores da sociedade para seu patrimônio histórico, cultural e artístico. Isso se refletiu na revalorização do centro histórico da cidade, incluindo a recuperação de edifícios, praças e outros componentes da paisagem urbana. Alguns elementos importantes deste cenário, contudo, frequentemente passam despercebidos aos profissionais da área de patrimônio e restauro arquitetônico. Entre eles, estão desenhos, texturas, adornos, letras e números integrados à composição da fachada dos edifícios. Estamos aqui especialmente interessados nos elementos tipográficos¹ (letras e números) inseridos nessas fachadas. A importância desses elementos na constituição da paisagem urbana foi enfatizada por autores como Nicolette Gray (1960, 1986), Alan Bartram (1975), Jock Kinneir (1980), Phil Baines e Catherine Dixon (Baines & Dixon 2003).

Este artigo é parte de uma pesquisa mais extensa que tem como objetivo mapear as diferentes formas de inserção tipográfica na arquitetura do centro histórico de São Paulo. O recorte espacial da pesquisa compreende uma área de aproximadamente 950.000 m², com cerca de 670 edifícios, cujos limites são: largo S. Bento, Pátio do Colégio, praça João Mendes, rua Riachuelo, rua Dr. Falcão, viaduto do Chá, rua da Consolação, av. São Luiz, av. Ipiranga, largo Paissandu, av. São João.

A tipografia, tradicional foco de interesse de designers gráficos e designers de tipos, está há muito associada à arquitetura e à cidade. Edifícios antigos em centros urbanos geralmente exibem letreiros em suas fachadas, muitas vezes exclusivos, possivelmente projetados junto com o edifício (Gray, 1960, 1986; Bartram, 1975; Valladares, 1976; Kinneir, 1980; Baines & Dixon, 2003). Encontramos hoje, no centro histórico da cidade de São Paulo, letras aplicadas em diferentes partes dos edifícios, e elaboradas em materiais muito variados. Tais conjuntos tipográficos funcionam basicamente como denominadores ou sinalizadores. Essas inserções são geralmente encontradas em portas, janelas, guarda-corpos, portões, em apliques e baixos-relevos em cantaria, alvenaria ou serralharia. Há também alguns casos nos quais a tipografia aparece em placas de sinalização, indicando entradas, saídas, elevadores etc. Encontramos inserções em objetos como caixas de correio, caixas para depósitos bancários, no número e no nome do edifício e nas epígrafes arquitetônicas.

As epígrafes arquitetônicas podem ser definidas como verdadeiras *assinaturas*, destacando a indissolubilidade da relação entre a forma de um artefato arquitetônico, o processo que o gerou e a personalidade de quem o projetou e executou. Os textos das epígrafes identificam o arquiteto ou engenheiro autor do projeto, ou a construtora que executou a obra. Ocasionalmente, informam também a data de construção ou inauguração do edifício e o nome de seu proprietário. Por todos esses motivos, as epígrafes contribuem para a configuração da identidade visual, estética e cultural da cidade, e, do ponto de vista de patrimônio e memória, exibem um efetivo caráter documental.

Essas inscrições são, geralmente, gravadas nas rochas ornamentais utilizadas no revestimento das fachadas dos edifícios. As rochas mais comuns, no caso do centro histórico de São Paulo, são os granitos e mármore. Grande parte das epígrafes foi gravada, de maneira sutil, na base dos edifícios, entre 0,5 m e 1,0 m do piso, próximas às portas da entrada principal. Dentro do perímetro estudado, 120 edifícios apresentam epígrafes arquitetônicas, o que representa cerca de 20% do total estimado de 670 edifícios existentes na área.

As epígrafes arquitetônicas podem ser estudadas e analisadas de diferentes formas, levando-se em consideração seus aspectos materiais, formais, informativos e simbólicos. Neste artigo, enfatizamos os aspectos formais e informativos dessas epígrafes e sua contribuição para o estudo da história da arquitetura paulistana.

AS EPÍGRAFES DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Os limites temporais de nossa análise são estabelecidos pelo incremento da ocupação do centro da cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX, e pela data de execução das obras presentes nesse núcleo. Estudos importantes sobre essa fase do desenvolvimento urbano de São Paulo e seus agentes podem ser encontrados em Lemos (1981), Carvalho (1999), Campos (2000), Simões Junior (2004) e Ficher (2005).

Estilisticamente, os edifícios presentes nessa área e os seus respectivos elementos gráficos podem ser classificados, genericamente, como ecléticos – em versões que vão do neogótico ao barroco revisitado, *art-déco* e modernistas funcionais –, tendo datações que se iniciam na primeira década do século XX, estendendo-se até as décadas de 1950 e, eventualmente, 1960 e 1970.

As epígrafes encontradas apresentam textos gravados, em sua maioria, em letras maiúsculas, geométricas e sem serifa, seguindo modelos encontrados na tipografia comercial do século XIX, no *art-nouveau*, no *art-déco* e no modernismo do início do século XX. A absoluta maioria das epígrafes apresenta textos com duas ou três linhas, centralizadas ou alinhadas pelos dois lados. Os exemplos de epígrafes com data mais recuada que pudemos registrar em nossa catalogação são aquelas dos edifícios ao redor das ruas Direita, São Bento, Álvares Penteado e 15 de Novembro.

Embora algumas das inscrições tragam datas e nomes enunciados de modo claro, muitas se compõem apenas da identificação sumária do construtor, engenheiro ou arquiteto. Em algumas ocasiões, esse mesmo nome vem grafado em abreviaturas que devem ser decifradas. É o caso da epígrafe AUG. FRIED · ARCH., abreviatura de “Augusto Fried Architecto” (Figura 1), inscrita na fachada do prédio da Casa Irmãos Vitale, na esquina das ruas Quintino Bocaiuva e Direita. A data de 1910, no entanto, pode ser encontrada abaixo do brasão no alto do edifício, na fachada da rua Quintino Bocaiuva, juntamente com outros apliques e adornos. Essa epígrafe é um dos exemplares mais antigos encontrados, e pode ser vista na base de um dos pilares, à direita da entrada principal, a 1 m de altura do piso. Mede 5,5 cm de altura por 64,5 cm de largura. A tipografia é legível, consistindo em letras sem serifa de contorno retangular com cantos arredondados. Não é possível determinar o tipo de revestimento sobre o qual a epígrafe foi gravada, pois a superfície encontra-se pintada, com várias camadas de tinta.



Foto: Havelano Gallo

Figura 1 – Epígrafe arquitetônica da Casa Irmãos Vitale, onde se lê: AUG. FRIED · ARCH.

O estudo cuidadoso dos textos das epígrafes pode fornecer pistas importantes sobre a época de construção dos edifícios, uma vez que palavras como “projecto/projeto”, “architecto/arquiteto” e “constructor/construtor” possuem grafias diferentes antes e depois da reforma ortográfica de 1943.

Embora tenha sido possível identificar epígrafes em edifícios construídos desde a primeira década do século XX, os anos 30, 40 e 50 são os mais pródigos e fartos em exemplos, modelos e número de epígrafes. De certa maneira, o incremento nos modelos e o aumento de sua ocorrência acompanharam o processo de expansão urbana de São Paulo, da área tradicional, demarcada pelo famoso *triângulo* das ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento, em direção ao centro “novo”, do outro lado do viaduto de Chá. Esse período também é marcado pela renovação arquitetônica de espaços tradicionais, como o largo São Francisco, da Sé e da praça João Mendes.

Assim, podemos dizer que o desenvolvimento das epígrafes está vinculado ao processo de valorização da área central de São Paulo, e coincide com a verticalização da cidade. Segundo Silva (2004, p.103), a verticalização é um fenômeno que adquire grande importância nas décadas de 1960 e 1970, mas que tem suas bases nas décadas de 1920 a 1940. De acordo com ele, “os edifícios altos e áreas verticalizadas constituíam toda uma simbologia que tem o seu espaço na própria história da cidade, associados à idéia de modernização, de progresso e aos êxitos econômicos da metrópole” (Silva, 2004, p.103).

O incremento e a expansão do ramo da construção civil e da arquitetura determinaram um natural acréscimo de importância e prestígio para escritórios. É provável que, disputando o mercado, as diversas companhias tenham buscado a criação de marcas personalizadas, assinaturas distintas com as quais pudessem assinalar suas obras, uma vez construídas. Em *Os arquitetos da Poli* (Ficher, 2005), Sylvia Ficher menciona a existência de uma polêmica em torno da correta grafia dos termos “arquitetura” e “arquiteto” no final da década de 1920. De acordo com a autora, um artigo não-assinado, intitulado “Arquitetos, Arkitetos e Architectos,” publicado na *Revista de Engenharia Mackenzie* em 1927, revela que as diferentes grafias possuíam fortes conotações ideológicas antes da reforma ortográfica de 1943 (Ficher, 2005, p.179). Entre os anos 20 e 40, com a criação do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil,² do sistema colegiado Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea), e com a regulamentação profissional de 1933, os engenheiros civis e engenheiros arquitetos graduados³ adquirem privilégios de exercício em relação aos construtores não-diplomados no que diz respeito ao direito legal de projetar e construir, elevando ainda mais suas distinções sociais.

As epígrafes arquitetônicas, nesse contexto, ensejam uma dupla leitura: o texto certifica que o edifício é projetado por profissional qualificado e legalmente habilitado, e, ao mesmo tempo, a qualidade do desenho da letra e da gravação confere distinção e

requite à obra arquitetônica. Em termos atuais, as epígrafes desempenham o papel de um verdadeiro *selo de qualidade do produto*. Com o passar dos anos, verifica-se uma sensível diminuição no número e refinamento das gravações, decréscimo que acompanha a diminuição no ritmo de construção na área estudada.

ANÁLISE FORMAL DAS EPIGRAFES ARQUITETÔNICAS PAULISTANAS

As epígrafes arquitetônicas paulistanas são gravações executadas, em sua absoluta maioria, sobre placas de rochas que compõem o revestimento do edifício. Encontramos, em alguns casos, epígrafes arquitetônicas executadas em alvenaria ou em placas de metal. Embora possamos verificar a generalização da prática de inserir epígrafes nas laterais das entradas principais dos edifícios, em alturas de cerca de 1 m do solo, sua disposição pode variar.

Na epígrafe do edifício Ouvidor, gravada em rocha de coloração verde-escuro, na rua José Bonifácio, 250, por exemplo, o nome do engenheiro arquiteto Alfredo Mathias encontra-se praticamente escondido, a 20 cm de altura da calçada. As epígrafes arquitetônicas do edifício Martinelli, por sua vez, estão dispostas a cerca de 1,5 m do solo, ao lado das entradas do edifício. A altura e posição dessas epígrafes facilitam a visão dos que passam pela rua Libero Badaró e rua São Bento. A epígrafe localizada na São Bento possui 56,5 cm de largura por 31 cm de altura, e é gravada em granito marrom avermelhado.

As características particulares do material em que se gravam as epígrafes acabam por determinar, também, a aparência final das letras. Os sulcos resultantes das inscrições nas rochas aparecem em três formas predominantes: em V, em U ou em fundo plano, geralmente escareado. Em materiais mais resistentes, como os granitos, o processo de inscrição faz com que os sulcos adquiram um tom esbranquiçado que confere clareza e destaque automático ao texto. Esse efeito pode ser observado de modo claro nos exemplos das epígrafes dos edifícios Brasil (Capua & Capua, Figura 2), José Bonifácio (Antônio A. Villares da Silva, Figura 3) e Justiça Federal (Martins Döbereiner, Figura 4).

Em revestimentos mais porosos, como o mármore travertino ou os granitos escareados, a epígrafe pode, virtualmente, desaparecer ou ocultar-se. Na inscrição ESC. TECH. PUJOL JR | F. REIMANN, T. A. CARVALHO e D. TASSINI, encontrada no edifício do Banco do Brasil na rua Álvares Penteado, 112, a leitura clara depende da passagem dos dedos sobre os sulcos. A gravação é realizada sobre granito equigranular fino, de cor marrom róseo, com escarificação de toda a superfície do revestimento, gerando pouco ou nenhum contraste de luminosidade entre os níveis de relevo.

Em outras situações, obtêm-se belos e requintados efeitos, apesar da dificuldade de gravação em rochas constituídas de minerais de dureza (resistência ao risco) mais alta. Este é o caso da epígrafe N. LUIZ DO REGO (Figura 5), no edifício Anhembi, na rua



Foto: Haroldo Gallo

Figura 2 – Epígrafe arquitetônica do ed. Brasil, onde se lê: CAPUA & CAPUA | ENG^{ROS} ARCHITECTOS E CIVIS.



Foto: ANSA Gouveia

Figura 3 – Epígrafe arquitetônica do ed. José Bonifácio, onde se lê: ANTONIO A. VILLARES DA SILVA | ENGENHEIRO CIVIL.



Foto: ANSA Gouveia

Figura 4 – Epígrafe arquitetônica do ed. da Justiça Federal, onde se lê: PROJECTO E CONSTRUCCÃO | MARTINS DOBEREINER | E CIA. LDA.

Senador Feijó, 64, onde as letras escareadas sobre granito preto, polido e brilhante são destacadas pela luz que incide sobre elas, conferindo destaque ao seu desenho *art-déco*. Essa epígrafe, medindo 22,5 cm de largura por 17,5 cm de altura, possui letras de tamanhos variados, frisos, ressaltos e elementos curvos que, em alinhamento um pouco desordenado, ajudam a definir seu caráter peculiar.

Algumas epígrafes arquitetônicas revelam desenhos onde a concisão alia-se à criatividade. Nesse grupo inclui-se a epígrafe CAPUA & CAPUA (Figura 2), encontrada no edifício Brasil, na rua Conselheiro Crispiniano, 29. Medindo 30,6 cm de largura por 8 cm de altura e gravada em granito preto equigranular fino, tem as extremidades de seus originais “Cs” alongadas, sublinhando as demais letras. Aqui encontramos um singular exemplo de uso de tipografia estêncil geométrica que resulta em um conjunto de especial coerência e novidade de desenho.



Figura 5 – Epígrafe arquitetônica do ed. Anhembi, onde se lê: N. LUIZ DO REGO | S. M. RODER LTD. | ENGS – ARCHITECTOS | CONCRETO | ARMADO.

Em outras situações, prevalece a simplicidade. A epígrafe ANTÔNIO A. VILLARES DA SILVA | ENGENHEIRO CIVIL (Figura 3), encontrada na rua Senador Paulo Egídio, 34, no prédio José Bonifácio, por exemplo, prima pela elegante discrição. Revela, nas dimensões de 54 cm de largura por 4,5 cm de altura, de forma reservada e modesta, a assinatura do idealizador ou construtor, gravada em granito preto, de granulação fina, polido e brilhante. Essa economia faz com que a gravação ganhe o aspecto e o significado de um *cartão de visitas*, principalmente por estar composto em alinhamento centralizado, com letras sem serifa de caráter geométrico.

Em outras situações, a técnica inverte os planos, fazendo surgir da pedra as letras pela escarificação dos fundos, e não pela incisão direta da forma desejada. Essa variante torna as letras salientes pelo desbastamento de seus contornos. Nessa categoria estão também as epígrafes do edifício Sulacap, descritas na próxima seção (Figuras 8 e 9).

O desenho renovado da tipografia manifesta-se de modo amplo na execução das epígrafes arquitetônicas, e os exemplos que comentamos aqui fazem parte de um conjunto extenso que comporta grande número de variações. Cada caso acrescenta uma novidade no repertório visual, e seu desenho final resulta da habilidade do gravador e de sua capacidade de explorar as possibilidades da técnica e do material de que dispõe.

Algumas epígrafes arquitetônicas sofreram alterações que comprometem a percepção de seus traços originais. O mais comum é encontrarmos epígrafes cobertas por camadas de tinta que planificam a superfície. Em outras situações, partes da gravação são danificadas pela quebra e remoção parcial da rocha de revestimento da fachada, como é o caso da epígrafe CHRISTOFFEL & CIA, encontrada na rua Álvares Penteado, 34 (Figura 6), ou a letra D na epígrafe AUG. FRIED · ARCH. (Figura 1).

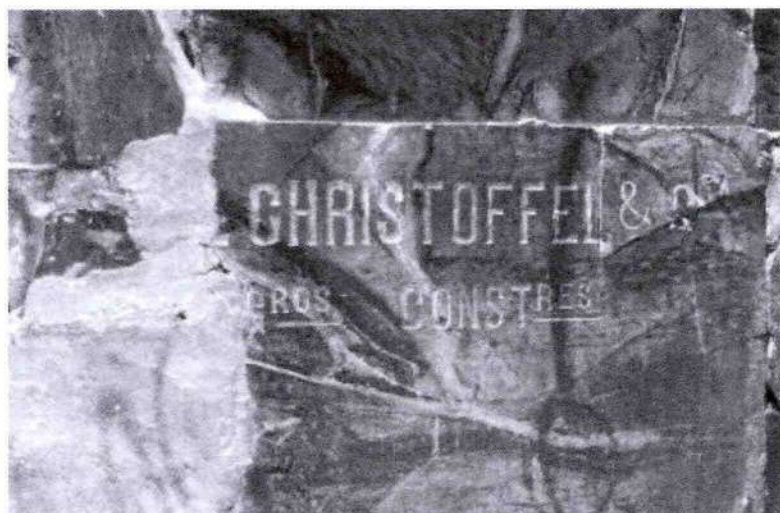


Figura 6 – Epígrafe arquitetônica na rua Álvares Penteado, 34, onde se lê: [RANGEL] CHRISTOFFEL & CIA | [----]ROS CONSTRÊles. Este era o aspecto da epígrafe antes de julho de 2007, quando foi coberta por camada de esmalte sintético na cor laranja.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA ARQUITETURA PAULISTANA

O estudo das epígrafes arquitetônicas tem, entre seus objetivos, a identificação dos artífices envolvidos em sua criação. Tal informação faz parte de um banco de dados em que se pode verificar a participação efetiva de escritórios e grupos de construtores na configuração do espaço construído no centro da cidade.⁴

Verificamos que as epígrafes podem trazer informações importantes que atestam fatos relevantes da história da arquitetura na cidade de São Paulo. Assim é, por exemplo, com as epígrafes que se podem ver no edifício Sul América de Capitalizações – Sulacap, na rua Anchieta, 35, próximo ao Pátio do Colégio (Figuras 7, 8 e 9). O edifício possui uma epígrafe do lado esquerdo e outra do lado direito da entrada da rua Anchieta. Na epígrafe da esquerda (Figura 8), podem-se ler os nomes dos arquitetos R. R. Prentice (Robert R. Prentice) e J. Pilon (Jacques Émile Paul Pilon). Na da direita (Figura 9), encontramos referência à CIA Constructora Nacional S/A e à empresa Wayss & Freytac.

Prentice, arquiteto de origem escocesa, é responsável por projetos relevantes executados no Rio de Janeiro, como a estrutura metálica da estação Leopoldina ou o edifício Standard, famoso em sua época por ser o primeiro a incluir um sistema de ar condicionado central. O arquiteto utilizou, em sua incursão paulistana, entre 1933 e 1934, alguns elementos que adotou também no Rio de Janeiro, em projetos como o do edifício da companhia americana Standard Oil Co., tais como a marquise projetada em balanço ao redor do perímetro do edifício, a inspiração naval dos ornamentos e gradis, as formas sólidas e abauladas dos volumes, os ressaltos em concreto em forma de largas faixas retangulares aplicadas sobre a superfície. Nesta epígrafe, através da expressão “F. RIBA”, Prentice é apresentado como arquiteto formado pelo Royal Institute of British Architects.

Jacques Pilon, arquiteto de origem francesa que trabalhou com Prentice no Rio de Janeiro e, posteriormente, com Francisco Matarazzo Neto na Pilon & Matarazzo Ltda., também registra sua formação acadêmica nesta epígrafe, através da sigla “DPLG” (*Diplômé par le Gouvernement*).

A Companhia Construtora Nacional, responsável pela construção da obra, é fruto do encampamento, em 1928, da antiga Cia. Construtora em Cimento Armado pela empresa germânica Wayss & Freytag (nome grafado na inscrição como Wayss & Freytac). Esse fato é sugerido, na epígrafe da direita, pelo destaque dado ao nome da Companhia Construtora Nacional, e também pela adoção de um tamanho menor de letra para o nome da empresa germânica, que aparece subscrito e entre parênteses.

As epígrafes evidenciam, aqui, a existência de intercâmbios entre diferentes ambientes acadêmicos e profissionais europeus e brasileiros, no processo de edificação da cidade. Elas são, nesse sentido, provas documentais de que algumas práticas, que hoje podemos relacionar à chamada “era da globalização”, já eram relevantes na São Paulo do início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de assinar edifícios, revelada pelo estudo das epígrafes arquitetônicas, pode ser compreendida e analisada como uma atividade que contribui para a configuração da paisagem que dá origem à identidade visual, estética e cultural de nossas cidades. No caso de São Paulo, as epígrafes do centro histórico são evidências da presença dos agentes envolvidos na construção desse espaço e dos intercâmbios acadêmicos e profissionais entre os agentes, testemunhas do processo de verticalização da cidade. Elas possuem, do ponto de vista das noções de patrimônio histórico, um efetivo *valor documental*, relacionado ao processo material de sua realização, que deve ser preservado e transmitido.

As epígrafes são também registros materiais, perenes e públicos, de um momento da história da arquitetura paulistana no qual a atividade do engenheiro civil e do arquiteto ganha *status* de profissão qualificada, especializada e regulamentada, concedendo a esses profissionais privilégios na configuração do espaço urbano e distinções no meio social. Evidenciam uma determinada postura de valorização da autoria,



Figura 7 – O edifício Sul América de Capitalizações – Sulacap (atual sede da Sul América Saúde), projeto de R. Prentice e J. Pilon.



Figura 8 – Epígrafe arquitetônica encontrada no ed. Sul América de Capitalizações – Sulacap (atual sede da Sul América Saúde), onde se lê: ARCHITECTOS | R.R.PRENTICE | F. RIBA | J.PILON | DPLG.



Figura 9 – Epígrafe arquitetônica encontrada no ed. Sul América de Capitalizações – Sulacap (atual sede da Sul América Saúde), onde se lê: CONSTRUCTORES | CIA CONSTRUCTORA NACIONAL S/A | (WAYSS & FREYTAC).

reconhecendo a indissolubilidade entre o artefato arquitetônico criado e realizado e seus processos e agentes. Elas desempenharam, sem dúvida, o papel de elementos valorizadores de produto, verdadeiros atestados, papel atualmente desempenhado pelos selos de certificação.

Devido à sua natureza discreta, quase imperceptível para o usuário da cidade, as epígrafes arquitetônicas são frequentemente negligenciadas ou simplesmente ignoradas. Por esse motivo, correm o risco de ser adulteradas, removidas ou irreversivelmente danificadas. A verificação da presença de epígrafes e a atenção com sua conservação são especialmente relevantes em projetos que envolvam a substituição de revestimento, limpeza ou pintura de fachadas, em ações tanto restaurativas quanto conservativas dos bens arquitetônicos.

Argumentamos, assim, que as epígrafes arquitetônicas devem ser compreendidas e valorizadas não apenas em seus aspectos formais ou visuais, por sua identificável beleza, mas também por seu caráter informativo, indispensável para a construção de uma história mais completa da arquitetura da cidade. Dessa forma, esse trabalho adquire a dimensão de um alerta, pois podemos dizer que qualquer projeto de conservação, revitalização ou restauro de edifícios presentes no núcleo histórico estudado deve levar muito seriamente em consideração as características de seus elementos tipográficos como integrantes da sua materialidade construtiva.

NOTAS

1. A tipografia é compreendida, aqui, de forma ampla, como manifestação gráfica que utiliza caracteres ortográficos (letras) e paraortográficos (números, sinais de pontuação etc.), independentemente da forma de obtenção desses caracteres (por processos mecânicos ou manuais).
2. Originalmente criado no Rio de Janeiro em 1921, o órgão adquire seu caráter nacional e federativo a partir de 1943, com a criação do Departamento de São Paulo.
3. A formação de arquitetos com titulação e currículo autônomo das engenharias só veio a ocorrer, em São Paulo, a partir de 1947.
4. Alguns resultados preliminares desta análise foram apresentados em Farias et. al (2007) e Gouveia et. al. (2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, P., DIXON, C. *Signs: lettering in the environment*. London: Collins Design, 2003.
- BARTRAM, A. *Lettering in architecture*. London: Lund Humphries, 1975.
- CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2000.
- CARVALHO, M. C. W. de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FARIAS, P. L., GOUVEIA, A. P. S., PEREIRA, A. L. T., GALLO, H. Embodied in Stone: Traces of the History of Architecture Engraved in Public Space. In: *Design/Body/Sense: Physical and Psychological Embodiment in Design* – The Design History Society Annual Conference, 2007 (no prelo).
- FICHER, S. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.
- GOUVEIA, A. P. S., PEREIRA, A. L. T., FARIAS, P. L., BARREIROS, G. G. Paisagens tipográficas – lendo as letras nas cidades. *InfoDesign – Revista Brasileira de Design da Informação*, 2007 (no prelo).
- GRAY, N. *Lettering on buildings*. New York: Reinhold, 1960.
- _____. *A history of lettering: creative experiment and letter identity*. Boston: David R. Godine, 1986.
- KINNEIR, J. *Words and buildings, the art and practice of public lettering*. London: Architectural Press, 1980.
- LEMOS, C. A. C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SILVA, L. O. da. Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada. In: Campos, C. M. (org.) *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.
- SIMÕES JUNIOR, J. G. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- VALLADARES, C. do P. *Memória do Brasil: um estudo da epigrafia erudita e popular*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1976.

RESUMO

Este artigo apresenta alguns resultados de uma investigação sobre tipografia inserida no ambiente urbano, com especial interesse nas assinaturas de arquitetos e construtores dos edifícios, denominadas epígrafes arquitetônicas. Destacam-se as relações de autoria e o sentido de preservação implícito nessa prática, além do seu caráter documental. Através de exemplos, demonstra-se a relevância do estudo destes elementos epigráficos para o resgate da identidade e do patrimônio da cidade, e também para uma melhor compreensão da história da arquitetura paulistana.

PALAVRAS-CHAVE: história da arquitetura, arquitetura paulistana, tipografia, inscrições.

**ARCHITECTONIC EPIGRAPHS: SIGNATURES OF
SÃO PAULO CITY ARCHITECTS AND CONSTRUCTORS**

ABSTRACT

This paper presents some results of an investigation on typography in the urban environment, with a special interest in the signatures of architects and constructors of the buildings, denominated architectonic epigraphs. Relations of authorship, and the implicit sense of preservation found in this practice are highlighted, as well as its documental character. Through some examples, the relevance of the study of such epigraphic elements to the rescue of the city identity and heritage, and also to a better comprehension of the history of São Paulo city architecture, is demonstrated.

KEYWORDS: history of Architecture, São Paulo city architecture, typography, inscriptions.

A LÓGICA ESPACIAL DE JOHN RUSKIN | Cláudio Silveira Amaral

Arquiteto e urbanista pela PUC-Campinas

Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP

Professor doutor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações da UNESP

cs.amaral@faac.unesp.br

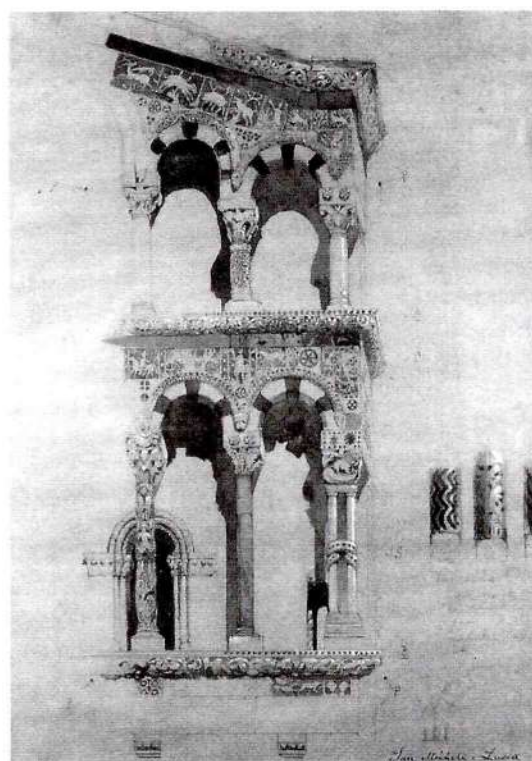


Figura 1 – J. Ruskin, *Fachada de San Michele, Lucas*.

A LÓGICA ESPACIAL DE JOHN RUSKIN

A estrutura lógica da teoria da percepção de John Ruskin será dividida, para uma melhor compreensão, em três fases distintas: a natureza, a pintura e a arquitetura. Essas fases se desdobram nos seguintes temas: a forma natural, a primeira impressão, a teologia, a composição natural, a estética natural, a composição na pintura e a composição na arquitetura. Tanto as fases como os temas tendem a se misturar. Por isso, a divisão apresentada é apenas um indicativo de leitura. Essa divisão é uma das possíveis interpretações a se fazer da obra ruskiniana, pois Ruskin costuma fazer associações entre assuntos que, em princípio, não se relacionam. Por exemplo, ao falar da paisagem, inclui lembranças de sua vida pessoal, assim como elementos de outras paisagens. A sua lógica é poética, portanto, não será apresentada em forma de relato, mas como interpretação de uma obra de arte.

A NATUREZA

A teoria da natureza de Ruskin reserva ao olhar um papel fundamental. Ele dizia que enxergar é *poesia, profecia e religião ao mesmo tempo*. O olho assume o papel de destaque. É um olhar carregado de significações, que enxerga para além do imediato. Nesse olhar, Ruskin destacou um assunto que irá orientar as demais fases de suas ideias: a sua concepção de *natureza*.

Para Ruskin, tudo o que existe na natureza (homens, animais, vegetais, minerais ou qualquer outro elemento) possui uma forma. Sejam quais forem esses elementos, essa

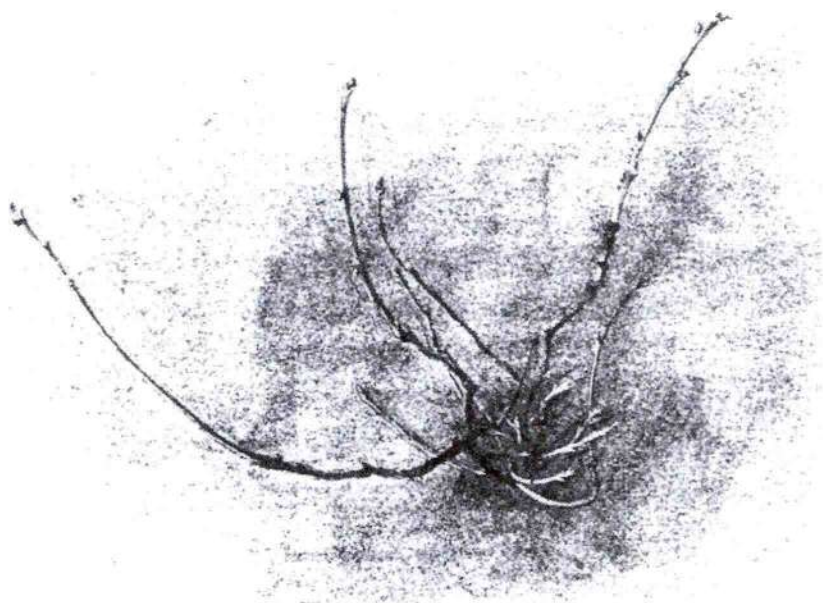


Figura 2 –
J. Ruskin, estudo:
Desenho de galho.

Em *Modern Painters*, Ruskin fez uma espécie de inventário dos elementos da natureza, chamando a atenção para o que qualificou de *essência* da alma, a que deu o nome de *verdade*. Assim, cada elemento natural ruskiniano seria depositário de uma *verdade*, isto é, de uma *essência* que o distinguiria dos demais elementos naturais, atribuindo-lhe um *caráter*. Como exemplo, Ruskin ilustrou a *essência* das nuvens, dizendo que a sua *verdade* era de difícil compreensão, pois as nuvens se deslocam o tempo todo, porém, existe algo que permanece e que pode classificá-las: o seu local em termos de altitude no céu.

Em outros capítulos de *Modern Painters*, Ruskin inventariou outros elementos da natureza: montanhas, vegetais, minerais, animais, homens. No entanto, para além das *verdades* desses elementos, existiria uma outra mais importante, à qual ele deu o nome de *composição natural*.

A *composição natural* é um tipo de relacionamento que existe entre os elementos naturais; é, na verdade, a sua ética.

O animismo ruskiniano criou uma inusitada teoria da percepção. Para Ruskin, a percepção se baseia na apreensão de um *espírito* que surge do ato da visualização do objeto. Apreender sensorialmente um objeto é sentir o seu *espírito*, ou sentir a sua *moral*. Assim, o estético seria o resultado de um procedimento que é ao mesmo tempo sensorial (fruto do sentido da visão) e intelectual (fruto da apreensão de uma *moral*). No entanto, o que interessa a Ruskin não é a *moral* individual do elemento, mas a resultante de um relacionamento harmonioso, ou seja, a *composição natural*.

Em Ruskin, ética, moral e caráter são noções que, em última instância, não se diferenciam umas das outras. Ao tratar do *caráter* de um objeto, ele estava, na realidade, referindo-se a um juízo de valor, a uma *moral*. O *caráter* definiria parcamente a *essência* da matéria do objeto. Contudo, essa *essência* não definiria um bem ou um mal, um certo ou errado, mas uma predileção para o bem ou mal, para o certo ou errado. Essa definição

forma será sempre dotada de uma parte material e outra espiritual, que chamou de *alma*. Dessa maneira, não era estranho, à época, afirmar que a floresta, o mar e o céu possuíam alma e sentimentos.

Na forma ruskiniana, é preciso dizer que a parte material seria composta por um desenho e uma parte *espiritual* ou *alma*, que ele também chamou de *moral*. Ruskin esclarece que o desenho da matéria é composto por linhas curvas não-fechadas.

É como se víssemos tudo o que existe no Universo por meio de um microscópio e enxergássemos apenas linhas curvas.

ocorreria apenas após ter havido um tipo particular de relação entre as partes que resultasse em um estado de equilíbrio, ou seja, a sua noção de *composição natural*.

Ruskin dizia que podemos idealizar o infinito, mas jamais o veremos de fato. Para ele, a busca de conhecimentos tem que operar sempre com a noção de infinito, a despeito de só conseguir chegar a um finito. Porém, essa busca poderia, por etapas, ir um pouco além de onde se encontra. Assim, operar no infinito seria apenas um sonho para o homem. Diferente do sonho, os conhecimentos e a imaginação nunca ultrapassarão os seus limites na realidade. Ruskin deduziu que o infinito só pode ser apreendido através do sentir – que nunca é preciso –, mas jamais será apropriado ou sequer totalmente representado.

Esse é um dos motivos pelo qual Ruskin se apaixonou pelas pinturas de Turner.¹ Dizia que, ao pintar paisagens, Turner não reproduz o que vê, mas o que sente. Assim, costumava incorporar lembranças de outras paisagens ou de outros momentos ao tema pintado. Nunca definia as linhas de contorno dos elementos constituintes de sua paisagem, deixava-os inacabados para que penetrassem uns nos outros, criando, assim, a sensação de *um todo*.

A noção de *um todo* é de fundamental importância para a teoria da percepção ruskiniana, pois, de acordo com a sua noção de *estética*, o que interessa é a apreensão do resultado da relação entre as partes e não as partes em si.

Em contrapartida, Ruskin dizia que, qualquer que fosse o objeto, ele sempre transmite algo de si para quem o vê. Além disso, o que transmite pode ser captado sensorialmente pelo espectador sem que o objeto o anuncie verbalmente. Em suma, seria essa a sensação de *um todo*.

É em razão de fundar a composição sobre uma noção de forma retirada do horizonte da pintura que Ruskin sobrepôs uma apreensão estética pitoresca à dimensão verbal. A composição ruskiniana é uma composição *pitoresca*, em que as partes apenas estão a serviço da expressão da totalidade, percebidas apenas como sensação. Como exemplo dessa sensação, Ruskin citou o fenômeno do pôr do sol,

momentos antes do sol se pôr, quando a luz se torna pura cor de rosa, quando se derrama no horizonte inundando as inúmeras nuvens de flocos de vapor, será esse o momento em que se podem sentir o infinito, o múltiplo e o intenso. O céu inteiro se transforma em um único, dissolvendo-se no mar, nas montanhas, nas árvores, transformando tudo em cor de fogo, tudo o que é preto fica dourado, as nuvens, as sombras se tornam cor de púrpura, associando-se a cores impossíveis de serem descritas ou sequer imaginadas. Tudo se torna um único em um instante de visão, é o momento em que o intenso azul do céu desaparece para em seu lugar surgir uma luz intensa que emoldura formas em formas como se fossem corpos transparentes densos de vapor até se perder em um filete dourado e desaparecer. (Ruskin, 1848, v.I, p.161; tradução do autor.)

Para Ruskin, seria o artista, através de sua arte, o propagandista dessa *verdade natural*. A *verdade* ruskiniana surge em decorrência de estados de contemplação, os quais se constituem em apreensões de sensações transmitidas por um objeto a um espectador. A *verdade* só pode ser apreendida, segundo ele, a partir de uma *primeira impressão*, ou seja, o primeiro contato visual.

Para Ruskin, a noção de *primeira impressão* diz respeito a categorias de forças metafísicas de origem desconhecidas. Essa noção corresponde a uma espécie de captura do *espírito* da matéria ou de seu *caráter*. Esse *espírito* ou *caráter* é apreendido pelo sentido da visão do espectador no exato momento em que ele vê o objeto pela primeira vez. Além disso, essa impressão é portadora de associações de assuntos diversos que brotam da memória do espectador assim que avista o objeto.

Ruskin refere-se a Turner como exemplo desse tipo de percepção, dizendo que a pintura de Turner é como uma visão sonolenta em que os objetos parecem uma lembrança sem muita definição. Turner pinta conforme o que sente, não apenas com o olhar, mas com memórias que evocam fatos, angústias, tristezas, alegrias. Segundo Ruskin, *ele não pinta o que vê, ele pinta o que sente*.

Essa maneira de tratar o processo da percepção e, portanto, de conceber a sua função, evidencia, em sua origem, a existência de uma sensação privilegiada, ocasionada pela *primeira impressão*, a qual captaria apenas e tão-somente a noção muito imprecisa de *um todo*. Sempre dúbia, a sensação permanece em mistério. Ela nunca afirma, apenas sugere. Em suas ideias, Ruskin chamou essa modalidade de percepção de *sublime*, isto é, além de imprecisa, essa sensação seria grandiosa, estaria acima da compreensão humana, sua lógica não seria plenamente entendida. Para ele, *sublime* é a sensação que *salta* para fora da matéria do objeto ao ser confrontado visualmente pela

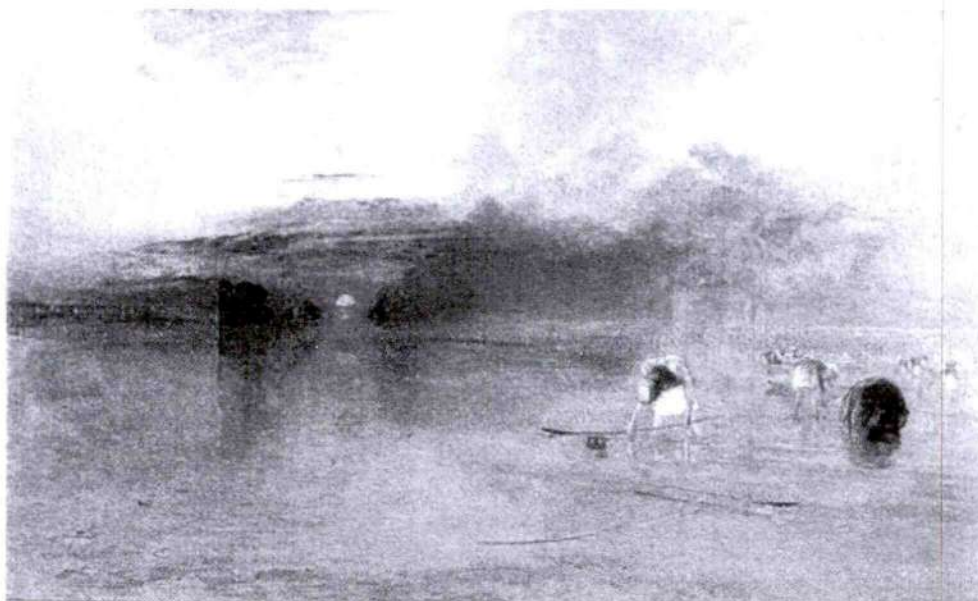


Figura 3 – Turner, *Pôr do sol*.

primeira vez. Em outras palavras, *sublime* é a apreensão do *espírito* da matéria associado às lembranças da experiência de vida do espectador.

Definido por Ruskin como elemento interno à esfera da apreensão *estética*, como elemento respeitante ao espectador, o *sublime* nem por isso deixaria de comportar o *caráter* do objeto – a qualidade *ética* e *moral* do objeto.

Conforme Ruskin, a noção de *sublime* seria irrelevante para a teoria perceptiva clássica. Nesse sentido, ele se autointitulou um anticlássico, contrário a toda teoria que apreendesse o objeto através de relações de proporção, teoria esta originária da concepção de simetria de Vitruvius.

A PINTURA

Sempre que Ruskin fala sobre composição, utiliza metáforas religiosas, nas quais composição relaciona-se a ética cristã. No entanto, para efeito de uma compreensão mais clara desse seu conceito, será feito uso, inicialmente, de sua definição aplicada à pintura, em vez da religião. Ruskin associou a noção de composição na pintura à sua noção de composição na natureza, que, por sua vez, foi associada a uma ética religiosa.

Segundo Ruskin, a definição de composição é expressa como *a ajuda mútua entre todos os elementos do tema do quadro em questão*. Ruskin dizia que existe uma *ética* entre os elementos que compõem um quadro. A essa ética seria atribuída a função de fundar um tipo de relacionamento que proporcionasse uma condição de um equilíbrio para *o todo*. Por equilíbrio, entendeu uma *política* da ajuda mútua. Ruskin citou como exemplo a pintura de Turner, na qual a falta de linha de perfil entre os elementos faz com que as individualidades se interpenetrem, obtendo *um todo* coeso, como já visto.

A composição pictórica serviu de modelo para que Ruskin definisse a sua concepção de *composição natural*. Ele dizia que a *composição natural* funciona do mesmo jeito, ou seja, utiliza-se da *política* da ajuda mútua. Assim, um elemento compensa aquilo que falta ao outro elemento, e assim sucessivamente até formar uma cadeia natural de ajuda mútua. De acordo com essa lógica, nenhum elemento natural é autônomo, isto é, todos dependem uns dos outros. Para ele, a *natureza* é composta por uma cadeia natural expressa pela interdependência de suas partes. Ruskin diz que a noção de *um todo* é o que dá sentido à *natureza*. Essa razão é percebida visualmente de acordo com a noção de *primeira impressão*.

Se a natureza dá os parâmetros para a composição pictórica, para Ruskin, isso implica a noção de *unidade natural*. Em termos metafóricos, seria o resultado da conexão no desenho de todos os elementos por meio de *ganchos*. Essa conexão seria harmoniosa caso houvesse a política da ajuda mútua. A harmonia – ou equilíbrio – é a mais importante noção ruskiniana decorrente da *dinâmica natural* e, por isso, Ruskin a destacou utilizando a metáfora da religião. Segundo ele, a *natureza* é obra de um *criador*. Ruskin associou a sua concepção de *composição natural* da pintura para a natureza e, por fim, para a religião.

Como se pode observar, a temática do divino, e, por conseguinte, da religião, constitui um aspecto muito peculiar à teoria da forma de Ruskin, e, como bem disse Clark, é utilizado como metáfora para causar um estranhamento no leitor para valorizar o assunto. Toda a teoria ruskiniana teria a finalidade de anunciar a grandiosidade de uma presença *divina* e, assim, introduzir a temática da fé, algo desejável e necessário para a época conturbada de Ruskin.

De volta à noção ruskiniana de *natureza* – noção da qual extraiu a sua concepção de *ética* –, é preciso esclarecer que essa *natureza* se estrutura em virtude da existência de uma *ordem natural* cuja expressão cria, entre outras coisas, a sua dimensão *estética*.

Essa *ordem natural* teria sido criada por esse ser metafísico superior que estabeleceu uma dinâmica natural para todos os elementos. E essa dinâmica seria resultante de um tipo de relacionamento ao qual chamou de *ética natural*, *que estabelece a harmonia* entre os seus elementos com base na ajuda mútua.

A *estética* dessa *ética* deriva de um tipo de desenho que estrutura relações entre os elementos constituintes, direcionando-os a estados de equilíbrio. Dessa maneira,

a árvore possui um desenho de caule que se trava com a ajuda da terra permitindo que suas raízes a perfurem para atingir a umidade proporcionada pela água da chuva ou rios. Mas a árvore também apresenta uma grossura de caule diminuída à medida que cresce em altura, o que lhe garante a flexibilidade frente ao vento; as suas folhas são direcionadas para obter o calor do sol e a água da chuva". (Ruskin, 1860, v.V, p.43; tradução do autor.)

Enfim, Ruskin criou uma lógica na qual os elementos dependem uns dos outros e os desenhos são feitos para que tal relacionamento ocorra.

O âmbito estético dessa *ética* está no resultado obtido pelo relacionamento entre os elementos da *natureza*. Assim, nenhum elemento isolado é considerado *belo* ou *não-belo*. O *belo* aparece apenas em decorrência de um tipo de relacionamento que procura atingir esse equilíbrio ruskiniano. Na concepção de Ruskin, o equilíbrio é o resultado de uma relação de troca, é o que chamou de *troca justa*: alguém tem algo que o outro não tem e precisa, esse outro tem algo que aquele não tem e precisa, portanto, eles trocam e todos saem ganhando.

A relação *não-bela* é aquela em que o resultado do relacionamento não atinge o estado de equilíbrio, ou seja, um dos elementos prejudica o outro. O *belo*, portanto, resulta de um relacionamento de cooperação, e o *não-belo*, de competição. Nos últimos trabalhos de Ruskin, ele utilizou esses conceitos para o mundo da economia política, sendo severamente criticado pelos economistas da época.

Assim, a noção de *forma natural*, da qual deriva a *forma pictórica* resultou em uma *ética natural* criada por um ser *divino*. Da *composição natural* participam todos os elementos da natureza, animais, objetos inanimados etc. Todavia, em Ruskin, os objetos são matérias que *comportam* um desenho. Porém, não se reduzem a isso, pois seriam dotados de uma *essência espiritual*. Partindo da noção da matéria em correlação com a noção de *espírito*,

Ruskin elaborou a noção de *forma*, em que desenho e *moral*, isto é, o desenho de uma *moral*, são os seus aspectos constituintes. Dessa maneira, Ruskin associou uma expressão a uma *moral*, o que tornou o desenho da matéria indissociável dessa mesma matéria.

Para Ruskin, ver uma matéria é sentir a sua *moral*, o que equivale a dizer: perceber a sua *essência*. De acordo com Ruskin, seria essa a definição de *verdade*.

Ao relacionar *verdade* com estética, Ruskin dirá que nem toda *verdade* é bela, pois como já dito, o *belo* é fruto de uma relação na qual nem sempre o resultado é harmonioso. O *belo* aparece apenas quando a *verdade* de um elemento entra em relação de equilíbrio com a *verdade* de outro, ou seja, quando se dá a *composição natural*.

Para passar da argumentação ética à estética, movimento que Ruskin realiza o tempo todo, ele transformou a expressão *relacionamento harmônico* na noção ruskiniana de *simetria*. Para ele, *simetria* seria o resultado de uma relação em que a abundância de um compensa a falta do outro. A metáfora seria a de elementos que são posicionados sobre uma balança na tentativa da busca do equilíbrio. Quando a balança se equilibra aparece o estado de *simetria*. Assim, o belo será sempre resultado de uma relação simétrica.

Não existem regras, diz Ruskin, para esse acontecimento, pois o equilíbrio ocorre durante uma dinâmica. O estado de movimento estabelece um tipo de equilíbrio que acontece apenas uma vez, nunca mais se repetindo. Ruskin condenou qualquer tipo de repetição, chamando-a de processo de *cegueira* ou *anestesia* ou ainda *mecanização para o sistema perceptivo*.

O equilíbrio dinâmico seria a metáfora do caleidoscópio, ou seja, um estado de equilíbrio baseado em peças compostas por um desenho sempre inédito. Para Ruskin, o caráter inédito das manifestações de equilíbrio é a própria natureza da vida, ou seja, a sua criatividade constante. Dessa forma, o seu animismo – o qual se refere à ideia de que tudo tem vida – deriva de um movimento perpétuo de geração e corrupção. Em última instância, resultaria da dinâmica de um eterno nascimento.

Portanto, na perspectiva ruskiniana, para ser *bela*, para ter *simetria*, a composição precisa ser, antes de tudo, *criativa*. O que significa dizer que o *belo* é sempre algo inédito e que nunca se repete.

Ruskin considerou a *natureza* imersa em um processo de composição criativa propensa ao equilíbrio. Ele entendeu que a *natureza* é composta por uma cadeia natural, em que todos os seus elementos fazem parte do processo de composição. Assim, no âmbito geral, ou seja, no âmbito de uma escala universal, a *composição natural* será sempre harmônica e, portanto, *bela*.



Figura 4 –
J. Ruskin,
Desenho de folhas.

A cadeia natural ruskiniana resultaria de uma relação de composição em que a *verdade* de um elemento entraria em relação de harmonia com a de outros elementos. No entanto, Ruskin alerta que o homem jamais poderá entender essa lógica, apenas senti-la, já que a *composição natural* é a apreensão do infinito e o homem opera apenas com o finito.

É necessário dizer que, na lógica ruskiniana, as sensações são sentimentos confusos. É nessa acepção que Ruskin diz que sentimos o infinito, mas não o vemos, isto é, não temos certeza, apenas sentimos. Do mesmo modo, sentimos a presença de uma ordem, a qual chamou de *ordem natural* ou *composição natural* (Ruskin, 1948, v.V, p.156).

Ruskin costumava misturar assuntos que aparentemente não combinavam. Como disse G. Hersey, ele desenvolve um raciocínio não-verbal, ou seja, espacial. Ele fala de ética, de estética, depois associa a natureza com a religião. Daí ter relacionado estética com problemáticas sociais de seu tempo. Seria justamente nessas associações entre assuntos e temas que não possuem relação direta entre si que a metodologia ruskiniana encontraria a sua melhor definição. A sua estrutura de lógica, a sua racionalidade opera com essa visão espacial o tempo todo. O método ruskiniano entrelaça tudo o que existe, procurando dar-lhes uma sensação de ordem, de equilíbrio, de lógica.

No sentido comum, a *verdade* também se define pelo seu contrário, ou seja, o *falso*. De acordo com as ideias de Ruskin, um objeto é falso quando sua matéria não corresponde à sua *essência*, uma definição difícil de entender, pois os sentimentos, conforme Ruskin, são dúbios, portanto, como saber quando isso ocorre?

Assim como o verdadeiro, o falso não corresponde a um valor moral positivo ou negativo. Algo certo, para Ruskin, pode ser falso e algo errado pode ser verdadeiro. O certo falso ocorreu quando Ruskin se referiu ao clássico. Dessa forma, Vitruvius, ao definir o que é certo em arquitetura, referiu-se ao fazer segundo a lógica das proporções, isto é, o certo é seguir as regras de proporção. Isso para Ruskin é falso, porque, segundo a sua lógica, aprisiona o projetista a normas rígidas que se repetem, eliminando a criatividade.

Quando Ruskin explicou, em *A natureza do gótico*, como era o *fazer errado* dos operários da construção civil de Veneza, referiu-se a um tipo de fazer que expressou o desrespeito às regras clássicas, o que teria levado à invenção de novos desenhos. Contudo, esse desrespeito foi considerado por ele como um ato de coragem e de criatividade e, portanto, algo certo e verdadeiro.

A ARQUITETURA

Ruskin não era arquiteto. No entanto, elegeu a arquitetura como a maior das artes, pois, na sua opinião, a escala de intervenção da arquitetura era mais abrangente do que a da pintura. Em *The Stones of Venice [As pedras de Veneza]*, ele explicou por que a escala arquitetônica lhe interessava mais do que a pictórica.

apesar da existência da pintura de Turner, a única que conseguiu substituir a lógica da composição natural presente na arquitetura gótica (agora destruída), a escala de intervenção da pintura jamais atingirá a maioria dos homens trabalhadores. (...) Isso porque a arte geralmente é curiosidade apenas das pessoas mais jovens. (...) No entanto, a arquitetura, por participar do espaço da vida cotidiana de todas as pessoas, consegue sensibilizá-las. (Ruskin, 1992 [1925].)

Para Ruskin, o fato de a arquitetura ser o espaço do dia a dia das pessoas comuns, torna-a um meio excelente para divulgar a lógica das leis da *natureza* ruskiniana.

Ao eleger a arquitetura como a maior das artes, ele estava, na verdade, considerando todo o espaço da cidade como arquitetura, quer dizer, para ele, o espaço urbano pertence à categoria arquitetônica.

Ruskin elaborou várias hipóteses para fundamentar a sua história da arquitetura, como, por exemplo, a benéfica mistura de culturas influenciando as alterações do léxico arquitetônico clássico, e a rebeldia da Igreja veneziana em relação à Igreja romana, não se contentando com as normas arquitetônicas impostas pelo Vaticano. No entanto, foi somente em *The Seven Lamps of Architecture* que explicitou os seus conceitos a partir do que chamou *leis arquitetônicas*.

AS LEIS DA ARQUITETURA RUSKINIANA

O SACRIFÍCIO

A primeira *lei arquitetônica* é a do sacrifício. A noção de sacrifício é, antes de tudo, uma exigência. Antes de ser um artista ou arquiteto, antes de desempenhar qualquer profissão, Ruskin pede às pessoas o *seu* sacerdócio à causa da lógica de sua concepção de *natureza*. Na verdade, isso é mais uma de suas metáforas, pois quer dizer que, antes de ser artista ou arquiteto, é preciso que haja a adesão a algum tipo de ideologia. Ruskin pede o comprometimento ideológico de qualquer profissional para o exercício de sua prática.

A função da arte, assim como a da arquitetura, é, para Ruskin, criar as condições que deem visibilidade a lógica de sua noção de *composição natural*, de sua

ética natural. (...) a arte deve apenas copiar a natureza? (...) não, o trabalho do artista será o de explicar a lógica da natureza (...) através de sua sensibilidade e imaginação o artista deve utilizar a sua expressão artística para transmitir a lógica natural aos que não conseguem enxergá-la (...) o artista é um instrumento do trabalho do criador. (Ruskin, 1992 [1925].)

AS VERDADES DA ARQUITETURA

Uma outra lei da arquitetura ruskiniana é a verdade arquitetônica. As verdades para a arquitetura – similar à noção de verdade para a forma natural ruskiniana – são a verdade das estruturas e a verdade dos materiais.

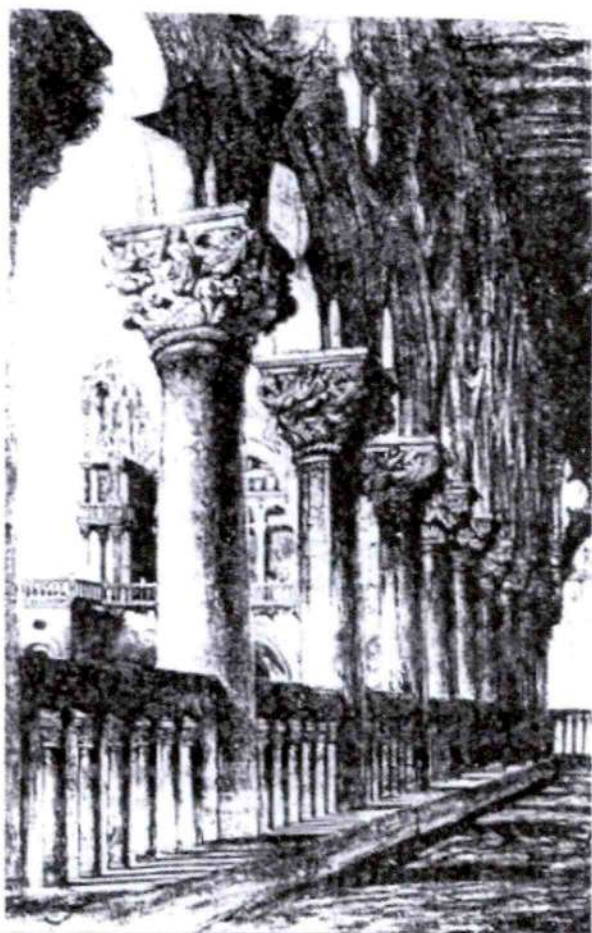


Figura 5 –
J. Ruskin, estudo:
Palácio Ducal.

A VERDADE DAS ESTRUTURAS

Ruskin entendeu por *composição natural* um tipo de relacionamento entre partes que criam a sensação de *um todo*. Essa mesma lógica será utilizada para definir a composição arquitetônica. A *composição natural* também procura criar entre os seus elementos uma condição de equilíbrio, assim também será para a composição arquitetônica, que utilizará a metáfora da balança citada anteriormente.

A composição arquitetônica clássica utiliza-se da lógica das proporções para obter o seu equilíbrio, mas, em Ruskin, o equilíbrio só ocorre após os elementos estruturais terem sido desenhados de acordo com a resistência estrutural adequada aos materiais empregados e as intenções programáticas.

Assim, o desenho estrutural é, para Ruskin, motivo de exposição visual, pois cada edifício deverá ter o seu. Em vista disso, a exposição visual mostra ao observador como se resol-

veu a estrutura do edifício. Ou seja, a *estética arquitetônica* é essa *verdade*.

A noção de equilíbrio se confunde aqui com a noção de uma apreensão *sublime*, já definida anteriormente. Equilíbrio e sublimidade seriam equivalentes no âmbito da arquitetura. Assim, a noção de *um todo* representado pela conquista do equilíbrio – o edifício está de pé e você vê como isso se dá – é o elemento mais importante para a teoria ruskiniana da arquitetura.

O desenho dos elementos constituintes da estrutura do edifício, ou seja, o desenho de suas partes, tem de se voltar para a obtenção de um equilíbrio dinâmico, para a produção de uma sensação de *um todo*. O *sublime* é o resultado da sensação proporcionada pela visibilidade da segurança dos desenhos das partes, ou seja, da distribuição de suas forças.

Do mesmo modo como ocorre com a noção da *simetria natural* ruskiniana, o desenho do equilíbrio arquitetônico é o resultado da luta entre forças em estado de tensão, como se os elementos estruturais arquitetônicos estivessem se movimentando o tempo todo até ocorrer o estado de equilíbrio, como se esses elementos formassem um sistema de fibras orgânicas em movimento. A impressão que Ruskin transmite a seus leitores é de que os elementos arquitetônicos possuem vida própria, assim como os de uma planta, mais especificamente de uma trepadeira.

A *verdade das estruturas* corresponderia à criação de um desenho que apresentasse de forma didática para o olhar do espectador a segurança do equilíbrio conquistado através de uma luta entre as forças das partes constituintes do edifício. Dessa definição surge uma outra mais importante, a noção da *estética arquitetônica* ruskiniana.

A ESTÉTICA ARQUITETÔNICA RUSKINIANA

Em decorrência da formulação de *verdade para as estruturas*, surge para Ruskin a necessidade de melhor delimitar a noção de *estética arquitetônica*. A *estética arquitetônica* ruskiniana seria a visibilidade do desenho da segurança transmitida pela resistência dos materiais, ou seja, o desenho da técnica estrutural do edifício.

De sua definição de *estética arquitetônica*, Ruskin extraiu a noção de *ornamento*. Para ele, o *ornamento* só é possível em razão da possibilidade de se desenhar as forças estruturais, ou seja, em razão da *estética*. O *ornamento* deve aparecer, portanto, *sobre, em cima* da *estética ruskiniana*, e o seu intuito é valorizá-la.

Apesar de Ruskin atribuir ao ornamento uma função submissa à da *estética*, ele lhe assegurou um importante papel quando lhe atribui a função de registrar a história e as *características emocionais* do local no qual a edificação é erguida – a cultura regional. Por isso, ao considerar as questões regionais, o *ornamento* respeitará a particularidade de quem o construiu. Em última instância, ele respeitará a subjetividade do trabalhador.

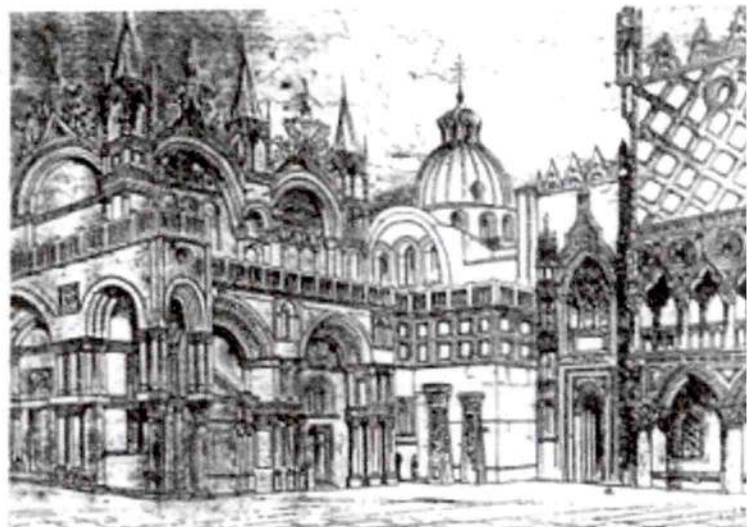
Dessa forma, apesar de não pertencer à ordem da *estética*, o *ornamento* tem a função de garantir a presença da subjetividade do trabalhador na obra realizada. O *ornamento* seria a expressão do gosto pessoal do trabalhador na obra.

Junto aos aspectos anticlássicos de Ruskin apareceu uma outra questão importante para a sua teoria, Ruskin posicionou-se para um *fazer errado*, oposto ao fazer com regras – o *fazer certo* citado anteriormente. Entendeu que o *fazer certo* era um fazer que imitava um já realizado, era uma cópia. Já o *fazer errado* seria o fazer espontâneo, o fazer que evoca a subjetividade de quem o fez. Esse seria o fazer que corresponderia à criação de algo novo, de um “nunca visto antes”. O *errado* para Ruskin expressaria a força da vida com a sua vontade ingênua que não respeita as regras conhecidas.

Ruskin foi tomado por uma fúria apaixonada contra o classicismo a ponto de não exagerar que esse também poderia ser criativo...

A crítica ao clássico feito por Ruskin apareceu na sua antipatia ao Renascimento, que qualificou de *decadente*. Segundo ele,

Figura 6 –
J. Ruskin, *Estudo: São Marcos*.



após um período de extrema criatividade – o pós-Império Romano – a arquitetura teria chegado ao seu limite: o Renascimento. Ruskin criticou a divisão do trabalho em intelectual e operacional, o que teria levado o “fazer” e o “pensar” a se separarem, dando origem a uma crise em relação à noção de criatividade.

Ruskin diz que a composição arquitetônica renascentista, por ser inspirada no tratado de Vitrúvio, transformou a arquitetura em um ato mecânico que só seria apreendido pelo arquiteto após um processo de aprendizagem especializado. Em outros termos, a arquitetura havia se transformado em uma disciplina autônoma e propriedade exclusiva de especialistas, excluindo, assim, o saber do operário.

A noção ruskiniana de *belo* é diferente da noção do belo renascentista. A estrutura da edificação – que para Ruskin significou a sua estética – foi, para ele, “escondida” no Renascimento.

Se no Renascimento o ornamento é a própria estética, para Ruskin ele deve surgir sobre, em cima da estética ruskiniana, ou seja, apenas após a definição do desenho das distribuições de forças incididas no edifício. Mas, nem sempre isso ocorreu no Renascimento, basta atentar para o desenho da cúpula de Santa Maria das Flores em Florença, projetado por Brunelleschi, e ver-se-á que o estético é a própria estrutura que supre o vão. No entanto, Ruskin estava cego para as conquistas do Renascimento, pois queria a qualquer custo achar uma antítese para a sua concepção de ética do trabalho.

A VERDADE DOS MATERIAIS

A noção ruskiniana de *verdade dos materiais* deriva, assim como a *verdade da estrutura*, de sua noção de *verdade da forma na natureza*. Portanto, os materiais utilizados em uma obra arquitetônica devem expressar a sua *verdade*, isto é, a sua *essência*, o seu *caráter*.

Ruskin diz que todo material possui um processo de envelhecimento próprio de sua constituição e que isso é *sublime*. Chegou a dizer que o envelhecimento traz uma dignidade ao material, pois acresce sinais do tempo que denunciam as memórias e os fatos históricos de sua vida. Fala do musgo que cobre as pedras, do escurecimento de uma pintura, de galhos de um vegetal que crescem sobre uma rachadura de uma parede. Para Ruskin, esses são sinais de sublimidade que, associada à sua noção de pitoresco, qualificou de *sublime parasitário*.

Em *The Seven Lamps of Architecture*, Ruskin condenou todo tipo de requalificação espacial, entendendo ser uma falsificação da história. Para ele, o envelhecimento do espaço é um princípio de *verdade* e, ao referir-se à *verdade dos materiais*, considerou natural o envelhecimento deles pelo tempo, no qual cada material envelhece do seu jeito. Por isso era inadmissível que um material imitasse o outro, como a pintura sobre a madeira para imitar o mármore, pois, além ser falso, seria a deturpação da história e do tempo.

Ao contrário do que lhe é atribuído, Ruskin não era contra o restauro de edifícios. Ele era contra a substituição de materiais velhos por novos ou a adulteração do

desenho original. Ele propunha a troca do material estragado por similares em idade e aparência, ou seja, com os sinais do envelhecimento próprio daquele material.

Ruskin se empenhou, junto com o conde Zorvi, na defesa do restauro de São Marcos, em 1870. Desejavam um restauro que não alterasse as características originais da obra. Ruskin queria que os materiais estragados fossem trocados por similares envelhecidos para não destoarem dos que permaneciam. O conde Zorvi publicou um livro com os princípios da teoria da percepção de Ruskin, o que acabou *salvando* São Marcos da intervenção inicialmente em curso que previa a substituição e o redesenho de partes da igreja.

NOTA

1. Joseph M. Turner: artista inglês do séc. XIX. Pintor de paisagens em aquarela e a óleo. Os seus últimos trabalhos eram quase impressionistas, dissolvía toda a paisagem em cores geralmente tiradas do pôr do sol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, C. *John Ruskin e o desenho no Brasil*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, RUSKIN, J. *Modern Painters*. London: Smith, Elder & Co., 1948. v.I.
 _____. *Modern Painters*. London: Smith, Elder & Co., 1856. v.II, III, IV.
 _____. *Modern Painters*. London: Smith, Elder & Co, 1860. v.V.
 _____. *The Stones of Venice*. London: George, Allen & Unwin, 1925.v.I, II, III. [*As pedras de Veneza*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.]

_____. *The Seven Lamps of Architecture*. London: J.M.Dent & Sons Ltd., 1921.
 _____. *Munera Pulveris*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994.
 _____. *A Joy for Ever*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994.
 _____. *Unto this Last*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994.
 _____. *Fachada de San Michele. Lucas*. In: *Ruskin's Drawings*. Oxford: Ashmolean Museum, 1997, p.65.
 _____. *Desenho de galho*. In: *Ruskin's Drawings*. Oxford: Ashmolean Museum, 1997. p.39.
 _____. *Desenho de folhas*. Ruskin's Library, University of Lancaster, UK, 2004.
 _____. *Estudo*. In: PARKER, H. *Introduction to the Study of Gothic Architecture*. London: James Parker and Co., 1874. p.110.
 _____. *Estudo*. Ruskin's Library, University of Lancaster, 2004.
 TURNER, J. M. *Pôr do sol*. In: WHELCHER, H. *Ruskin and the Victorian Eye*. New York: Harry Abrams, 1993. p.124

RESUMO

Uma leitura mais cuidadosa das ideias arquitetônicas de Ruskin passa necessariamente pela abordagem de suas considerações sobre a forma pictórica além de sua forma natural. A forma arquitetônica em Ruskin é derivada de suas ideias sobre a pintura, segundo as quais conceitos similares servem tanto para a arquitetura como para a pintura e para a natureza. Em um primeiro momento, Ruskin elaborou a sua noção de forma natural, em seguida relacionou essa noção com a forma pictórica. Por fim, transferiu os conceitos tratados em sua forma pictórica para o âmbito da forma arquitetônica. Percebe-se que os assuntos tratados por Ruskin são irrelevantes em relação ao que está por trás: uma teoria da percepção que mistura assuntos díspares. A lógica ruskiniana é espacial e composta por assuntos tais como: natureza, pintura, arquitetura e política econômica. Este artigo trata dos três primeiros temas, e procura mostrar a sua interdependência.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da percepção, arquitetura, lógica espacial, ética, estética.

THE SPATIAL LOGIC OF JOHN RUSKIN

ABSTRACT

John Ruskin writes about nature, painting, architecture, political economy. But his intention is to formulate a perceptual theory that associates different subjects. He is an optical thinker, his logic mixes up different issues. To talk about nature he requests painting, to talk about painting he requests architecture and then political economy... To read Ruskin is to dive into his logic, a logic that is not linear. This article will see the correspondence between the logic that associates nature with painting with architecture in Ruskin's logic.

KEYWORDS: *Perceptual theory, Architecture, optical thinker, Ethics, Aesthetics.*



O ARQUITETO E URBANISTA HARRY COLE | Maria Cecilia Lucchese

Arquiteta e urbanista | Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | Doutoranda em Teoria e
História do Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP
cecilialucchese@usp.br

O ARQUITETO E URBANISTA HARRY COLE

ANTECEDENTES

Harry James Cole, arquiteto carioca, nasceu em 1930 quando se iniciava o governo de Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1950, ano em que entrou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no campo das artes e da arquitetura, o modernismo se consolidou como a tendência da vanguarda. Essa consolidação não foi pacífica, manifestações mais tradicionais e acadêmicas continuaram convivendo com a arquitetura moderna.

O embate também se deu no campo do urbanismo, e segundo vários autores, entre os quais Silva (2003), se desenvolveu no Rio em torno de dois grupos de atuação: o dos arquitetos e o dos engenheiros. Um desses grupos foi representado pelo Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, que a partir da década de 1920 teve como missão implantar o Plano Agache na cidade e que tinha um vínculo maior com o urbanismo *Beaux-Arts* e o movimento Cidade Bela.

O outro, liderado por Lucio Costa e composto por arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, teve no Ministério da Educação e Saúde a grande oportunidade para a divulgação do modernismo vinculado aos ensinamentos dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM) e em especial aos de Le Corbusier.

Até meados da década de 1940, não houve no Brasil uma visão de cidade moderna hegemônica, ao se pensar nas duas concepções mais conhecidas e difundidas no século, a da “cidade jardim” e a da “cidade funcional”, e na formação dos arquitetos nos anos 50

na Faculdade Nacional de Arquitetura, o urbanismo que era ensinado se prendia, em grande parte, aos parâmetros acadêmicos do *Beaux-Arts*. A disciplina pouco mais era do que noções de história da cidade e era dada somente no 5º ano.

Porém também nesses anos vinha sendo construída a Cidade Universitária da Ilha do Governador, sob a coordenação do arquiteto modernista Jorge Moreira. Enquanto estudante, e mesmo um pouco depois de formado, Harry Cole trabalhou no Escritório Técnico da Universidade com Moreira, onde os repertórios do urbanismo e da arquitetura modernos começaram a ser parte de seu treinamento profissional.

Em 1955, Cole também foi trabalhar com Hélio Modesto que, em 1949, estivera em Londres cursando pós-graduação em planejamento urbano e regional. Modesto aconselhou Cole a fazer o mesmo, e o apresentou a Percy Johnson-Marshall, urbanista britânico que coordenava no London County Council (LCC), o grupo de reconstrução das áreas londrinas bombardeadas na Segunda Guerra.

Em agosto de 1955 ele foi para a Inglaterra. Além do curso de pós-graduação em Planejamento Urbano na Escola de Arquitetura da Universidade de Londres,¹ também trabalhou com Johnson-Marshall no LCC. O Departamento de Planejamento Urbano da Universidade de Londres desenvolvia um curso que enfatizava o planejamento territorial, mas que abrangia disciplinas da área social, como Economia e Sociologia. Era uma formação que colocava outra visão do urbanismo, a do "planejamento urbano", isto é, estabelecia uma atuação profissional que, além do projeto, incorporava o plano e o controle do uso do solo (Cherry, 1974).

O professor de planejamento urbano e diretor do departamento era William Holford, arquiteto modernista inglês do Grupo MARS (Modern Architecture Research Group) e um dos juízes do concurso para o Plano-Piloto de Brasília, em 1957.

No LCC, onde Cole trabalhou, a Divisão de Planejamento do Departamento de Arquitetura foi organizada em 1949 em quatro áreas: Planos de Desenvolvimento; Solicitações; Informação e Pesquisa; e Áreas de Reconstrução (também denominada de Desenvolvimento Integral)² (Jordan, 1956). Cole foi trabalhar com Johnson-Marshall no Grupo de Áreas de Reconstrução, arquiteto que também representava o modernismo inglês dos anos 1950 e estivera presente em algumas reuniões do CIAM, como a de 47 em Bridgewater na Inglaterra (Mumford, 2000).

Johnson-Marshall (1956), ao falar do trabalho que coordenava, descreve os quatro fundamentos em que se baseava: o trabalho entre diversos setores do LCC para a aquisição dos terrenos; o fato de cada plano das áreas ser pensado em relação ao planejamento da cidade como um todo; e a existência de uma equipe afinada, trabalhando junto ao longo do tempo. O quarto fundamento era também trabalhar na escala do projeto urbano, característica do planejamento inglês.

Mas havia ainda o controle do desenvolvimento da cidade, feito de uma forma muito específica. Segundo Cullingworth & Nadin (1994), uma de suas características do controle público era ser discricionário, com disposições e decisões feitas com base

na avaliação do mérito de cada proposta dos empreendedores, e não em decisões gerais e definidas em lei para todas as possíveis situações. Isso garantia ao técnico do planejamento um grande poder e, dessa forma, além de uma metodologia de planejamento urbano, na Inglaterra Harry Cole também vivenciou o poder dado aos técnicos.

Em sua formação, portanto, ele recebeu conteúdos de várias concepções de urbanismo, desde o urbanismo “tradicional” dos engenheiros, com forte tradição sanitária e orgânica, da cidade pensada segundo a estética *Beaux-Arts*, do modernismo brasileiro de matriz corbusiana e do específico modernismo inglês da década de 1950, com toda sua tradição de composição pinturesca.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL – PRIMEIROS TRABALHOS

Voltando ao Brasil em 1958, Cole foi trabalhar no escritório de Urbanismo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)³ no Rio, coordenado por Lucio Costa e tendo como chefe formal o engenheiro Augusto Guimarães Filho. Cole então teve contato com a concepção de cidade de Costa, sua forma de definir a composição volumétrica dos edifícios.

Segundo Lucio Costa, a composição da Praça dos Três Poderes em Brasília foi inspirada na arquitetura tradicional chinesa.

Essa tradição era impressionante. Esses dois volumes eram fotografias belíssimas daqueles templos edificadas sobre terraplenos de pedra. E era acompanhado de plantas, muito nítidas, da implantação destes elementos todos. E eram sempre implantações muito geométricas, bem definidas, cada pavilhão articulado com os outros, formando um esquema muito puro, muito geométrico, e contrastando com aquelas formas graciosas daqueles telhados escalonados, daqueles pavilhões. Isso dava uma certa nitidez, amarrava e conciliava a silhueta com a implantação dos templos.

Isso, na Praça dos Três Poderes, triangular, que eu achei que seriam três poderes, na época o Brasil era uma democracia de verdade, o negócio do triângulo equilátero parecia adequado de forma a enquadrar todos os poderes com pesos iguais, completados por uma plataforma triangular, cinco metros acima do cerrado, completados com mais dois pavilhões, dignos, em termos chineses, que seriam o Palácio do Itamaraty e o Ministério da Justiça, já num plano mais alto, na cabeceira da Esplanada dos Ministérios... (apud Cardoso, 1988, p.279.)

Dessa forma, a “composição volumétrica” de Costa não seguiu concepções rigidamente funcionalistas. Outras fontes de inspiração foram utilizadas, como a concepção oriental do espaço, além da concepção barroca, como já analisado em vários trabalhos, inclusive por Cardoso (1988), que compara Brasília à Versalles. Mas a definição dos usos do solo de Brasília exprimiou, com uma clareza pedagógica, a separação das funções urbanas, como sugerido na Carta de Atenas.

A metodologia no desenvolvimento dos trabalhos urbanísticos não seguia aquela que Cole experimentara na Inglaterra. Isso fica claro em uma observação de William Holford, feita em 1959, numa visita à Brasília.

É também evidente que resta ainda muito planejamento a fazer em setores da cidade fora do grupo central de edifícios oficiais. Os projetos e construções arquitetônicas estão em andamento num ritmo tão rápido que parece impossível que venham eles a criar, ao mesmo tempo, o seu próprio ambiente – ou, seja, determinar a localização e utilização dos edifícios e a relação de uns com os outros. Nos centros culturais, por exemplo, um projeto tridimensional mais minucioso, preparado pelo setor de planejamento, criaria condições mais rigorosas para os projetos do departamento de arquitetura; e isso na realidade pouparia tempo. (Holford, 1960, p.3.)

Enquanto trabalhava na Novacap, Harry Cole também teve uma atuação autônoma, além de ter se envolvido em discussões que aconteciam no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) de Guanabara. Em 1958 desenvolveu o projeto para a Nova Cidade Santo Antônio, trabalho contratado pela Terfina Administradora S.A. e Tecnobras Ltda., para uma área rural (Colônia Santo Antônio) localizada no município de Barra Mansa, Rio de Janeiro. O projeto tem uma abordagem fortemente calcada na tradição cidade jardim, o que mostra desde o início a forte influência da tradição britânica no seu trabalho.

Foi no início da década de 1960 que Cole começou sua trajetória como divulgador do ideário do planejamento urbano, através do IAB e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Ele também desenvolveu nessa época algumas atividades práticas, como no Recife por exemplo. Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Recife Metropolitano foi criado um grupo de trabalho com técnicos da Prefeitura e da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife. A supervisão geral do trabalho coube a um grupo cujos integrantes eram Paulo Vaz, Fernando Menezes, Antônio Bezerra Baltar, Harry Cole e Diógenes de Arruda (*Jornal do Comércio de Recife*, 1961).

No final de 1964 Cole foi convidado por Roberto Campos para integrar sua equipe no Ministério de Planejamento e Gestão. Ao aceitar, Cole inaugurou uma nova fase de sua carreira, a de planejador de políticas públicas federais. Ao mesmo tempo em que teve a possibilidade de tentar implantar sua visão de planejamento, começou uma trajetória que o marcou como conservador, ainda que seu discurso técnico fosse modernizador e progressista.

O TRABALHO NA ÁREA PÚBLICA

Cole conheceu Roberto Campos na casa de seu sogro, de quem Campos era muito amigo, e que, conhecendo sua formação em planejamento urbano, o convidou para sua equipe. Isso permitiu que ele levasse para o então Ministério Extraordinário de

Planejamento e Coordenação Econômica suas preocupações com o Planejamento Urbano e Metropolitano, que também eram as preocupações dos arquitetos que, como ele, militavam no IAB/Guanabara.

A partir de 1965, Cole se envolveu na elaboração do Plano Decenal. No desenvolvimento desse Plano, Cole participou da discussão das propostas para o desenvolvimento urbano e regional.

Segundo Steinberger, a ideia de um sistema de planejamento local integrado surgiu no Ministério de Planejamento nesse momento.

Estávamos no início de 1965. Ainda não tinham decorrido nem seis meses da criação do BNH e do SERFHAU e nem um ano da criação do MECOR. O Ministério Extraordinário do Planejamento resolveu assumir uma nova atividade: planejamento urbano e regional. Para desempenhá-la foi criado, junto ao gabinete do Ministro, um Setor de Planejamento Regional e Municipal.

Esta nova unidade tinha por objetivo implantar um sistema de planejamento integrado de âmbito nacional, regional, estadual e local. Para isso produziu um documento intitulado “Sistema de Planejamento Local Integrado”, que era uma espécie de ideário básico, onde estavam contidos os princípios, as premissas e os principais conceitos do Sistema. Foi a partir deste documento que surgiu o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP) para financiar vários tipos de projetos, inclusive os chamados “planos integrados municipais”. (Steinberger, 1976, p.37.)

Na Política de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal essa questão foi abordada na parte intitulada “Necessidade de planejamento integrado do desenvolvimento local”. Definiu-se então um plano integrado como aquele que considerava aspectos regionais além dos locais, e que eles deveriam abranger estudos e proposições para os setores econômico, social, físico-territorial e institucional (Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, 1967).

Após ter ido para o Ministério, nesse período de grande discussão do papel do planejamento, Cole desenvolveu intensa atividade intelectual. Participou de conferências e seminários internacionais e publicou artigos em revistas especializadas do Rio.

Em 1967, após uma viagem de estudos de seis meses aos Estados Unidos, e já de volta ao Brasil e ao Ministério do Planejamento, Cole assumiu o cargo de coordenador do Setor de Desenvolvimento Urbano e Regional do EPEA – Escritório de Planejamento Econômico Aplicado (hoje IPEA), onde, com base na metodologia desenvolvida pelo geógrafo francês Michel Rochefort, foi realizado um estudo nacional para a identificação de microrregiões e de regiões homogêneas (Cole, 1967).

A respeito da utilização desta metodologia, Steinberger, ao estabelecer as origens do Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado,⁴ diz que:

Existem três documentos que consideramos básicos para a organização do SNPDLI: o Plano Decenal, o Decreto n. 59.917⁵ e o Decreto-Lei n. 200⁶. (...)

O capítulo [de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal] foi dividido em três partes. Uma primeira que tratava dos aspectos significativos do processo de urbanização onde era feita uma caracterização da problemática urbana. Uma segunda, que concebeu a formulação de uma política de desenvolvimento urbano segundo uma ótica regional, prevendo a definição de regiões-programa e pólos de desenvolvimento, com vistas a compatibilizar o desenvolvimento urbano e regional. Finalmente, a terceira parte tratava do Planejamento Local e preconizava a implantação de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado. (Steinberger, 1976, p.63-4.)

As discussões que ocorreram no Ministério do Planejamento, e especialmente aquelas vinculadas à necessidade de ser criado um sistema nacional de planejamento local, foram desenvolvidas pelo grupo de trabalho que no final do ano de 1966 reformulou o SERFHAU e estabeleceu as novas diretrizes para o órgão (Decreto 59.917 de 30/12/66). Esse grupo foi formado pelos arquitetos Luis Alfredo Stockler e Rubens Mattos Pereira, além do próprio Cole, todos eles técnicos do Ministério de Planejamento.

Quando Cole chegara ao Ministério, já havia sido encaminhado o Decreto que criou o BNH e o SERFHAU. O Decreto de certa forma respondeu à parte das reivindicações do Seminário de Habitação de 1963, como a proposição de um Plano Nacional de Habitação, a criação de um órgão autônomo para gerir a política habitacional dispondo de recursos para esse fim e a criação de um órgão técnico para a elaboração e acompanhamento da política. Mas não respondeu a uma das questões-chave levantadas naquele Seminário, que foi a recomendação para a criação de um órgão central de planejamento urbano. Essa questão só teve uma resposta do governo militar em 1966, quando o SERFHAU foi reformulado.

Segundo Cintra (1978), houve uma disputa entre o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação de Organismos Regionais (que nesse momento foi transformado em Ministério do Interior) pela primazia na formulação das diretrizes da política urbana. Essa disputa resolveu-se pela criação do novo Ministério, o qual foi entregue ao general Albuquerque Lima, militar muito influente junto ao grupo do Exército no poder e a Costa e Silva, que assumia o governo.

Para manter um certo equilíbrio de forças, o SERFHAU foi entregue a Cole – um arquiteto ligado ao grupo de Roberto Campos (e Castello Branco), conciliando as disputas em torno da política de planejamento urbano. Isso é o que de certa forma coloca Luís Aureliano G. de Andrade no seguinte trecho de seu trabalho:

Em 67, o órgão é tomado de assalto pela tecnocracia ligada ao então Ministro do Planejamento, e de novo ressurgiu a idéia que antecedeu sua criação.⁷ A essa altura, a batalha

já estava vencida, transformando o BNH em ponta de lança da política urbana, alimentado pelos recursos vultuosos do Fundo de Garantia. (Andrade, 1976, p.141.)

Em junho de 1967 Cole assumiu o cargo de superintendente do SERFHAU. Sua primeira tarefa foi estruturar o órgão, que até então pouco exercera um papel relevante, e que se ativera ao desenvolvimento de pesquisas habitacionais para o BNH. Cole estruturou o SERFHAU em departamentos, o mais importante sendo o de Análise de Projetos, que tinha a competência de analisar os planos urbanos locais financiados pelo SERFHAU e aprová-los tecnicamente.

Cole levou para trabalhar com ele no SERFHAU profissionais que conheceu em seu percurso profissional, todos jovens e entusiasmados defensores do planejamento urbano, como Stélio Roxo, Eduardo Novaes, Hélio Vianna Junior, Alex Nicolaieff e Maurício Nogueira Batista. Também levou os outros membros do grupo que havia regulamentado na Superintendência do SERFHAU – Luis Stockler veio a ser seu assessor direto e Rubens Pereira foi chefiar o Departamento de Análise de Projetos.

Outra ideia trazida do Ministério do Planejamento foi a implementação do FIPLAN (Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano), fundo que financiou os trabalhos técnicos de elaboração dos planos pelas Prefeituras, e que foi alimentado com recursos do BNH.

O Harry [Cole] automaticamente imaginou que o planejamento local integrado seria o que ia resolver os problemas de ordenamento do espaço. O Harry, de uma maneira inteligente, percebeu o seguinte, para viabilizar o conceito de financiamento do SERFHAU ele teria que ter um respaldo da iniciativa privada. Em tese, o SERFHAU, para a construção civil, ou era neutro ou o inimigo – poderia representar custos ou retardar projetos na área de habitação, o que representa custos. Ou seria irrelevante ou seria negativo. Então ele tinha que criar na iniciativa privada o *lobby* a favor, instituições que tivessem no SERFHAU uma fonte de financiamento. E ele imaginou, sendo arquiteto, que era também uma forma de viabilizar escritórios de arquitetura.

Foi criado um fundo com recursos do BNH. Era uma batalha enorme com os diretores do Banco, que não queriam dar um pouco de dinheiro, e o Harry imaginou que todo um universo de escritórios de arquitetura fosse crescer, o mercado se abrir, eles fossem atuar e fossem se tornando um *lobby* importante a favor do SERFHAU. (Novaes, 2005.)

Ainda que os trabalhos mais conhecidos desenvolvidos pelo SERFHAU nesses primeiros anos tenham sido a implementação do Fundo de Financiamento ao Planejamento (FIPLAN), a formatação do PAC – Plano de Ação Concentrada e o incentivo aos PLDI – Plano Local de Desenvolvimento Integrado; uma questão tratada nessa época foi a criação de um ordenamento físico-jurídico para as regiões metropolitanas.

Essa discussão, já presente no EPEA, foi trazida para o SERFHAU, que patrocinou em 1967 a elaboração de diagnósticos para nove regiões consideradas como metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), além da proposição de diretrizes para seu planejamento e elaboração de um projeto de lei pelo jurista Hely Lopes Meirelles.⁸

Sabemos que a proposição de uma minuta de lei para a criação de áreas metropolitanas disparou um processo de luta entre os ministérios, pois estava claro que aquele que coordenasse o processo teria um grande ganho político (Lucchese, 2004).

Um artigo de Cole, “Regionalização dos governos locais: o caso do Canadá”, publicado na revista *RAM* de setembro/outubro de 1969 expôs a gestão pública que estava sendo implantada na província de Ontário, com a criação de uma municipalidade regional Ottawa-Carleton. O novo arranjo institucional suprimia algumas administrações locais e criava um ente administrativo juridicamente formado pelas diversas localidades.

A luta pela gestão da política urbana foi o que provavelmente levou Cole, baseado na experiência canadense, a propor tentativas de gestão experimentais não-institucionalizadas e o predomínio da abordagem técnica, o que o afastava da luta por poder que acontecia.

Infelizmente em nosso país, talvez por uma tradição histórica, procura-se sempre resolver problemas de alto nível de complexidade com legislação total e compreensiva, que não admite a possibilidade de períodos de transição e adaptação. Inúmeras vezes temos visto a implantação de leis que, pouco depois de sua edição, têm de ser reformuladas e readaptadas, nunca se encontrando o caminho correto para as soluções dos problemas que pretendem resolver. Essa nossa atitude cria, com relação a normas, diplomas, leis e regulamentos, uma série de desgastes inteiramente inúteis, inconseqüentes e perniciosos. É necessário ingressarmos numa era em que assuntos complexos sejam tratados inicialmente de forma experimental, baseados em técnicas científicas e não meramente na vontade isolada deste ou daquele funcionário que vê tão somente o seu problema específico, sem apreender a complexidade e a importância do conjunto. (Cole, 1969, p.530-1.)

Cole também fez com que o SERFHAU tivesse um papel central na difusão dos conceitos e métodos de planejamento. Em 1967 promoveu a I Reunião Interamericana de Recursos Humanos para o Planejamento Local Integrado, para a qual foram convidados Francis Violich, da Universidade de Berkeley, Ricardo Jordan, da Universidade Católica do Chile, Anatole Solow, da Universidade de Pittsburg, Pedro Morcillo, da Universidade Del Valle da Colômbia, e Fernando Mendes, da Universidade Católica de Caracas. Urbanistas brasileiros também foram convidados, entre eles Maximiliano Fayet, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Alípio Castelo Branco, da Universidade Federal de Minas Gerais, Celson Ferrari, da Universidade Mackenzie, e Diogo Lordello de Mello, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Em 1968, trouxe ao Brasil o urbanista americano John Friedman, que na época dava assessoria ao governo chileno. Friedman anos mais tarde desempenhou um papel importante na consolidação do curso de Planejamento Urbano e Regional do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), curso, cuja criação, teve origem em entendimentos entre o SERFHAU e a Universidade de Edimburgo, na Escócia, iniciados por Cole no período em que o dirigiu. Ao sair do SERFHAU, no final de 1969, Cole deixou em andamento uma série de atividades que floresceram nos anos 70.

O ESCRITÓRIO DE PROJETO

Em 1969 Cole fundou sua empresa de projeto, a H.J. Cole + Associados S/A – Planejamento e Empreendimentos. Mas seus vínculos com o Estado e os personagens que lá estavam nunca foram quebrados, e ele continuou participando dos conselhos do BNH e do SERFHAU.

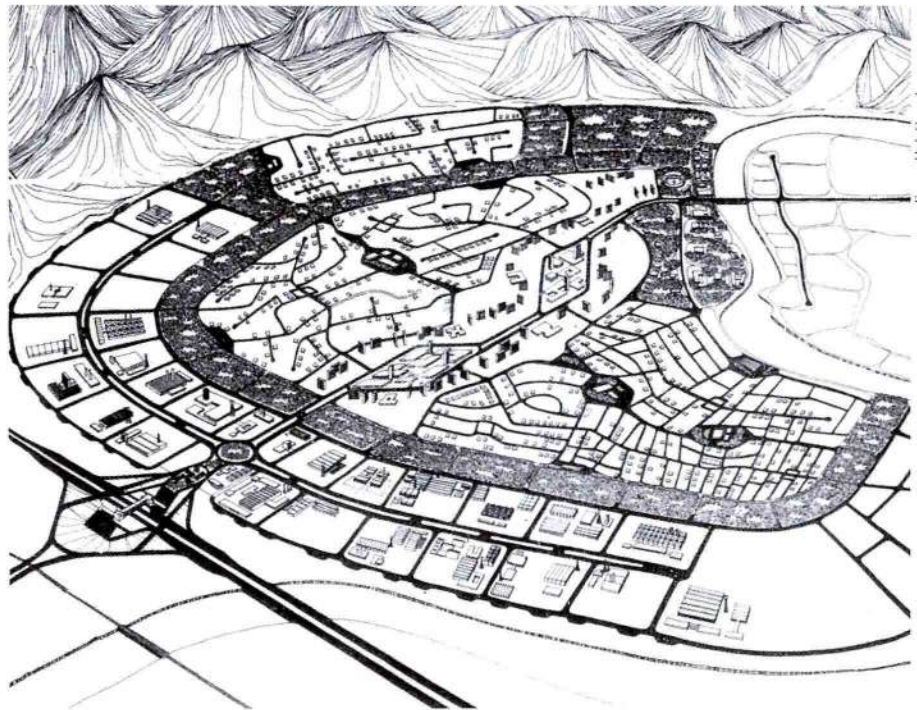
A visibilidade adquirida no trabalho público lhe abriu portas de prefeituras e governos estaduais, mas o escritório também teve grande atuação na iniciativa privada. Entre os clientes estiveram a Cetenco S.A., IBM, Veplan Residência Empreendimentos Construções S/A etc. Para a iniciativa privada foram realizados trabalhos de arquitetura e projeto urbano, como cidades novas e empreendimentos turísticos. Para o poder público foram elaborados planos diretores, estudos para a localização de distritos industriais, concepção do Programa Cura, projetos Cura em municípios, e estudos urbanísticos.

O escritório chegou a ter um porte considerável. Em alguns anos, chegou a desenvolver sete grandes projetos de planejamento ao mesmo tempo. Sônia Cole, arquiteta, esposa de Cole e diretora administrativa do escritório, disse que em seu auge o escritório chegou a ter mais de 200 funcionários, com filial em São Paulo e escritórios temporários em Belém, Macapá e Blumenau (Cole, 2006).

Um trabalho interessante foi realizado em 1971: o projeto da Cidade de Porto Real no município de Rezende, no Rio, para uma empresa imobiliária. O programa foi concebido como uma cidade nova, e o projeto utilizou uma série de elementos que estão presentes nas cidades novas britânicas, que fazem, por sua vez, um *mix* muito específico entre elementos do ideário “cidade jardim” e do ideário “cidade funcional”.

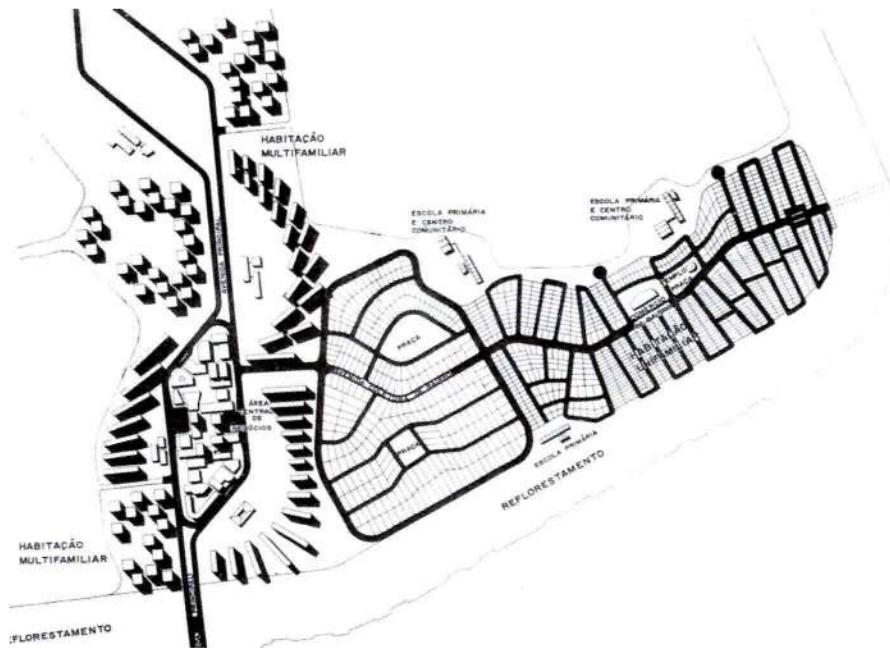
Como exemplo, temos a rígida separação de funções, a criação de áreas habitacionais concebidas como unidades de vizinhança de baixa densidade, a implantação dos centros comerciais em “praças”, isto é, com edifícios voltados para uma área central com acesso só de pedestres, caracterizando um típico *precinct* britânico.

Os planos diretores desenvolvidos pelo escritório seguiram a metodologia divulgada pelo SERFHAU, com extensos diagnósticos abrangendo todas as questões relacionadas à vida urbana. Foram planos cujas diretrizes se referenciavam somente ao território,



Fonte: H. J. Cole Associates, 1971

Figura 1 – Plano de Massas, Porto Real.



Fonte: H. J. Cole Associates, 1971

Figura 2 – Centro e unidade de vizinhança, Porto Real.

onde o ponto central era o sistema viário e o zoneamento de usos, e em que questões como educação ou saúde somente apareciam, no sentido de definir a quantidade e localização preferencial de novos edifícios para abrigar esses serviços. Era o que genericamente se entendia por plano diretor, ou de desenvolvimento integrado, mas os do escritório tinham uma característica particular, sempre os acompanhava uma proposta de desenho urbano, geralmente para o centro das cidades.

CONCLUSÃO

Os trabalhos em que Cole esteve envolvido, em grande parte, foram marcos do planejamento urbano na época. O conhecimento adquirido na Inglaterra foi determinante na sua formação de planejador, e em sua atuação essa experiência foi difundida e aprimorada.

A metodologia de planejamento adotada no SERFHAU e difundida em todo o Brasil tem base na tradição britânica, e em grande parte isso é resultado de sua atuação. Nesse período, quando o planejamento urbano teve grande aceitação pública e foi considerado como instrumento capaz de conduzir o desenvolvimento das cidades, Cole foi um divulgador desse planejamento em todo o País.

Mas sua contribuição particular foi principalmente o seu planejamento e admitir e advogar o desenvolvimento de projetos urbanos, característica que, também aplicadas aos planos do SERFHAU, ficaram mais claras na elaboração da proposta do Programa Cura. Até que ponto essa especificidade foi utilizada em seus trabalhos vem sendo objeto de minha pesquisa.

Em 1980, fruto de um acidente vascular cerebral, Cole passou a ocupar uma posição de bastidor, e o escritório continuou funcionando até 1989. Harry Cole faleceu no ano seguinte.

NOTAS

- 1 Bartlett School of Architecture – University London College.
- 2 Em inglês: Development Plan, Applications, Information and Research, and Reconstruction (or Comprehensive Development) Areas, respectivamente.
- 3 A Novacap foi criada em 1956 e seu presidente foi o engenheiro Israel Pinheiro.
- 4 Implantado em 1967 por Cole no SERFHAU.
- 5 Decreto que regulamentou o SERFHAU.
- 6 Decreto que instituiu a reforma administrativa e criou o Ministério do Interior.
- 7 A ideia inicial foi que o BNH se subordinasse ao SERFHAU.
- 8 Veja o trabalho “Desenvolvimento metropolitano integrado no Brasil”, publicado pelo SERFHAU em 1967, e com autoria creditada a Harry Cole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. A. G. de. Política Urbana no Brasil: o Paradigma, a organização e a política. São Paulo, *Estudos Cebap*, out/dez. 1976, p.119-48.
- CARDOSO, A. L. *Construindo a utopia: urbanismo e modernidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CINTRA, A. O. Planejando as cidades: política e não-política. In: CINTRA, A. O., HADDAD, P. R. (orgs.) *Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.169-253.
- CHERRY, G. E. *The Evolution of British Town Planning*. London: Leonardo Hill Books, 1974.
- COLE, H. J. Desenvolvimento metropolitano integrado no Brasil. In: SERFHAU. *Áreas metropolitanas e desenvolvimento integrado no Brasil*. Rio de Janeiro, Minter/SERFHAU/SENAM, 1967.
- _____. Regionalização dos governos locais: o caso do Canadá. Rio de Janeiro, IBAM, *Revista de Administração Municipal-RAM*, n.16, p.527-31, set./out. 1969.
- CULLINGWORTH, J. B., NADIN, V. *Town and Country Planning in Britain*. London: Routledge, 1994.
- HOLFORD, W. Problemas e perspectivas de Brasília. Rio de Janeiro, *Revista Módulo*, v.3, n.17, p.2-3, abril 1960.
- JOHNSON-MARSHALL, P. Comprehensive Development Areas. London, *Revista Architectural Design*, tomo de 1956, p.144-58, 1956.
- JORDAN, R. F. L. C. C. New Standards in Official Architecture. *The Architectural Review*, v.120, n.718, nov. 1956.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Grupos de Trabalho (12) Preparam Plano do Recife Metropolitano. Recife, 22/09/1961.
- LUCCHESI, M. C. *Curam-se cidades: uma proposta urbanística da década de 70*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Local*. Rio de Janeiro: MPCG, 1967.
- MUMFORD, E. *The CIAM Discourse on Urbanism – 1928-1960*. Cambridge-MA/London: The MIT Press, 2000.
- SILVA, L. *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.
- STEINBERGER, M. *Planejamento Local Integrado: uma fase necessária ao Desenvolvimento Urbano Planejado*. Rio de Janeiro, 1976. Dissertação (Mestrado) – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ENTREVISTAS

- Eduardo Novaes – entrevistado em 24 de maio de 2005.
Sônia Cole – entrevistada em 8 de novembro de 2006.

RESUMO

O arquiteto brasileiro Harry James Cole teve uma trajetória profissional que acompanhou o desenrolar do planejamento urbano no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Este artigo traz um breve panorama de sua carreira, seu envolvimento na concepção do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e seu escritório de projetos. É fruto de minha pesquisa de doutorado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, ainda não concluída.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano, Harry Cole, SERFHAU, plano de desenvolvimento integrado, planejamento urbano britânico.

THE ARCHITECT AND URBAN PLANNER HARRY COLE

ABSTRACT

The Brazilian architect Harry James Cole had a professional trajectory that was linked with the Brazilian urban planning activity in the 60's and 70's. This paper writes a synthetic panorama from his career, like his involvement in the Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU's conception (an ex urban planning federal agency) and his design private office. This paper goes on my Doctorate research at Architecture Department of São Carlos School of Engineering of USP, not already concluded.

KEYWORDS: urban planning, Harry Cole, SERFHAU, comprehensive plan, Brasilia built, town planning.

EL TURISMO Y LOS VALORES PATRIMONIALES EN EL CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DE CUBA

Zoila J. Baños Rodríguez

Arquiteta | Departamento de Arquitectura y Urbanismo
Facultad de Construcciones – Universidad de Oriente – Cuba
zoila@fco.uo.edu.cu

EL TURISMO Y LOS VALORES PATRIMONIALES EN EL CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DE CUBA

EL TURISMO EN LOS CENTROS HISTÓRICOS

Los fenómenos asociados al turismo cobran significativa importancia pues una localidad receptora de alto número de visitantes debe poseer un patrimonio capaz de satisfacer los intereses y las expectativas de los turistas. A su vez es necesario conocer y explotar al máximo los recursos naturales y antrópicos que pudieran propiciar la mayor afluencia de viajeros al país con el fin de incrementar las ganancias económicas, en esta industria que adquiere cada vez más importancia. Esto fundamenta la necesidad de conocer los valores del patrimonio edificado en las zonas urbanas de carácter histórico para su mejor explotación y conservación; además es sumamente importante la definición de los bienes que forman parte del patrimonio de la nación (en zonas urbanas y rurales) así como la determinación de los valores que estos poseen para encaminar las acciones hacia la preservación de ambos. Esta manera de incidir sobre el patrimonio permite reforzar el arraigo de los ciudadanos y mantener la identidad, tan afectada por el turismo. A estos efectos plantea Mario Coyula:

Las nuevas inversiones en zonas urbanas valiosas van a seguir coexistiendo con el viejo problema de la falta de recursos para conservar el fondo construido [...] Preservar ese fondo no solo beneficia a muchas personas, sino que también significa preservar el marco urbano inequívocamente identificado como propio por los residentes y los visitantes. Una ciudad impersonal

y degradada no solo influirá negativamente en el sentido de pertenencia de sus habitantes, con su inevitable repercusión social y política, sino que dejará de ser atractiva para inversionistas y turistas, con su correspondiente consecuencia económica.¹

La ciudad de Santiago de Cuba atesora siglos de historia y tradiciones, insertada en la región más cálida del país y de gran belleza natural, la ciudad posee el título de Ciudad Héroe de la República de Cuba por la fuerte tradición de lucha de sus habitantes; es la segunda ciudad en importancia del país y su desarrollo urbanístico está en concordancia con este hecho. Santiago de Cuba ha sido cantada por poetas y viajeros de diferentes regiones y como ha reseñado Pablo de la Torriente Brau,

Santiago ofrece un aspecto singular. No se parece a ninguna otra ciudad vista ni imaginada; tiene una tipicidad grata y simpática; *suen*a distinta la voz de la ciudad, que está pintada con todos los colores del mundo...²

es también cuna de músicos de relieve internacional, y ha realizado aportes significativos a la historia y la cultura nacionales.

VALORES PATRIMONIALES DEL CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DE CUBA

El centro histórico de Santiago de Cuba ocupa el centro geográfico citadino y abarca una área de 320 hectáreas; comprende El Paseo Martí, La Alameda (considerando el mar), toda Trocha y el área monumental del 26 de Julio – vinculada al Cuartel Moncada – incluidos los edificios de 18 plantas de Garzón;³ también se le denomina Ciudad Histórica. En este espacio territorial se concentran las edificaciones domésticas, civiles y religiosas del período colonial y el período republicano, caracterizadas por sus valores históricos, artísticos, ambientales, sociales, formales y técnico-constructivos; todo lo cual le han permitido su categorización como Monumento Nacional.

VALOR HISTÓRICO

Santiago de Cuba fue fundada en 1515 por Diego Velázquez, siendo la última de las siete villas de Cuba. Actualmente exhibe los títulos de Ciudad Héroe de la República de Cuba así como la Orden Antonio Maceo; se hace necesaria la valoración del centro histórico de la ciudad por su carácter de Monumento Nacional declarado el 10 de Octubre de 1978 “tomando como razón su venerable antigüedad y por ser portador de incuestionables valores espirituales y materiales cuya importancia y trascendencia lo convierten en legado imperecedero de la nación.”⁴

VALOR AMBIENTAL

La Ciudad Histórica, con un trazado reticular que se adecuó a la geomorfología, posee zonas de mayores visuales al entorno natural donde la arquitectura se subordina al paisaje

circundante; esto sucede fundamentalmente en las vías de dirección este-oeste que son rectas y facilitan las mejores miradas al mar, a las montañas y a los techos rojos de tejas. Las áreas más llanas se ven favorecidas por un paisaje edificado más rico y variado, así como con características del trazado vial que propician el elemento sorpresa en los recorridos peatonales debido a que se producen cierres de perspectivas e inflexiones viales muy agradables, dada la variedad de la tipología arquitectónica del área. La Ciudad Histórica por su geomorfología presenta puntos altos con visuales panorámicas que ofrecen un paisaje multicolor. Véase Foto 1 y Plano 1: Centro histórico.

El sistema de plazas cualifica el paisaje citadino por la presencia de la vegetación y el mobiliario urbano, las edificaciones circundantes tienen un nivel de conservación, estilos arquitectónicos y funciones que crean un ambiente agradable, matizado por una fuerte animación.

Existen elementos que posibilitan valorar la importancia del trazado de la Ciudad Histórica, al analizar las sendas es posible encontrar un elemento de identidad en la “concentración de un uso o una actividad especial en una calle”⁵ lo cual caracteriza al centro de servicios con calles comerciales, de carácter cultural o administrativo. “También resultaron importantes para la identificación de las sendas las características especiales de fachadas”,⁶ que en el centro histórico se dan en tramos que ofrecen una imagen agradable, coherente como son los corredores de la calle San Gerónimo o los corredores de la calle San Carlos, entre otros espacios en que la volumetría de las edificaciones, el ritmo que se produce en la adecuación de estas a la topografía refuerzan la imagen de la Ciudad Histórica.

VALOR SOCIAL

La génesis de la ciudad estuvo asociada a la aparición de sus espacios centrales en su plaza fundacional, extendiéndose posteriormente a lo largo de su Sistema de Plazas, lo que conformó la centralidad del período colonial. Esta animación sostenida en el Sistema de Plazas y en las calles comerciales le otorga un alto valor social a este ámbito.

Uno de los elementos significativos que inciden en lo singular de la localidad es su idiosincrasia, producto de todas las culturas que nutrieron a la región oriental del país, sobre todo a Santiago de Cuba, entre las que destacan la española, la francesa y la africana. Además, su posición geográfica facilitó su relación con las Islas del Caribe y con América del Sur.

En la actualidad gran parte de las instituciones culturales de la ciudad se ubican en el área central, entre ellas se encuentran la Casa de la Unión de Escritores y Artistas de Cuba, la Casa del Coro Madrigalista y el Estudio de Grabaciones Siboney, entre otros. Son de indudable atractivo los museos que se encuentran dentro del centro histórico, estos exhiben la historia y tradiciones de la ciudad, así como facetas de la vida de sus figuras relevantes. Se encuentran en el área más antigua galerías de exposición de obras de arte, archivos, así como iglesias y conventos exponentes de la cultura y la religión que se han desarrollado en la región.



Plano 1 – Centro histórico: el trazado vial propicia el elemento sorpresa en los recorridos peatonales pues se producen cierres de perspectivas e inflexiones viales muy agradables.



Foto 1 – La Ciudad Histórica por su geomorfología presenta puntos altos con visuales panorámicas que ofrecen un paisaje multicolor.

Coexiste un amplio abanico de actividades vinculadas a las tradiciones de la ciudad, entre éstas se encuentran las que se realizan en la casa de la Trova Santiaguera que promueve una fuerte animación y un ambiente cultural agradable. Los conjuntos folclóricos de la ciudad radican en el centro histórico, tienen gran importancia debido a que rescatan los bailes populares tradicionales cubanos y del folclor oriental, caribeño y de descendientes de africanos entre los que se destaca la Tumba Francesa (recientemente declarada Patrimonio de la Humanidad). Santiago de Cuba ostenta una rica tradición folclórica, mantenida, en primer lugar por la existencia de tres agrupaciones centenarias: El Cabildo Carabalí Izuama, El Cabildo Carabalí Olugo y la Tumba Francesa, todas en el centro histórico.

VALORES DE LA VIVIENDA

La vivienda de la Ciudad Histórica tiene valores que son de importante destaque, entre ellos los que derivan de su antigüedad, pues son exponentes de los siglos XVIII y XIX y, como se supone, la Casa de Diego Velázquez del siglo XVII. Según plantea Joaquín Weiss, “La casa santiaguera del siglo XVIII concordaba en general con el tipo característico de la casa habanera de la misma época – sin prejuicio de incorporar algunos detalles típicos”,⁷ queda esto corroborado por Cirilo Villaverde que describe una vivienda representativa del siglo XIX refiriéndose a otro ámbito – en el occidente del país – en esencia expone algunas características de la tipología arquitectónica, destacando

su cubierta de tejas huecas coloradas, amplio pórtico, la sala cuadrada al medio, flanqueada a ambos lados por dos crujías de cuartos, pasadizos corridos por el interior, patio rectangular en el centro.⁸

Aunque esta vivienda surgió con el mismo nacimiento de la villa, muchas de ellas fueron reconstruidas a comienzos del siglo XX, apareciendo los estilos ecléctico, *art decó*, prototorracionalista, y otros, todos ellos representativos de su época. Sin embargo, se mantiene la coherencia formal de las construcciones debido a la tipología arquitectónica. En el conjunto se manifiesta la reiteración de los altos puntuales, la presencia de pretilos, cubiertas inclinadas de tejas criollas ó francesas; las proporciones de vanos alargados y estrechos; la tipología de fachadas: simple, de corredores y de balconajes, el patio interior y las plantas en C,O,U,L lo que le confiere unidad a la Ciudad Histórica, considerándose como de altos valores ambientales, así como artísticos o arquitectónicos (Fotos 2 y 3).

Gozan también de buenas condiciones térmicas y ambientales que destaca Alejo Carpentier en *La Consagración de la Primavera* al describir las viviendas coloniales de la Habana Vieja, aplicables al ámbito de estudio:



Foto 2 – En el conjunto se manifiesta la reiteración de los altos puntuales, la presencia de pretilas, cubiertas inclinadas de tejas criollas ó francesas; las proporciones de vanos alargados y estrechos; la tipología de fachadas simple.
Foto 3 – Se mantiene la coherencia formal de las construcciones debido a la tipología arquitectónica.



Los interiores, en cambio,⁹ eran amplios, altos de puntal, con anchas salidas a los patios, y sobre puertas y ventanas se situaban los cristales policromos que llenaban las mismas funciones de los “brise-soleil” de Le Corbusier, Arquitectura perfectamente funcional, concebida por los alarifes de la Colonia. (Sic) Entre habitación y habitación, mamparas lindamente ornamentadas, que podían cerrarse o abrirse, según se quisiese propiciar o reducir la circulación de aire.¹⁰

A modo de conclusiones es importante destacar que:

- El centro histórico santiaguero es una zona atractiva para inversionistas y turistas por los valores que la caracterizan, lo que fundamenta su importancia económica y la necesidad de su explotación y conservación con estos fines.
- Este centro histórico debe considerarse un conjunto monumental urbano, tomando en consideración los sitios y edificaciones declarados Monumentos Nacionales y Locales así como los inmuebles y ambientes que caracterizan la singularidad arquitectónica y urbanística existente en este ámbito, además de las tipologías arquitectónicas y constructivas presentes en el sobrevenir económico, político y social de la ciudad.
- La Ciudad Histórica por su geomorfología presenta puntos altos con visuales panorámicas que ofrecen un paisaje multicolor. Áreas más llanas se ven favorecidas por un paisaje edificado más rico y variado, que adquiere protagonismo por las características del trazado vial en estas zonas.
- Gran parte de las instituciones culturales de la ciudad se ubican en su área histórica, entre ellas la Tumba Francesa (recientemente declarada Patrimonio de la Humanidad.)

■ En las viviendas del centro histórico se reiteran los altos puntuales, la presencia de pretilas, cubiertas inclinadas de tejas criollas ó francesas; los vanos alargados y estrechos; la tipología de fachadas: simple, de corredores y de balconajes; el patio interior y las plantas en C,O,U,L otorgándole unidad al *hábitat* en este territorio, considerándose las viviendas como de altos valores artísticos o arquitectónicos, y también de buenas condiciones térmicas y ambientales.

NOTAS

1. Mario Coyula, "Arquitectura y ciudad en la cultura cubana", p.95.
2. Pablo de la Torre Brau, "Santiago de Cuba", en *Santiago* n.79 p.196, Santiago de Cuba, diciembre de 1973-marzo de 1974. Apud Daisy Cué Fernández, y Olga Portuondo Zúñiga, *Santiago de Cuba arpa de troncos vivos*, p.66
3. Véase: Miguel A. Gainza Chacón, "La Imagen más Bella". (En Periódico "Sierra Maestra.") Santiago de Cuba. Entrevista al Arq. Omar López, Conservador de la Ciudad.
4. Plan Maestro de la Oficina del Conservador de la Ciudad, "Plan Maestro para la revitalización de la Ciudad Histórica de Santiago de Cuba", Documento de Diagnóstico Urbanístico, tomo I, p.27.
5. Kevin Lynch, *La imagen de la Ciudad*, p.51.
6. Kevin Lynch, op. cit. p.52.
7. Joaquín E Weiss, *La Arquitectura Colonial Cubana Siglo XVIII*, p.110.
8. Cirilo Villaverde, *Cecilia Valdés*, tomo II, p.61.
9. En contraposición a las calles, véase: Alejo Carpentier, *La Consagración de la Primavera*, p.244.
10. Alejo Carpentier, op. cit., p.244.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPENTIER, A. *La Consagración de la Primavera*. Editorial Letras Cubanas. La Habana, 1979.

COLECTIVO DE AUTORES. *Apuntes sobre la arquitectura santiaguera*. Edita Forum – UNESCO. Universidad Politécnica de Valencia. Imprime. Dayta – Servicios Gráficos s/l, s/f.

COLECTIVO DE AUTORES. *La casa colonial santiaguera*. Editorial Oriente. Santiago de Cuba, 1995.

COYULA, M. "Arquitectura y ciudad en la cultura cubana." (En *Arquitectura cubana: Metamorfosis, pensamiento y crítica*.) Selección de textos Arte

Cubano. Ediciones Consejo Nacional de las Artes Plásticas. La Habana, 2002.

LEY N° 1 Ley De Protección al Patrimonio Cultural. Capítulo I. Disposiciones Generales. Artículo 1 Internet: <<http://www.cnpc.cu/cnpc/cult/legisl/ley1htm>>

LEY No. 2. Ley de Protección al Patrimonio Cultural. Reglamento para la Ejecución de la Ley de los Monumentos. Nacionales y Locales. Capítulo VI. Artículo 30. Internet: <<http://www.cnpc.cu/cnpc/cult/legisl/ley2html>>

LYNCH, K. *La imagen de la ciudad*. Ediciones de Ciencia y Técnica. Instituto Cubano del Libro. La Habana, 1970.

PLAN MAESTRO DE LA OFICINA del Conservador de la Ciudad: "Plan Maestro para la revitalización de la Ciudad Histórica de Santiago de Cuba." Documento de Diagnóstico Urbanístico. Tomo I, Santiago de Cuba, 2003.

RODRÍGUEZ RÍOS, R., GUTIÉRREZ, R. R. "Zonificación preliminar del centro histórico urbano de Santiago de Cuba." Trabajo de Diploma en opción al título de Arquitecto. Tutor: Arq. Zoila Baños. Santiago de Cuba, 1991.

VILLAVERDE, C. *Cecilia Valdés*. Tomo II. Editorial Letras Cubanas. La Habana, 1980.

WEISS, J. E. *La Arquitectura Colonial Cubana Siglo XVIII*. Editorial Letras Cubana. Instituto Cubano del Libro. La Habana, 1979.

OTRAS FUENTES

CUÉ FERNÁNDEZ, Daisy y Olga Portuondo: *Santiago de Cuba arpa de troncos vivos*. Editorial Oriente. Santiago de Cuba, 2000.

GAINZA CHACÓN, M. A. "La Imagen más Bella". (En Periódico "Sierra Maestra.") Santiago de Cuba, sábado 14 de Febrero de 2004. Entrevista al Arq. Omar López, Conservador de la Ciudad.

RESUMEN

La determinación de los valores patrimoniales presentes en los centros históricos cobra significativa importancia en los momentos actuales en que la globalización neoliberal pretende el establecimiento de una cultura global y gana más importancia el conocimiento de lo que es autóctono para conservarlo y divulgarlo. El presente trabajo estudia los valores patrimoniales y viviendas existentes en el centro histórico de Santiago de Cuba. Se exponen los elementos ambientales y paisajísticos que pudieran incidir en la explotación turística de la ciudad. Se presentan los criterios que permiten comprender la importancia de la conservación de la zona de viviendas para una mejor explotación del territorio.

PALABRAS CLAVES: turismo, valores patrimoniales, centros históricos.

TOURISM AND ECONOMIC VALUES IN THE HISTORICAL CENTER OF SANTIAGO DE CUBA

ABSTRACT

The identification of heritage values present in the historic centers becomes significant importance in the present moment in which neoliberal globalization seeks the establishment of a global culture and makes more important to know what is native to be preserve and disseminate it. The present study examines the assets and existing homes in the historic center of Santiago de Cuba. It outlines the environmental and landscape elements that could affect the tourist exploitation of the city. We present the criteria for understanding the importance of conservation of the area of housing for a better exploitation of the territory.

KEYWORDS: *tourism, heritage values, historical centers.*



HABITAÇÃO COLETIVA POPULAR NA ÁREA CENTRAL DE CAMPINAS (1980-2007):

FORMAS, USOS E CONFLITOS | Camila Moreno de Camargo

Arquiteta urbanista | Universidade Metodista de Piracicaba | Mestranda
do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Escola de Engenharia
de São Carlos/USP | cmcarq@hotmail.com

HABITAÇÃO COLETIVA POPULAR NA ÁREA CENTRAL DE CAMPINAS (1980-2007): FORMAS, USOS E CONFLITOS

CAMPINAS E O QUADRO DA HABITAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil aderiu de forma mais intensa ao processo de implantação e consolidação do ideário do capitalismo industrial moderno. A moradia urbana do pobre passou a ser considerada problema pelas autoridades a partir de meados da década de 1880, com o incremento populacional e de atividades urbanas associadas à difusão das relações capitalistas e do desenvolvimento industrial. A proliferação dos cortiços, aliada aos demais problemas sociais crescentes, incidiu numa discussão sobre a moradia dos trabalhadores de baixa renda, com elaboração de planos e ações que tratassem a questão. A erradicação violenta e agressiva dos cortiços, pautada em justificativas higienistas, camuflava outros objetivos de ordem social e econômica.

No Brasil, como na Europa, o tema da habitação insalubre encontrou espaço central numa forma de problematizar a cidade centrada em questões de segurança e higiene. (...) a moradia urbana, de um modo geral, era vista como um ambiente prejudicial à saúde de seus moradores, enquanto a habitação do pobre era entendida como uma ameaça mais ampla, tanto à saúde quanto à moralidade e à produção. (Correia, 2004, p.3.)

No período seguinte, embora continuasse presente, a questão sanitária passou para o segundo plano nos debates sobre habitação social e surgiram novos temas, condizentes

com o projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas. Um desses temas é a noção da habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país. Outro é a ideia da habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar como sua principal base de sustentação política. E isso ia ao encontro das práticas de cunho higienista e modernizadoras da elite: eliminar os cortiços do centro da cidade e segregar o trabalhador na periferia, reduzindo assim o custo das moradias e desaglomerando as áreas centrais.

Em Campinas, no ano de 1938, a Prefeitura Municipal instituiu uma comissão com a finalidade de realizar um levantamento sobre as condições dos cortiços existentes. O resultado do estudo foi publicado em 1939.¹ Tinha por objetivo subsidiar a aprovação de novas leis que favorecessem a construção, por parte da iniciativa privada, de habitações populares – através das vilas operárias, por exemplo – com intuito de erradicar os cortiços do centro da cidade.

“À época, o empenho da prefeitura foi traduzido no decreto lei nº 82 de 26/12/1940 que reiterava a proibição de construir cortiços, mas estabelecia tipos habitacionais de padrão construtivo mínimo e padrão econômico mais acessível ao trabalhador. Regulamentava também a comercialização, interferindo nos preços e definindo critérios para vendas à prestação”. (Badaró, 1996, p.113.)

No mesmo ano, é aprovado o Plano de Melhoramentos Urbanos, de Prestes Maia, que continha propostas principalmente voltadas à questão da acessibilidade. Um momento de transformações intensas no centro de Campinas acontece entre 1956 e 1962, e corresponde à segunda fase de implantação do Plano. Os trabalhos de alargamento das ruas se aceleram e com eles inúmeros edifícios importantes remanescentes são demolidos, criando uma sensação de destruição e de ruptura, principalmente pela rapidez com que acontecem. É nesse contexto que se reforça a intenção de alguns setores, entre os quais o capital imobiliário, de expulsar a população de baixa renda das áreas valorizadas centrais. O intenso processo de urbanização e a predominância do transporte rodoviário vão configurar uma primeira periferia que, em geral, tornará urbanas áreas já parceladas, mas irregulares.

Essa estratégia, que se estendeu pelas principais cidades brasileiras, respaldou a criação ou o fortalecimento dos órgãos governamentais encarregados de produzir ou financiar a produção de habitações, como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e a Fundação da Casa Popular. Foi neste contexto que, em 1942, o governo interferiu no mercado de locação, congelando os aluguéis por meio da Lei do Inquilinato, um duro golpe contra os proprietários de casas de aluguel. Institui-se o “sonho da casa própria” – uma nova abordagem do problema habitacional.

Após cinco meses da instauração do novo regime, em 1964, foi criado o SFH (Sistema Financeiro da Habitação), cujo eixo era o BNH (Banco Nacional da Habitação), fazendo da

política de habitação parte importante de sua política social. A COHAB será o instrumento ideal para isso. Passa a ser um importante indutor de crescimento urbano e da especulação imobiliária, que promoverá um novo movimento de expansão urbana – a segunda periferia, estimulando inclusive loteamentos ao redor de seus conjuntos.

Durante o regime militar, as políticas sociais foram subordinadas à perseguição dos objetivos prioritários de segurança e crescimento econômico. No plano da segurança, elas eram necessárias para apaciar as violentas tensões sociais. No plano econômico, as políticas sociais tinham um duplo papel instrumental a representar: por um lado, aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o absenteísmo dos trabalhadores e garantir maior flexibilidade do emprego; por outro, transferir para o Estado uma parte do custo da reprodução da mão de obra, permitindo assim às empresas o pagamento de salários mais baixos. Assim, as políticas sociais ocuparam um lugar importante no projeto de modernização do Estado. As políticas de habitação foram transformadas em chave-mestra desta política social, através das quais o regime propunha atingir simultaneamente objetivos políticos, ideológicos, sociais e econômicos. O regime tocava num ponto sensível e altamente simbólico. Mas, para a análise do modelo de acumulação brasileiro, é preciso principalmente insistir no fato de que os lucros derivados da promoção imobiliária, da construção de habitações, das obras públicas e da especulação imobiliária constituem um terreno privilegiado para a formação do capital nacional.

Em Campinas, isso acontece dentro de uma nova dimensão regional que começa a ser percebida, resultante principalmente de transformações no setor industrial, aliadas à expansão da malha rodoviária. Como é sabido, nas últimas décadas, a dinâmica metropolitana paulista expressou-se pelo adensamento urbano e industrial que extravasou a Região Metropolitana de São Paulo. Nesse processo os espaços foram metropolizados,² isto é, assumiram aspectos e características da metrópole, quer dizendo respeito à magnitude de investimentos de capital, ao desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial, ou, ainda, relacionados ao desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Assim, a cidade de Campinas, como resultado das transformações econômicas e urbanas experimentadas nas três últimas décadas, teve redefinidos seu perfil e seu papel de centro urbano médio, assumindo características de sede de uma metrópole emergente no interior do Estado, inclusive com a concentração crescente dos socialmente excluídos.

Diante da ineficácia da política pública em atender a demanda por moradia, tanto em termos quantitativos como no sentido de assegurar a aquisição do imóvel,³ reforça-se a busca por alternativas de moradias, ainda que precárias, sendo representativo o promissor mercado de aluguel irregular. Além disso, como se sabe, a política habitacional desenvolvida a partir do BNH baseou-se na construção de grandes e distantes conjuntos periféricos, como tem sido corrente nas ações da COHAB e da CDHU. O objetivo de reduzir os custos de obtenção de terrenos determinou enormes despesas com a implantação de

infraestruturas e equipamentos. Do ponto de vista urbano, esses conjuntos contribuíram para agravar problemas ambientais e favoreceram a expansão exagerada da ocupação, estimulando a formação de vazios urbanos e a especulação com terrenos rurais e periféricos. Apesar disso, surpreendentemente, não significaram custos finais necessariamente mais baixos do que se poderiam obter em localizações mais centrais.

A obtenção ilegal de moradia, é, então, umas das poucas alternativas encontradas perante os problemas habitacionais brasileiros, causados principalmente pela violenta especulação imobiliária, que organiza o espaço urbano de acordo com o interesse do capital, elevando os preços e deixando grande parcela da população sem condições de pagar os caros aluguéis.⁴

RECONHECENDO O CORTIÇO EM ÁREAS CENTRAIS COMO MODALIDADE DE HABITAÇÃO POPULAR ATUAL – O CASO DE CAMPINAS

Segundo Frúgoli Jr. (2006, p.49-68), referindo-se às grandes cidades brasileiras, o processo de crescente popularização do centro, a partir de meados de 1960, foi concomitante ao início da evasão de empresas e bancos para outros subcentros, à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário, em contraponto à ideia de que é a presença maciça das classes populares a responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade.

Essa apropriação se dá, de forma mais efetiva, durante a década de 1980, nos espaços públicos das áreas centrais das grandes metrópoles brasileiras, onde distintos grupos sociais acabaram formando variadas redes de relações voltadas à sobrevivência – como camelôs, engraxates, aposentados “plaqueiros”, vendedores de ervas, de bilhetes de loteria, de churrasquinho, pregadores religiosos, videntes, homens e menores de rua, artistas de rua, e muitos outros – com uma diversidade quanto ao tipo de uso do espaço, além de certa forma de organização interna, que combina princípios de solidariedade com outros de hierarquia, do tipo clientelista e personalista (Frúgoli Jr., 1995, 2006).

Nesse contexto, Bonduki (2000, p.73-82) ressalta o passo fundamental dado pelo movimento por moradia no início dos anos 90 quando, aliado às ocupações urbanas, passou a reivindicar programas habitacionais na área central da cidade de São Paulo, ocupando os prédios vazios da região, e deflagrando um debate intenso sobre a questão habitacional em áreas centrais e a necessidade de se combater a vacância no centro da cidade, o qual expandiu para uma luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, que levanta a necessidade de viver em locais dotados de infraestrutura, equipamentos sociais e empregos.

Reaparecem à sociedade os cortiços, num processo diferente, sob determinados aspectos, daqueles vastamente caracterizados no final do século XIX e início do século XX. As tipologias, as formas de gestão e os níveis de habitabilidade observados variam.⁵ Por isso, apesar de encontrarmos várias análises, legislações, relatórios e pesquisas que abordam a temática dos cortiços, ainda são discutíveis as conceituações e as estimativas.

Segundo Piccini, atualmente a situação de vida nos cortiços não mudou muito em relação à precariedade, à densidade de ocupação e à ilegalidade que sempre os caracterizaram, ou seja, forte aglomeração, superlotação, mescla e sobreposição de funções, com uma conseqüente e acentuada pobreza, “acarretando problemas graves à saúde que posicionam o cortiço como uma opção socialmente inferior à favela” (apud Santos, 2002, p.36). Esse tipo de moradia ainda é também um negócio imobiliário de alta lucratividade, como o foi em outros momentos de sua história nas cidades brasileiras, devido, entre outras coisas, à máxima subdivisão de cada lote e/ou cômodo, e à redução de despesas com impostos e com a manutenção do imóvel (Kohara, 1999).

Conforme a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), elaborada pela Fundação Seade, a parcela de famílias morando em condições inadequadas no Aglomerado Urbano Leste⁶ aumentou de 2,6% para 3,7% entre 1994 e 1998. Nesse período, também aumentou de forma significativa a parcela de famílias residindo em cortiços (de 0,9% para 2,4%) e em casas construídas nos fundos de outras (de 20,7% para 24,5%). “Embora mais baixa que a apurada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), esse tipo de inadequação habitacional, na região de Campinas, começa a tomar uma dimensão preocupante” (Moretti & Januzzi, 2002, p.287).

Através de pesquisa documental e exploratória em andamento,⁷ é possível demonstrar que existem – ainda que pesem as imprecisões devido à falta de consenso quanto à determinação da habitação coletiva popular em áreas centrais⁸ – pessoas vivendo precariamente na área central de Campinas, apesar de o foco do déficit habitacional concentrar-se nas áreas periféricas. Os inúmeros hotéis e pensões populares existentes, onde se observa pessoas vivendo de modo precário e em condições muito próximas àquelas que determinam os atuais cortiços, não são assim classificados, tornando a estimativa equivocada. O mesmo se dá em relação à população residente em tais condições cuja maioria é classificada como transitória e acaba não aparecendo em dados censitários, ainda que “transitem” pelos mesmos tipos de moradia na área central. Os dados demonstram ainda que “ao longo dos últimos 30 anos houve um aumento da desocupação de imóveis em bairros mais centrais e bem mais aparelhados de infraestrutura” (Moretti & Januzzi, 2002, p.285), apresentando uma crescente deterioração física das construções, apesar da demanda de uso, comprovada pelo forte mercado rentista atuante na área. Reforçando tal tendência de esvaziamento, um estudo sobre a Estruturação Territorial do município, integrante do processo de revisão do Plano Diretor, em 2004, apontou um decréscimo de população da área central da ordem de 10,17%, entre 1991 e 2000, com taxas anuais negativas de 1,13% em média.

O recorte espacial adotado para a pesquisa compreende o perímetro delimitado por: avenida Aquidaban, rua Irmã Serafina, avenida Anchieta, rua Guilherme da Silva, avenida Julio de Mesquita, rua Olavo Bilac, rua Carlos Guimarães, avenida Orosimbo Maia, rua Jorge Krug, avenida Barão de Itapura, rua Dr. Ricardo, rua Lidgerwood e avenida dos Expedicionários. Cinco subáreas compõem esse perímetro, divisão adotada também

maiores” com demolição, aglutinação de terrenos contíguos e aumento da ocupação do solo. Já a reabilitação urbana é marcada pelo esforço em manter o tecido urbano o mais inalterado possível, com ímpeto por preservar a estrutura fundiária, o parcelamento do solo, as edificações preexistentes, os usos e a população da área. A reforma necessária na infraestrutura existente para adaptá-la a novas necessidades procura não descaracterizar o ambiente construído herdado e busca fazer “intervenções mínimas” nos edifícios, indispensáveis para garantir conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural.

As duas áreas acrescidas justificam-se pela tentativa de comprovar a existência de habitação coletiva precária, que se apresentam ora como cortiços, ora como hotéis e pensões, na transposição do leito férreo. Destaca-se, neste sentido, o parque ferroviário como barreira de difícil transposição que, desde sua implantação, separa o centro e a região sudoeste do município – “lugar de cortiço, oficinas, matadouro, curtumes, lazaretos, vilas operárias, indústrias” (Bittencourt, 2002, p.134); como contenção de uma apropriação mais massiva do centro por parte da classe mais baixa.

A metodologia de pesquisa envolve levantamento documental e fotográfico acerca das habitações coletivas populares localizadas nas subáreas que compõem o perímetro de estudo adotado na área central de Campinas, tais como: plantas e/ou desenhos técnicos de unidades arquitetônicas, com destaque às de valor histórico,⁹ detectadas *in loco* em situação de precariedade e habitadas coletivamente, a fim de se verificar as formas e usos de apropriação do espaço interno.

Até o presente momento, a pesquisa exploratória detalhou a subárea 2 (A2), notadamente onde concentra-se mais intensamente este tipo de habitação. Foram mapeados os serviços gerais e de compras, equipamentos de saúde e educação, áreas verdes (praças e parques), estacionamentos, hotéis, edifícios degradados e/ou abandonados e habitações coletivas – os cortiços e pensões. Nesta primeira etapa, de cunho quantitativo, não foi possível diferenciar precisamente as unidades habitacionais ocupadas coletivamente com funcionamento característico de pensão e o cortiço propriamente dito. Isso se deve ao fato de, em geral, a população moradora denominar simplesmente “pensão” qualquer habitação coletiva precária.

Concomitante ao estudo quantitativo, foi realizado levantamento fotográfico das fachadas de muitas dessas unidades apontadas, *a priori*, como habitações coletivas. Este acervo permite uma primeira caracterização que inclui: deterioração física; fiação elétrica exposta e danificada; grande movimentação de pessoas, inclusive de um edifício pra outro de semelhante funcionamento; roupas estendidas em varais em grandes quantidades e de forma exposta; lixo e entulhos amontoados na entrada do edifício; edifícios de valor histórico, provavelmente datados da transição do século XIX para o século XX; indicações discretas sobre a disponibilidade e locação de vagas; concentração de tais edifícios em áreas de menor trânsito, normalmente com vias mais estreitas e de paralelepípedo.

Numa segunda etapa da pesquisa exploratória, foram selecionadas algumas unidades para aprofundamento das questões levantadas quanto às formas de apropriação e população residente, bem como características arquitetônicas internas, a fim de se estabelecer as conceituações corretas para *pensões* e *cortiços*. Um novo acervo fotográfico foi montado de forma a retratar os espaços apropriados e a dinâmica interna estabelecida. Foi aplicado questionário socioeconômico e gravação de depoimentos com os moradores das unidades selecionadas.

Elias Elliot, 57 anos, há 11 anos transita entre as pensões da área central. Perdeu as contas de em quantas já morou, e justifica a transitoriedade pelo preço cobrado pela vaga (procura aproveitar a melhor oferta do dia) e às dificuldades de convivência. É filósofo e escritor. Tem dez livros publicados, em geral, romances e poemas que retratam a vida e as situações que tem observado em favelas e cortiços. Daí seu motivo para ter abandonado esposa e sete filhos no Espírito Santo: “*a causa!*” Primeiramente pertenceu ao Movimento Sem Terra e hoje diz viver “a situação que eu (ele) próprio criara”. Sobrevive vendendo seus livros pelas ruas e executando trabalhos em gráficas e editoras. Escolheu Campinas, pois considera ser “uma metrópole que apresenta boas oportunidades, dado o grande número de universidades e o próprio parque tecnológico”. Mas diz já ter sentido os “golpes da cidade. A cidade é inclemente. A cidade é fria, objetiva... você tem que ter o que ela quer senão...”.

Destaca o “implacável e lucrativo mercado rentista” que atua sobre a área. Conta que: “numa pensão 5 estrelas, bem ruinzinha,¹⁰ você vai pagar R\$ 15,00 por dia. Quer dizer, no mês são cerca de R\$ 450,00... às vezes menos, pois você acha umas promoções”. Mas diz que “é melhor do que pagar R\$ 150,00 por um barraco lá longe, bem longe... o cara ainda fica privado de ‘viver o centro’”. Sobre a vida neste tipo de habitação diz que o maior problema é a convivência, pois “as pessoas estão à flor da pele, nervosas, tensas, agridem com certa facilidade. E há até um suposto código de cadeia que ronda e acompanham estes moradores. Uma palavra e você já arruma um inimigo dentro da pensão, e desse um vai para vários”.

Ainda sobre este tipo de habitação, declara que “*existem locais onde o sol não atinge*”, famílias com crianças, sem crianças, pessoas sozinhas¹¹ habitando um mesmo quarto e, em muitos casos, habitando os porões das antigas casas burguesas, como pode ser constatado pela pesquisa exploratória e levantamento fotográfico.

Maria Damiano, 35 anos, mãe de três filhas com idades de 5 a 10 anos, é moradora de edifício inacabado por meio de invasão há 10 anos, após, vindo da Bahia, ter se deparado com o desemprego e suas consequências. Com seu marido João, 47 anos, e seus cunhados, desenvolve trabalho de reciclagem de lixo nos condomínios verticais vizinhos ao prédio invadido. O lixo recolhido é armazenado e separado junto ao próprio lugar de moradia. Suas filhas frequentam escola e creche da rede pública, de onde provêm roupas e brinquedos doados. A família também adquire uma cesta básica por mês na paróquia mais próxima. A renda mensal familiar é de R\$ 80,00, provenientes exclusivamente do trabalho com reciclagem, e mais R\$ 80,00 do programa federal Bolsa Família.

Outras 15 famílias – cerca de 70 pessoas – habitam do primeiro ao terceiro andar do prédio invadido, sob autorização de João, que acabou ficando com a função de zeladoria e coordenação por estar há mais tempo residindo no local. As unidades habitacionais são produzidas e compartimentadas com madeirites, papelões e panos. Não contam com rede de água, que é trazida e armazenada em baldes a partir de um ponto de água localizado na praça em quadra vizinha, para preparação de alimentos, banhos e limpeza geral. Também não há rede de esgoto, sendo os dejetos armazenados ao longo do dia e despejados em local específico à noite. Somente o “apartamento” de Maria e João conta com mais de quatro cômodos, sendo um mais reservado, destinado para uso como banheiro. Os demais “apartamentos” são compostos por dois ou três cômodos e seus moradores fazem uso de banheiro – ou local reservado – coletivamente. Não há janelas nos cômodos, somente abertura de entrada e saída. As crianças, que existem em grande quantidade, brincam em meio ao lixo e à falta de segurança, já que o prédio é inacabado e apresenta ferragens enferrujadas e expostas, ausência de peitoris nos andares etc. Maria diz que o maior problema são as brigas que ocorrem entre os moradores, mas que ainda assim gosta do lugar e não pretende sair de lá (Figura 2).

Dona Tonha, 55 anos, administradora de pensão, conta que ela e seu marido, falecido há 5 anos, ocuparam a casa que se encontrava, na época (1985), abandonada e lá montaram seu “negócio”. Desde então, com o consentimento dos proprietários da



Figura 2 – Prédio inacabado invadido. Moradia de Maria Damiano.



Figura 3 – Quarto ocupado por uma família de cinco pessoas.

casa, arca com todas as despesas do imóvel e sonha em conseguir, através da lei de usucapião, a propriedade da casa. Os proprietários atuais dizem estar esperando o terreno valorizar, e que então, “cedem” a casa há 23 anos para que dona Tonha e outros tenham onde morar.

A pesquisa identificou alto grau de deterioração e inúmeros problemas de ordem estrutural. São sete quartos, onde habitam 28 pessoas, sendo dois quartos – que não possuem janelas – habitados por duas famílias com filhos pequenos, que ficam sob cuidados de dona Tonha enquanto os pais realizam trabalhos com reciclagem de lixo durante o dia. Todos os quartos possuem um vaso sanitário separado por madeirite (como uma cabine). Pia e chuveiro de água fria ficam do lado externo e são de uso comum.

A metodologia aplicada para a sub-área 2 foi estendida às demais subáreas que compõem o perímetro de estudo, de forma a fornecer dados sistematizados para análise e caracterização da habitação coletiva popular, que se apresenta de forma relevante sob as formas de cortiços, hotéis e pensões na área central de Campinas, de meados da década de 1980 aos dias atuais, devido à ausência de dados sobre essas “moradias”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procura reconhecer as habitações coletivas presentes na área central de Campinas – que ora se apresenta como cortiços ora como pensões e hotéis – como modalidade de habitação popular relevante em meio às questões urbanas do município.

A articulação entre a política urbana e a política habitacional ainda é precária, com consequências de diferentes tipos: ocupação de áreas inadequadas para habitação; ocupação de áreas verdes e de áreas destinadas a equipamentos públicos nos loteamentos existentes; ocupação e adensamento de áreas desprovidas de equipamentos e de infraestrutura em regiões periféricas; e pouca atenção às áreas centrais dotadas de infraestrutura. Destaca-se a importância em se alterar de forma significativa o perfil de condição de apropriação da moradia na região, que ainda se estrutura na produção ou aquisição de novas unidades habitacionais nos bairros periféricos, considerando outras tendências na movimentação e distribuição espacial da pobreza.

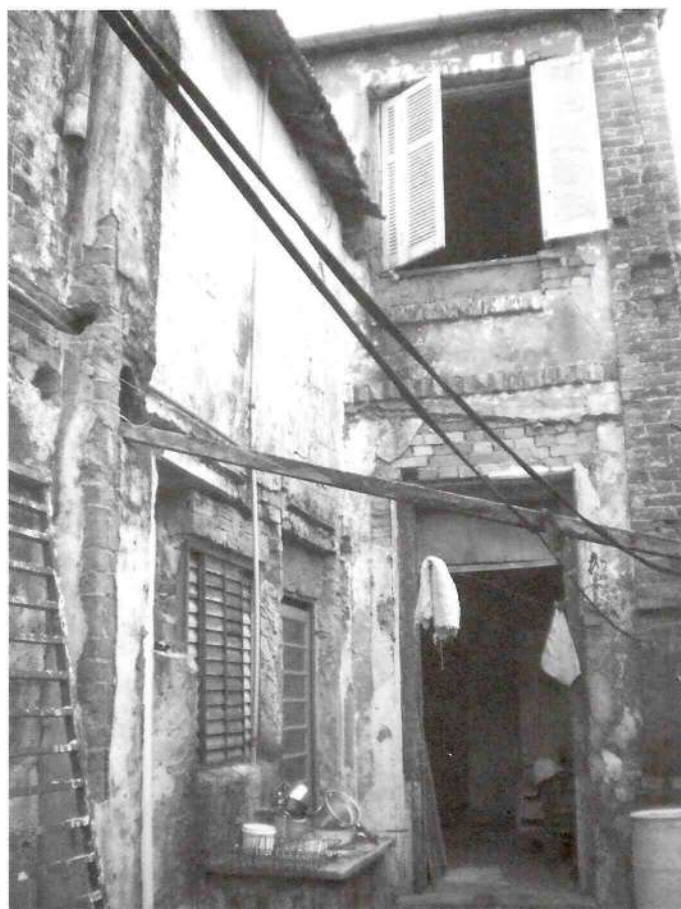


Figura 4 (à esq.) –
Pensão da dona Tonha.

Figura 5 (à dir.) –
Quarto em imóvel invadido.

Além dos aspectos econômicos do próprio processo de interiorização da industrialização, é possível identificar que esse processo de periferização é também resultado de uma articulação de interesses privados e, muitas vezes, da subordinação das ações do setor público a esses interesses.

Colocar em prática um programa de habitação social nas áreas centrais é fundamental para democratizar o acesso da população de baixa renda aos benefícios do centro da cidade, com toda a potencialidade cultural e de recreação e serviços que a região oferece. É uma alternativa que sob inúmeros pontos de vista favorece a cidade. No entanto, são tão fortes a inércia e o preconceito segundo os quais aos pobres está reservada a periferia da cidade, que apenas um amplo processo de discussão e divulgação das experiências e de luta e mobilização poderá reverter uma lógica que gera uma segregação urbana socialmente injusta e economicamente ineficaz.

NOTAS

1. "Relatório Municipal de 1939". In: Badaró, 1996, p.59-60.
2. Fazendo referência à ideia de espaços metropolizados e não metropolizados utilizada e desenvolvida por Lencioni (2004, p.153-165) como concepção metodológica para entendimento da reestruturação regional que a autora indica como parte desse novo contexto de rede mundial de cidades globalizadas.
3. Conforme Fernandes (2004, p.102-120), são inúmeros os casos de inadimplência que acabam em despejo e recomercialização da unidade ou, ainda, em transferência irregular do imóvel a terceiros com o chamado "contrato de gaveta".
4. Segundo Maricato (2002), o mercado privado alcança somente 30% da população brasileira e, enquanto a inflação medida pelo IPC na vigência do Plano Real foi de 92,5%, os aluguéis subiram 538,68%.
5. Piccini (1999) identifica três processos diferentes de encorticiamento. São eles: os prédios degradados do centro da cidade, as antigas casas burguesas e os cômodos de fundo de quintal. Bonduki (2004) também faz vasta e importante descrição de tipologias diferentes de cortiços.
6. Área que compreende os municípios com 50 mil habitantes ou mais, compreendidos na Região Administrativa de Campinas. A região apresentou um déficit habitacional da ordem de 30 mil moradias, sendo que 22% dos domicílios existentes seriam inadequados por não disporem de serviços básicos de infraestrutura urbana, de espaço interno suficiente ou por onerarem excessivamente o orçamento doméstico.
7. A temática desenvolvida no presente artigo é objeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento pela autora, sob o título "Habitação Coletiva Popular na Área Central de Campinas (1980-2007) – formas, usos e conflitos", com apoio da CNPq, no programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia de São Carlos/ USP.
8. Segundo Piccini (1999), a quantificação deste tipo precário de habitação é problemática, seja pela falta de pesquisas sistemáticas ou pela conceituação dessa modalidade de moradia. As pesquisas e os censos não são suficientes para determinar os períodos de redução e de crescimento da população dos cortiços nas áreas centrais e mesmo no conjunto da cidade.
9. Neste sentido, os dados e questões levantados a partir da pesquisa exploratória indicada poderão ser cruzados com o "Estudo de Inventário da Região Central de Campinas", em desenvolvimento pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.
10. Elias Elliot, bem como outros moradores, contam que existe uma classificação dada às "pensões" pelos próprios moradores da área central: "Pensão 1 estrela" seria a melhor, enquanto, numa escala decrescente, "Pensão 5 estrelas" seria a pior.

11. A maioria das unidades visitadas não aceita crianças. Em muitos casos, os pais deixam os filhos pequenos num local onde são aceitos, e eles próprios vão dormir em outro lugar por ser mais barato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADARÓ, R. de S. C. *Campinas: o despertar da modernidade*. Campinas/SP: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996.
- _____. *Área Central de Campinas*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2002.
- BAENINGER, R. *Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.
- BITTENCOURT, L. C. Centro Histórico. *Campinas, Oculum*, n.2, p.130-9, 2002.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CARICARI, A. M., KOHARA, L. (orgs.) *Cortiços de São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. São Paulo: Mídia Alternativa, CESE, 2006.
- CARPINTERO, A. C. C. *Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CONSTANTINO, L. G. *Habitação popular em Campinas: ação e identidade*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CORREIA, T. B. *A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950*. São Carlos: RIMA, 2004.
- FERNANDES, A. V. *Urbanização x recursos hídricos – a necessária compatibilização entre diretrizes regionais e intervenções locais*. São Paulo, 2004. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- FONSECA, R. B., DAVANZO, A. M. Q., NEGREIBOS, R. M. C. (orgs.). *Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.
- FRÚGOLI Jr. H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2006.
- IPEA/ INFURB/ UNICAMP/ IE/ NESUR. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: São Paulo e Campinas*. Brasília: IPEA, 2001.
- GONÇALVES, J. R. *Espaço, tempo e memória: recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas*. Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado) – Multimeios do Instituto de Artes da Universidade de Campinas.
- KOHARA, L. T. *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudos de casos na área central da cidade de São Paulo*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

- LAPA, J. R. do A. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas: 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LENCIONI, S. O processo de metropolização e regionalização. In: Schiffer, S. (org.) *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 153-165.
- LIMA, R. CDHU Campinas vai mapear cortiços da cidade. Campinas, *Correio Popular*, 03/11/2002.
- MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Brasil, Cidades – Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- _____. Habitação social em áreas centrais. In: Campinas: História do Urbanismo. Campinas, *Oculum*, n.2, p.14-24, 2002.
- MORETTI, R. de S., JANUZZI, P. de M. Política Habitacional na Região Metropolitana de Campinas. In: FONSECA, R. B., DAVANZO, A. M. Q., NEGREIROS, R. M. C. (orgs.) *Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp/IE, 2002, p.283-301.
- PICCINI, A. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.
- ROLNIK, R., KOWARICK, L., SOMEKH, N. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SACHS, C. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SEMEGHINI, U. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991. (Série Teses.)
- _____. A Região Administrativa de Campinas. In: SEADE. *Cenários de urbanização paulista: regiões administrativas*. São Paulo: SEADE, v. 8., 1992.
- SILVA, H. M. B. *Habitação no Centro de São Paulo: como viabilizar essa idéia?* São Paulo: LabHab e FAU/USP, 2000.
- TASKCHNER, S. P. *Cortiços em São Paulo*. São Paulo: Associação Viva o Centro, s.d.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 2001.

RESUMO

A cidade de Campinas, como resultado das transformações econômicas e urbanas experimentadas nas três últimas décadas, teve redefinido seu perfil e seu papel de centro urbano médio, assumindo características de sede de uma metrópole emergente no interior do Estado, inclusive com a concentração dos socialmente excluídos. O artigo traz análise e caracterização das habitações coletivas populares existentes na área central de Campinas, e justifica-se, tendo em vista a constatação da presença relevante deste tipo precário de habitação – identificada ora como cortiços ora como hotéis e pensões – em contraponto à ausência de dados sobre essas “moradias”.

PALAVRAS-CHAVE: Campinas, cortiços, área central, habitação de interesse social.

COLLECTIVE POPULAR HABITATION IN THE CENTRAL AREA OF CAMPINAS (1980-2007): FORMS, USES AND CONFLICT

ABSTRACT

The city of Campinas, as a result of the economic transformations in urban experienced in the last three decades, has redefined its profile and its role as a centre median, assuming characteristics of a metropolis emerging seat in the State, including the concentration of socially excluded. The article provides analysis and characterization of the collective popular habitation existing in the central area of Campinas, and it is justified in view of the finding of the presence of relevant such precarious housing – now identified as tenement houses, sometimes as hotels and pensions – as opposed to lack of data on them.

KEYWORDS: Campinas, beehive, central area, social habitation.

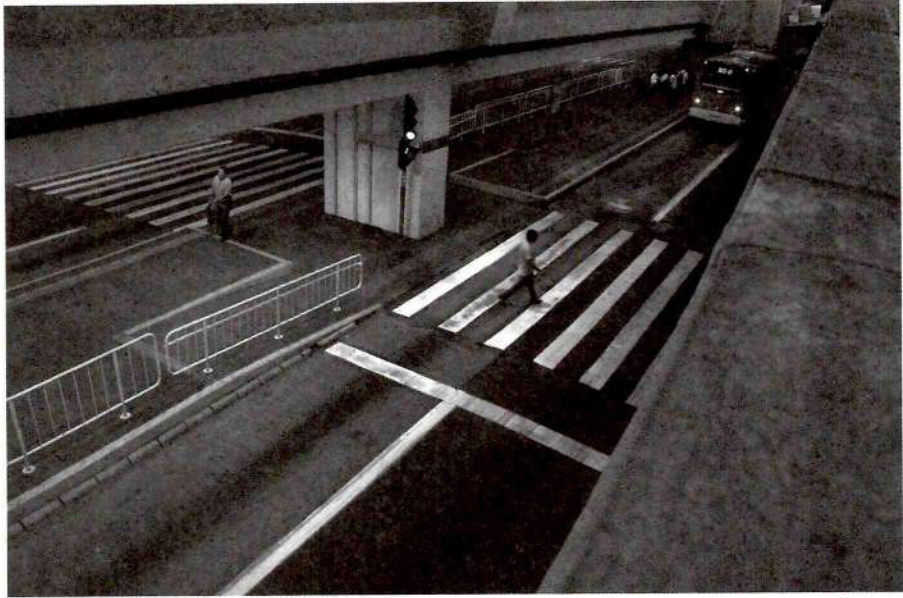




900
m

THE ROBOT









PAISAGEM REVELADA: POSSIBILIDADES MORFOLÓGICAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

| Moema Falci Loures, Glauci Coelho

Arquiteta e urbanista | Doutoranda | Prourb/UFRJ
mfloures@yahoo.com.br

Arquiteta e urbanista | Doutoranda | Prourb/UFRJ
glaucicoelho@yahoo.com.br

PAISAGEM REVELADA: POSSIBILIDADES MORFOLÓGICAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como enfoque texturas morfológicas da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. Aqui, mais especificamente, trataremos dos territórios com marcas de ilegalidade que, ao longo do tempo, foram se transformando no que hoje denominamos de favela. Favela como uma forma de alteridade urbana revelada, que se difere do resto da cidade, mas que é, também, parte integrante dela, subsistindo e em diversas possibilidades morfológicas. A favela como um espaço percebido, tal como enunciado por Lefebvre (2000), resultado cumulativo das práticas sociais que se apropriam da cidade, expressando-se como “lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social” (Lefebvre, 2000, p.42).

Concomitantemente, entendemos a paisagem como a “expressão da ‘ordem’ e do ‘caos’, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato” (Carlos, 1999, p.36). A paisagem, caracterizada pelos sentidos de complementaridade e concorrência das textualidades morfológicas, revela a interação complexa entre instituído e marginal, estático e instantâneo, associando sistemas culturais, socioeconômicos e espaciais.

Nossa leitura permeia aspectos formais e sociais sempre imbricados, ora ressaltando o sítio como suporte da forma ora ressaltando os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que determinam as inter-relações no lugar, como questões de propriedade,

origens da população, a forma organizacional da comunidade, histórias das ocupações, quadros políticos, entre outros. Elucidamos que “as favelas têm uma identidade espacial própria [ainda que diferentes entre si]” (Varela, 2002, p.51).

A relevância está em entender a favela como espaço que se manifesta como a paisagem do possível. Assim, faremos um breve recorte que se manifesta em três tempos: a ocupação na encosta de morros; as ocupações horizontais; e em antigos terrenos industriais. Como casos referenciais da temática, elegemos, respectivamente: a favela da Rocinha e a Vila Canoas; a favela horizontal no Recreio – Comunidade do Terreirão; e o Complexo da Maré, com suas diversas possibilidades morfológicas, que inclui a recente ocupação do Canal do Cunha (Baía de Guanabara) por uma casa flutuante.

Em relação aos casos referenciais, nos aproximamos da nossa questão central: a paisagem da *favela* que suscita refletir sobre possibilidades urbanas futuras; a paisagem que cria imagens, imagem como imaginação. Assim, ao final, buscamos a interação entre paisagem revelada e Projeto Urbano.

PAISAGEM PERCEBIDA

Primeiramente, consideramos relevante desmistificar o fato de a morfologia urbana da favela ser considerada irregular. Chamamos a atenção que a oposição entre forma regular como sinônimo de formalidade (regularização) e forma orgânica como o desordenado é a simplificação do que compreendemos por “formalidade”. Uma dicotomia que se expande em nosso vocabulário e passa a ser senso comum quando queremos designar respectivamente a favela e a cidade dita formal.

Não devemos cair na armadilha de considerar “informal” as nossas tortuosas vielas barrocas ou modelos urbanísticos, como aqueles estudados por Camillo Sitte (1992). Manifestações de elevado grau de formalidade, entendida como atributo do processo social que elabora, legitima e impõe o rito de uma cultura específica. Da mesma forma, tanto a ágora clássica, as praças medievais ou o arruamento português são resultados de processos elaborados, legitimados e, muitas vezes, impostos por sistemas de poder de sociedades muito bem estabelecidas, todos possuindo as suas formalidades.

Mesmo se restringirmos o significado de “formal” aos atributos geométricos da matéria, veremos que a distinção que costumamos fazer entre formal e informal se prende mais à escolha de certos elementos vocabulares e sintáticos (ortogonalidade, similaridade, convexidade) em detrimento de outros (escondidade, dissimilaridade, concavidade) do que propriamente à de uma suposta oposição entre espaços urbanos “com” ou “sem” forma.¹

Com base nessas considerações trataremos a favela também como uma cidade formal, e aqui a denominaremos de cidade ilegítima ou ilegal. A favela como expressão da *paisagem dos possíveis*, formal por ser um espaço percebido, mas ilegítima pelas relações de produção do espaço.

Nosso olhar volta-se para a favela que se caracteriza primeiramente por ser um lugar que se constrói na perspectiva de suprir a demanda por habitação de parcela da população que está à margem da inclusão econômica da cidade. Uma alternativa habitacional que se distingue das demais por, em princípio, não possuir um vínculo com “um agente social, como o proprietário de imóveis” (Corrêa, 2000, p.30).

Assim, o processo de organização espacial das favelas expõe a fragmentação e a articulação do espaço urbano em suas diversas possibilidades e encontra na paisagem a materialização das *tensões* sociais que se articula às *intenções*; ou seja, a relação entre tensão e tensão é parte preponderante da constituição da paisagem urbana, que “inclui vários níveis de significação [e por isso] gera ambigüidade e tensão” (Venturi, 1995, p.18-9).

Assim, a complexidade da paisagem urbana está em ela não ser estática no espaço-tempo. Podemos fracioná-la em paisagem consolidada [rugosidade], já escrita pela história; em paisagem presente que toma como referência a paisagem consolidada correlacionada às necessidades emergentes, que nos oferece, entre a previsibilidade e a imprevisibilidade, a perspectiva da paisagem futura. (Coelho & Loures, 2006).

O simples fato de tentarmos prever uma nova paisagem urbana através de uma normativa urbanística: passado, presente e futuro, em outras palavras, o ato projetual que se faz no presente visando um futuro, nos impele a analisar a morfologia da cidade, que incorpora os três momentos da paisagem – consolidada, presente, perspectiva –, como elementos indutores da paisagem, permitindo ler as intenções pelas tensões instituídas. Lembrando o pensamento de Lamas (2000), propomos ler a forma “morfologia urbana” – pelas circunstâncias da produção do espaço – como “morfologia social”.² As favelas no Rio de Janeiro nos revelam, a partir de então, os vários possíveis do espaço percebido.

A PAISAGEM DOS POSSÍVEIS EM TRÊS TEMPOS

Assim como mencionamos anteriormente, nossas observações de campo ocorrem metodologicamente em três tempos: favelas que ocupam encostas e se estabelecem por entre becos, como Rocinha e Vila Canoas; em seguida voltamos nossos olhares para as favelas em sítios planos, a Vila Pinheiro no Complexo da Maré (Leopoldina) e a Comunidade do Terreirão (Recreio dos Bandeirantes); e, junto a esses, os parques industriais desocupados da Leopoldina que foram gradativamente ocupados por habitações ilegais³ e a casa flutuante do Canal do Cunha (Baía de Guanabara) como morfologias emergentes do século XXI. Tomando como referência inicial os sítios em que as favelas se implantam na cidade do Rio de Janeiro, identificamos, quanto suas distâncias sociais e urbanas, suas formas de crescimento, enraizamento e potencial de crescimento sobre o território da cidade.

DISTÂNCIAS SOCIAIS E URBANAS

O senso comum, durante muito tempo, entendeu a favela como periferia geográfica, ou seja, que se posicionava geograficamente distante dos centros de produção da cidade legal e que estava à margem social de inclusão e acesso aos meios de produção. Hoje é um pouco complicado falar em periferia urbana, pois imediatamente nos perguntaremos: periférico em relação a quê?

Por outro lado, o fato de a favela da Rocinha, do Terreirão e dos fenômenos urbanos observados na Leopoldina terem sido considerados periferias geográficas tem grande influência na morfologia urbana. Lembramos, por exemplo, que as favelas da Rocinha e Terreirão se conformaram inicialmente como espaços de habitação distantes das áreas centrais,⁴ suas origens remontam, respectivamente, a 1920 e 1950. No caso da Rocinha, ela se conforma inicialmente como “roçados”, em seguida como loteamento, abandonado por volta de 1937 devido à falência da empresa loteadora.⁵ A partir de então a Rocinha passou a ser considerada favela pelas relações de produção do espaço, e continua a ser apropriada, porém de forma irregular, quanto à titularidade. O mesmo ocorre com a Comunidade do Terreirão no Recreio dos Bandeirantes, situada distante do centro urbano e que inicialmente se molda como uma área de camping ribeirinha ao Canal das Tachas, que compõe o sistema de lagoas da baixada de Jacarepaguá.

Já em meados dos anos 60, o crescimento que segue pela orla do Rio de Janeiro se consolida no bairro do Leblon e encaminha-se para o bairro de São Conrado, local onde se situa a favela da Rocinha. A característica principal do crescimento que toma o sentido da zona sul através da orla é o de ser o lugar da classe abastada da cidade, valorizando cada vez mais a parcela da terra e segregando as periferias sociais às terras de menor valor econômico que se situam noutra vertente do crescimento da cidade. Porém, o fato de o crescimento urbano aproximar geograficamente a favela à cidade legal – as distintas morfologias sociais e, conseqüentemente, urbanas – faz emergir as discrepâncias não somente socioeconômicas que produzem a cidade, mas, também, um outro tipo de cidade, com dinâmicas próprias e bastante peculiares que vão se distanciando da cidade dita legal.

Nos próximos parágrafos daremos destaque a alguns tipos de morfologia que se conformam no espaço percebido e que, juntos, ajudam a conformar a paisagem do Rio de Janeiro; uma paisagem de instantes que revela a complexidade da morfologia urbana, espaços em movimento que nunca param de (re)(des)construir.

FORMAS DE CRESCIMENTO

As favelas representam uma ruptura no tecido, independentemente se seguem a ortogonalidade do traçado do entorno ou não, pois essa ruptura não se faz através do tecido, se faz através da arquitetura, dos equipamentos urbanos e da morfologia social. Entre outros fatores, consideramos relevante abordar as mais diversas formas de crescimentos desses espaços, ora de dentro para fora ora de fora para dentro.

A Rocinha, assim como a maioria das favelas cariocas, nasce de dentro para fora, sem limites de crescimento. As casas são assentadas primeiramente através de uma relação de distanciamento com as outras já existentes, e, na medida em que essa ocupação se adensa, as construções se aproximam, até conformar um tecido urbano tortuoso. Em outras palavras, o crescimento não é radial, tampouco as camadas são sucessivas, parte de um pensamento individual para depois se constituir como um assentamento coletivo.

A Rocinha hoje é uma favela adensada e praticamente não existem áreas livres horizontais dentro do território disponíveis para a construção de novas habitações, nesse sentido ela se expande em direção à Floresta da Tijuca, área de reserva ambiental (Figura 1). Lembramos que foi na década de 1980 que houve o fortalecimento das legislações ambientais, sendo destinadas áreas proibidas para assentamento urbano de preservação permanente (APP) e unidades de conservação. No entanto, foi a partir do plano ambiental que as áreas não-passíveis de ocupação foram se transformando exatamente em um mercado de terra para a autoconstrução do *habitat* dos mais pobres, marcado pela informalidade e ilegalidade.⁶

Morfologicamente na Rocinha, o espaço público – rua – é o que “sobra”, é o espaço necessário para o acesso. Assim, o tecido surge a partir da lógica de ocupação da casa. Junto às habitações, o tecido urbano passa por processos de transformações constantes, surgem novos becos e acessos. A dinâmica espacial também é vertical e, além das casas se expandirem para cima na medida em que o poder aquisitivo das famílias cresce, surgem novos acessos à casa, às vezes pela laje superior ou intermediária, ocasionando mudanças no traçado.

A Vila Canoas exemplifica, para aquele que não vivencia cotidianamente o espaço, a falta de legibilidade entre os domínios privado e público. Por outro lado, existe a necessidade de demarcação de território, que é simbólico e se faz através de códigos de comunicação.

As vias de circulação em favelas que se assentam em terrenos íngremes são, na maioria dos casos, “espaços residuais” (Coelho, 2004, p.81-6) que ficam entre as habitações, por isso são lugares de dimensões mínimas, uma vez que o espaço físico é apropriado no seu limite tanto horizontal e vertical para expressar o espaço de posse ou propriedade privada de quem o habita. Assim, no que se refere à forma propriamente dita da transição entre o público e o privado, as ocupações horizontais nos elucidam os espaços mínimos de passagens – becos; e as apropriações verticais, que muitas vezes se fecham sobre eles, conformando túneis. São espaços de tensão, em relação aos quais não podemos afirmar que conformam uma rua ou uma passagem entre cômodos da casa (Figura 2).



Foto: GIACCI COELHO (SETEMBRO DE 2003)

Figura 1 – Setor Vila Verde, Rocinha, área de crescimento da favela sobre a reserva ambiental da Floresta da Tijuca.



Figura 2 – Vila Canoá, circulação comum (beco) encimada por construções que conformam corredor semipúblico.



Figura 3 – Comunidade do Terreirão, a imagem da esquerda revela a ocupação a partir do espaço da casa, e a da direita, área mais antiga, a ocupação a partir da rua.

o domínio do espaço do entorno e, na medida em que o espaço privado se impõe sobre o espaço público, as construções se aproximam.

Já em áreas planas, originadas de conjuntos habitacionais, tal como a Vila Pinheiros no Complexo da Maré, pode-se combinar à lógica anteriormente descrita, o processo inverso. Nelas, o espaço público da rua é o ponto de partida para a estruturação espacial. Observamos uma tentativa de organização do espaço urbano pelo poder público, quando estabelece a implantação de conjuntos habitacionais de baixa renda. Por outro lado, a estruturação espacial pode ser fruto da lógica funcional que serviu de suporte para a construção do lugar, como verificamos no Terreirão.

No Terreirão, em um primeiro momento, a lógica de ocupação adota como suporte a rua, uma vez que, originalmente, o lugar se caracterizava como camping, onde o espaço era destinado à permanência temporária de moradias (*trailers*). No entanto, na medida em que a ocupação se consolida no lugar, a lógica é subvertida, e a casa torna-se o centro, é o espaço privado que passa a ser referência (Figura 3). Assim surge um espaço que combina as duas lógicas de ocupação, a que toma o espaço público como referência e, em um segundo momento, a que adota o espaço privado como referência, conformando becos tortuosos e residuais que observamos comumente em terrenos íngremes.

O Complexo da Maré também se coloca no espaço da cidade com suas diversas possibilidades morfológicas. Passou inicialmente por um processo de grande expansão de dentro para fora, e hoje, porém, observa-se outro processo de crescimento. A avenida

Brasil, a Linha Vermelha e a Baía de Guanabara impedem o crescimento da favela, que atualmente cresce dentro desses limites físicos geográficos que conformam o Complexo da Maré e que apresentam áreas livres para futuras ocupações. Esses espaços são regulados pela associação de moradores, que define padrões de ocupação do solo e quem viverá nas casas. Em mutirão, os futuros moradores fazem parte da construção das casas, que são feitas com blocos e apresentam uma mesma tipologia. Esses novos assentamentos remetem à lógica de construção de conjuntos habitacionais, possuem um traçado ortogonal e o modelo é repetido em uma quadrícula regular.

Especificamente na comunidade observada no Complexo da Maré, a Vila Pinheiro,⁷ isso se deve, em parte, à tentativa de manutenção da ordem física que originou o lugar, fruto de um projeto de urbanização do governo federal denominado “Projeto Rio”, implantado na década de 1980 e que abrange habitações construídas em “solo criado”, originário do arrasamento e aterramento da ilha dos Pinheiros (Duarte, 1993, p.140).

Desse modo, a lógica da estruturação física do espaço se dá a partir do espaço público da rua, a qual, na maioria dos casos, orienta o crescimento vertical e não tanto horizontal. Assim, no Complexo da Maré,⁸ de modo geral, a distinção entre a rua e a casa é muito mais visível pela presença dos espaços de transição – calçada –, o que constitui uma malha mais regular (independente se o traçado é ortogonal ou tortuoso), mais facilmente codificada e que se aproxima da cidade instituída legalmente. Na Rocinha, em locais ainda pouco adensados e de ocupação recente, os próprios moradores, além de construir suas casas, passam a ter a preocupação de fazer o passeio, distinguindo o espaço público do privado.

NOVAS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO

Retomando o debate que destaca o crescimento das favelas de dentro para fora e de fora para dentro, existem algumas tentativas claras no Complexo da Maré de transpor os limites atuais da favela, de forma a orientar o crescimento horizontal de dentro para fora. Nessa mesma lógica, observou-se o surgimento da casa flutuante em 2007 (Figura 4), uma nova tipologia que rompe literalmente as barreiras físicas, mas não sociais, da favela.

A casa flutuante fica ancorada no Canal do Cunha (Baía de Guanabara) – colônia de pescadores da Vila Pinheiro – e é propriedade de Luiz Fernando Barreto de Queiroz Bispo, morador do Complexo da Maré. Em entrevista, ele afirma que construiu primeiramente uma balsa, que se destinaria à pesca na baía, com lixo reciclado encontrado na Baía de Guanabara – garrafas PET e matérias flutuantes em geral. Com o tempo, a balsa foi sendo transformada em sua habitação e todos os materiais utilizados para construção foram encontrados no local. A casa contém, por exemplo, uma piscina, vaso sanitário e outros objetos que mimetizam objetos da casa tradicional, apesar de não apresentarem uma função.



Figura 4 – Canal do Cunha, Complexo da Maré, Vila Pinheiros, casa flutuante.



Figura 5 – Complexo da Maré, ocupação de galpão industrial próximo à av. Brasil.

O impacto visual na paisagem da cidade foi tão extremo, que o poder público se manifestou na intenção de remover a casa. Com o tempo a casa flutuante tornou-se centro de vários debates que envolveram desde temas ambientais a questões que se referem à política habitacional.

Lembramos que, pela legislação, não se pode ocupar o espelho d'água do rio. Contudo, o fato de ter sido considerado um exemplo de educação ambiental e uma "obra de arte", transformou a casa flutuante em um marco de criatividade e exemplo de responsabilidade social com o meio ambiente, o que levou o secretário estadual do Ambiente a permitir que ela ficasse ancorada junto à ecobarreira da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla, no Canal do Cunha.

Destacamos, também, outro tipo de crescimento no Complexo da Maré: o caso dos parques industriais na zona da Leopoldina que, no contexto das trans-

formações econômicas da globalização, são literalmente abandonados e cedem lugar a novas formas de produção do espaço percebido (Figura 5). Na maioria dos casos, essas rugosidades espaciais da antiga zona industrial do Rio de Janeiro são incorporadas às favelas, ao serem apropriadas para a construção de moradias ou, em alguns casos, para fins comerciais ou culturais. O que se observa é uma nova tipologia urbana que surge dentro de um edifício dotado de infraestrutura, e do qual se inicia outro traçado que se encerra e se limita pelo invólucro da edificação.

O espaço dinâmico percebido é o que une esses mais diversos tipos de morfologia urbana que denominamos de *favela*. Em comum a eles há a exploração e apropriação dos espaços possíveis, algo que independe da forma, ou seja, independe do traçado planejado em quadrícula, da tipologia dos conjuntos habitacionais ou do traçado tortuoso, não-concebido. Muitas das intervenções nas favelas não conseguem atingir a morfologia social e, por conseguinte, a morfologia urbana, pois têm como modelo urbanístico a cidade legal e modelos ditos formais que ignoram o movimento instantâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depararmos-nos com a paisagem urbana do Rio de Janeiro é a possibilidade de estimular e ativar novas maneiras de se pensar e intervir na cidade. Encontramos morfologias aparentemente distintas ou aparentemente semelhantes; entre o ser distinto e o ser semelhante está o espaço-movimento (Bereinstein, 2001).

Propomos, assim, pensar a paisagem como imagem-projeto; imagem como imaginação; projeto como desígnio, hipótese para o amanhã, e também como antecipação, “previsão, predição, predisposição, plano, ordenação, predeterminação (...) bem como modo de ser ou de agir próprio de quem recorre a possibilidades” (Abbagnano, 2003). O Projeto Urbano como ato de previsibilidade que reconhece e suscita a imprevisibilidade revelada pela paisagem no espaço percebido (Loures, 2006).

A favela nos revela lacunas no campo do urbanismo, suscita novos olhares que reconheçam as textualidades morfológicas em movimento e a participação ativa do habitante na construção da paisagem. Como pensar a cidade a partir do espaço-movimento e as suas diversas possibilidades morfológicas? Falamos em contemporaneidade, mas ainda reproduzimos a matriz moderna através do método de relações binárias: casa/rua; público/privado; formal/informal; periférico/central. Como pensar o Projeto Urbano no *intermezzo* (Deleuze & Guattari, 2004) do espaço em movimento, da paisagem como instante, no entre a ordem e a desordem, a previsibilidade e a imprevisibilidade?

NOTAS

1. Contribuições de Romanelli, arquiteto e urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb/UFRJ), vinculado ao Grupo de Pesquisa Direito e Urbanismo e Práticas Sociais Instituintes do Diretório do Grupo de pesquisas do CNPq.
2. Termo definido por Lefebvre (2000, p.112) para referir o espaço como produto do vivido de vários fatores simultâneos.
3. Conformando o que lembra os tradicionais cortiços, só que em instalações industriais remanescentes, rugosidades espaciais.
4. Lembramos que o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro passou por larga expansão no século XX, iniciada no que hoje entendemos como "centro da cidade", e tomou duas vertentes principais: uma que seguiu o sentido da zona oeste e da Baixada Fluminense, através dos ramais ferroviários da Central do Brasil, da Leopoldina e da av. Brasil, implantada na década de 1940 e que segue da zona portuária do Rio de Janeiro à zona oeste; e outra que acompanha a orla marítima pela zona sul.
5. Esse fato não tirou dali os moradores já instalados que ainda não possuíam as escrituras do terreno.
6. Raquel Rolnik, palestra realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ), 20 de março de 2007.
7. Observamos que apesar da Vila Pinheiro e de algumas outras localidades do Complexo da Maré constituírem espaços formados legalmente no que se refere à gestão urbanística, com o tempo eles assumem características de favela, não só pelas novas relações de produção que se impõem e que transformam o espaço em mercadoria negociada informalmente, mas também pela morfologia social que caracteriza as favelas como espaço de pobreza, propício ao estabelecimento de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. [N.A.]
8. É de grande relevância destacarmos que dentro do Complexo da Maré existem, de um modo geral, diversas formas de ocupação que envolvem estratificações sociais e caracterizações no tecido urbano mais claras e mais facilmente identificáveis. Encontramos desde uma ocupa-

ção labiríntica na localidade denominada Morro do Timbau, a ortogonalidade das ruas do Conjunto Nova Holanda ou mesmo a favelização dos conjuntos habitacionais da Vila do Pinheiros e Vila do João.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. Rio de Janeiro: Contexto, 1999.
- COELHO, G. *Espaço vivido favela: brincadeiras infantis nos espaços livres da Rocinha*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado) – Proarq, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COELHO, G., LOURES, M. F. et al. *Paisagem urbana no Rio de Janeiro: o Projeto-Urbano na cidade entre a legalidade e a legitimidade*. In: IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora34, 2004.
- DUARTE, C. R. *Intervention publique et dynamique sociale dans un nouvel espace de pauvreté urbaine: Vila Pinheiros à Rio de Janeiro*. Paris, 1993. Tese (Doutorado) – Université Paris I Panthéon-Sorbonne.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2.ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LOURES, M. F. *Previsibilidade e imprevisibilidade: fronteiras móveis do Projeto-Urbano*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ática, 1992.
- VARELLA, D., BERTAZZO, I., BERENSTEIN JACQUES, P. *Maré: vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VENTURI, R. *Complexidade e contradição na arquitetura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RESUMO

O presente trabalho debate a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente as diversas textualidades morfológicas das favelas que ativam novas paisagens possíveis. A paisagem caracterizada pelo sentido de complementaridade e concorrência, revelando a interação complexa entre o instituído e o marginal, o estático e o instantâneo, que associam sistemas culturais, socioeconômicos e espaciais. Nosso recorte se manifesta em três tempos: a ocupação na encosta de morros; ocupações horizontais; e outras possibilidades morfológicas, como a ocupação dos antigos terrenos industriais e do Canal da Cunha (Bahia de Guanabara) por uma casa flutuante. Assim buscamos questionar alguns mitos que acompanham a formação do arquiteto e urbanista e que ainda reproduzem a matriz moderna através do método de relações binárias: casa/rua; público/privado; formal/informal; periférico/central. Pretendemos demonstrar que estas divisões binárias já não fazem sentido na concepção de Projetos-Urbanos, especialmente se voltamos nossa atenção para os territórios com marcas de ilegalidade que, ao longo do tempo, foram se transformando no que hoje denominamos de favela e constituem a paisagem urbana do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem urbana, projeto urbano, favela.

LANDSCAPE REVEALED: MORPHOLOGICAL DIMENSIONS OF FAVELAS IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The present research paper seeks to discuss the Rio de Janeiro's urban landscape, more specifically, the many morphological dimensions of favelas that active new possible landscape. The landscape characterized by the sense of complementarily and concurrence, reveling the complex interaction among what is institutionalized and marginalized, between what is static and instantaneous, which associates cultural, socio-economic and spatial systems. Since that point of view, we made a brief in three times: growth among the hillsides of the mounts; horizontal occupation; and others morphological possibilities, as the occupation of old abandoned industrials parks and recent occupation of Canal do Cunha (bay of Guanabara) by a floating house (houseboat). By that point of view, we call into question some myths that have been close together to architect and urbanism background and still reproduce modern's matrix through the method of binaries' relationships: house/street; public/private; formal/informal; periphery/centre. We would like to show that binaries divisions do not make sense in the urban designs concept, mainly if we turn our minds to territories with illegal marks, which have been transformed in so called favelas and nowadays constitute the Rio de Janeiro's urban landscape.

KEYWORDS: urban landscape, urban design, slum.

O ESTATUTO DA CIDADE E OS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO
DE PLANOS DIRETORES: A EXPERIÊNCIA DE MACEIÓ

Karina Rossana de Oliveira Menezes, Regina Dulce Barbosa Lins

Arquiteta e urbanista | Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado |
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Alagoas | *k_menezes@hotmail.com*

Arquiteta e urbanista | Professora doutora do Programa de Pós-graduação
em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas

O ESTATUTO DA CIDADE E OS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES: A EXPERIÊNCIA DE MACEIÓ¹

INTRODUÇÃO

A crise do planejamento urbano tecnocrático, associada ao panorama de transformações na acumulação capitalista, traduzida pela globalização, proporcionou um cenário favorável a mudanças nas formas de planejamento e gestão urbanos do país desde meados da década de 1980. A Constituição de 1988 marcaria o início do processo de (re)democratização do Brasil, entretanto, em relação aos planejamento e gestão urbanos, isso somente acontecerá após alguns anos, com a regulamentação da política urbana no Brasil em 2001, através do Estatuto da Cidade (EC).

Uma das mais importantes inovações contidas no EC, além das determinações para uma nova regulação do solo urbano e da criação dos instrumentos que auxiliam o planejamento urbano, com ênfase nas questões sociopolíticas e ambientais, foi o estabelecimento da Gestão Democrática das cidades. Essa determinação tornou obrigatória e imprescindível a inclusão da participação dos cidadãos nas etapas de elaboração e implantação do Plano Diretor. De acordo com o Estatuto, tanto a Gestão Democrática quanto a participação têm como principal instrumento o Plano Diretor Participativo, que por sua vez depende da iniciativa dos poderes públicos municipais² para a sua efetivação.

Todavia, e à despeito dessas novas determinações, a instituição da participação no planejamento urbano como um processo não se faz de súbito, principalmente em

sociedades com profundos problemas estruturais como a brasileira. De fato, autores como Fedozzi (2001) e Pintaúdi (2003), entre outros, argumentam que o processo de integração da população no planejamento urbano não é alcançado facilmente, além de poder variar sobre alguns aspectos. Ainda de acordo com Fedozzi (2001), a qualidade democrática e a eficácia de um processo participativo dependem do contexto social, político e institucional, mais ou menos favorável às práticas participativas, no qual esse processo se desenvolve. Conforme Pintaúdi (2003), para que a participação se efetive plenamente na elaboração de um Plano Diretor Participativo e atinja o objetivo de democratização do planejamento urbano, faz-se necessário construir uma nova institucionalidade. Questiona-se então, passados quase sete anos da outorga do Estatuto da Cidade, se houve alguma mudança na prática do planejamento e gestão urbanos brasileiros, e, ainda, como os contextos e as institucionalidades existentes influenciaram no tipo de participação resultante nos processos de planejamento e gestão urbanos após a aprovação do EC.

No presente artigo analisa-se a experiência da elaboração do Plano Diretor de Maceió com o objetivo de contribuir com algumas respostas para essas questões. O intuito principal do artigo é compreender as dinâmicas que envolveram o processo de construção da participação nas esferas do planejamento e gestão urbanos em Maceió, evidenciando assim alguns aspectos do contexto e identificando os tipos de participação resultantes da tentativa de cumprir a lei do Estatuto da Cidade. O referencial teórico e os aspectos metodológicos que fundamentaram a pesquisa incluíram:

a) um estudo referente à avaliação da qualidade e à efetividade dos processos de planejamento urbano (Fedozzi, 2001) que engloba a observação de quatro elementos intrínsecos aos processos de planejamento participativo (Quadro 1).

Quadro 1 – Aspectos indicativos da efetividade e qualidades democráticas.

Nível de associativismo e de cultura cívica	Capacidade da autonomia política e organizativa das comunidades
Capacidade de governança	Capacidade de gestão técnica, política e financeira do município.
Arranjos institucionais	Dinâmicas reguladoras das instituições participativas.
Cultura política local	Aglutina historicamente a legitimidade do poder, induz formas de agregação de interesses e molda a interação entre os diversos atores do poder local.

Fonte: Fedozzi (2001).

b) uma avaliação dos tipos de participação resultantes do processo de elaboração desse plano que empregou como referência a escala de avaliação da participação de Souza (2002) (Quadro 2).

Quadro 2 – Escala de avaliação da participação.

Não-participação	Coerção	Situações de clara coerção são encontradas em regimes ditatoriais ou totalitários nos quais a própria democracia representativa não existe ou deixou de existir.
	Manipulação	A população envolvida é induzida a aceitar uma intervenção estatal mediante o uso de mecanismos que viabilizem tal intervenção, como a propaganda.
Pseudoparticipação	Informação	As informações sobre as intervenções planejadas são disponibilizadas pelo Estado podendo ser mais ou menos completas ou mais ou menos “ideologizadas”.
	Consulta	A população é consultada pelo Estado e algumas vezes o processo de consulta pode ser útil ao planejamento estatal, entretanto não há garantia de que as opiniões da população serão realmente incorporadas.
	Cooptação	Associação de líderes populares ou segmentos ativistas a instâncias participativas permanentes criadas e integradas à administração pública.
Participação autêntica	Parceria	Estado e sociedade civil organizada colaboram, através do diálogo e da transparência de ações, para a implementação de uma política pública ou viabilização de uma intervenção.
	Delegação de poder	O Estado abdica de atribuições (antes exclusivamente suas) em favor da sociedade civil.
	Autogestão	Implementação de políticas e intervenções de modo autogestionário que implicaria a ausência do Estado; a sociedade decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido.

Fonte: Souza (2002).

A avaliação dos elementos apontados por Fedozzi (2001) e a avaliação da participação tiveram como base empírica referencial uma coleta de dados que envolveu: pesquisa bibliográfica com autores e historiadores locais; pesquisa nos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Tribuna de Alagoas* (de 2002 a 2005) efetuada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e nas páginas da internet dos referidos jornais; pesquisa documental no Banco de Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Maceió; e entrevistas com a ex-gerente técnica e a atual diretora do Plano Diretor de Maceió.

CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA REALIDADE ESTUDADA

Como a maioria dos Estados brasileiros, Alagoas possui uma grande concentração populacional nas suas cidades, com aproximadamente 2 milhões de habitantes vivendo no meio urbano (cf. www.ibge.gov.br). Cerca da metade desse número de habitantes urbanos vive em Maceió; mas em quais condições?

Muitos dos historiadores locais descrevem o Estado de Alagoas, que possui um dos maiores índices de desigualdade do país (Carvalho, 2005), como reflexo de uma sociedade patriarcal que teve no engenho de açúcar, hoje a usina, a base de sua cultura socioeconômica e política. Isso porque o modelo do desenvolvimento de Alagoas decorrente, e, também, do padrão ocupacional do seu território, consolidaram desde o período da

colonização portuguesa sua principal característica: a concentração de terra, de renda e de poder baseada na monocultura dos derivados da cana-de-açúcar (Lira, 2005). Como capital do Estado, Maceió não divergiu dessa regra. A concentração de poder permaneceu praticamente inalterada e garante até hoje uma forte interligação entre as elites e o poder público, “de tal modo que todos os poderes constituídos estão subordinados aos antigos interesses, não cumprindo a função social que lhes cabe” (Lira, 2007). Isso gerou problemas estruturais e conjunturais de difícil solução. Em Alagoas existe uma combinação perniciosa de pobreza aliada a indicadores sociais frágeis, também derivados desse modelo de desenvolvimento político-econômico, socialmente opressor e concentrador de renda. Segundo Carvalho (2005), o Estado de Alagoas possui um dos menores índices de desenvolvimento humano do país,³ com uma renda *per capita* 20% menor que a média nordestina (cf. www.ibge.gov.br) e mais de 60% abaixo da média nacional.

Nesse contexto explicita-se que o nível de associativismo e de cultura cívica das comunidades foi afetado diretamente pela cultura política do Estado, num sistema de dominação da maioria por uma minoria ligada ao poder econômico e político, privilegiando poucos e intimidando os demais. Isso se deu, porém, em parte pela dependência econômica do Estado ao grupo econômico que sustenta suas finanças, a elite agroindustrial da cana-de-açúcar:

o processo de produção do espaço de Alagoas é feito em benefício de uma pequena fração da população, de uma oligarquia que estruturou o seu sistema de poder a partir do período colonial, revelando-se bastante hábil para permitir a possibilidade de ascensão de pessoas e grupos sociais enriquecidos para conviver com eles, desde que não ameacem sua estrutura de poder. (Lira, 2007.)

Por outro lado, os dados da pesquisa histórico-bibliográfica evidenciaram que essa situação de certa forma atesta a incapacidade de governança das instâncias estatais locais (Lira, 2007):

A crise de legitimidade que abate as instituições políticas de Alagoas revela impotência do próprio estado na efetivação das suas funções, particularmente na apuração dos crimes que envolvem relações de poder no Estado de Alagoas. (Vasconcelos, 2006.)

Mas e em relação ao planejamento? Qual o reflexo desse panorama socioeconômico e político no planejamento e gestão urbanos? E como o Estatuto da Cidade contribuiria para o desenvolvimento das práticas de planejamento em Maceió? Quando o Estatuto da Cidade estabeleceu as novas regras para o planejamento urbano no Brasil, a trajetória do planejamento em Maceió foi de certa forma impulsionada pela obrigatoriedade da lei. Segundo o Artigo 45 do Estatuto da Cidade, numa Gestão Democrática:

Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas *incluem obrigatória e significativa participação da população* e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (Brasil, 2001; grifos nossos.)

Todavia, questiona-se a qual tipo de participação popular o Estatuto se referiu – partindo de um princípio de obrigatoriedade legal para sua aplicação, ele é praticado no seio de uma sociedade intrinsecamente desigual e com características heterônomas como a de Maceió. Se, de acordo com Fedozzi (2001), a eficácia e a qualidade democrática de processos participativos são afetadas significativamente pelos aspectos da cultura política, pelo nível da cultura cívica, pela capacidade de governança e pelos arranjos das instituições locais, então como um processo participativo de planejamento urbano se desenvolveria numa sociedade fortemente influenciada pelo seu histórico de concentração de poder e dominação de classes?

ESTATUTO DA CIDADE E PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MACEIÓ

Em Maceió, as primeiras ações em relação à revisão do plano diretor iniciaram-se no ano de 2002, obedecendo às exigências de modernização administrativa do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, e objetivavam a obtenção de recursos para poder cumprir as obrigações da lei do Estatuto da Cidade. Entre outras medidas, deveria ser formulada a Proposta de Reelaboração do Plano Diretor de Maceió (PDM), com o detalhamento das etapas, atividades e ações a serem desenvolvidas no processo, e que serviria de base para a elaboração do Termo de Referência do Plano Diretor (TR). De fato, a proposta, concluída em novembro de 2002, incluiu a estruturação administrativa necessária para a elaboração do Plano e a metodologia de trabalho para a equipe que conduziria os trabalhos: o Grupo Gestor (constituído por técnicos da prefeitura e consultores contratados). No TR, o processo participativo se efetuará em quatro etapas da elaboração do Plano: as atividades preliminares; o conhecimento da realidade; as pré-propostas; e apresentação do Plano (audiências públicas).

As atividades preliminares objetivavam a divulgação da elaboração do PDM e a formação do seu Conselho (PMM, 2003). Inicialmente com as campanhas⁴ de divulgação e *marketing* nas quais se pretendia: popularizar o Plano Diretor, informar a população sobre os trabalhos de elaboração do Plano e convocar a sociedade para participar do processo. Em seguida, foram realizadas reuniões de sensibilização nas Regiões Administrativas (RAs), elas serviriam para a mobilização de entidades em geral e para a eleição e a capacitação do Conselho do PDM que marcaria o “início do processo participativo da sociedade como um todo” (PMM, 2003). Entretanto, a participação nessa fase dizia respeito à eleição dos representantes do Conselho. O registro dessa

eleição revela que se efetivou uma votação entre os representantes das RAs e das entidades de classe presentes, para designar os conselheiros do Plano ou as pessoas que acompanhariam o processo (PMM, 2005).

A etapa de conhecimento da realidade incluía a participação na elaboração do Plano através da leitura comunitária “da cidade real” (PMM, 2005). A metodologia da leitura comunitária do PDM foi organizada em duas fases. A primeira constituiu de “pesquisas de opinião pela internet” (PMM, 2003). A segunda fase dizia respeito às reuniões participativas e se realizou através de reuniões com os representantes das RAs, oficinas por segmento de classe e reuniões na Câmara de Vereadores, entre os meses de setembro e outubro de 2004 para: “registrar as impressões, vivências cotidianas da população e as necessidades prementes da mesma (sic), bem como levantar potencialidades, traçar objetivos específicos e linhas de ação prioritárias de cada eixo identificado” (PMM, 2003).

A primeira reunião, com os representantes das RAs aconteceu no auditório do Sindicato dos Bancários da cidade, mas logo de início foi constatado pela então gerente técnica do Plano Diretor de Maceió que:

As RAs nunca tiveram efetivamente o papel que deveriam ... Embora [alguns] administradores que estavam no comando fossem fontes preciosas de informações por serem da comunidade e, sobretudo, atuarem como líderes ... a maioria [estava] comprometida politicamente. Inicialmente a nossa metodologia de trabalho participativo partiria das RAs, mas descobrimos logo que não ia dar muito certo. (Informação obtida em entrevista via e-mail.)

Dessa forma, o Grupo Gestor do Plano decidiu iniciar as oficinas temáticas por segmento, realizadas no auditório da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SMPD) e que passaram a configurar o processo participativo do Plano Diretor de Maceió. Os principais objetivos dessas oficinas eram apresentar a lei do Estatuto, levantar informações sobre oportunidades e problemas em Maceió, além de suscitar discussões sobre as principais questões a serem incluídas no PDM (PMM, 2003). Na pesquisa efetuada na SMPD encontraram-se os registros de sete dessas oficinas.⁵ Conforme a ex-gerente técnica do Plano Diretor de Maceió, nelas a

lógica era sempre um nivelamento de conceitos sobre [PD e EC] e depois a aplicação de uma metodologia participativa de grupos de trabalho sobre os temas predefinidos a serem tratados pelo [PD]. A convocação era por convites formais reforçados com contato telefônico, para as reuniões e oficinas, e as audiências tinham chamamentos através de jornais locais, rádios, faixas e Diário Oficial. (Informação obtida em entrevista via e-mail.)

Mais adiante, na etapa relativa às proposições, foi estabelecido pelo TR que o Grupo Gestor e “outros técnicos da prefeitura” ficariam encarregados da elaboração de propostas a serem apresentadas posteriormente através das audiências públicas (PMM, 2003). As informações colhidas na segunda etapa do processo participativo foram incorporadas num “Diagnóstico Compartilhado” (etapa 2), com o cruzamento de dados obtidos pela leitura técnica da cidade, executada pelos técnicos do Grupo Gestor, e pela leitura comunitária, ou seja, as pesquisas de opinião pela internet e as oficinas por segmento. Desse processo resultaram duas propostas distintas: o Macrozoneamento com o respectivo Projeto de Lei e a adequação de outros instrumentos, como Lei Orgânica, Código Tributário e Instrumentos Orçamentários Municipais. Posteriormente essas propostas foram analisadas, modificadas e aprovadas pelo Conselho do Plano Diretor (etapa 3). Nessa etapa, a participação se efetivou através de uma “*metodologia participativa* a ser transmitida para a população como um todo, através dos meios de comunicação, a exemplo de TVs, rádios e jornais e Internet” (PMM, 2003, grifos nossos).

Aprovadas as pré-propostas, a última etapa do processo participativo do PDM foi a apresentação do Plano Diretor para a população de Maceió através das Audiências Públicas (APs). Realizaram-se três APs no auditório da Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL, nos dias 19 de fevereiro, 29 de março e 16 de abril de 2005, contando cada uma com a presença de aproximadamente 500 pessoas. De acordo com o Regulamento da 1ª. AP do Plano Diretor de Maceió, a finalidade das audiências era “discutir os caminhos e as prioridades para desenvolvimento de Maceió contidos nas propostas para plano diretor” (PMM, 2004). Os temas para discussão foram divididos em cinco:

1. Habitação de interesse social (moradia, políticas sociais associadas à habitação e êxodo rural);
2. Meio Ambiente (patrimônio natural, patrimônio cultural e saneamento ambiental);
3. Mobilidade (sistema viário urbano e sistema de transporte);
4. Uso e Ocupação do Solo (cidade legal, cidade legal e a utilização dos espaços públicos);
5. Sistema Produtivo (turismo, produção local, setores produtivos e atividade agroindustrial).

As três APs duraram todo o dia. No turno da manhã houve uma exposição introdutória sobre o PD e o EC e uma apresentação geral do processo da elaboração do Plano, além dos esclarecimentos sobre as câmaras temáticas, que aconteciam no restante da manhã e à tarde. Os grupos de participantes de cada câmara temática podiam:

- avaliar as alternativas apresentadas nos painéis, aprovando ou sugerindo ajustes, supressões e acréscimos;
- acrescentar, suprimir, ajustar ou detalhar alternativas, mesmo rearrumando os painéis;

- avaliar legendas/espacializações apresentadas ou sugerir alterações nas legendas dos mapas; e
- escolher os representantes para apresentar os resultados em sessão plenária.

No fim do dia eram apresentados resultados pelos grupos das câmaras temáticas numa sessão plenária, tendo cada grupo 15 minutos para sua exposição. Entretanto, conforme a ex-gerente técnica do Plano Diretor de Maceió, não houve votação nas audiências “porque não era um foro deliberativo. Os grupos dariam as suas sugestões e elas seriam estudadas”. A atual diretora do Plano Diretor de Maceió explicitou que essa decisão foi tomada por uma questão de logística:

Como as reuniões seriam muito extensas e o prazo muito curto para aprovar ou modificar as propostas, seria mais viável tomar nota das informações obtidas nas câmaras temáticas que foram apresentadas no fim do dia, na sessão plenária. (Informação obtida em entrevista gravada.)

Segundo a atual diretora, as propostas aprovadas nas câmaras temáticas e encaminhadas para a sessão plenária passavam a constituir as diretrizes do Plano. Em seguida foi elaborado o Projeto de Lei do Plano Diretor a ser encaminhado para a aprovação na Câmara Municipal.

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Nas etapas que constituíram o processo participativo do Plano Diretor de Maceió, identificaram-se dois tipos do que Souza (2002) conceitua como “pseudoparticipação”. Observou-se que nas atividades preliminares havia indícios da “pseudoparticipação” do tipo “informação”. A etapa 2, de conhecimento da realidade, configurou o que se chamou de “processo participativo” no PDM, sendo a participação efetivada através da leitura comunitária “da cidade real”. Entretanto, também se identificou a “pseudoparticipação”, dessa vez do tipo “consulta”. No caso da participação via internet levanta-se uma questão: qual parcela de uma população, numa cidade com mais de 60% de seus habitantes sem emprego, teria acesso à internet para opinar sobre o PD? Talvez uma minoria pertencente às classes média e alta que viesse a se interessar pelo processo. De fato a equipe do Grupo Gestor constatou a ineficácia desse modelo nessa etapa devido à desinformação a respeito do que seria um Plano Diretor. De acordo com a atual diretora do PDM, as pessoas que mandaram mensagens eletrônicas não tinham o intuito de opinar ou sugerir diretrizes para o plano: “a grande maioria reivindicava serviços urbanos pontuais, como asfaltamento de ruas ou solução para problemas de falta de água e energia” (informações obtidas em entrevista gravada).

Nas oficinas por segmento, os participantes foram instruídos sobre a importância do PD e, apesar do desenvolvimento de uma metodologia bem estruturada, a contribuição de cada grupo serviu basicamente como um meio para a coleta de informações a respeito das vivências, potencialidades, problemas e alternativas da/e para a cidade. Contudo, não houve garantias concretas sobre quais problemas seriam priorizados ou quais propostas apresentadas nessas oficinas seriam, de fato, incorporadas ao Plano, visto que a etapa das pré-propostas (etapa 3) foi incumbência do Grupo Gestor. Nesse contexto, identificou-se novamente a “pseudoparticipação”, mais uma vez do tipo “informação”, pois as propostas foram posteriormente disponibilizadas para a população pela internet.

As audiências públicas (etapa 4) foram efetuadas no fim do processo, com o Plano praticamente pronto. Na época, as autoras do presente artigo tiveram a oportunidade de participar de duas dessas audiências,⁶ possibilitando tecer algumas observações importantes. Entre os temas discutidos havia um subtema recorrente, a “Estrutura organizacional e canais de participação”. Entretanto, e conforme se constatou *in loco*, pouco se debateu sobre o assunto. De fato, segundo averiguado nas fichas do Banco de Dados da SMPD, nas quais se descreviam carências, sugestões e propostas nas audiências, não houve nenhum registro relativo a esse subtema. Por outro lado, observou-se que as reuniões sobre o tema “Uso e ocupação do solo” ganharam destaque. Foram as mais concorridas e nas quais aconteceram as discussões mais acaloradas. Ficou constatado, nas fichas utilizadas nessas câmaras e arquivadas na SMPD, que eram as que mais continham propostas e sugestões, principalmente relativas ao uso e ocupação do solo no litoral norte de Maceió.⁷

Quanto à frequência dos participantes ao longo da audiência identifica-se que, na parte da manhã, as salas onde ocorriam as câmaras temáticas estavam praticamente lotadas. Contudo, à tarde, quando eram redigidas as sugestões para propostas e ajustes nas diretrizes do Plano, menos da metade dos participantes estava presente. Nesse momento, constatou-se mais uma vez a “pseudoparticipação” do tipo “consulta”.

ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDM

Evidenciaram-se os aspectos sociais e políticos do processo de elaboração do Plano Diretor de Maceió através da pesquisa nos artigos de jornais cotidianos da cidade, entre os anos de 2002, início do processo, até o seu fim, em 2005. Nas notícias publicadas ficou patente a fraca mobilização social em torno do PDM. Embora algumas delas assinalassem a manifestação de alguns moradores a respeito do uso e ocupação do solo no litoral norte da cidade, constatou-se que não se tratava de movimentos sociais em sua essência, tanto pela falta de organização quanto pelo caráter pontual dessas manifestações, caracterizando-se mais como ativismos de bairros específicos (cf. Souza, 2002) que ocorreram quando o processo participativo estava praticamente

encerrado. Por outro lado, ressaltam-se três situações que envolveram aspectos políticos referentes ao processo de elaboração do Plano.

Primeiro, alguns artigos demonstram o aparente despreparo do poder público municipal, principalmente dos vereadores, com relação ao processo em curso. O predomínio da visão individual e, por muitas vezes, a falta de informação/conhecimento sobre o que se passava dos edis, conferia ao Plano Diretor um caráter de idealização, atribuindo-lhe capacidades e futuras realizações fantasiosas, como, por exemplo, a “geração de dez mil empregos diretos e indiretos” (*Gazeta de Alagoas*, 2003). Depois, identificou-se a utilização do processo de elaboração do PDM como forma de propaganda das ações daquela administração municipal, e não como resultado de qualquer processo de planejamento urbano fomentado pelas diretrizes do EC. O uso das expressões do tipo “participação da sociedade”, “participação de todos os segmentos da sociedade” ou “participação popular” serviram, aparentemente, ao propósito de legitimação do caráter “democrático” daquele governo municipal.

Por fim, mas não menos importante, constatou-se a dificuldade de superar a ligação estreita entre o poder público e os interesses privados, a despeito de outras ligações e em detrimento de um planejamento urbano mais inclusivo. De acordo com a atual diretora do Plano, no período de apresentação e aprovação do PL na Câmara, os vereadores elaboraram algumas emendas que diziam respeito, principalmente, ao uso e ocupação do litoral norte de Maceió, favorecendo especialmente setores privados, como o incorporação imobiliária e o da construção civil. Conforme a diretora, nessas emendas havia propostas de “liberação do gabarito da altura dos edifícios a serem construídos e a permissão para remembrar as áreas residenciais existentes nessa porção do município”. Ainda conforme a diretora: “as propostas contidas nas emendas trariam enormes prejuízos ambientais, além do aumento da especulação imobiliária para a cidade, que, felizmente, após uma longa fase de explicações e acordos, não chegaram a ser incluídas no PL aprovado em 2006” (informação obtida em entrevista gravada).

Esses aspectos sociopolíticos reforçam o resultado da avaliação dos tipos de participação resultantes do processo de elaboração do PDM. Teoricamente, a aplicação dos princípios do EC, relativos ao planejamento urbano participativo, estabeleceria canais de participação na elaboração daquele Plano. Nesse novo processo, o poder público e a sociedade participariam desde as discussões sobre as formas mais adequadas de elaboração do Plano até a negociação de suas diretrizes e prioridades. Entretanto, a falta dos movimentos sociais, ou ainda de representações organizadas da sociedade para além daquelas específicas dos setores imobiliário e da construção civil, especificamente preparados para atuar na elaboração do Plano, e a conduta política observada durante o processo do Plano Diretor de Maceió podem ter influenciado a consolidação da “pseudoparticipação” na sua elaboração.

CONCLUSÃO

Os dados da pesquisa explicitaram, através do estudo realizado sobre Alagoas e sua capital, um quadro de “incapacidade de governança e uma cultura política concentradora de poder” (Lira, 2007) que influenciou a cultura cívica da sociedade local (Vasconcelos, 2006), de forma que os interesses daqueles que nunca se beneficiaram da existência de um espaço público distinto do estatal continuassem excluídos. Como ponto de partida para a análise, levantaram-se as seguintes questões: se no contexto social, político e econômico de Maceió aconteceriam mudanças nas práticas participativas de planejamento e gestão urbanos a partir da instituição do Estatuto da Cidade e qual o tipo de participação resultante da elaboração do Plano Diretor.

Os resultados encontrados possibilitaram observar que as dinâmicas dos arranjos institucionais locais não chegaram a contribuir com a efetivação de tipos de participação condizentes com os princípios da Gestão Democrática em sua totalidade. Entretanto, uma nova institucionalidade parece ter sido criada e a elaboração do Plano Diretor de Maceió realizou-se a partir de algumas das principais regulamentações contidas no Estatuto da Cidade, mesmo considerando todas as suas limitações, até mesmo em relação à interpretação da lei federal. Identificaram-se, desde o início do processo de elaboração do Plano Diretor de Maceió, sinais da “pseudoparticipação” do tipo “informação” – nas etapas de atividades preliminares e do diagnóstico; e “consulta” – na etapa das leituras comunitárias e audiências públicas.

Entretanto, deve ser ressaltado que, de acordo com Souza (2006), em sociedades complexas como a brasileira, dificilmente têm-se desenvolvido processos de planejamento urbano que cheguem a atingir graus de “participação autêntica”, como a “autogestão”, por exemplo. De acordo com esse autor, em certos casos (como no Orçamento Participativo de Porto Alegre) pode haver aproximações da “parceria” que, no entanto, exigem um certo grau de comprometimento e atuação por parte dos grupos e interesses envolvidos. O problema é que numa sociedade heterônoma como a brasileira, o processo participativo, por depender das instâncias governamentais para se implementar, pode resultar num tipo de participação que nem sempre tem sido uma participação mais plena (Souza, 2006). Em outros casos:

ao estar o corpo dos cidadãos subjugado à tutela estatal, a participação, em alguma medida, pode até ser conquistada, na base da pressão, ao mesmo tempo em que, em ultimíssima instância, não deixará de ser, sempre, uma participação consentida e subordinada. (Souza, 2006.)

Isso quer dizer que, apesar da obrigatoriedade da inserção de práticas participativas no planejamento e gestão urbanos, a partir do EC ainda existem muitos obstáculos para a instituição da participação no planejamento e gestão urbanos que certamente deman-

dam outros processos para além daqueles formais e institucionais. No caso de Maceió, evidenciou-se que os aspectos sociopolíticos e históricos, a estrutura de poder conservadora com traços de oligarquia aliada à “inexistência” de movimentos sociais organizados e atuantes no processo de elaboração do Plano Diretor podem ter determinado práticas da pseudoparticipação no planejamento urbano. Por outro lado, constatou-se também que, com a outorga daquela lei federal, o processo de planejamento em Maceió, mesmo sem atingir uma qualidade democrática satisfatória, representou um avanço, caracterizado como o início de um processo em que a participação ainda é uma meta a se alcançar.

NOTAS

1. Agradecimentos à Capes pela bolsa de mestrado e a Chris Scott pela versão em inglês do resumo.
2. Representados pelos poderes Executivo e Legislativo. Cf. Estatuto da Cidade, Artigo 40, parágrafo 4 (Brasil, 2001).
3. Numa ordem de 0,649 em 2003 (www.ibge.gov).
4. As campanhas de divulgação compreendiam os meios de comunicação e mídia, como rádio, jornal, televisão, outdoors e internet.
5. Esses registros fazem parte dos cinco volumes do arquivo do Plano Diretor de Maceió, que reúnem os ofícios e as listas de frequência dos diversos eventos que fizeram parte da elaboração do Plano. O segundo volume desse arquivo contém os ofícios e a lista de presença de cada oficina, bem como as cópias das cartas-convites enviadas para cada órgão, entidade ou instituição convidada (PMM, 2005).
6. Por diferenças de ponto de vista quanto à condução do processo, na primeira audiência pública, a professora Regina Dulce Lins Barbosa foi impedida de participar pelo então Secretário Municipal de Planejamento, mesmo sendo representante do Ministério das Cidades no Estado e tendo participado anteriormente como consultora na elaboração do Plano. Reconhecido o erro crasso, a professora fora convocada para participar das duas últimas audiências.
7. Área de expansão urbana da cidade, muito visada pelos setores imobiliário e da construção civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 10/07/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acessado em: 10/03/2007.
- CARVALHO, C. P. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2005. 110p.
- FEDOZZI, L. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. 3.ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR/Tomo Editorial, 2001. 243p.
- Gazeta de Alagoas*. Vereadores discutem Plano Diretor de Maceió. Política, 18/05/2003. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazeta/Frame.php?f=Index.php&e=419>. Acessado em: 17/03/07.
- LIRA, F. J. *Corrupção e pobreza no Brasil: Alagoas em destaque*. Maceió: UFAL/Edufal, 2005. 109p.
- _____. *Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas*. Maceió: UFAL/Edufal, 2007. 320p.
- PINTAÚDI, S. Espaço e Estado: políticas urbanas em discussão. In: CARLOS, A. F. A., LEMOS, A. I. G. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.231
- Prefeitura Municipal de Maceió (PMM). Termo de Referência: Plano Diretor de Maceió. Maceió: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 2003.
- _____. Regulamento da 1ª. Audiência Pública do Plano Diretor de Maceió. Maceió: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 2004
- _____. Documento de Informações Básicas. Plano Diretor de Maceió – AL. Maceió: Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2005.
- SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560p.
- _____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.
- VASCONCELOS, R. O “reverso da moeda”: a rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. Maceió: UFAL/Edufal, 2006. 117p.

RESUMO

A aprovação do Estatuto da Cidade, em julho de 2001, impulsionou o início de um processo de democratização do planejamento urbano no Brasil, através da obrigatoriedade da participação popular na elaboração de Planos Diretores. Entretanto, os profundos problemas estruturais da sociedade brasileira evidenciam que são grandes as dificuldades enfrentadas para a instituição da participação como um instrumento de controle social no planejamento urbano local. Este artigo pretende contribuir com a discussão sobre a construção de práticas participativas no planejamento e gestão urbanos, através de um estudo sobre o processo de elaboração do Plano Diretor de Maceió. Neste estudo buscou-se evidenciar, inicialmente, os principais elementos que contribuíram direta ou indiretamente no processo de elaboração do Plano Diretor de Maceió, como os aspectos sociais, econômicos e políticos locais. Em seguida, apontaram-se as dificuldades enfrentadas para o exercício de um planejamento participativo e o tipo de participação resultante da tentativa de seguir os princípios postos no Estatuto da Cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Cidade, planejamento urbano, gestão urbana, Plano Diretor, participação societal.

THE STATUTE OF THE CITY AND THE PARTICIPATORY PROCESS IN THE MAKING OF THE PLANO DIRETOR OF THE MUNICIPALITY OF MACEIÓ, CAPITAL OF THE STATE OF ALAGOAS, BRAZIL

ABSTRACT

The approval of the Statute of the City, in July 2001, led to the start of a process of democratization of urban planning in Brazil, by making popular participation a compulsory element in the preparation of Planos Diretores [Master Plans]. However, the deep structural problems of Brazilian society served to highlight the fact that there are great difficulties in introducing participation as an instrument of social control in local urban planning. This article intends to contribute to the discussion on the construction of participatory practices in planning and urban management, through a study of the process of making the Plano Diretor of Maceió. Initially, the study seeks to highlight the principal elements, such as local social, economic and political conditions, which contribute directly or indirectly to the process of the making the Plano Diretor of Maceió. Following this the difficulties faced when implementing participatory planning, and the type of participation which results from an attempt to follow the principles laid out in the Statute of the City, are presented.

KEYWORDS: Statute of the City, urban planning, urban management, Master Plan, participatory planning.

ÁREAS PÚBLICAS: FONTES DE DESTINAÇÃO SOCIAL OU PRIVADA. REFERÊNCIAS ÀS NOVAS
POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS | Tomás Moreira

Arquiteto urbanista pela PUC-Campinas | PhD em Estudos Urbanos pela
Université du Québec | Mestre em Ciências Aplicadas: Habitat e Desenvolvimento
pela Université Catholique de Louvain | Professor pesquisador do Programa de
Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e do Centro de Arquitetura e
Urbanismo (CAU) da PUC-Paraná | tomas.moreira@pucpr

ÁREAS PÚBLICAS: FONTES DE DESTINAÇÃO SOCIAL OU PRIVADA. REFERÊNCIAS ÀS NOVAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

Como se encontra a propriedade pública no Brasil? Qual a destinação das terras públicas das cidades brasileiras? Elas cumprem que tipo de papel: público ou privado? Quem controla e regula essas áreas? Como estão delimitadas?

Muitas questões poderiam ser colocadas para indagar sobre as terras públicas no Brasil, e especialmente para compreender sua destinação. Entretanto, essas primeiras questões já trazem em si uma gama de demandas de informações que talvez não se possa abarcar por completo, mas que merecem ser questionadas.

O tema sobre as áreas públicas é, ainda, de pouco conhecimento dos poderes públicos ou é tratado com pouca acuidade. Se esse tema mal é incorporado na elaboração das políticas sociais, urbanas e habitacionais das cidades brasileiras, é ainda menor o grau de conhecimento da população sobre ele. E, quando é tratado pela mídia, ele é rapidamente abafado ou superficialmente tratado. Por que não desvendar a realidade das áreas públicas nas cidades brasileiras, como as da cidade de São Paulo por exemplo?

No início de 2000, algumas denúncias publicadas na imprensa escrita suscitaram uma averiguação minuciosa sobre a destinação das áreas públicas na cidade de São Paulo e seu caráter social. Essas denúncias davam conta da inexistência ou do não-cumprimento das condições de concessão de uso de áreas para clubes e associações sem fins lucrativos. Os beneficiários de tais concessões, segundo a reportagem, seriam os grandes clubes de futebol (Corinthians, São Paulo e Palmeiras, por exemplo), assim como clubes de lazer

(Alto de Pinheiros, Ipê e Esperia, por exemplo) e até mesmo associações sem fins lucrativos que ocupam terrenos muito valorizados, como é o caso da Apamagis – Associação Paulista dos Magistrados.

Somente perceber que diversas denúncias chegaram a ser apresentadas pelos jornais de grande tiragem da cidade de São Paulo já significa que a realidade sobre as áreas públicas tende a ser mais desoladora do que promissora. As denúncias apresentadas indicaram que, ao contrário do que se pensava, a grande parte das propriedades públicas não possui destinação social. Elas possuem, sobretudo, destinação para uso privado. Como isso ocorreu e por que essas terras públicas estão hoje destinadas ao uso privado e não ao uso público, sobretudo considerando a necessidade de áreas públicas para investimentos sociais por parte dos poderes públicos tanto municipal quanto estadual, ou mesmo federal?

Espalhados pela malha urbana de São Paulo existem vários terrenos públicos, em grande parte com dimensões irregulares, remanescentes da implantação do sistema viário, ferroviário e metroviário, bem como de loteamentos. Condição em geral completamente desconhecida da população, e muitas vezes do próprio poder público, no que diz respeito às suas dimensões, limites, localização, bem como sobre sua proteção e destinação.

A falta de conhecimento minucioso das áreas públicas contribuiu para a ocupação dessas áreas de forma irregular por particulares, muito comumente anexadas a outros lotes ou utilizadas para implantação de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços. Poder-se-ia citar, entre os diferentes tipos de uso, fábricas, lojas, campos de futebol, restaurantes, casas de particulares, sedes, clubes e centros esportivos. Áreas que não possuem destinação para usos institucionais: verde, lazer e outros, mas que constituem logradouros públicos.

Faz-se oportuno demarcar que áreas públicas formam, em geral, em 1992, objeto de reivindicação pelos empresários imobiliários. Isso porque, mediante a aprovação do projeto de lei relativo à regularização fundiária de favelas em São Paulo, eles propunham a remoção das favelas de áreas públicas e a devolução dessas áreas ao uso público. Princípio aparentemente correto, isto é, incorporar ao patrimônio público áreas ocupadas privadamente, se não fosse o conhecimento da realidade brasileira e, portanto, da focalização da destinação realmente social de áreas ocupadas. No entanto, a exigência feita pelos proprietários imobiliários estava destinada unicamente às áreas públicas ocupadas sobretudo por favelas. Por que o mesmo não foi feito para as áreas públicas ocupadas por entidades privadas?

É certo que áreas de destinação institucional, lazer e verde deveriam ter sua destinação garantida e protegida. Contudo, tem sido difícil prever tal garantia diante da falta de terras para habitação e do quadro das necessidades habitacionais. Tal reivindicação revela o desconhecimento da impossibilidade de aplicar tal medida ou o completo desinteresse em aplicar uma política pública destinada à população mais carente da cidade. É fato que o uso dado a áreas públicas institucionais procura satisfazer as necessidades públicas (Maricato, 2001).

Diante dessas reivindicações, será que a mesma pergunta caberia para as outras propriedades públicas? Os empresários imobiliários reivindicariam a devolução de áreas públicas ocupadas? E nesse caso, áreas ocupadas não por proprietários privados, moradores de favelas, mas por proprietários privados, donos de clubes, lojas, restaurantes, entre outros. Isso seria certamente muito difícil. Contudo, cabe fazer a mesma pergunta para compreender as diferenças das destinações e as diversas atitudes frente um mesmo problema. É evidente que os empresários imobiliários tinham suas razões para tomar esse papel. Muitos dos terrenos ocupados por favelas encontravam-se em áreas privilegiadas da cidade. Isso pressionava para baixo os preços dos imóveis do entorno ou próximos das áreas de favelas. Como bem apresenta Ermínia Maricato,

... muito possivelmente eles não estavam referindo-se a todas as favelas do município, mas apenas às que estavam situadas na área eleita como o novo “filé-mignon” do capital imobiliário em São Paulo, situadas nos arredores do Rio Pinheiros. (Maricato, 2001, p.28.)

As denúncias feitas pelos jornais foram tão fortes e assustadoras que induziram o estabelecimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo. Nesse período, foram citadas 18 áreas que valiam no momento 258 milhões de reais no mercado (*Folha de S.Paulo*, 2001). Durante seis meses, foram estudadas diferentes denúncias, quando outras não apareciam no meio do processo.

Os resultados foram alarmantes e as resoluções ainda ínfimas para as práticas da regulação das propriedades públicas. Cita-se aqui o exemplo do Clube Alto de Pinheiros, localizado numa área extremamente valorizada da cidade. Esse clube ocupou área pública de 2.730 m², tendo sido construído no local um campo de futebol, *playground* e churrasqueiras. Ele ocupou a área em questão após permissão de uso, por 40 anos, por parte da Prefeitura.

Qualquer permissão de uso deve, em contrapartida, ser de uso *social público* e não privado. Essa área estava completamente cercada e incorporada ao clube. Apesar de ser de domínio público, ela “ficou”, na verdade, privada. Houve ganhos sobre ela, ganhos privados. Após ter sido denunciada pelos jornais, o clube em questão foi inquirido na CPI a responder pela ocupação e destinação privada. Sua sentença foi imediata e obrigava a permissão de uso da área por qualquer cidadão, caso contrário o clube deveria pagar multa de 10 mil reais por dia. Contudo, o resultado após a sentença tem se mostrado o inverso, para não dizer perverso. A área em questão continua cercada e incorporada ao clube. O curioso, após a CPI, foi que qualquer cidadão poderia solicitar seu uso, mas isso era impossível, uma vez que a área permanecia fechada e incorporada ao clube.

Hoje, rodeados por área construída, como saber se uma área não é privada e sim pública? Essa é a questão. Como um cidadão identifica uma área pública? Como solicitar sua utilização? Essas questões são ainda mais difíceis de serem respondidas visto

as incorporações irregulares das áreas públicas com destinação não-social. Uma área é pública quando o acesso a ela é livre a qualquer momento para qualquer cidadão e não está relacionada a nenhuma atividade privada. O entendimento também se faz no que diz respeito aos serviços existentes na área, isto é, os objetos que dela fazem parte também devem ser de destinação social.

A resposta ao que acontece com essa área, bem como com a grande maioria das áreas públicas que foram cedidas por meio de concessão de uso ou permissão (16 sofreram ação de revogação de 130 indicadas a serem revogadas após a CPI), pode ser compreendida por intermédio do relato do repórter da *Folha de S.Paulo* ao visitar o Clube Alto de Pinheiros com o intuito de usar a área pública:

Na recepção, a reportagem foi orientada a procurar a portaria de serviço, quase na esquina na marginal Pinheiros. Ao receber o repórter, um segurança pediu o documento de identidade. Dez minutos depois, o portão foi aberto. O gerente de esportes [...] recebeu a reportagem. No local, deu instruções: é permitido circular apenas naquele espaço, porém sem utilizar nenhum dos equipamentos ali dispostos, como brinquedos, torneiras e banhos. “Se o senhor quiser jogar futebol, só poderá fazê-lo com a sua bola. Da mesma forma, as traves do campo serão retiradas”, disse. (*Folha de S.Paulo*, 2001.)

Esse exemplo é a realidade que hoje se vivencia na cidade de São Paulo. Há pouco juízo das áreas públicas e sua destinação nem sempre é pública e muito menos social.

A Prefeitura tem várias áreas cedidas para entidades privadas. Em troca, elas deveriam oferecer contrapartidas ou demonstrar o interesse público na utilização dos terrenos, mas nem sempre o fazem. São privilégios adquiridos ao longo dos anos, na maioria das vezes por razões políticas e eleitoreiras (Penteado, 2001). Contudo, esses instrumentos eleitoreiros tornaram-se muito caros para os cofres públicos.

Verifica-se que, em relação às áreas cedidas para terceiros por meio da concessão de uso e permissão de uso, houve sem dúvida um maior número de áreas cedidas ou aditadas durante o governo municipal de Celso Pitta (1997-2000).

Para o melhor entendimento da questão, há que tecer breves considerações sobre a classificação jurídica dos bens públicos. Bens públicos são, segundo o emérito jurista doutor Diógenes Gasparini: “todas as coisas materiais e imateriais pertencentes às pessoas públicas e submetidas a um regime de Direito Público instituído em função do próprio interesse público” (CPI – Áreas Públicas, 2001). Isto é, todos aqueles de propriedade comum de todos os cidadãos, mesmo que sua utilização seja restrita ou limitada, ainda que por determinação legal, por sua natureza ou, ainda, por sua situação. Eles são classificados em três tipos: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais ou dominiais, definidos no Código Civil, art. 66, conforme descrito a seguir:

Os bens de uso comum do povo são os mares, rios, estradas, ruas e praças, enfim, todos os locais abertos à utilização pública, de fruição direta e indiscriminada pela população (sob fiscalização direta das AR's); Os bens de uso especial, são aqueles que têm destinação específica e, em razão dela, limitação de uso por parte da população, mas destinadas a um fim de interesse público. São edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal. São, também, cemitérios, teatros municipais, mercados municipais, aeroportos, museus, prédios das repartições públicas, escolas, creches e hospitais, ou seja, que se destinam à execução dos serviços públicos (uso indireto pela população) (no município de São Paulo, sob fiscalização de PATR/PMSP); Já os bens dominicais (ou dominiais) são bens imóveis que compõem o patrimônio disponível da União, dos Estados ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades. São classificadas assim aquelas terras que não têm caracterização original de propriedade, como as terras devolutas, que não possuem matrícula ou registro, pois compõem extensão de terra primitiva ou não apropriada. (CPI – Áreas Públicas, 2001, p.5-6.)

Os bens de uso comum do povo destinados ao uso coletivo – destinação pública – dizem respeito, portanto, ao uso público. Os bens de uso especial, destinados para uso da Administração pública para a realização de suas atividades – destinação pública – são afetados ao uso público. Já os bens dominicais não têm destinação pública definida, razão pela qual podem ser utilizados pelo Poder Público para a obtenção de renda. Por exemplo, imóveis não utilizados pela Administração (destinação privada) não são afetados ao uso público (Di Pietro, 1999). Há que se observar, porém, que os bens dominiais, quando aplicados para a obtenção de renda pelo Poder Público, destinam-se apenas e tão-somente a assegurar renda ao próprio Poder Público e não ao particular, salvo se expressamente admitido por lei.

Em São Paulo, a CPI das áreas públicas produziu material acerca de um grande número de áreas, seja por meio de solicitação de documentos – tanto a particulares como ao próprio Executivo –, seja pela intimação de possuidores dessas áreas, regularmente emitidos na sua posse ou sem autorização administrativa. Foram naturalmente excluídas as áreas que por sua finalidade e destinação não são caracterizadas como logradouros públicos, praças, passagens e outras de uso comum do povo, assim como as de uso exclusivo da Administração Pública para a consecução de seus fins. Entre essas, de um total de aproximadamente 140, há que destacar algumas áreas cedidas em concessão de direito real de uso, sejam clubes, associações, bancos, institutos, concessionárias, supermercados, motéis, shoppings, postos de gasolina, entre outros (CPI – Áreas Públicas, 2001):

- São Paulo Futebol Clube, de 44.472,37 m², por 40 anos a partir de 1982, para instalação e funcionamento de centro poliesportivo;
- Sociedade Esportiva Palmeiras, de 48.578 m², por 90 anos a partir de 1996, para implantação de um centro de treinamento;

- Sport Club Corinthians Paulista – área 1, de 197.095 m², por 90 anos, para construção de estádio de futebol e áreas complementares;
- Sport Club Corinthians Paulista – área 2, de 35.823,07 m², por tempo indeterminado, para ampliação da finalidade do clube;
- Clube Esportivo da Penha, de 53.040 m², por 40 anos a partir de 1981, para atividades desportivas;
- Clube Círculo Militar de São Paulo, de 31.005,20 m², por 25 anos a partir de 1986, para funcionamento do clube;
- Clube Regatas Tietê, de 49.720 m², por 40 anos a partir de 1968, para construção de instalações sociais e esportivas;
- Ypê Clube, de 21.800 m², por 40 anos a partir de 1980;
- Clube Atlético Juventus, de 2.640 m², por 40 anos a partir de 1980, para construção de centro recreativo e social;
- Associação Paulista dos Magistrados, de 4.796,42 m², por tempo indeterminado, para fins de edificação de sede própria;
- Ordem dos Economistas de São Paulo, de 236,70 m², por 40 anos a partir de 1988, para construção de sede da entidade;
- Federação Paulista de Futebol de Salão, de 21.755,00 m², por 40 anos a partir de 1979, para construção de três quadras esportivas cobertas e vestiários.

O contrato de concessão foi o instrumento utilizado para cessão de uso da maioria das áreas públicas. No Direito Público, o contrato de concessão é definido como contrato administrativo pelo qual a administração pública faculta a terceiros a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme destinação específica. Entretanto, é de interesse público a utilização privada, por mais que sustentadas por lei? Socialmente essas áreas cumprem seu papel? De qualquer forma é característico dos contratos administrativos, como é tratada a questão, tanto a revogabilidade como a extinção unilateral por razão de interesse público, fundada e justificada.

Sobre esse preceito, todos os casos citados foram denunciados e investigados por descumprimento das condições da cessão e posteriormente solicitados revogabilidade da cessão ou pagamento de contrapartida por transferência de uso gratuito para oneroso.

Diante dessa questão das áreas públicas: destinação pública ou privada, há que se questionar sobre o interesse público e as vantagens para a administração das cessões. Novas cessões devem ser evitadas e as antigas questionadas, podendo evocar a ilegalidade do objeto do contrato, sendo permitido inclusive sua anulação.

Neste caso, especial atenção deve ser dada para não correr o risco de perder a ação e ser obrigada a pagar vultosa indenização pelo rompimento do contrato, além do pagamento das benfeitorias. Deve-se refletir se há ou não disposição para correr tal risco. Ao mesmo tempo, sabe-se que ao fim de uma concessão a área voltará ao poder público

assim como suas benfeitorias. Parece razoável prever esse retorno, se não se imaginar que durante os anos de cessão a área proporcionou ganho privado, e nada garante que após o término da cessão ela não seja adiada.

O principal problema da concessão de uso é a proporcionalidade da contrapartida. Ela proporciona a cessão para uso privativo, mas não computa os ganhos que ela oferece ao ente privado. E a contrapartida estipulada nem sempre é cumprida. Em sua maioria a contrapartida é de permissão de uso pela Prefeitura, alunos de colégios públicos, bem como de serviços de educação e de recreação destinado à população infantil das vizinhanças. Contudo, raramente acontece esta contrapartida. E, em casos específicos, além de todas as vantagens, ainda são somadas a ela as isenções de IPTU e execução de melhorias de córregos e vias públicas pelo Poder Público. A falta de contrapartida é evidente no caso do São Paulo Futebol Clube.

Estima-se que o patrimônio do São Paulo Futebol Clube chega a mais de US\$ 700 milhões. A previsão orçamentária para o ano 2001 aponta para uma receita de R\$ 38 milhões. O futebol profissional possibilita várias fontes de renda como a venda de direitos de transmissão de partidas, patrocínios publicitários, franquias, venda do passe de jogadores, bilheterias, entre outros. Além disso, a área concedida é utilizada como concentração e centro de treinamento para os jogadores profissionais de futebol. (CPI – Áreas Públicas, 2001, p. 12.)

Diante do exposto, a garantia da contrapartida é o quesito fundamental para compensar as cessões até hoje feitas. Para buscar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos urge, portanto, alterar as concessões de uso gratuitas para onerosas.

Ao Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Patrimônio, subordinado à Secretaria de Negócios Jurídicos, cabe o controle dessas áreas, em especial cabe às Subprefeituras a responsabilidade de fiscalização e manutenção das áreas públicas. Incumbência simples, apesar dos resultados da CPI de Áreas Públicas esclarecerem que há um total desinteresse do Executivo pelo patrimônio do Município de São Paulo já há muitos anos. Soma-se a esse descaso uma estrutura administrativa incompatível com as necessidades de controle das áreas públicas municipais:

ÁREAS DE USO DOMINIAIS, que deveriam ser guardadas pelo Departamento Patrimonial, ficam sob a responsabilidade fiscalizatória de somente 10 (dez) guardas patrimoniais, sem a mínima infra-estrutura (veículos, plantas e levantamentos cadastrais). No mais, o número ínfimo de ações de reintegração de posse propostas quase nunca são executadas (sic) com êxito, vez que, muito embora a Prefeitura seja vencedora não retoma suas áreas. ÁREAS DE USO COMUM DO POVO que deveriam ser fiscalizadas pelas ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, com fundamento do Dec. Municipal Número 15.086/78, estão à mercê de invasores de toda a natureza. Agrava a situação o

fato de que qualquer estabelecimento comercial invasor jamais poderia obter sua licença de funcionamento, nos termos da Lei Municipal número 10.205/86, quando da utilização de área pública municipal, como que não se verifica de fato, levando a pressupor até mesmo convivência de agentes públicos encarregados da fiscalização. (Câmara Municipal de São Paulo, 2001, p.73.)

Somente para aguçar as reflexões sobre o tema, poder-se-ia fazer outras indagações. Quais os entes privados que poderiam ter cessão de uso? Ou os tipos de agentes, hoje, identificados que, realmente, necessitam de tal “ajuda” do município? Não são eles capazes de adquirir no mercado área correspondentes às áreas cedidas pelo município?

Há que terminar indagando-se, especialmente em termos de metragem quadrada aferida para estes entes privados enquanto há uma falta homérica de metragem quadrada para habitação de interesse social. Das áreas apresentadas pela CPI das áreas públicas foram cedidos 829 mil m² a empresas e entidades privadas que não oferecem benefícios à comunidade (Penteado, 2001). Como enfrentar essa questão? Algumas soluções foram apontadas pela CPI das áreas públicas no que tange ao órgão municipal e suas funções. Entre eles estão a criação de um órgão de gestão das áreas públicas, um cadastro geral das áreas públicas e um plano de destinação das áreas públicas.

É fundamental salientar que tais decisões não podem estar fora do quadro de política fundiária do município e das novas políticas habitacionais, sejam elas nos âmbitos federal, estadual ou municipal. A criação do órgão de gestão das áreas públicas deve estar atrelada a um departamento de política fundiária capaz de reger o cadastro geral de áreas públicas e estipular de maneira participativa o plano de destinação das áreas públicas condizentes com as necessidades do município, bem como a regulação e fiscalização das atuais cessões.

Há que se destacar, também, que não tem fim a confusão sobre a definição de proprietários e de limites de propriedades em São Paulo, com a convivência (consciente ou não) dos Cartórios de Registros de Imóveis. Uma das maiores causas para tanta confusão e desmando está na ausência de cadastros fidedignos e bem organizados.

Maior rigor na definição dos cadastros municipais, estaduais, federais e dos cartórios, com a devida discriminatória das terras públicas, ajudaria a encontrar e recuperar terras públicas que poderiam ser destinadas às políticas sociais urbanas.

Diante desse quadro social das áreas públicas na cidade de São Paulo é fundamental a construção de uma política pública fundiária integrada com a prática dos Cartórios de Registros de Imóveis. Essa urgência se faz, em especial neste momento de formulação da nova Política Nacional de Habitação pelo Ministério das Cidades e da elaboração das Políticas Municipais e Estaduais de Habitação no País. Somente assim poderemos enfrentar os graves problemas sociais e construir uma verdadeira base fundiária para as novas práticas em políticas urbanas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O., VAINER C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2000. 192 p.
- BEVILACQUA, C. *Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- BRANDO, F. J. de S. Dívidas judiciais: crise, calote e calúnia. *Gazeta Mercantil*, 6 de setembro de 1999.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Relatório da CPI de Áreas Públicas*. São Paulo, 2000-2001.
- DI PIETRO, M. S. Z. Bens públicos. In: _____. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1999. p.516-574.
- DI SARNO, D. C. L. Função social da propriedade. In: _____. *Estatuto da Cidade*. São Paulo: Cepam, 2001. p.70-81.
- DURAN, S. Áreas públicas: não sócio, que ganhou acesso ao Alto dos Pinheiros, não pode usar brinquedo de playground. Clube proíbe uso de equipamento. *Folha de S. Paulo*, 16 de novembro de 2001.
- FERNANDES, E. (dir.). *Direito urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 232 p.
- LEAL, R. G. *A função social da propriedade e da cidade no Brasil. Aspectos jurídicos e políticos*. Porto Alegre: Universidade de Santa Cruz do Sul, 1998. 174 p.
- MAGALHÃES, S. Além da soma de lotes. *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 2001.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001. 204 p.
- _____. A bomba-relógio das cidades brasileiras. In: _____. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE, 2001. P.3-7.
- PENTEADO, G. CPI quer a retomada de 43 áreas públicas. *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto de 2001.
- SILVA, J. A. da. Direito de propriedade. In: _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1996. Cap. V, p.262-75.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre a destinação das áreas públicas na cidade São Paulo. Primeiramente, ele aponta o problema da destinação das áreas públicas ao uso privado, considerando a falta e a necessidade de áreas públicas para investimentos sociais. Por meio da análise da CPI das áreas públicas, destacam-se elementos acerca de um elevado número de áreas públicas com usos privados, dos quais muitos foram denunciados e investigados por descumprimento das condições da cessão. Por fim, o trabalho aponta, com base nessa análise, a importância da construção de uma política pública fundiária integrada, no momento atual de formulação da nova Política Nacional de Habitação.

PALAVRAS-CHAVE: áreas públicas, política fundiária, política habitacional, plano de habitação.

**PUBLIC AREAS: SOURCES OF SOCIAL OR PRIVATE DESTINATION:
REFERENCES TO THE NEW BRAZILIAN HOUSING POLITICS**

ABSTRACT

This article presents an analysis on the destination of public areas, in the São Paulo city. First, it points the problem of the destination of the public areas to the private use, considering the lack and the necessity of public areas with respect to social investments. By means of the analysis of the CPI of the public areas, it presents topics concerning one high number of public areas with private uses, of which many had been denounced and investigated. Finally, this article points the importance of the construction of one integrated land public politics, at the moment of formularization of the new National Housing Politics.

KEYWORDS: public areas, housing politics, housing plans, land politics.

O DIREITO À MORADIA NO BRASIL E NO MUNDO

Entrevista com Raquel Rolnik [São Paulo, 26_08_2008]

por Manoel Lemes da Silva Neto

Arquiteta e urbanista | Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | Relatora especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia | raquelrolnik@usp.br

Arquiteto e urbanista | Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas | manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

O DIREITO À MORADIA NO BRASIL E NO MUNDO

Entrevista com Raquel Rolnik, por Manoel Lemes da Silva Neto

A motivação para esta entrevista foi o fato de Raquel Rolnik ter assumido recentemente o posto de Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia (www.direitoamoradia.org). Considerando sua nova função e toda sua experiência profissional e acadêmica, Manoel Lemes propôs três temáticas importantes a serem tratadas: uma primeira com relação às ações junto ao Conselho dos Direitos Humanos e à Relatoria Especial para acompanhar a implementação dos direitos econômicos e sociais, entre os quais o da moradia; uma reflexão sobre a questão habitacional e a política urbana no Brasil; e finalmente uma reflexão teórica e as inquietações intelectuais da entrevistada a respeito dos problemas da cidade.

MANOEL LEMES: você menciona que entre as suas preocupações, ou que a sua tônica nesta relatoria, estaria em ações propositivas e políticas. Quer dizer, você prossegue

o trabalho do seu antecessor, mas também traz ações propositivas e políticas. Também há a possibilidade de apresentar uma plataforma para resolver conflitos, tanto aqueles relacionados às denúncias de violação dos direitos da moradia, mas também quanto ao equacionamento de problemas que impedem implementar os direitos econômicos e sociais de forma completa. Raquel, você pode antecipar estratégias ou pistas de como conciliar essas particularidades, as situações de contextos locais à universalidade dos problemas mais diretamente relacionados à moradia? Ou, dito de outra maneira, como colocar em curso propostas práticas, de natureza conjuntural, localizada, mas num cenário estrutural do modelo econômico atual?

RAQUEL ROLNIK Bom, primeiro, entendendo o que é essa Relatoria do Direito à Moradia e o que significa, ela foi criada como um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos para poder monitorar a implementação dos direitos humanos. Então, ela começa com os direitos civis e políticos, que eram

os mais tradicionais, e depois os direitos econômicos e sociais, e, entre eles, o direito à moradia. Estes mecanismos, denominados *special procedures*, são mecanismos para mobilizar o que eles chamam *independent experts* – pessoas independentes que de alguma forma conhecem esse campo e que têm uma possibilidade de – porque a questão da independência é fundamental? –, independentemente de países, qualquer país, na sua origem, independentemente da própria estrutura da ONU, da própria estrutura do Conselho de Direitos Humanos, apreciar as distintas situações tendo como diretriz fundamental os tratados e as convenções que foram firmadas pelos países. Então, a questão da universalidade já está colocada na natureza desse cargo. Quer dizer, esse cargo se aplica sobre países que foram signatários de convenções e de tratados que formulam uma espécie de guia de princípios básicos em relação aos direitos fundamentais do homem.

Um arcabouço...

RAQUEL ROLNIK Então, esse arcabouço, um arcabouço legal, foi construído no âmbito diplomático dos países na ONU e dentro do sistema de direitos humanos da ONU. O Alto Comissariado para os Direitos Humanos é um escritório que apoia o Conselho de Direitos Humanos, mas o Conselho é feito por países que ratificaram esses tratados e pertencem à ONU. O mandato do direito à moradia foi estabelecido há sete anos; ele não é dos mais antigos, é bem recente –, quando foi estabelecido o mandato, ele também foi definido e aprovado dentro do Conselho sob a forma de uma definição do que é o direito à moradia e o que deve ser visto. É claro que isso, como em todos os documentos da ONU, tem uma enorme generalidade, justamente para poder se adaptar às distintas culturas, às distintas conjunturas e, inclusive, aos distintos modelos econômicos e políticos dos países. Então tem certa

generalidade, mas tem um fundamento, e toda ação do relator é baseada na interpretação desse fundamento e na aplicação desse fundamento, que tem uma natureza jurídica, e aí já começa um primeiro grande desafio para mim. Quer dizer, eu sou uma arquiteta, uma urbanista, não sou uma jurista, não venho do campo dos direitos humanos. Eu venho do campo da luta pela moradia, como profissional e como militante, então, para mim, já é um campo novo dentro dessa área. Para eu te dar um exemplo, uma das grandes batalhas desse mandato é pela justiciabilidade da aplicação desses direitos. O que quer dizer isso? Quer dizer que poucos países, embora reconheçam que o direito à moradia existe genericamente, não transformam isso em possibilidades concretas de cidadãos que veem violados esse direito demandaram esta aplicação perante a Corte de Justiça, isto é, entrar no Judiciário reclamando que foi violado o seu direito à moradia e, com isso, ganhar processos contra o poder público ou contra privados. Então uma das lutas no campo do Direito é essa: pela justiciabilidade. Agora, evidentemente, aí vai a minha reflexão e a minha entrada dentro desse campo. Parece-me que a questão do Direito à moradia, para além da questão dos direitos fundamentais da pessoa humana, da dignidade etc., está intimamente ligada a um modelo de organização da sociedade e, principalmente, com um modelo de organização do território que nega para a maior parte das pessoas do mundo – porque nega para as pessoas com poucos recursos econômicos e financeiros, que é a maior parte das pessoas do planeta – o direito de conseguir se inserir dentro desse território de uma forma adequada. Isso vale para o urbano como vale para o rural. Quer dizer, a mesma luta do posseiro, do pequeno agricultor familiar – que é incapaz de manter seu vínculo com a terra, com a sua propriedade, de forma produtiva e sustentável, para que ele possa tirar dali seu sustento e da sua família –, do

favelado ou do morador num assentamento precário urbano que, embora more na cidade, não é reconhecido como uma parte integrante e inequívoca da cidade. Então, acho que esse direito está intimamente relacionado a não só às situações do modelo econômico geral do país, à prevalência da ideia da terra, seja terra rural, seja o solo urbano como uma mercadoria e, portanto, o acesso ao solo urbano como algo que se mede apenas pela quantidade de recursos econômicos e financeiros que a pessoa tem, e não como a necessidade fundamental que os homens e as mulheres têm, a humanidade tem, de ter acesso ao território, pleno acesso, para sua sobrevivência e de sua família. E mais do que sua sobrevivência, o seu desenvolvimento, não é? O seu desenvolvimento humano, seu desenvolvimento econômico, seu desenvolvimento cultural, seu desenvolvimento espiritual... Dessa forma, podemos ver o vínculo desse tema com as políticas territoriais, políticas de planejamento urbano, políticas habitacionais, políticas de moradia, políticas fundiárias, políticas de solo urbano. Por quê? Porque é no campo do Estado e das políticas públicas que esta questão deve ser abordada, na medida em que é para isso que existe Estado – para reequilibrar situações que, no âmbito puramente do mercado, são completamente assimétricas e desiguais. Então a função do Estado é procurar equilibrar, e aí, a depender do modelo de Estado, isso pode se atenuar levemente ou reequilibrar mais claramente, mais intensamente, esses desequilíbrios e essas assimetrias. Então, acho que um importante foco da relatoria é incluir a ideia, o conceito de que existe um direito à moradia, independentemente da condição econômica, da condição étnica, da nacionalidade, de outros requisitos que na verdade funcionam hoje em nossa sociedade como bloqueios para isso. Isso (a moradia como um direito humano) não está pautado no nosso campo, no campo da política urbana

e habitacional. Então, eu, que trabalho há mais de trinta anos com política habitacional e política urbana no Brasil, na América Latina, no mundo – eu participo desse debate –, eu nunca vi isso ser claramente colocado. A ideia de moradia, o direito à moradia, que, no fundo, é o direito a um lugar na cidade, um lugar no território, eu nunca vi ser colocado como um direito, como princípio, como ponto de partida. Mesmo as políticas habitacionais são vistas como um problema de financiamento, de crédito. Então, eu tenho um grande desafio nessa relatoria que é trazer o conceito do direito à moradia, da noção do direito à moradia para dentro das políticas habitacionais urbanísticas, para dentro do debate que se dá na nossa sociedade sobre o seu território. Até hoje, e o trabalho do Miloon Khotari, meu antecessor, foi um trabalho excelente de estruturação da relatoria, de afirmação dessa relatoria, de enraizamento dela junto às entidades da sociedade civil que militam por isso, que lutam por isso, mas ainda num círculo muito restrito. Então, acho que tem um enorme desafio de ampliar isso muito mais, e poder deixar isso mais acessível, numa esfera mais ampla, para que governos e cidadãos em geral reconheçam a moradia adequada como um direito humano, claro que levando em consideração as particularidades de cada situação.

Esta é a universalidade.

RAQUEL ROLNIK É. Óbvio, quer dizer, não tem receitas. E a coisa que mais combato é essa ideia de modelo de urbanismo, urbanismo modelo, modelo de política habitacional.

É muito instigante tudo isso. Ainda há muitas coisas para lhe perguntar, mas você já deu um belo panorama que até resume tudo o que eu queria lhe perguntar. Você está antecipando diversos assuntos que eu coloquei no roteiro, então, vamos continuar?

RAQUEL ROLNIK Isso, vamos lá.

Raquel, segundo o relatório de seu antecessor, 6,5 milhões de brasileiros – segundo você 7 milhões – moram em favelas. É 40% do déficit habitacional. Acredito que, se for essa estatística, não estão incluídos nem cortiços, nem domicílios improvisados...

RAQUEL ROLNIK Nem loteamento irregular, nem casa construída em loteamento regular, nada disso. Para mim, são 12,5 milhões de moradias.

Compreendo. Incluem todas essas outras categorias que não estão consideradas.

RAQUEL ROLNIK Exatamente. O que eu chamo de alguma forma de assentamento precário.

Está bom. Então, 40% desse déficit de 7 milhões estão no Nordeste. Por outro lado, você afirma em alguns lugares que 6 milhões de casas e apartamentos encontram-se vazios. E também afirma que 60% da produção da moradia no Brasil é irregular. Quer dizer, resgatando a contribuição que você deu em seu livro *A cidade e a lei* para o entendimento da política urbana e do urbanismo, essas cifras são provas incontestáveis das irracionalidades da gestão territorial.

RAQUEL ROLNIK Exatamente.

Então, com base na sua vivência, tais irracionalidades, ou irracionalidades semelhantes, poderão marcar os desafios que você vai encontrar nessa sua nova empreitada?

RAQUEL ROLNIK Claro!

Em que dimensões essas políticas poderão ser exploradas? Você já tem alguma pista? A relatoria é relativamente recente. Essa experiência a que você se referiu, de implantar tais marcos regulatórios internacionalizados, pelo menos nos países signatários, é relativamente recente, mas, desde já, você pode identificar algumas irracionalidades dessa natureza? De que tipo elas são, Raquel?

RAQUEL ROLNIK Acho que a situação brasileira mostra muito claramente, ela não é absolutamente uma exceção, vejo hoje pelo panorama do que a gente tem no mundo que é disso para pior, porque nós temos 1 bilhão de favelados no planeta, ou mais ou menos isso, e a tendência, na medida que justamente agora o processo de urbanização da Ásia e da África, que eram ainda os continentes mais rurais, o processo de urbanização está acontecendo agora, aquilo que nós, na América Latina, vivemos nos anos 1970. A gente sabe o grau de pobreza e desigualdade em que isso ocorre na Ásia e na África, então a perspectiva de que o processo de favelização e de precarização dos assentamentos humanos será crescente é uma perspectiva muito grande, muito premente. E, a coisa mais contraditória, acho que é isso que a gente chama de irracionalidade, embora seja verdade que boa parte da precariedade tem a ver com a pobreza, com a existência da pobreza, não é exatamente nos países mais pobres em que a gente encontra as piores situações. O Brasil não é um país pobre. O Brasil é um país rico. O problema do Brasil não é a pobreza, a falta de recursos. O problema do Brasil é a desigualdade. Acho que, por exemplo, o caminho que a Índia está trilhando nesse momento é muito próximo a esse, ficando cada vez mais desigual embora crescendo, embora com uma economia em crescimento, em desenvolvimento. Então, a irracionalidade do processo – é claro que a gente tem que assinalar que existem países pobres que não têm condições econômicas, dinâmicas econômicas, tem muitos países africanos nessa condição. Tem situações na Ásia assim também. Na própria América Latina também temos países pobres. Agora, não é ali que mora o grande problema. O maior problema mora nos países em processo de desenvolvimento econômico, e que esse desenvolvimento econômico se dá de forma excludente. E, particularmente, a questão da terra e dos

imóveis, quer dizer, a questão imobiliária, ela é particularmente sensível dentro dessa questão. Por quê? Porque a terra, a concentração da terra, seja ela urbana ou rural, ela é, tem sido historicamente e continua sendo, um dos mais vigorosos elementos de concentração de poder. De poder econômico e de poder político. É o controle do território. Então, não é à toa que justamente a questão da terra é uma das mais sensíveis, e quanto maior a dinâmica econômica, mais valor tem a terra, quem tem menos recursos não consegue aceder a ela. Acho que isso é o elemento que aparece claramente como origem da irracionalidade. Agora, como se nós já não tivéssemos também, há mais de cem anos, um pensamento – isso está na origem da disciplina do urbanismo –, um pensamento que procura, apesar de a terra ser um dos sustentáculos do processo de valorização do capital, procura intervir garantindo uma espécie de publicização da produção da cidade e da produção do parque imobiliário de tal maneira que você tenha um produto final, cidade ou assentamento humano ou aldeia, que tenha uma qualidade, e que tenha uma qualidade para todos. Então, o urbanismo, ele nasce pensando na definição do espaço público, do equipamento público, da infraestrutura pública, da condição de uso daquele espaço de forma coletiva. E em muitos países do mundo, eu diria, todos os países que hoje não apresentam um déficit habitacional tão extremo como esse que nós temos aqui, usaram mecanismos, instrumentos de manejo do solo urbano dentro de seu quadro de planejamento urbano. Eu posso citar a Inglaterra, eu posso citar a Espanha, eu posso citar a França nos bons tempos, porque agora já está tudo desmontando, usaram, mobilizaram isso para garantir, principalmente na segunda metade do século XX, quando montaram os seus Estados de Bem-Estar Social, que as pessoas tivessem acesso à educação e à saúde, mas também a uma moradia ade-

quada, e usaram para isso recursos financeiros, mas também intervenção no mercado de terra, no mercado de solo, trabalharam isso por dentro das suas matrizes, das suas regras de urbanismo, de parcelamento do solo. Agora, na América Latina, em muitos países da Ásia, também da África, a gente pode ver também no Oriente Médio, eles não têm limite. Quer dizer, o capital pode se desenvolver, e não tem pacto nenhum. O pacto que aconteceu na Europa entre trabalhadores e capital para montar o Estado de Bem-Estar Social aqui nunca aconteceu. Então é o salve-se quem puder. E essa matriz, evidentemente – você pode pegar em qualquer país do mundo –, o lugar onde o cara recebe um salário que é abaixo do nível da sua subsistência e o Estado não subsidia nada a sua inserção urbana, o povo constrói com seus recursos, e o que o povo constrói é de uma precariedade total e absoluta. Ao mesmo tempo há um enorme investimento no mercado imobiliário. E daí a contradição. Como nós, que temos no Brasil 6 milhões de casas e apartamentos vazios e 7 milhões de favelados! Não é possível. É um descalabro. É um despropósito, entretanto é um despropósito estrutural, do nosso modelo.

Colonial.

RAQUEL ROLNIK Que vem do sentido espoliativo da colônia, que vem de não termos pactuado o território. O que a gente está assistindo hoje melancolicamente ali, na Raposa Serra do Sol, quer dizer uma discussão... A discussão nem deveria se colocar, se aquela terra é daqueles grupos indígenas ou não. Poxa! É dos grupos indígenas. Quer dizer, quem entrou lá depois, ocupou, invadiu. Então, acho que isso nunca foi estabelecido claramente entre nós, e deveria! Ela acontece nas margens, nas lutas das comunidades indígenas para poderem demarcar seu território, na luta das comunidades quilombolas para verem reconhecidas e regularizadas suas terras,

enfim, lutas sempre muito precárias, muito minoritárias, e com muito pouco apelo, mas estão aí.

Você disse também do mundo asiático, do mundo árabe, que são seus desconhecidos, e eu imagino mesmo como grandes desafios. E a dimensão cultural parece ser uma questão central no que diz respeito a moradia. Você já tem alguma reflexão elaborada de como abordar esses dois mundos em específico? Tem outra questãozinha – eu não sei se eu deveria colocá-la...

RAQUEL ROLNIK Fala, fala...

E aí você escolhe. Você vê a abordagem que tem a ver com essa sua imersão planetária, porque a questão é ampla. Você mencionou, em uma de suas entrevistas, a intenção de dedicar-se mais aos problemas da África e da Ásia, e surpreendeu-me o que você acabou de dizer sobre a possibilidade de equiparar-se essa urbanização galopante com a que ocorreu na América Latina. Isto é, a forma como foi conduzida essa urbanização galopante, a opção por uma política territorial descolada, desapegada do planejamento e da gestão, e que isso parece motivar você em discutir políticas urbanísticas de acesso ao solo urbano possíveis nesses continentes, justamente para evitar o caos que nós enfrentamos. Agora, na posição de relatora de um organismo internacional, como você pretende lidar com um risco possível de ser interpretada como portadora de um modelo, já que estamos trazendo uma experiência latino-americana, digamos assim, de gestão? E eu acrescentaria um contraponto. Há previsões de que Lagos, na Nigéria, será em breve a terceira maior cidade do mundo, e ela vive do lixo, do lixo ocidental, e especialmente do lixo eletrônico que é desembarcado ali cotidianamente. Lá, as condições de moradia e de saneamento são bárbaras e de proporções inimagináveis. Nesse cenário, que é sistêmico, e que envolve agentes hegemônicos, há saídas?

RAQUEL ROLNIK Em primeiro lugar, para poder topar entrar num empreendimento como este, como esta Relatoria, a gente tem que acreditar que

o direito à moradia é alguma coisa que pode ser implementável no planeta.

Essa é a utopia, não é? Utopia no sentido de projeto.

RAQUEL ROLNIK É, exatamente, porque quando a gente começou a discutir qual seria a estratégia, onde que poderiam ser as missões, não tem nenhum país no mundo que não tenha problemas de moradia. Inclusive, hoje, na Europa, isso está sendo um problema seríssimo. Os sistemas públicos e subsidiados estão recrudescendo, estão sendo desmontados, nós temos várias denúncias de violação dos direitos à moradia que chegam ao relator. Da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos. A crise imobiliária norte-americana, que todo mundo comenta como um problema financeiro, ela tem um efeito concreto. Está cheio de gente sem casa, na rua, perdendo a casa em função da crise das hipotecas. Isso tem chegado muito. Então, o que eu quero dizer com isso é que desconheço se existe algum país completamente imune. Quando não é o problema do país e de sua própria população. Nós temos a situação dos imigrantes. Países que têm uma condição de moradia adequada para a maioria dos seus moradores não garantem condições de moradia para os imigrantes, sobretudo os imigrantes ilegais que vivem em situações muito precárias. Existem grupos, como os ciganos, na Europa, que até hoje, em países como na Europa do Leste, ou mesmo a Itália, são discriminados, são perseguidos, não têm lugar. Enfim, isso é só para dizer que é amplíssima, é muito ampla a questão da moradia, e que, evidentemente, sendo um relator apenas uma pessoa, não é possível apenas através das missões nos países específicos (duas por ano) que a gente vai conseguir trabalhar e ter alguma possibilidade de avançar dentro dessa pauta. Por isso, respondendo um pouco a tua questão, acho que a estratégia que nós estamos desenvolvendo, além

de ser uma estratégia de trabalhar muito a partir de uma rede vasta de parceiros que já atuam dentro desse campo, trazendo o conteúdo do direito à moradia para dentro de sua ação, tanto na área da cooperação internacional, da ONU e tal, como com os próprios países, ONGs, sociedade civil organizada etc., mas também começar a trabalhar através de alguns eixos temáticos, porque um grande número de países apresenta o mesmo tipo de situação. Por exemplo, tem várias formas de abordar o problema. Um eixo temático que eu posso dar como exemplo é o tema dos megaeventos, como Olimpíadas, Copa do Mundo etc. São megaeventos que mobilizam muito, muito recurso, muita gente etc., e cuja maioria, para poder acontecer, simplesmente expulsa um monte de gente da sua casa, sem nenhuma alternativa de volta... Parece, mas isso não foi confirmado, e eu preciso realmente ter confirmação disso, que 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas em Beijing por ocasião das Olimpíadas, não só das Olimpíadas, mas também em função de todo o desenvolvimento imobiliário em torno dos investimentos dos Jogos Olímpicos. Não só o estádio e as casas todas que foram destruídas, bom, enfim, onde elas estão? Onde elas foram reconstruídas? Para onde foram essas pessoas? Essa é uma grande questão, e é uma questão que vai pegando vários lugares, vários países, e que pode ser um tema unificador. Um outro tema muito importante é o da reconstrução pós-desastre, pós-cataclismo e pós-guerra, pós-conflito, porque – e isso eu já tive oportunidade de participar, quando eu trabalhei em El Salvador e no Kosovo – tem um afã de rapidamente reconstruir condições de moradia, restituir moradia naquela situação extrema, seja por destruição seja por guerra ou por cataclismo, mas o tema do direito à moradia introduz elementos mais complexos nessas equações.

São formas de colocar a questão.

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Então, aí você tem várias situações. Uma outra, muito importante, é toda a discussão da mudança climática – eu não tinha me dado conta disso – o efeito das mudanças climáticas sobre a moradia adequada é muito grande. Só para dar um exemplo, a maior parte das favelas do mundo está em áreas bastante vulneráveis a enchentes, que em determinadas localizações estão se agravando como uma dos efeitos do aquecimento global. Existem também países-ilhas, tem ilhas no Pacífico, no Índico, que são pequenos países, e que estão desaparecendo.

Submergindo?

RAQUEL ROLNIK Submergindo! O norte do Canadá e o norte da Rússia também já estão submergindo. E são cidades que estão submergindo, e aí também como é que nós vamos nos preparar para deslocar essas massas humanas que vão se deslocar. Vão ter que se deslocar. Então, acho que esse é um tema importante também, e, quando a gente fala de mudanças climáticas e a questão da moradia, não estamos falando, por incrível que pareça, no Brasil, que está longe ainda dessa história, porque não está na lista dos 100 países mais atingidos, mas tem 100 países de alguma forma atingidos por esse processo de mudança climática.

Ou seja, quase 50% das nações do mundo?

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Ou porque tem processos de mudança no bioclima e na fauna e na flora que impossibilitam regiões que antes eram habitadas de serem habitadas, desertificação, por exemplo, que tem muito isso, ou em função da cota e do aumento do nível do mar, dos rios e dos lagos decorrentes dos lugares que estão submergindo, então entre uma coisa e outra são 100 países. E como é que fica a situação desses países?

Isso não é mostrado pela mídia, não é?

RAQUEL ROLNIK Pois é, por isso que estou falando. O grande desafio...

O lado biofísico sim, mas isso não.

RAQUEL ROLNIK É, como é que a gente trabalha com essas questões que estão colocadas hoje para nós como civilização, como planeta e como futuro da civilização e do planeta, levando em consideração que esse tema “moradia” existe. Então vai desde esse conjunto de ameaças de expulsão e, de fato expulsão, remoção forçada, de populações inteiras, em função de desenvolvimento... Por exemplo, para construir uma hidrelétrica. No Brasil, nós temos inúmeros exemplos. Temos uma guerra ali em Alcântara com as comunidades quilombolas em função do estabelecimento da base de lançamento de foguetes. Exatamente é isso. Você tem hidrelétricas e barragens toda hora sendo construídas e inundando territórios e comunidades inteiras. Isso também aparece. Então, o que é isso? Isso é remoção em função de desenvolvimento. E desenvolvimento urbano que remove. Vai tirando tudo pela frente. A questão fundamental não é apenas fazer ou não a obra, mas como respeitar o direito à moradia adequada nestes contextos! Estamos produzindo uma cartilha sobre isso e que deverá estar disponível no website da Relatoria, em construção!

Além da internacionalização do território, porque comunidades inteiras também são deslocadas.

RAQUEL ROLNIK São!

Em razão da apropriação, por estrangeiros, da terra urbana nacional.

RAQUEL ROLNIK Também! Quer dizer, tudo isso são questões que precisam vir à tona, que precisam ser chamadas à atenção, e acho que uma grande

missão é, primeiro, levar as próprias comunidades à noção de que elas têm o direito àquele território.

Isso vale para as especificidades do mundo árabe.

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Agora, claro que os regimes de propriedade e sua relação com as estruturas familiares e suas estruturas de herança podem variar tremendamente...

Mas o fulcro é o mesmo.

RAQUEL ROLNIK Mas a questão fundamental é a mesma. A questão fundamental não é o direito à propriedade, mas é o direito ao acesso à terra, e não à propriedade da terra. Então, eu acho que, com isso, a gente consegue abarcar um conjunto de situações.

Agora, falando um pouco do nosso caso tupiniquim. Na história recente da política urbana brasileira, em que você foi um personagem – você ainda é um personagem atuante –, uma das conquistas importantes foi a aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

RAQUEL ROLNIK Sim.

O mecanismo central do sistema parece ser o envolvimento das três esferas de governo para implantar o sistema. Então, isso indica que o tema da moradia de interesse social, ou melhor, um problema estrutural a ser resolvido, que é esse, está fortemente relacionado ao pacto federativo. Esse é o ponto? Está relacionado à questão fiscal brasileira e à repartição do bolo orçamentário? Na verdade, estamos falando da questão da propriedade e que a implementação de algum instrumento justo para solucioná-la está relacionado ao pacto federativo e à questão fiscal brasileira. Eu gostaria que você se manifestasse a respeito. E o problema habitacional, que é político, é visto no rol das ações de bancos, financeiras, como você mesma mencionou. Porém, como arquiteta, como você vê o problema do projeto da habitação?

RAQUEL ROLNIK Então vamos começar por essa primeira dimensão, que é a questão federativa, e a questão da distribuição dos recursos. Eu estou justamente escrevendo sobre isso nesse momento.

É um artigo?

RAQUEL ROLNIK Um artigo. Estou escrevendo exatamente sobre isso, sobre os limites e obstáculos para a implementação de uma reforma urbana no Brasil, e me parece que, no centro das dificuldades da implementação do estatuto da cidade e dos mecanismos que permitiriam a ampliação do acesso à terra e à moradia no nosso país, está a relação perversa que se estabelece entre o nosso sistema político, da nossa democracia, e o nosso sistema federativo, especialmente no que se refere à gestão do território e também no que se refere aos recursos para investimentos em urbanização (observação – o artigo, completo foi publicado na revista *EURE* de abril de 2009). A princípio, o uso e ocupação do solo está sob domínio do município, só que nós temos um sistema federativo completamente subdesenvolvido, porque a gente chama de município São Paulo, que tem 10 milhões de habitantes, e a gente chama de município um pequeno município rural de 800 habitantes.

Borá!

RAQUEL ROLNIK Que são entidades cuja natureza é radicalmente distinta e eles têm a mesma competência, a mesma responsabilidade, as mesmas fontes de ingresso de recurso. Evidentemente as que existem não servem nem para Borá nem para São Paulo. Primeiro, é subdesenvolvido o sistema, as unidades e o jeito que a gente pensa essa questão do município. Segundo, o que os recursos que os municípios dispõem para investimento em urbanização em termos de receita própria é absolutamente zero. As fontes de receita municipais, que são IPTU, ISS, fontes de receita própria, primeiro, só valem

para municípios que têm uma dinâmica urbana importante, que, dos 5.564 municípios, devem ser 300, no máximo. A gente tem 250 maiores que 100 mil. Claro que entre 150 e 100 tem vários dinâmicos também; 70, 80 mil, também, potentes e tal, principalmente aqui no Sudeste, alguns centros regionais do Nordeste, mas pode ir parando por aí. Cinco mil municípios, com certeza, não têm nem de quem cobrar IPTU, porque a grande riqueza está no campo, e a riqueza do campo não é taxada para gerar recurso para a cidade. O município que é o maior produtor e exportador de soja do Brasil não tem nem um esparadrapo no posto de saúde, e não tem um metro de cano de água e esgoto na cidade. Então isso daí já é um primeiro problema. O município é absolutamente dependente, portanto, de transferências de recursos.

Você está falando daqueles municípios do...

RAQUEL ROLNIK Lá no sul do Pará, Belterra, ali...

Em Mato Grosso também.

RAQUEL ROLNIK É. Do ponto de vista de recursos, então, os municípios dependem de transferências do governo estadual e, principalmente, do governo federal para poder fazer obras de urbanização, que na sua maior parte são transferências voluntárias. Não são transferências compulsórias, como é o caso dos sistemas de saúde e de educação que foram montados, que você sai de um fundo federal a um fundo estadual, e do fundo estadual para fundo municipal na base do *per capita*. Por aluno ou por cidadão. Não é assim. Então, dinheiro para fazer a pavimentação, saneamento, habitação, tudo da área de urbanização depende de transferência voluntária, e todo o processo de transferência é mediado politicamente, numa relação muito forte com o sistema político-eleitoral. Então, a relação entre o sistema político e o sistema federativo que

nós temos em nosso país, o produto disso é o que a gente chama da absoluta ineficiência do ponto de vista da gestão do território e da capacidade de dar condições adequadas para a expansão urbana em cada uma das nossas cidades do país. Acho que isso está no centro da nossa questão, e tem mais alguma outra coisa, que eu tenho citado muito, e a gente arrasta isso desde a opção que foi feita nos anos 1970 nessa área urbana, em pleno período autoritário, que foi uma opção setorialista também. E aí eu dialogo um pouco com essa questão do financiamento – os recursos financeiros para habitação –, o modelo, a gente rompeu, mas não rompeu de fato com o modelo do BNH, com a ideia de que quem faz política habitacional é um banco, como se política habitacional fosse um problema financeiro e não um problema urbano. É claro que é importantíssimo existir um banco de fomento para habitação e desenvolvimento urbano, mas o financiamento deveria ser um instrumento da política e não toda a política!

E de projeto.

RAQUEL ROLNIK É de projeto. Vou chegar aí. E o nosso setor, a questão urbana, porque, na verdade, o que nós precisamos é de cidade. A gente não precisa de casa, mais cano, mais isso e aquilo. A gente precisa de cidade, e cidade é um todo, e nós não temos recursos para produzir o todo. Não tem programa. Você tem habitação...

Setor.

RAQUEL ROLNIK Saneamento, lixo, transporte, então a lógica setorial nos mata. Só que todo o modo de funcionamento do Estado brasileiro está completamente estruturado em torno dessa lógica setorial. Os grupos de interesse estão todos estruturados na lógica setorial. Isso até hoje a gente não conseguiu romper, não é? Muito bem. Como que

entra o coitado do projeto nisso? O coitado do projeto está condenado, porque, veja, eu, como princípio e como posição, se tem alguma coisa que eu aprendi na faculdade de Arquitetura é que cada projeto tem que dialogar profundamente com o lugar onde ele está. Para quem ele é e onde ele está. Então, é o contrário de toda a lógica de produção de habitação que foi feita nesse país, que é um modelinho, um carimbinho, não é?, que você vai lá no lugar, arrasa o terreno, enfia o carimbinho e põe as pessoas. Para depósito de gente está bom, mas para moradia adequada e cidade não. Então, o que nós produzimos em termos de política habitacional nesse país é uma pena, porque ainda nos anos 1950 e 1960 nós tivemos uma geração de arquitetos modernistas que estavam na vanguarda cultural desse país, propondo, inclusive na habitação social, modelos, formas, desenhos, inovações.

E com os projetos sociais junto, não é?

RAQUEL ROLNIK Dentro dos projetos sociais, nos projetos. Podemos lembrar do Reidy, do Artigas, de vários arquitetos que projetaram... A arquitetura brasileira teve essa utopia forte. Ela se estruturou em torno dela nos anos 1950 e 1960.

A nossa geração, a sua geração se estruturou.

RAQUEL ROLNIK É. Agora, parece que, hoje, a arquitetura virou ou decoração de interiores ou decoração de exteriores, porque não é nem mais projeto de cidade, a gente não tem nenhuma arquitetura que vá além da questão do marketing e de venda, e a arquitetura, é uma pena, mas ela perdeu uma hegemonia dentro do campo da cultura, como ela teve no Brasil na época do modernismo, nos anos 1950 e 1960. Agora a gente está vendo as exposições da bossa nova,¹ todo mundo fala da arquitetura. É uma coisa só. Arquitetura estava ali. A arquitetura e a música eram as vanguardas do país. Talvez

a música sempre vá continuar, mas e a arquitetura? O que aconteceu com ela? Então, acho que isso coloca para gente uma responsabilidade muito grande diante disso. E nesse sentido eu me coloco como arquiteta, porque, eu me lembro que uma das brigas enormes que o Joaquim Guedes tinha comigo – ele brigava muito comigo. E ele falava assim, isto que você faz não é arquitetura. Isto aqui não é arquitetura. Isto é política, isto é sociologia. E ele tinha razão, porque nós fomos impossibilitados de fazer arquitetura, e acho que a gente tem que fazer arquitetura, mas não dá, não é? Chegou um momento que isso ficou muito claro. Você não consegue fazer arquitetura se não tiver premissas básicas de um pacto civilizatório, democrático, acertado. Se realmente a sociedade brasileira não se convencer de que todo mundo que faz parte dela tem que ter um lugar adequado para morar, fica muito difícil você batalhar por espaços, por uma boa arquitetura.

Ter o lugar e o espaço, não é?

RAQUEL ROLNIK É. Por uma boa arquitetura tem que ser para todos. Não pode ser uma boa arquitetura para meia dúzia. Isso aí não existe. Isso aí dá o que dá. Dá uns guetos, dá umas fortalezas, mas não produz verdadeiros espaços de qualidade.

Bom, continuando, sua marca pessoal, o que também se vê em seus textos, são interpretações sensíveis de problemas duros enfrentados cotidianamente em nossas cidades. Prova disso é o que você acaba de dizer. A questão da moradia, vista do ângulo de quem vivencia as suas mazelas, é um dos seus ensinamentos. Outro, de que a política urbana tradicional ignora a diversidade e as diferenças e trabalha com a matriz única. Seria bom enfatizar isso para que a cidade seja humana. Aliás, você já respondeu isso, mas, para que as cidades sejam humanas, que pistas você poderia nos trazer?

RAQUEL ROLNIK É. Eu acho que é importante a gente ressaltar que a nossa matriz urbanística, o

tipo de planejamento urbano que nós praticamos aqui, as regras de uso e ocupação de solo que nós temos, os modelos de política habitacional que temos são excludentes, porque eles jamais dialogaram com a diversidade cultural, econômica e social que existe em nossas cidades, em nosso país.

Claro!

RAQUEL ROLNIK Então eu defendo que a gente tenha que fazer planejamento com participação não porque é bonito, porque está na moda, porque é legal, mas porque é a única forma de você realmente abrir isso para poder entrar numa interação mais forte com um modo de produção da vida, da economia e da cidade de todos, é você de fato integrar a todos e ouvir e entender profundamente...

Entra uma questão de sensibilidade.

RAQUEL ROLNIK Não é. É uma questão de desconhecimento. Veja, vamos raciocinar cinco minutos aqui: 14%, acho, parece que é essa a porcentagem dos adultos brasileiros que são universitários...

Acho que menos.

RAQUEL ROLNIK Acho que sim. Acho que hoje, uns 15%.

Uns 15% dos jovens em idade de cursar universidade estão na universidade? Pode ser?

RAQUEL ROLNIK 10%?

Eu acredito que seja bem menos, mas eu posso calcular.²

RAQUEL ROLNIK Vamos checar.

Está bom... uma parcela, uma pequena parcela.

RAQUEL ROLNIK Pequeníssima parcela! Então, quer dizer que a totalidade de engenheiros, arquitetos, geógrafos, advogados etc., que estão no circuito

da formulação das relações políticas pertencem a um grupo muito pequeno, que dialoga só com si mesmo, e para si mesmo, e que pensa o mundo como se fosse a sua imagem e semelhança. E não é. Então eu aprendi que essa minha visão, porque eu sou e venho desses 10% ou 15% que só conseguiria perceber as coisas de outra maneira aprendendo a ouvir, a conversar e a trabalhar com as pessoas que não são do meu grupo social.

Isso é um ensinamento acadêmico, mas também familiar, não é?

RAQUEL ROLNIK É.

Parece que na introdução do seu livro tem alguma coisa relacionada a um ensinamento familiar.

RAQUEL ROLNIK Claro, mas teve uma abertura, que a minha família sempre teve, mas, por um acaso, por uma sorte, eu tive o privilégio de entrar em contato, via movimentos organizados, movimentos sociais e populares, com o que é cotidiano de periferia, com o que é viver de outra forma, e com isso começar a aprender que tem outras coisas que passam aí. Têm outras necessidades, outras características... Então eu defendo que o processo de interlocução seja amplo, para que essa diversidade possa acontecer, e que a gente possa escapar desse modelo estereotipado.

No plano e no projeto.

RAQUEL ROLNIK No plano e no projeto, não é? Na regra, não é? Acho que o exemplo mais simplório que eu consigo dar sobre isso é uma coisa que, na verdade, estou perseguindo há tantos anos e até hoje eu vejo como isso ainda é tão forte assim, não é? Por exemplo, toda a nossa política habitacional, e a nossa regulação urbanística também, ela está baseada na ideia de que uma habitação é uma habitação de uma família: o pai, a mãe e dois filhos; ou o pai, a mãe e

três filhos. Esse é o modelo, que, portanto, todas as formas de arranjos familiares e agenciamentos que não são isso, são considerados déficit. Então, por exemplo, uma parte do déficit que historicamente é calculado no Brasil é o que se chama “famílias conviventes”. O pressuposto é o seguinte: se eu estou morando com a minha avó e o meu tio é porque estão faltando duas casas, e não que tem certa forma de organização social e cultural em que as pessoas podem estar convivendo na mesma casa. Então eu acho que isso é um exemplo absolutamente simples, mas claro, de como é discriminatório. Eu lembro bem dessas pesquisas sobre as comunidades que vivem em torno de terreiros de candomblé, as pessoas moram juntas. São várias unidades, tem vários quartos, ou casas até, dentro dum mesmo terreno, porque para tocar as atividades e as funções do terreiro você tem que ter várias pessoas trabalhando ali. É muito trabalho. Então isso se chama cortiço. Mas por que é um cortiço? Quer dizer, cortiço já num sentido pejorativo, denegrindo, dizendo que está errado, que é subnormal, que é submoradia. Eu não estou defendendo de forma alguma que viva um monte de gente num lugar com um banheiro. O que eu estou dizendo é assim: por que nós não podemos ter um belo espaço, com banheiros adequados e lugar arejado para morar mais de uma família num mesmo terreno, sem ser vertical? Então é um exemplo muito claro e simples do que eu estou chamando de uma atitude discriminatória e redutora.

Nosso tempo está se esgotando, mas eu ainda queria lhe fazer duas perguntas sobre suas reflexões mais contemporâneas. Uma diz respeito ao seu desligamento da Secretaria Nacional de Problemas Urbanos. Você mencionou certa esquizofrenia na condição da atual política urbana do Brasil. Em outras palavras, o distanciamento, a dissociação entre o que se fala e o que se faz, entre pensamento e ação. Eu posso concluir, ou podemos concluir, que isso

comprova que o texto da política urbana reduziu-se a um mero recurso retórico, ou seja, beira ou está beirando um discurso ideológico?

RAQUEL ROLNIK Eu acho que é mais complexo que isso. Nem acho que a esquizofrenia está mais entre o que se fala e o que se faz. Acho que se faz coisas distintas em direções distintas, contraditórias, evidentemente uma muito mais poderosa do que a outra, mas o que eu vejo é que o discurso do plano diretor, do Estatuto da Cidade, da implementação do Estatuto da Cidade, dos direitos, do direito à moradia etc., que está presente na política urbana hoje no país, ele sofre de um mal que, na verdade, não é só dele, mas também é um traço distintivo da cultura política e técnica no Brasil, que é uma espécie de ambiguidade constitutiva, a gente tem um discurso retórico de afirmação que convive com uma prática em que a sua implementação pode ou não ocorrer a depender dos arranjos que acontecerem na esfera do processo decisório dos investimentos e da distribuição dos recursos etc. Então acho que isso acontece muito claramente no campo do planejamento urbano, dos instrumentos urbanísticos e tal, mas não só. Essa ambiguidade entre o legal e o ilegal, entre o privado e o público, esse terreno pantanoso onde o Brasil se move, onde não é muito claramente estabelecida a fronteira entre uma coisa e outra, acho que é um dos problemas sérios que a gente tem para implementar, uma democracia plena no país, é justamente essa a ambiguidade.

E esse é o traço esquizofrênico?

RAQUEL ROLNIK E eu acho que isso no Brasil hoje é assim. Agora, é claro, que essas coisas têm todas várias lados, porque, por um lado, a gente tem uma matriz extremamente conservadora na área do desenvolvimento urbano no nosso país. Aquele modelo BNH, a relação entre o modelo de urbaniza-

ção e investimento de modelo político, como se constitui base de apoio político em cima de investimento urbano, enfim, tudo isso aí é extremamente conservador e não mudou estruturalmente dos anos 1970 para cá, que é uma coisa muito fortemente conservadora até hoje. Quer dizer, o governo Lula, fazendo uma reflexão política, ficou refém de poder se acertar com esse modelo. Sem fazer o acerto com esse modelo não governa. É por isso que Marta Suplicy faz esse acerto com esse modelo em São Paulo, é por isso que Lula faz esse acerto com esse modelo dentro do Congresso. Agora, isso não quer dizer que não tenha elementos de inovação também na política, e que estão em movimento também, que tudo é só conservador e até logo, passe bem. Acho que não. Então, eu vejo, por exemplo, dentro da política urbana brasileira, alguns avanços. Vejo que hoje há muito mais consenso da necessidade de uma regularização fundiária plena das favelas e dos assentamentos do que havia 10 anos ou 20 anos atrás. Quem é que trouxe essa pauta? A luta dos direitos, o Estatuto da Cidade. Veio com isso. Então, acho que não é assim também, que é uma coisa radicalmente separada, que é tudo ou nada. Agora, acho uma pena, muita pena, porque eu penso que a criação do Ministério das Cidades, na sequência da aprovação do Estatuto da Cidade e da Constituição aqui, ela representou uma possibilidade de estruturação do Estado na área do desenvolvimento urbano que até agora não vingou.

Isso malogra um pouco com a saída do Olívio Dutra, não é?

RAQUEL ROLNIK É, evidente. Era esse era o projeto do Olívio, da Ermínia. Quando eles saem isso acaba...

Se desmoronando.

RAQUEL ROLNIK E aí, entrando no campo das reflexões mais contemporâneas, acho que o problema é o

dereformado Estado mesmo. Da natureza do Estado, e particularmente da área de desenvolvimento urbano, porque a saúde conseguiu se estruturar e criar um sistema. A educação, com todos os problemas que tem – eu não vou dizer que não tem –, mas a educação também consegue se estruturar e começa a criar um modelo, mas na área do desenvolvimento urbano não. O Sistema de Habitação de Interesse Social é uma ilha com muitas dificuldades de ser implementada dentro de um mar na área de desenvolvimento urbano que se apoia em outra lógica.

A outra reflexão relaciona-se com a Lei de Responsabilidade Territorial, como é que ela interage com o Estatuto da Cidade.

Eu entendo que ela tem uma raiz fortemente calçada sobre a noção de patrimônio e ambiente. No entanto, como você já deu a entender, o território é muito mais amplo do que isso.

RAQUEL ROLNIK Claro!

Então eu queria lhe pedir que fizesse uma breve análise a respeito do efeito dessa lei na organização do espaço da cidade.

RAQUEL ROLNIK Acho que até dá para falar uma palavra rápida sobre a questão dessa lei, porque ela é muito importante.

Ou melhor, projeto de lei, não é?

RAQUEL ROLNIK É, o PL. Discutir o parcelamento do solo é fundamental. Para a maior parte das cidades, dos municípios do Brasil, é a coisa mais importante que tem. Mais do que plano diretor, mais do que qualquer outro, porque é o processo de *fazer cidade* que nós estamos discutindo com o parcelamento. E, a nossa lei de parcelamento do solo, a atual, e inclusive o que está sendo discutido nesse substitutivo, é extremamente pobre e restrito diante do grau de desafio que a gente teria para enfrentar com esse tema, eu acho fundamental o debate dessa lei. Eu acho que ela completa junto

com a Constituição e o Estatuto da Cidade o conjunto de marco regulatório do urbano, mas no atual estado de redação desse substitutivo, eu não vejo grandes avanços, a não ser no Título 2, que permite que a regularização fundiária se insira dentro do ordenamento jurídico, porque é impressionante o quanto até hoje não dá para fazer regularização. É impossível. Então eu acho que o Título 2 tem um avanço importante (observação – o conteúdo do Título 2 foi aprovado junto com a lei que criou o Minha Casa, Minha vida). Houve uma tentativa de unificar a questão ambiental com a questão urbanística que eu acho fundamental, mas com enorme resistência da área ambiental, que não quer unificar de jeito nenhum. Uma tentativa de unificar a competência do governo estadual e do municipal na área da gestão do território, que também ninguém quer enfrentar de jeito nenhum. Tem uma competição da gestão do território e ninguém quer mexer nisso. Enfim, acho que a lei ela está com extrema dificuldade para poder realmente se constituir como um marco inovador que o país precisa. Talvez não seja um bom momento para votá-la, dada a correlação de forças que nós temos no nosso país hoje. Eu tenho um pouco de receio de que votar a lei do jeito que está vai ser de pouca valia, assim, a não ser realmente para a questão da regularização fundiária, mas aí podia aprovar só uma lei de regularização fundiária e acabou.

As teses de Proudhon, a questão da moradia de Engels, que foram diálogos que animaram as discussões dos estudantes de Arquitetura... Da minha geração, da sua geração... Então, recuperando esse pensamento clássico, é visível que os problemas relacionados ao acesso ao solo urbano estão ainda presentes e são condicionantes atuais dos direitos de moradia. Quer dizer, aqueles velhos temas mostram-se extremamente atuais, não é?

RAQUEL ROLNIK Isso, isso.

Então nesse contexto, o que você pode nos falar sobre a associação imediatista entre propriedade fundiária urbana e direito à moradia? Porque são coisas aparentemente distintas, não é?

RAQUEL ROLNIK Totalmente distintas. São totalmente distintas.

Quanto aos fundamentos da propriedade e a sua evolução no Brasil – da concessão de uso, da lei de terras e daí a propriedade privada – o que se espera, ou melhor, quais são as suas esperanças mais largas, mais largas mesmo, quanto à importantíssima inovação trazida com a função social da propriedade urbana? Recuperando essa questão que, sabemos, é explicada desde o século XIX, a evolução da noção de propriedade no Brasil e a função social da propriedade urbana são temas centrais para se compreender e possibilitar o salto qualitativo necessário para alçar o território, o lugar, como direito inalienável de qualquer ser humano. Como você estava dizendo, a sua trajetória política e intelectual no campo das políticas habitacionais converge para o fortalecimento da política urbana relacionada, voltada para a efetividade do reconhecimento dos direitos do cidadão.

RAQUEL ROLNIK É, é.

Portanto, hoje, em seu entender, que espécie de direito o homem comum deveria acrescentar aos velhos direitos civis, políticos e sociais, afora a consolidação destes no Brasil? Há mais algum? Há algum direito que está emanando dos movimentos sociais e que pode instituir de fato a função social da propriedade urbana?

RAQUEL ROLNIK É. Eu acho importantíssimo termos enunciado na nossa Constituição a função social da cidade e da propriedade. Acho que, se a gente for pensar, o regime de propriedade privada no nosso país tem 150 anos. Só. O regime de propriedade privada no planeta tem um pouco mais do que isso, 200 ou 300 anos, antes disso eram outras formas, e assim como essa, as outras formas foram sucedidas por essa, e essa será

fatalmente sucedida por outras. Eu estou plenamente convencida de que não dá para ficar numa posição de que a propriedade privada é absolutamente imutável. Evidentemente ela é a base de organização de um certo modelo de organização da sociedade e que é datado. Veja, eu cada dia mais estou convencida de que nós estamos passando por um momento de crise civilizatória mais séria. Não se trata apenas de uma espécie de desencantamento ou falência dos modelos de Estado que nós tivemos, de esgotamento do tipo de modelo, mas eu acho que, agora, as questões que estão colocadas na agenda são questões mais profundas mesmo, de modelo de estruturação da sociedade, de relação com o território, de relação com o ambiente. Acho que a questão ambiental acabou trazendo mais claramente o limite do modelo civilizatório. Por quê? Porque, no fundo, qualquer questão fundamental do modelo capitalista é produzir bens sem parar, para consumir bens sem parar, e é justamente isso que está em cheque. Se a gente continuar produzindo sem parar e consumindo sem parar não dá. E se o planeta inteiro for consumir sem parar, que era esse o projeto, não vai dar. Não cabe. Bom, então acho que isso começa a colocar em cheque inclusive as bases sobre as quais se assentam o modelo liberal. Acho que nós vamos viver uma crise profunda daqui para frente. Espero, como sempre, que nesse momento de crise profunda se consiga repactuar de alguma forma o lugar de habitantes no planeta. Acho que, se teve alguma conquista que o liberalismo legou para nós – diria antes do liberalismo – que o iluminismo legou para nós, é essa ideia de que, independentemente da sua condição, da sua crença, da sua religião, todos são iguais. Isso é uma ideia absolutamente ausente. Para poder existir, e acho que hoje isso é muito forte, quer dizer, os direitos todos, da diversidade.

Mas ainda falta aqui para nós o direito a ter direitos. Então acho que nós ainda estamos nessa fase. Do direito a ter direitos, que era o mote das lutas da sociedade brasileira dos anos 1970, que é o que escreveu a nossa Constituição e com a qual nós estamos tendo tanta dificuldade agora de implementar, e isso para valer, não é?

Tem a ver com o que você falou, no início da nossa conversa, da justicialização, não foi?

RAQUEL ROLNIK É, da justiciabilidade.

Da justiciabilidade, perdão. Ter direito ao direito.

RAQUEL ROLNIK É. Se for por essa linha, o favelado teria direito de abrir um processo na justiça contra o Estado e contra, por exemplo, o dono da terra onde ele está. Ao invés de o dono da terra abrir um processo contra ele para tirar ele de lá, porque o direito à moradia dele está provado, não é? Pensa um pouco! Então...

De novo as irracionalidades...

RAQUEL ROLNIK É. Enfim, acho que é isso.

Raquel, você quer deixar uma mensagem para os arquitetos, para os leitores da *Oculum*, para os estudantes lá da Escola?

RAQUEL ROLNIK Eu tenho uma visão bastante otimista, apesar do quadro que a gente se encontra, e especialmente em relação à política urbana que eu acho que passou por um período de grande baixa – urbanismo, política urbana, planejamento urbano –, mas eu acho que, mais do que nunca, ela é necessária, ela é importante. E acho muito importante que os arquitetos e urbanistas não deixem de lutar por ela e pela implementação de uma política urbana aqui no nosso país e no planeta, porque eu acho que está em cima dessa questão uma possibilidade de poder garantir a todos um lugar adequado para viver em paz e com dignidade.

NOTAS

1. Em 2008, comemorou-se os 50 anos da Bossa Nova, ritmo que revolucionou a música no final da década de 50, no Brasil e no mundo (N.E.).
2. Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE), a população residente no Brasil era de 169.872.856 habitantes. O número de pessoas com curso de nível superior concluído era de 5.890.631, o que equivalia a 3,47% do total da população (N.E.).



O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM LISBOA:
DILEMAS, DESAFIOS E RESULTADOS

| Entrevista com Maria Teresa Craveiro Pereira | por Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite

Geógrafa e urbanista do Planeamento Estratégico da Câmara de Lisboa |
Professora convidada do curso de Mestrado em Urbanismo da Universidade
Lusófona de Lisboa | teresa.craveiro@cm-lisboa.pt

Professora doutora | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
CEATEC PUC-Campinas | melarquitetura@hiway.com.br

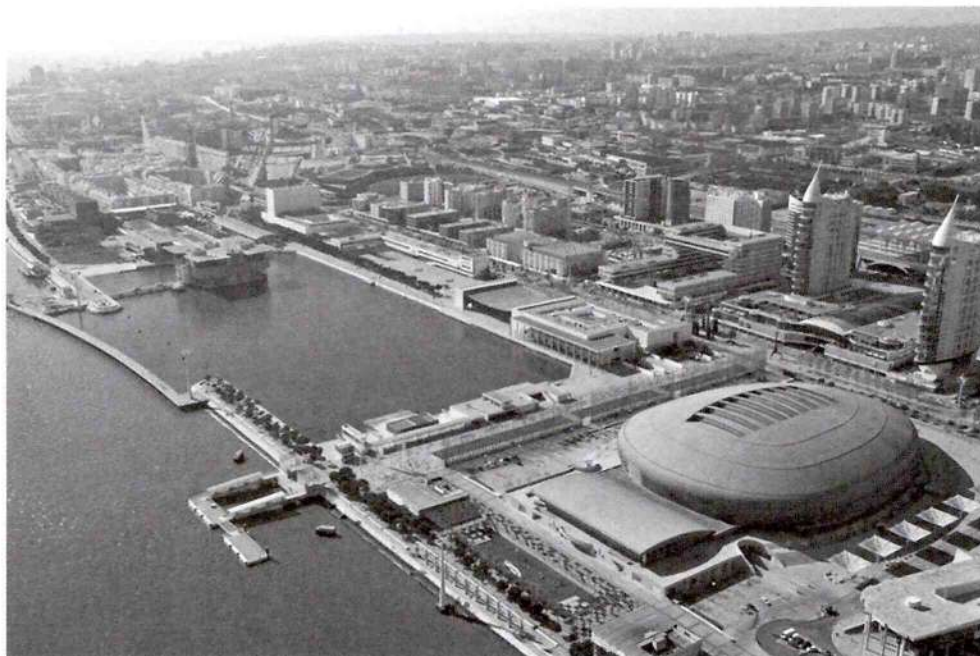


Figura 1 – Área da Expo 98 em Lisboa.

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM LISBOA: DILEMAS, DESAFIOS E RESULTADOS

Entrevista com Maria Teresa Craveiro Pereira,
por Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite

O Planejamento Estratégico é um processo para a gestão das cidades e regiões metropolitanas que aporta possibilidades para a superação dos obstáculos que o planejamento tradicional tem apresentado, por exemplo, a rápida obsolescência e limitações dos instrumentos urbanísticos clássicos, como o zoneamento de uso e ocupação do solo.

Atuando há muitos anos na coordenação e desenvolvimento de planos estratégicos, Teresa Craveiro tem realizado conferências na Europa e também com relativa frequência no Brasil, com o intuito de discutir a aplicabilidade de tais ferramentas à gestão das cidades em seus diversos contextos sociopolíticos e locorregionais.

Nesta entrevista, a urbanista portuguesa comenta os dois ciclos de planejamento estratégico vivenciados em Lisboa: o primeiro de 1990 a 1995, e que resultou em profundas transformações urbanas como a área da Expo98 e a renovação das áreas portuárias na

frente ribeirinha do Tejo; e o segundo, iniciado em 2001 e temporariamente suspenso desde 2007 por condicionantes políticas locais.

Teresa Craveiro fala também das linhas de força e das fragilidades que se verificaram na implementação dos planos, superiores e locais, revelando uma permanência dos percalços que a gestão pública enfrenta, quer seja na esfera do planejamento tradicional ou no âmbito de práticas que se pretendem inovadoras, em especial no tocante à continuidade dos procedimentos, ao cumprimento das propostas e projetos e à consolidação dos processos de monitoramento e avaliação de resultados.

MARIA AMÉLIA DEVITTE LEITE Como se pode definir o planejamento estratégico no contexto dos instrumentos para o planejamento urbano?

MARIA TERESA CRAVEIRO O Planejamento Estratégico é um processo para a definição dos futuros

desejáveis e possíveis para as cidades e regiões, e também das linhas de desenvolvimento econômico e social entendidas como pertinentes. Contém, portanto, a determinação de estratégias, meios e ações para atingir os objetivos pretendidos. É importante que esse processo seja implementado articuladamente com o planejamento urbano operacional, através de diversos instrumentos urbanísticos, planos de diferentes escalas e projetos urbanos que respondam com agilidade às necessidades e dinâmicas de transformação das estruturas e atividades urbanas.

Vetorizando o processo – e dele decorrente – é elaborado o Plano Diretor Municipal (PDM),¹ articulado com programas e planos supramunicipais, especialmente o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). Nesse estágio, pode-se recorrer, simultaneamente, a diversas escalas de Planos ou tão-somente aos projetos urbanos ligados à requalificação urbana de áreas determinadas na cidade.

Vale ressaltar que a nova Carta de Atenas aprovada pelo Conselho Europeu de Urbanistas em Lisboa (2003) explicitou a urgência de integração das metodologias do Planejamento Estratégico para uma maior eficácia do planejamento urbanístico comprometido com a sustentabilidade das cidades na ótica do desafio do novo paradigma ambiental.

Durante o 43º Congresso da Sociedade Internacional de Urbanistas (2007, ISOCARP, www.isocarp.org), o tema do planejamento estratégico apontou igualmente uma mudança de paradigma para a profissão, reconhecendo-se a importância do diálogo no “triângulo” composto pela produção conjunta de uma Visão Estratégica, sua relação com o planejamento urbano e com os projetos urbanos.

Não há mais lugar para o planejamento urbano sem uma visão estrutural de longo prazo (estratégica), mesmo nos projetos localizados de arquitetura urba-

Quadro 1 – Pressupostos da nova Carta de Atenas para o planejamento urbano e territorial.

A NOVA CARTA DE ATENAS Conselho Europeu de Urbanistas

- Promoção da competitividade econômica e do emprego
- Favorecimento da coesão econômica e social
- Melhoramento dos transportes e da Rede TransEuropeia (TENS)
- Promoção do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida



Figura 2 – O diálogo triangular entre o planejamento estratégico e as dimensões cotidianas e operacionais do planejamento urbano.

na que pretendem implementar mudanças rápidas nas cidades, pois, sem a conciliação das perspectivas de curto e longo prazo, o efeito catalizador desejado pode não ocorrer de modo efetivamente positivo.

É possível a aplicação simultânea do planejamento estratégico e dos instrumentos tradicionais da gestão urbana?

MARIA TERESA CRAVEIRO Sim, é possível.

Na cidade de Lisboa, no período de 1990 a 1995, a metodologia de atuação relativa ao Plano Estratégico ocorreu simultaneamente e se interpenetrou com o PDM, o qual, por sua vez, articulou-se com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)² e Projetos Prioritários, num sistema de planejamento estratégico.

Deve-se considerar que na ótica do plano-processo, o planejamento municipal não se esgota no PDM, o qual é apenas uma de suas vias.

Efetivamente, o processo de planejamento municipal em Lisboa pôde ser desdobrado em diversos ins-

trumentos escalonados no espaço e no tempo. Neste, recorreu-se, paralelamente, a duas escalas diferenciadas: a macroescala, traduzida no conteúdo do PEL e do PDM, e a microescala, nos Planos de Urbanização,³ Planos de Pormenor⁴ (PMOTs) e Projetos Prioritários.

Tal método permitiu o aprofundamento de medidas e propostas simultaneamente em ambas as escalas, contrapondo-se à “ideologia de que os planos têm que ser descendentes, do geral para o particular”. Parafraçando Nuno Portas, podemos afirmar que, de fato, o Plano se faz tanto de baixo para cima, como de cima para baixo, e que a lógica de planeamento existe nos dois sentidos.⁵

De todo modo, o processo ocorreu predominantemente em sentido descendente, à medida que as linhas de força do Plano Estratégico de Lisboa (PEL, 1992) vieram a se consubstanciar em propostas no âmbito do PDM aprovado em 1994, e a respectiva concretização dessas linhas prevista em Planos de Urbanização e de Pormenor. Entretanto, funcionou também em sentido ascendente, dando origem a alguns acertos e a propostas de ações, monitoramento e pormenorização do PEL e do PDM.

Consequentemente, a articulação do PDM com os PMOTs permitiu a monitorização de ambos, com a introdução de acertos, quer nos elementos escritos (Regulamentos), quer sobretudo nas peças desenhadas (Planta de Ordenamento e Condicionantes do PDM e Plantas de Zoneamento dos Planos de Urbanização).

A originalidade do processo de planeamento estratégico desenvolvido em Lisboa consistiu em integrar o planeamento urbanístico, tendo em vista a prévia seleção de Áreas Estratégicas de Intervenção Urbanística e/ou “Áreas-Problema” em relação às quais o município iria desenvolver ações prioritárias – planos, projetos, estudos e propostas setoriais.

Quadro 2 – A evolução do pensamento estratégico aplicado à gestão urbana.

EVOLUÇÃO

- Planeamento estratégico: origem na prática militar
- Anos 50 do século XX: utilização como instrumento analítico e decisório no mundo empresarial
- Posterior extensão à gestão da administração pública (anos 70)
- Aplicação às cidade e regiões: a partir dos anos 80
 - S. Francisco (EUA) – 1982
 - Nova York; Chicago; Detroit; Miami; Filadélfia; Dallas; Cleveland;...
 - Espanha: 1987
 - Barcelona: Jogos Olímpicos de 1992
 - Portugal: 1990 (PDM de Lisboa)

SISTEMA DE PLANEAMENTO 1990-1995



Figura 3 – A articulação do Plano Estratégico de Lisboa (PEL) com as demais esferas de planeamento urbano.

Como afirma António Fonseca Ferreira, “A estreita articulação entre o processo de elaboração do plano estratégico e o planeamento e a gestão urbanística da cidade confere à experiência de Lisboa singularidades e desenvolvimentos que interessa assinalar e avaliar, no âmbito do aprofundamento das metodologias de planeamento estratégico territorial. A articulação verificou-se ao nível da equipe, da metodologia e da gestão, condição que nem sempre tem estado presente nos processos de planeamento estratégico, geralmente de filiação macroeconómica ou empresarial de outras cidades”.⁶

A experiência de Lisboa tem sido vista nas últimas décadas como uma referência de inovação no âmbito do planeamento urbano. Isso se deve à adoção do planeamento estratégico como opção gerencial?

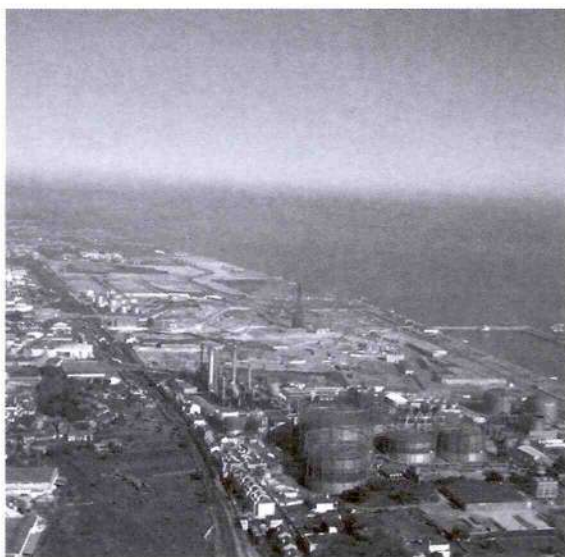


Figura 4 – Áreas da frente ribeirinha do Tejo, onde se realizaram projetos de renovação urbana definidos no Plano Estratégico de Lisboa.

MARIA TERESA CRAVEIRO Sim, se nos reportarmos ao período de 1990 a 1995, com destaque para a Expo98, realizada dentro desse enquadramento.

Lisboa foi a primeira cidade em Portugal que teve um Plano Estratégico aprovado, em 1992, o qual incluiu o espaço da Exposição Internacional (Expo98), à época uma extensa área periférica abandonada e degradada, com algo em torno de 330 hectares, mas segregada em termos urbanos, tanto física como socialmente. Era composta por estruturas e equipamentos insalubres, e atingia uma frente ribeirinha de aproximadamente 5 quilómetros, localizada na zona oriental de Lisboa, a qual requeria uma renovação urbana e ambiental total, à semelhança do 1º Plano Estratégico de Barcelona, em cujo âmbito foram criadas as condições para a realização dos Jogos Olímpicos naquela cidade.

A partir das eleições autárquicas de 1989, abriu-se um novo ciclo na gestão municipal de Lisboa que consagrou um programa de renovação de objetivos, métodos e instrumentos de planeamento e administração da cidade, e desenvolveu, a partir de 1990, uma “ideia de cidade”, entendida como noção

prévia do projeto e que antecedeu o estabelecimento das políticas e medidas posteriores.

Esse projeto consistia em implementar uma estratégia com vistas ao paradigma do desenvolvimento sustentável do ponto de vista urbano, com realce para a resolução das graves assimetrias estruturais e a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Iniciou-se, então, a reabilitação do planeamento municipal, adotando-se metodologias do planeamento estratégico empresarial, à semelhança da cidade de Barcelona, e pretendendo-se estabelecer um processo de trabalho globalizante, interativo e participativo.

O PEL identificou oportunidades, rupturas e novas tendências, e selecionou objetivos centrais, no sentido de potencializar e orientar positivamente as linhas de força do desenvolvimento urbano e de atenuar as debilidades existentes.

A matriz de potencialidades e debilidades da cidade e do seu território foi definida no decurso de numerosas reuniões com especialistas e diversos agentes da cidade, revelando-se uma peça-chave no desenvolvimento programático das intervenções urbanísticas consideradas prioritárias.

O Plano Estratégico para Lisboa, aprovado em 1992, foi um instrumento de enquadramento, fundamentalmente socioeconómico, com o qual se definiram as linhas mestras para o desenvolvimento da cidade. Foi um instrumento que serviu de apoio à tomada de decisão, pretendendo ser um contrato de transparência com os agentes e atores da cidade (Administração Central, Operadores, Associações, entre outros).

O PDM, por sua vez, de uma forma articulada, compreendeu outros Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs) que foram elaborados no sentido de resolver situações críticas, dinamizando transformações indutoras de qualificação urbana através da preservação patrimo-

Quadro 3 – Estrutura organizacional de desenvolvimento dos trabalhos no Plano Estratégico de Lisboa (PEL, 1992).

CONSELHO DO PLANO – 1992

Níveis de trabalho

- Grupo de Prospecção
- Estudos Setoriais
- Reuniões Setoriais com as Organizações Setoriais da Cidade

Níveis de coordenação

- Os pelouros e serviços da Câmara
- As Autarquias da Área Metropolitana de Lisboa
- Os Agentes Económicos, Sociais e Culturais
- Organismos da Administração Central e os Operadores

Seções especializadas

- Habitação e Apoios Sociais
- Ambiente, Património e Qualidade de Vida
- Transporte e Acessibilidade
- Modernização/Promoção da Base Económica
- Valorização dos Recursos Humanos, Científicos e Tecnológicos
- Cooperação, Modernização e Democratização da Administração da Cidade
- Plano Diretor Municipal

nial, da dotação de equipamentos e de acessibilidades, e da melhoria do espaço público.

O planeamento municipal em Lisboa desacelerou-se a partir de 1995, com realce para a ausência de um sistema de monitoramento dos diversos instrumentos de planeamento, notadamente, o Plano Estratégico, o Plano Diretor Municipal e os Planos de Urbanização e Pormenor. Essa situação foi agravada com a falta de articulação entre o Plano Estratégico e o Plano de Atividades e Orçamento do Município de Lisboa.

Como consequência, vale destacar que Lisboa, na década de 90, não alterou a sua posição no *ranking* europeu das melhores cidades para investir, enquanto Barcelona ascendeu do 11º lugar para o 6º lugar. Tal fato demonstra que naquela cidade a execução contínua de um Planejamento Estratégico, expresso no 3º Plano Estratégico, foi capaz de induzir políticas de investimento e de requalificação da cidade, o que não aconteceu em Lisboa, onde se evidenciou uma fase contínua de alguma relevância apenas até a realização da Expo98.

Com o novo quadro do poder autárquico que emergiu das eleições municipais em dezembro de 2001, o planeamento estratégico foi retomado a partir da criação do Departamento de Planeamento Estratégico (DPE) diretamente ligado à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

No entanto, o processo de retomada do Planejamento Estratégico de 2001 a 2007 revelou-se sem grande eficácia no decorrer desse período, sob influência das mudanças políticas ocorridas com a transição de três gestões no Executivo municipal em tão curto período de tempo.

Na prática, quais os ganhos que a cidade de Lisboa efetivamente auferiu a partir dessa nova conduta de gestão urbana?

MARIA TERESA CRAVEIRO No final de 1998, estavam concretizadas, ou em fase adiantada de concretização, as grandes obras de infraestrutura identificadas no 1º Plano Estratégico de Lisboa e que corresponderam a ganhos para a cidade de Lisboa, tais como:

- As acessibilidades – Eixo Norte-Sul, CRIL (Circular Regional Interior de Lisboa) e CREL (Circular Regional Exterior de Lisboa), instalação da via férrea na Ponte 25 de Abril e construção da segunda ponte sobre o Tejo (Ponte Vasco da Gama).
- O Saneamento Básico – planos de despoluição dos rios Tejo e Trancão, sistemas de interceptação e tratamento de esgotos e águas residuais, bem como de coleta e tratamento de resíduos sólidos.
- O Trânsito e a Rede Viária – reconversão das interfaces de transportes e construção de parques de estacionamento descentralizados em diversas entradas de Lisboa; modernização da rede de transportes públicos, tendo por base a expansão da rede de metrô; passagem subterrânea de trânsito no Terreiro do Paço; remodelação de todo o sistema de circulação e estacionamento na área central;

construção de diversos viadutos e passagens em desnível nos principais nós de trânsito de Lisboa.

■ A Ligação da Cidade ao Rio – foi requalificada a frente ribeirinha da cidade de uma forma gradual, mediante um conjunto de intervenções designadas “colar de pérolas”, em diversas localizações: Belém, Junqueira/Cordoaria, Alcântara (Docas de Santo Amaro) e Praça do Comércio e Santa Apolónia, valorizando-se estes espaços ribeirinhos e tornando-os acessíveis e aprazíveis para lazer, recreio e desporto e atividades de restauração.

O 1º Plano Estratégico, aprovado em 1992, englobou, igualmente, a área da Exposição Internacional (Expo98), por se tratar de uma área periférica, bastante degradada, e segregada em termos urbanos, física e socialmente. Assim, ao final de 1998 tinha-se constituído uma nova centralidade em Lisboa, o “Parque Expo”, onde estavam construídos (ou em construção) grandes equipamentos que colocaram Lisboa em igual condição com as outras capitais da Europa desenvolvida. Entre esses, destacam-se:

- o Parque de Exposições da Associação de Imagem Portuguesa – AIP;
- o Pavilhão Multiusos e Oceanário, na Zona da Expo98;
- o Palácio de Congressos e Eventos, em início de construção nas instalações da Feira Internacional de Lisboa – FIL.

Paralelamente, é importante citar a melhoria de diversos equipamentos culturais já construídos ou que foram remodelados no decorrer da realização das atividades do ciclo “Lisboa, Capital Europeia da Cultura”, juntando-se aos diversos “projetos integrados” de reabilitação em curso na zona dos Bairros Históricos como: Teatro Taborda (Mouraria), Baluarte do Livramento (Alcântara) e Casa de Fado (Alfama).

Por fim, desencadeou-se o ataque ao déficit habitacional da cidade de Lisboa através da erradicação dos

assentamentos precários (barracas) com a aplicação do Programa de Realojamento (PER), tendo-se construído cerca de 20.000 unidades de moradia.

Apesar disso, podemos afirmar que esse “ciclo do realojamento” em Lisboa foi, em síntese, uma oportunidade perdida, dado não ter sido efetuado em articulação com as Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGIs), onde se encontram os “bairros clandestinos” e que, curiosamente no Município de Lisboa, só foram objeto do “Quadro Estratégico de Intervenção Municipal”⁷ em 2005, não obstante já existir enquadramento jurídico desde 1976 (29 anos depois, assim!) e constarem do PDM 1994.⁸

O planeamento estratégico sofre dos mesmos percalços que se verificam no planeamento tradicional? Existiram fragilidades no processo vivenciado em Lisboa?

MARIA TERESA CRAVEIRO O Plano Estratégico de Lisboa apresentava um horizonte de realização para o ano 2000. E tal como foi referido anteriormente, Lisboa, na última década, sofreu significativas mudanças no que concerne à resolução dos níveis de infraestrutura de saneamento, rede viária, áreas verdes, coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, dotação de equipamentos coletivos – principalmente de lazer – e, fundamentalmente, as importantes operações de requalificação da zona ribeirinha efetuadas pela Administração do Porto de Lisboa e da Zona Oriental da cidade.

Uma vez cumpridas as tarefas de elaboração do Plano, não foi possível dar uma continuidade plenamente eficaz ao processo de concretização das ações previstas para o primeiro ciclo de planeamento estratégico, tendo surgido dificuldades para sua implementação e acompanhamento, tanto de ordem cultural como de ordem política, em que se evidenciou a ausência de envolvimento de todo o restante do Executivo municipal. Verificou-se, assim, ainda nos atuais diagnósticos feitos para a

cidade, uma série de debilidades e de ações por realizar que foram propostas à época.

Em muitos casos, a falta de um “pacto de governabilidade” com todas as forças políticas e de uma estratégia compartilhada com a população, tendo como alvo os projetos estruturadores, bem como a ausência de mecanismos de operacionalização das ações e projetos contidos no Plano visando superar o tempo de mandato, comprometeram a sua implementação.

Também a ausência de medidas políticas, administrativas ou de gestão, voltadas à programação financeira e inclusão de programas de execução no Orçamento e no Plano de Atividades da Câmara, conduziu a que não se disponibilizassem os recursos necessários.

Para essa situação, contribuiu de forma significativa a omissão da legislação vigente à época, especialmente no Decreto-Lei n.69/90, de 2 de Março, que tornava facultativa a inclusão do programa de execução das ações e do respectivo plano de financiamento nos Planos Municipais, em especial no Plano Diretor Municipal.

Por outro lado, a concretização do Plano e dos seus objetivos exigia a montagem de um processo de monitoramento e acompanhamento que permitisse a correção de eventuais desvios e o ajuste a um contexto sempre dinâmico, o que não foi implementado.

Quais foram os principais desafios na retomada do planeamento estratégico em 2001?

MARIA TERESA CRAVEIRO Com o relançamento do planeamento estratégico em 2001, adotaram-se a atitude e os métodos ligados ao planeamento estratégico empresarial, pretendendo-se, desse modo, que o planeamento fosse globalizante, interativo, participativo e, por consequência, flexível. Foi proposta uma sistematização das ações e atividades visando ao desenvolvimento do sistema de

planeamento estratégico em quatro instâncias: Visão Estratégica; Agenda Local 21; Revisão do Plano Diretor Municipal; e Planos Municipais de Ordenamento do Território e Projetos Prioritários.

A metodologia de abordagem da revitalização do planeamento no Município de Lisboa foi parametrizada por novo quadro legislativo, o Decreto-Lei n.380/99, de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n° 316/2007 de 19 de Setembro), com a nova exigência para a segunda geração de Planos Diretores, em que se salientava a inserção da Estratégia Municipal e a Programação da Execução das opções de ordenamento (alínea m, Art. 85, referente ao Conteúdo Material do PDM), através do Modelo de Estrutura Espacial que deve representar “a síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional na respectiva área de intervenção e assenta na classificação do solo e se desenvolve através da qualificação dos mesmos”, artigo 84 do Decreto-Lei acima mencionado.

Assim, o Modelo de Estrutura Espacial do Território do Município de Lisboa consiste na síntese territorializada da estratégia de desenvolvimento urbano e de ordenamento local definida pelas diferentes políticas urbanas desenvolvidas pela Câmara Municipal de Lisboa, e integra as opções estratégicas de âmbito nacional e regional, definidas nos instrumentos e documentos de carácter estratégico de nível superior, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) e Plano Estratégico da região de Lisboa e Vale do Tejo (PERLVT).

Dos aspectos principais do Modelo de Estrutura Espacial de Lisboa (2005-2015), salientam-se os seguintes:

- organizar a cidade, tornando-a mais sustentável, eficiente e policêntrica;
- adicionar valor à diferenciação interna da cidade; e,
- enriquecer a vivência da cidade.

Vê-se que são objetivos próprios de uma cidade que já resolveu grande parte das infraestruturas, ou seja, uma cidade que se vê impelida a enfrentar o grande desafio de operacionalizar efetivamente a meta de sustentabilidade, de consolidar as centralidades e de reencontrar-se com os seus bairros, elementos identitários e de grande valor sociourbanísticos.

Foram sete os princípios que orientaram a concepção do modelo territorial de Lisboa naquele momento, todos eles convergindo para uma mesma finalidade: assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento da cidade num contexto crescentemente marcado pela intensidade, imprevisibilidade e complexidade da mudança e, portanto, pela emergência permanente de novos riscos e oportunidades. São esses:

- o Princípio da Harmonia;
- o Princípio da Reabilitação;
- o Princípio da Ocupação Seletiva e Prudente dos Vazios Urbanos;
- o Princípio da Integração;
- o Princípio da Democratização;
- o Princípio do Cosmopolitismo; e,
- o Princípio da Intervenção Diferenciada.

A Visão Estratégica para Lisboa 2012 traçou políticas estruturantes para a cidade com o intuito de que tenham possibilidade de sobreviver à alternância política dos mandatos na autarquia. A respectiva missão é transformar Lisboa na “Capital Atlântica da Europa” e na “Porta Europeia do Mediterrâneo”. Aproveitando-se das mais valias urbanas, como a posição geoestratégica e o património natural, construído e cultural, a autarquia de Lisboa traçou um rumo de gestão para os próximos dez anos.

Foram definidos quatro Eixos de Desenvolvimento

que estabelecem ações de Planeamento e encaram a cidade sob quatro perspectivas diferentes: a Cidade de Bairros, a Cidade de Empreendedores, a Cidade de Culturas e a Cidade de Modernidade e Inovação.

Estava-se assim, em 2001, não só com um novo quadro conceitual no âmbito da legislação em vigor, como também se pretendia consolidar uma estratégia orientada para o paradigma do desenvolvimento sustentável do ponto de vista urbano, e atribuindo uma importância muito particular à resolução das graves assimetrias estruturais da cidade, a saber, repovoar os núcleos históricos com reforço da sua identidade patrimonial e da melhoria dos equipamentos de proximidade, e a requalificação de toda a periferia, com realce para a Coroa Noroeste, abrindo-se, assim, um novo “ciclo de Cultura da Cidade”. Pretendia-se que a Visão Estratégica para Lisboa 2012 fosse a base para o II Plano Estratégico, o qual entreabre a porta do futuro da cidade.

No que tange à cidade de Lisboa, pode-se dizer que o Poder Local em Portugal, à exceção de alguns raros momentos, não compreendeu a importância do Planeamento Estratégico de médio e longo prazo, ou, talvez, o próprio poder político não se queira submeter a ele, para optar pelas intervenções fragmentadas através dos Planos Urbanísticos e Projetos Urbanos.

Ademais, deve-se ressaltar que, mesmo quando a estratégia não é explicitada, existe sempre uma estratégia de intervenção localizada ou temática sem matiz democrático, atendendo a demandas eventuais para as quais não se teve o contributo de um Conselho do Plano Estratégico, representativo dos diversos atores da cidade.

O desenvolvimento sustentável é um dos paradigmas contemporâneos principais colocados para a gestão das cidades. Como esse tema se integra à prática do planeamento estratégico?

MARIA TERESA CRAVEIRO O conceito de sustentabilidade só começou a ganhar maior importância e a se tornar uma temática por desenvolver dentro dos municípios após 1992, com a Conferência do Rio de Janeiro.

Desde então, têm sido desenvolvidos esforços através de conferências mundiais para fomentar esta prática não só em caráter global, mas também focalizando-a para as realidades próprias dos locais. Exemplos disso são a Carta de Aalborg (1994), e as Conferências de Lisboa (1996), Hannover (2000) e Sevilha (2007).

Por tais razões, o Plano Estratégico de Lisboa, aprovado em 1992, inseriu a Carta do Ambiente Urbano, pretendendo ser este um instrumento de caráter integrador – ambiental e socioeconômico. A Carta do Ambiente Urbano de Lisboa constituiu-se em um instrumento inovador, no âmbito do planejamento e gestão da cidade, mesmo antes da Agenda Local 21, aprovada na Conferência do Rio (1992), preconizando um conjunto de objetivos ambientais através de medidas de proteção, valorização e de projeto de cidade que contemplava:

- o conforto ambiental;
- a melhor utilização e apropriação da cidade pelos seus habitantes;
- a segurança no uso da cidade;
- o reforço de uma identidade própria de Lisboa.

A definição de regras de controle do uso do solo, a valorização da qualidade ambiental de Lisboa, a melhoria das acessibilidades e da mobilidade, o controle dos limites de velocidade e a valorização patrimonial são algumas das medidas associadas ao conceito de sustentabilidade que foi aplicado à cidade. Um dos grandes desafios neste campo relaciona-se com a operacionalização do conceito de sustentabilidade nos instrumentos de gestão territorial, notadamente nos Planos Estratégicos de segunda geração, que têm intrinsecamente um

aumento de preocupações com o presente e com o futuro, numa perspectiva de salvaguarda ambiental, de utilização criteriosa de recursos e reciclagem da cidade existente, através da compactação dos seus vazios, da requalificação sempre que possível dos bairros existentes, da reconversão das áreas industriais obsoletas e do aproveitamento das infraestruturas existentes, em que o solo constitui um bem escasso.

Com efeito, entende-se hoje que a garantia de sustentabilidade para a cidade de Lisboa depende de alguns aspectos principais, a saber:

- a requalificação e a racionalização do espaço urbano com a contenção da expansão da cidade, incluindo-se em tais ações a reabilitação dos espaços edificados, ociosos e vazios, pois só assim poderemos manter a atratividade de Lisboa e contrariar a dispersão verificada nos últimos dez anos, e invertendo-se a tendência do êxodo da população residente e a conseqüente penalização da população jovem;
- a valorização da existência de espaços e de equipamentos de proximidade capazes de conferir a cada um dos bairros a identidade interna e a notoriedade externa desejadas para Lisboa, bastante marcada pelo papel geoestratégico do seu porto e da sua ligação ao rio;
- a promoção da fruição do espaço público pelos cidadãos, estimulando-os a viver a sua cidade, atraídos pela melhoria dos equipamentos de proximidade e pelo comércio local, e pela animação de rua;
- o reforço das orientações do urbanismo de proximidade (mistura de funções, mobilidade de vizinhança, segurança, entre outros), ganhando uma importância decisiva como fator de integração social e de melhoria dos níveis de qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos na ótica da Nova Carta de Atenas, que defende a cidade coesa e a atitude de “pensar globalmente e agir localmente”.

Em sua leitura, como o Brasil vem incorporando essas metodologias?

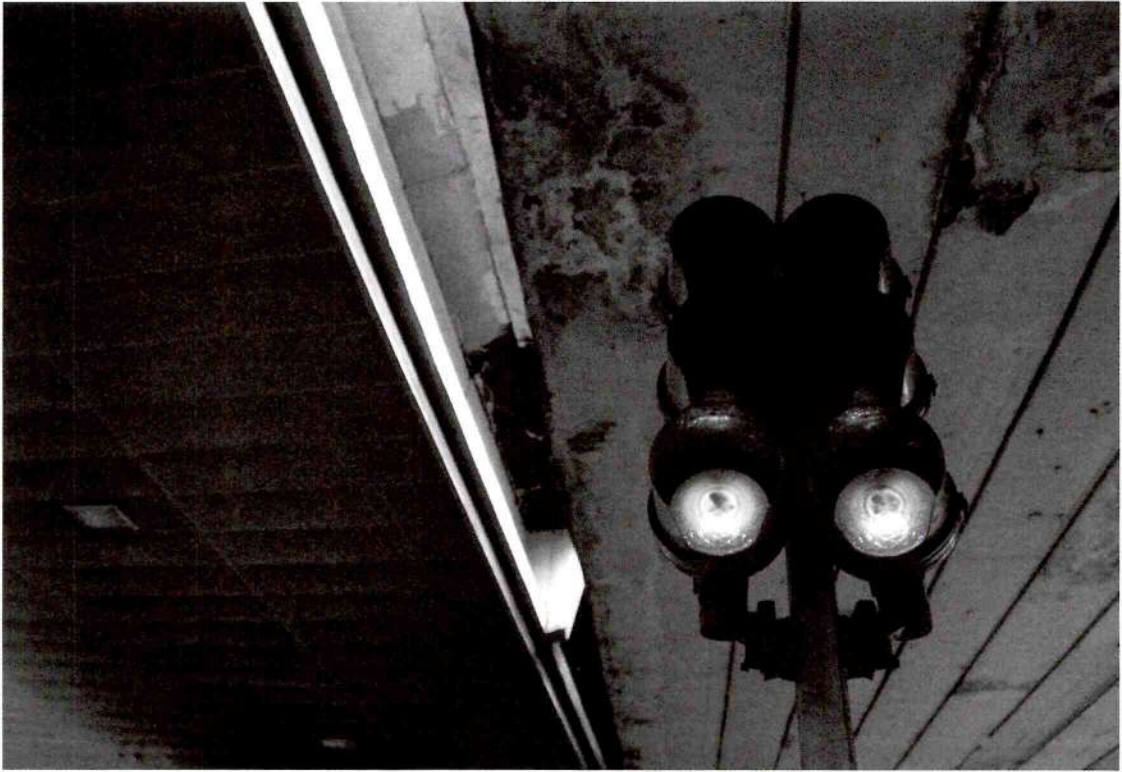
MARIA TERESA CRAVEIRO A inovação metodológica implementada no município de Lisboa, entre 1990 e 1995, leva-nos a defender sua adoção em outras cidades, obviamente com os devidos ajustes às realidades locais, e com a implementação de uma estreita articulação entre os diversos instrumentos urbanísticos. Nesse sentido, entende-se que o Brasil poderá se beneficiar com os procedimentos dessa linha de gestão urbana, embora saibamos existir um certo ceticismo dos pesquisadores e teóricos do país a respeito.⁹

Verificamos, atualmente, o surgimento de Planos Estratégicos no Brasil que podem ser considerados

de segunda geração, como o “2º Plano Estratégico do Rio de Janeiro – As cidades da cidade”, com um objetivo muito próximo da Visão Estratégica de Lisboa (a “Cidade de Bairros”) e o Plano Estratégico de São José de Campos, que recorre à metodologia dos cenários e pretende articular os diversos instrumentos urbanísticos como a Agenda Local 21, o Plano de Atividades e o Orçamento Participativo. O ideal é que essas experiências sejam acompanhadas e monitoradas, de modo que se possam extrair de seus resultados indicadores confiáveis sobre a pertinência e a viabilidade de aplicação dos procedimentos do Planejamento Estratégico nos municípios como uma técnica inovadora, em alternativa ao Planejamento Tradicional.

NOTAS

1. Em Portugal, a elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDM) é regida pela Lei de Bases do Ordenamento (Lei n.48/98 de 11 de agosto).
2. Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) são instrumentos de natureza regulamentar aprovados pelos municípios, os quais estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental – Artigo 69 do Decreto-Lei n. 316/2007 que altera o Decreto-Lei n. 380/99, de 22 de setembro.
3. O Plano de Urbanização define a organização espacial de parte determinada do território municipal, incluída em perímetros urbanos, podendo englobar solo rural complementar que exija uma intervenção integrada de planeamento – Artigo 87º do Decreto-Lei n.316/2007 que altera o Decreto-Lei n.380/99, de 22 de setembro.
4. O Plano de Pormenor desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projetos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do Plano Diretor Municipal e do Plano de Urbanização. O Plano de Pormenor pode ainda desenvolver e concretizar programas de ação territorial – Artigo 90 do Decreto-Lei n. 316/2007 que altera o Decreto-Lei n.380/99, de 22 de setembro.
5. Cf. Nuno Portas, in Colóquio AD URBEM. Vinte e Cinco Anos de Direito de Urbanismo, 1994.
6. António Fonseca Ferreira, *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
7. Decreto-Lei n.804/76, de 6 de novembro, Portaria n.243/84, de 17 de abril, Lei n.91/95, de 2 de setembro, Lei n.165/99, de 14 de setembro e a Lei n.64/03, de 23 de agosto, Lei 10/2008 de 20 de fevereiro.
8. Publicado no D.R. n.226, de 29 Setembro de 1994, in <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/004/index.php?ml=2&x=pdm.xml>
9. A este respeito, a entrevistada faz referência ao constante na seguinte obra: Arantes, O; Vainer, C; Maricato, E, *A cidade do pensamento único: desmanchando consensus*, Petrópolis: Editora Vozes, 2000 (3.ed.).





*NEFELOMANCIAS - ENSAIOS SOBRE
AS ARTES DOS ROMANTISMOS*

Ricardo Marques de Azevedo. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Resenha A PROPÓSITO DAS NEFELOMANCIAS

| por Maria Eliza Pita

Arquiteta | Professora da FAU PUC-Campinas
melizapita@gmail.com

A PROPÓSITO DAS NEFELOMANCIAS

O autor nos adverte no próêmio que a forma escolhida – ensaios – tem o caráter constelacional (Walter Benjamin), oferecendo-nos o lugar de neófitos, aquele que, ao observar os céus, imprime significado àquilo que vê.

O que o nome diz?

O autor nos tranqüiliza afirmando: “Nefelomancia é a arte da adivinhação pela observação das nuvens”, o texto nos conduzirá a esta tarefa: “Ensaio sobre as Artes dos Romantismos”.

Um movimento constante perpassa o texto, o do deslocamento. O autor nos diz sobre as certezas e incertezas que delineiam cada período tratado, uma afirmação logo será matizada para em seguida ser invertida ou contraposta à ideia inicial.

Imita a Arte a Natureza? Questão estabelecida nos princípios do fazer artístico será apresentada ao longo da História da Arte, pelo autor, nas suas diversas acepções.

A *Escola de Atenas* de Rafael, com Platão apontando as esferas celestes e Aristóteles apontando a manifestação das coisas do mundo, nos mostra em imagem o caminho a ser percorrido. Poucas e escolhidas imagens abrem os capítulos, e a leitura nos aproxima daquilo que vimos.

Tekhné é mimesis da *Phisis*, esta afirmação será desdobrada no movimento do texto, nos fazendo percorrer, da origem até o século XVIII, de que maneira o conceito fundador da Arte vai tomando várias diretivas.

Para os gregos, o verossímil; para os renascentistas, o verdadeiro; os iluministas, ao se voltarem para a Natureza, veem multiplicadas as questões da percepção e entendimento;

para os românticos, Natureza é mistério, cabe ao poeta decifrá-la. Os sentidos enganam, é necessário corrigi-los, o fruidor reverbera os movimentos da Natureza em sua própria alma; a questão inicial se mostra deslocada, a relação entre Arte e Natureza inclui o fruidor que agora se apresenta como poeta. Este movimento é reiterado ao longo do texto em premissas estabelecidas, o autor desloca e multiplica os problemas.

Um certo momento histórico tem seus antecedentes e incorpora-os para em seguida lançar as novas bases e aquilo que é novo volta-se para sua origem, o texto é construído segundo movimentos constantes de superação-incorporação de conceitos.

Goethe em *Werther* é evocado por despertar o *pathos* romântico, a vida é estetizada em uma experiência violenta de experimentação de sentimentos nunca antes experimentados. O poeta é profeta, tem seu espírito elevado e anuncia ao fruidor novos mundos. A imaginação (*phantasia*) toma o lugar da verdade, é preciso desdobrar novas possibilidades ligadas à experiência do extático – a verdade é volúvel. Ver não é precisão, mas entrever estados de movimento do próprio espírito e entrever o extraordinário dos fenômenos. Almeja-se a um apuro da sensibilidade em contraposição às normas, regras ou qualquer esteio que possa se apresentar. O autor não delinea um programa romântico, mas multiplica recorrências próprias do estado de alma peculiar dos acometidos por tal “enfermidade”. *Majas no balcão*, de Goya, se apresentam enquanto sombras sinistras, ao fundo, se afastam.

Romantismos têm seu contraponto nos “doutrinários das Luzes”; enquanto o farol da razão opera, o irracional transborda; o autor nos adverte que este desenho é próprio de românticos que circunscrevem os iluministas em campo oposto, uns creem na razão, outros, na intuição. A realidade não pode ser observada, ela é instaurada, o artista envolve o espectador tornando-o co-autor da obra; a experiência é única, é iniciática.

O autor nos adverte que *pathos* romântico e *ethos* iluminista se mantêm na arte do século XIX, o antagonismo é superado, o artista moderno não pode recuperar sua unidade perdida com a natureza, assim como com os movimentos próprios do espírito.

A originalidade da obra, o arrebatamento, a catarse aristotélica unem espectador e obra em um mesmo ato. O autor nos propõe que românticos e vanguardistas sigam princípios semelhantes: o da arte que se mistura com a vida. Mas há nuances: para os românticos a vida é estetizada, enquanto os vanguardistas buscam o original, o único.

A arte em sua expressão dadaísta leva a experiência artística a seu limite, ou, tudo o que não for pura natureza pode ser convertido em arte.

Aqui o autor nos propõe um inusitado caminho: beleza e feiúra são complementares na relação romântica e a experiência pressupõe não mais o desfrute, mas uma certa intensidade, deslocamento, desconforto; um caminho que podemos ver mantido tanto na ingenuidade de Henri Rousseau como no estranhamento das “senhoritas da *rue d'Avignon*” de Picasso. Desta maneira, o romantismo é lançado à modernidade, seus pressupostos não são historicamente superados, são apresentados como conquistas que reverberam para além de seu tempo.

Românticos circunscrevem e se contrapõem aos iluministas e antecipam ou mantêm conquistas poéticas em direção aos modernos, rupturas são forçadas e permanências

precisam ser apontadas. Maltratado este século XIX, seus detratores estão em toda parte, e, neste momento, o autor nos ajuda com as devidas proporções ou com o deslocamento de questões tão bem estabelecidas.

Prerrogativas da razão não excluem as paixões, assim como sensibilidade e imaginação concorrem na formação de ideias. Tanto a experiência do Sublime quanto a do Pitoresco nos remetem à Natureza, o par complementar é necessário, pois, mantendo a oscilação das sensações, ideias podem tomar forma.

Ilustrados e românticos buscam o estado original que nos remete à inocência, à ingenuidade, garantia de experiência única. Relativismo cultural por um lado, cansaço de civilização por outro, porém, ambos mantêm a mesma fonte.

E se não há método no fazer romântico, há constantes que se perpetuam sem ser nomeadas, mas que são, porém, assimiladas em poéticas subsequentes. No novo do moderno remanescem propriedades românticas.

E a Natureza, onde se encontra?

Cabe ao último ensaio, “A Natureza”, retomar a voz dos filósofos, que irão restabelecer a questão do conhecimento das coisas do mundo pelos sentidos.

Kant nos mostra, no século XVIII, que as ideias se formam a partir da experiência sensível. No iluminismo, nomear as coisas do mundo exige a separação do sujeito daquilo que é nomeado; para os românticos, conhecer é um processo interno ao próprio sujeito.

O autor nos faz ver a semelhança entre os princípios kantianos e aqueles do romantismo, o conhecimento tem seus limites no campo sensorial; românticos apresentam uma alternativa àquilo que era limitador – a intuição tem acesso a mundos não revelados. Românticos têm acesso aos movimentos da interioridade do sujeito, àquilo que a filosofia apresenta como limitação; a Arte pode oferecer a experiência da totalidade, pois está aberta à complexidade, e levar, através da intuição, ao conhecimento que escapa às operações do entendimento.

Segundo o autor, a independência da experiência estética, o primado da sensibilidade, estaria na base do fazer romântico e abre a possibilidade de uma experiência de liberdade que marca a arte de tal maneira que dela não podemos abdicar.

A precisão dos conceitos vai se desvelando na medida em que, atentos ao texto, formamos imagens mentais dos conceitos. Ora há afirmações que se desdobram em grau de complexidade ora contraposições são necessárias para o deslocamento do foco.

O artista do romantismo faz do fruidor um cúmplice através do envolvimento, inebriamento necessário para tocar outros mundos que lhe são anunciados, e é este o caminho proposto pelo autor; a urdidura apertada do texto nos desperta imagens mentais, característica da experiência estética, útil ao desenrolar da escrita poética, necessária ao movimento do pensamento.

Formar-se-ão, no futuro, novas constelações, que serão nomeadas pelo autor, pois, sendo a poética romântica identificada com o próprio fazer artístico, sua permanência em expressões artísticas que estão por vir está garantida.



RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

Teses defendidas em 2006 e 2007

Título: *Legislação para habitação de interesse social: estudo de caso do município de Campinas*

Autor: **Elisamara de Oliveira Emiliano**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Nabil Bonduki, Ricardo de Sousa Moretti**

Data da defesa: **27.3.2006**

RESUMO

Pesquisa sobre legislação para habitação de interesse social, sua origem e trajetória. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), as leis de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social são utilizadas como estratégias por diversos municípios para promover habitação destinada à população de baixa renda. Ao longo dos anos de 1980 o município de Campinas implementa Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS), com objetivo de promover o acesso dos mais pobres ao solo urbano. Esses empreendimentos foram aprovados a partir de legislação que flexibiliza as normas de parcelamento e uso do solo, buscando a redução de custos da moradia. Através de levantamento dos EHIS aprovados entre 2000 e 2005, a pesquisa investiga a aplicação dessa legislação e seus efeitos na produção habitacional voltada para a população de baixa renda no município de Campinas.

Título: *As galerias de Juiz de Fora: urbanidade da área central*

Autor: **Giuliano Orsi Marques de Carvalho**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Banca examinadora: **Leandro Medrano, Eugênio Fernandes Queiroga**

Data da defesa: **27.3.2006**

RESUMO

A dissertação tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas galerias na constituição da urbanidade da área central de Juiz de Fora. O caso em questão se torna bastante significativo por percebemos que se apresenta como particular dentro da atual realidade urbana brasileira – enquanto a maioria de cidades médias do país experimenta processo de descentralização urbana, naquela cidade o processo é outro: cada vez mais o centro se adensa, se diversifica e, por consequência, se torna mais importante em relação ao restante do município. A pesquisa, portanto, teve por objetivo analisar as transformações do traçado urbano do centro compreendido pelo triângulo central conformado pelas três principais avenidas da cidade. Essa região foi enfocada em três momentos históricos. Primeiramente, a análise aborda a constituição do núcleo urbano a partir da transformação de importantes estradas do período do Império nas principais avenidas perimetrais da área em questão. A segunda parte privilegia as modificações da malha pública central com o advento e proliferação das galerias comerciais, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1990, que se consolidaram como traços específicos da urbanidade de Juiz de Fora. E, por fim, o estudo se concentra no período atual, analisando as permanências de características tradicionais e as alterações estéticas impressas à rede de galerias, as quais confeririam ao centro da cidade uma nova feição.

Título: *São Paulo em 1860 pelas lentes de Militão Augusto de Azevedo: a história urbana contada através das imagens*

Autor: **Adriane Acosta Baldin**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Ivone Salgado**

Banca examinadora: **Vânia Carneiro Carvalho, Dênio Minuia Benfatti**

Data da defesa: **26.6.2006**

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a cidade de São Paulo, na década de 1960, através da obra fotográfica urbana de Militão Augusto de Azevedo. As combinações de fatores sociais, físicos, culturais e econômicos geraram diferentes perspectivas para a cidade de São Paulo que afloraram de forma mais intensa em decorrência da riqueza produzida pelo café e da implantação da ferrovia na segunda metade do século XIX. A década de 1960, portanto,

foi um período importante na história da cidade e foi muito bem registrado pelas lentes de Militão Augusto de Azevedo. O trabalho se propõe a analisar essas transformações e verificar como a obra de Militão se insere nesse processo, focando especialmente sua contribuição como registro histórico e documental do período analisado.

Título: ***O movimento hiphop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas***

Autor: **Christian Carlos Rodrigues Ribeiro**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Silvana Barbosa Rubino, Doraci Alves Lopes**

Data da defesa: **27.6.2006**

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a relação entre movimento hiphop e gestão urbana na cidade de Campinas a partir dos anos de 1990, com o movimento hiphop, tanto do ponto de vista cultural como político, atuando como agente político transformador da realidade urbana local. Gerando nesse processo uma inserção política, e gestora, nos destinos da cidade, executada por sujeitos sociais historicamente marginalizados (jovens afrodescendentes) habitantes das periferias urbanas campinenses, o hiphop modifica assim o processo de gestão urbana local, possibilitando com isso a implementação de um modelo de “nova urbanidade” – inclusivo, democrático e participativo – que transforma o caráter tradicionalista e institucional na formulação e aplicação dos processos decisórios dos rumos da cidade.

Título: ***Jaguaribara: a cidade submersa. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará***

Autora: **Lícia Tereza Rodrigues Perote**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Ivone Salgado**

Data da defesa: **30.10.2006**

RESUMO

Cerca de 51 milhões de brasileiros vivem no Nordeste enfrentando períodos críticos de estiagem e enchentes. Na tentativa de minimizar as mazelas causadas pelas irregularidades pluviométricas, o governo federal lançou recursos para a implantação de programas que viabilizassem a formação de estoque estratégico de água por meio de barramentos e açudagem. O reservatório do Castanhão, no Ceará, faz parte dessa estratégia e surgiu no ano de 1995, tendo como grande impacto o desaparecimento da

cidade de Jaguaribara, situada a 283 km de Fortaleza. Entre ameaças, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada à nova terra, a população é realocada para um outro sítio, dando origem em 2001 a um novo município, que recebeu o nome de Nova Jaguaribara. A cidade nasce marcada pela história do povo sertanejo, uma trajetória castigada por conta da seca e das disputas pelo poder que a água representa nesse espaço e que determina a conjuntura do sertão brasileiro.

Título: *Higiene pessoal fora da residência*

Autor: **Rosália Brasil R. Yamamura**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo de Sousa Moretti**

Co-orientadora: **Maria da Penha Costa Vasconcellos**

Banca examinadora: **Rosilda Mendes, Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite**

Data da defesa: **31.10.2006**

RESUMO

No decorrer do seu processo civilizatório, os agrupamentos humanos dão conta de respostas diversas à questão dos locais de satisfação das necessidades fisiológicas, de seu escoamento e saneamento. Esta monografia tem por escopo o exame desse tema e, como objeto de estudo, os sanitários públicos em logradouros da área central da cidade de São Paulo (Subprefeitura Sé) e seus usuários, especificamente os trabalhadores sem base fixa – aqueles que exercem alguma atividade econômica nessas vias. A expressão higiene pessoal é usada para as funções fisiológicas de defecação e micção e ações de asseio. Como direito fundamental, a saúde implica o completo bem-estar físico, mental e social do cidadão e baseia-se na definição das necessidades humanas e sua satisfação, papel este atribuído aos representantes do poder público. Para avaliar o desempenho desse papel, estuda-se a evolução dos hábitos e costumes relacionados à higiene pessoal e as soluções encontradas ao longo dos tempos para escoar e tratar os dejetos humanos. Discorre-se sobre as transformações sociais advindas do processo de industrialização e do surgimento de uma classe operária que passa a ocupar o tecido urbano em condições e espaços insalubres, originando a disseminação de doenças epidêmicas e prejuízos ao corpo social, o que força o Estado a assumir a saúde do povo. Em São Paulo, o descompasso das políticas públicas com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da população e o crescimento acelerado da cidade gera uma metrópole de contrastes extremos em termos de infraestrutura, distribuição de renda e acesso à educação, saúde, trabalho, moradia e transporte. Tais contrastes podem ser identificados na pesquisa de campo realizada com 360 trabalhadores sem base fixa da região central da cidade, em que se procura delinear as soluções por eles encontradas para satisfação da higiene pessoal fora da residência. A partir da análise da gestão dos serviços de sanitários públicos em logradouros do centro da cidade,

oferecidos pelo poder municipal, e do conhecimento da experiência de outros gestores, especialmente do Metrô, em virtude da similaridade com este estudo em relação à localização, demanda e utilização dos seus sanitários, busca-se caracterizar os desafios existentes para a melhoria dessa prestação de serviços.

Título: *O crédito solidário como política pública para habitação popular: mudanças no cenário?*

Autor: **Olivia de Campos Maia Pereira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca examinadora: **João Sette Whitaker Ferreira, Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Data da defesa: **23.11.2006**

RESUMO

Esta dissertação trata do recente programa do governo federal para habitação popular, o Crédito Solidário. Esse Programa foi criado após demanda apresentada pelas entidades nacionais de movimentos populares e se diferencia dos demais por ser voltado ao cooperativismo a associativismo, com o intuito de fortalecer as práticas de gestão e da organização popular. Para proceder a uma análise crítica do Programa, este trabalho parte de uma reconstituição histórica das formas de provisão habitacional, com ênfase na autoconstrução e participação popular. O desenvolvimento capitalista, por meio da produção habitacional, é apresentado como forma de compreensão das relações entre os agentes envolvidos nas atuais formas de provisão. A análise dos agentes sociais presentes busca explicar suas atuais interlocuções e, a partir de algumas notas sobre o cenário atual, pretende-se compor as mudanças ocorridas na sociedade civil e no Estado no que se refere à habitação e participação popular. Por fim é apresentado um panorama em algumas regiões do Brasil, com diferentes formas de utilização do Programa. Um estudo de caso mais específico foi feito no município de Embu das Artes, SP, por ter, até então, se apropriado de forma mais completa do Programa. As pesquisas de campo tiveram por intuito ilustrar os argumentos apresentados ao longo do trabalho, embasando as críticas feitas ao Programa. Críticas estas que ao final foram organizadas em três grandes eixos: provisão, interlocução entre os agentes sociais presentes e participação, sempre visando responder a pergunta: mudanças no cenário?

Título: *Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas*

Autor: **Cláudia Maria Lima Ribeiro**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Nelson Baltrusis, Ari Vicente Fernandes**

Data da defesa: **11.12.2006**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o que é determinante na constituição dos espaços produzidos pelas ocupações de terras de forma ilegal, entendendo-se por ilegal a construção à margem da legislação de ordenamento territorial vigente nos municípios. A hipótese inicial lançada pela pesquisa é a da existência de uma ordem espacial própria. Mas também procurar compreender quais são as determinantes para o desenho da ocupação e do espaço da moradia; qual é a relação que ele estabelece com o arranjo familiar, com a legislação, com o imaginário que se constrói a partir das referências dos grupos que se estabeleceram nestes territórios. Outra questão que se pretendeu investigar refere-se à dimensão assumida pelos espaços públicos e privados nestes territórios; quais as formas de apropriação dos espaços coletivos e de que maneira as dimensões pública e privada foram construídas nos processos de ocupação dos espaços.

Título: ***Mococa: patrimônio vivo do Circuito Paulista Café com Leite***

Autor: **José Augusto Rodrigues**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Banca examinadora: **Doraci Alves Lopes, André Munhoz de Argollo Ferrão**

Data da defesa: **18.12.2006**

RESUMO

A presente pesquisa apresenta como objetivo o levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade de Mococa. Busca mostrar a importância do patrimônio arquitetônico e urbanístico como potencial turístico. Nesse sentido, o trabalho se desenvolve em duas vertentes, caracterizando inicialmente o espaço regional abrangido pelo Circuito Paulista Café com Leite, articulando o contexto urbano com as fazendas que remaneceram na região. Apresenta a cidade de Mococa (SP), pertencente ao Circuito, como um estudo de caso pelo fato de preservar exemplares arquitetônicos de alta qualidade tanto em sua área urbana, objeto de minucioso levantamento, como na área rural.

Título: ***O processo de verticalização na cidade de Campinas: da gênese à lei 640 1951***

Autor: **Caio de Souza Ferreira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo Marques de Azevedo**

Banca examinadora: **Maria Adélia Aparecida de Souza, Marcos Tognon**

Data da defesa: **14.2.2007**

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro se caracteriza pelo desenvolvimento acelerado de poucos centros e a metropolização é considerada a identidade desse processo. Nesse contexto, a verticalização, que pode ser definida como a multiplicação do solo urbano pela construção vertical de muitos pavimentos, caracteriza-se por ser a identidade do processo de metropolização. Ao se acompanhar o desenvolvimento urbano de Campinas, observa-se a coexistência de diferentes elementos arquitetônicos de diferentes épocas, testemunho das diversas fases de seu desenvolvimento. O processo de verticalização campineiro inicia-se no período do despertar da modernidade e da industrialização sobre o panorama da implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos do urbanista Prestes Maia (1934-1964). Neste trabalho foi realizado o levantamento e estudo de todas as tipologias verticais da cidade projetadas durante o primeiro período do processo de verticalização (vigência do código de construções de 1934), correlacionando-as à legislação de edificações, bem como aos eventos urbanísticos da época, com a finalidade de acompanhar a evolução dos edifícios verticais em sequência cronológica de aprovação pela municipalidade, buscando estabelecer um quadro organizado do processo, da gênese até dezembro de 1951, quando ocorreu a aprovação da Lei 640. O objetivo desta pesquisa foi a produção de material que possa auxiliar a compreensão da verticalização campineira, bem como de sua organização, ilustrando o histórico de parte significativa da produção arquitetônica da cidade, e, portanto, de sua memória.

Título: *Paisagismo produtivo na proteção e recuperação de fundos de vale urbanos*

Autor: **Noemie Nelly Nahum**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo de Sousa Moretti**

Banca examinadora: **Nilson Antônio Modesto Arraes, Eugênio Fernandes Queiroga**

Data da defesa: **14.2.2007**

RESUMO

A busca de alternativas para a proteção e recuperação dos bens naturais, em especial a água em seu local de origem, tem sido temática de discussão sob diferentes enfoques, nas diversas áreas de conhecimento. Neste estudo, que se insere na temática do Paisagismo Produtivo, questiona-se os riscos e vantagens no plantio de espécies frutíferas na proteção e recuperação de fundos de vale urbanos. Esse questionamento foi feito a partir da análise de trabalhos técnicos que abordam temas correlatos e com base nos resultados de entrevistas realizadas com profissionais de diversas áreas de conhecimento. Nessas entrevistas, os profissionais foram solicitados a apresentar suas interpretações quanto às possibilidades e limitações da adoção de técnicas de paisagismo produtivo como estratégia para proteção e recuperação dos terrenos situados junto aos corpos de água urbanos. Tem-se, como objetivo geral, contribuir para a melhoria da qualidade da água e das condições ambientais dos

cursos de água inseridos no tecido urbano e, como objetivo específico, colaborar para a formulação de projetos de proteção e recuperação de microbacias hidrográficas urbanas, em que estão previstos as qualificações paisagísticas dos terrenos de fundo de vale.

Título: *Planejamento urbano e planos diretores de Votuporanga: atores, arenas e processos na construção de um modelo de gestão participativa*

Autor: **Jayça Lima Sant'ana**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca examinadora: **Clélia Maria Leite de Hollanda, Juleusa Maria Theodoro Turra**

Data da defesa: **23.2.2007**

RESUMO

Este trabalho busca fazer uma análise dos planos diretores elaborados para o município de Votuporanga nos anos de 1971, 1995 e 2006 e os processos sociais, políticos e econômicos de cada um desses períodos, estabelecendo as bases sobre as quais cada um dos planos foi elaborado. Também é objeto deste estudo analisar os processos de participação popular seja em âmbito mais geral, considerando os movimentos populares e as condições políticas nacionais, seja em âmbito local, considerando os processos de abertura para a participação da sociedade civil organizada no planejamento e gestão da cidade. Apresenta-se como quadro referencial o desenvolvimento do processo político e econômico, especialmente na segunda metade do século XX, como necessário à compreensão dos modelos institucionais e do processo político local estudado.

Título: *Participação popular e a construção do espaço público*

Autor: **Fábio Boretti Netto de Araújo**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Cibele Saliba Rizek, Ari Vicente Fernandes**

Data da defesa: **18.6.2007**

RESUMO

A edificação da periferia de Campinas, resultado ora de ações do poder público municipal que legitimava a exclusão e erradicação de núcleos pobres – favelas em benefício de projetos do setor imobiliário para alta renda – ora de políticas habitacionais precárias que se resumiam a simples edificações de unidades habitacionais, foi, desde os primeiros movimentos populares da assembleia do povo no final dos anos 70 à aplicação do OP na gestão do prefeito Antônio da Costa Santos (2001-2005), acompanhada pela crescente solidificação de uma sociedade mais organizada e que reivindicava melhores condições de vida urbana.

Título: *Planejamento urbano em municípios de pequeno porte: o caso do Paraná*

Autor: **Vera Lúcia Barradas Moreira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite, Antônio Cláudio Moreira**

Lima e Moreira

Data da defesa: **19.6.2007**

RESUMO

A prática de Planejamento Urbano no Estado do Paraná foi iniciada anteriormente à Constituição de 1988 que, no seu art. 182, determina a obrigatoriedade de que as cidades com mais de 20 mil habitantes possuam planos diretores. A regulamentação deste artigo veio através da promulgação da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que reitera o disposto na Carta Magna. O governo do Estado, através do decreto 2.581/2004, e posteriormente da Lei 15.229/2006, estende esta obrigatoriedade a todos os municípios paranaenses, independentemente do número de habitantes. Este estudo tem como objetivo investigar o processo de planejamento ocorrido anteriormente ao Estatuto da Cidade nos pequenos municípios, selecionando para tanto três cidades componentes da Mesorregião Centro-Occidental do Paraná. Discute a atuação do Estado em relação a sua política urbana e do seu posicionamento após o Estatuto da Cidade. Avalia-se o processo de elaboração dos planos e sua implementação através da análise da configuração urbana atual. Muito foi estudado e pesquisado a respeito dos efeitos do planejamento nas grandes e médias cidades brasileiras e até em outros países, mas não há um entendimento de como o planejamento se comporta nas localidades com menos de 20 mil habitantes.

Título: *Além do jardim: o parque da cidade de São José dos Campos*

Autor: **Vinie Pedra Jorge**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Eugênio Fernandes Queiroga**

Banca examinadora: **Fábio Robba, Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Data da defesa: **6.8.2007**

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre parques urbanos públicos e suas relações com memória, história e identidade urbana a partir do estudo de caso do Parque da Cidade de São José dos Campos. Oriundo de um complexo têxtil, o Parque participa do processo de industrialização da cidade de São José dos Campos quando abriga a "Companhia de Fiação e Tecelagem Parahyba". Mais tarde, é apropriado pela população

do bairro e passa da condição de espaço privado a público, assumindo a identidade de parque da cidade. Propõe-se discutir os porquês de um parque inicialmente de propriedade privada ter estendido seus usos à esfera de vida pública e os meios pelos quais podemos classificá-lo como um espaço público com “sentido de lugar” para a sociedade que dele usufrui.

Título: *Política, gestão e cidade. Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco*

Autor: **Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho**

Área de concentração: **Urbanismo**

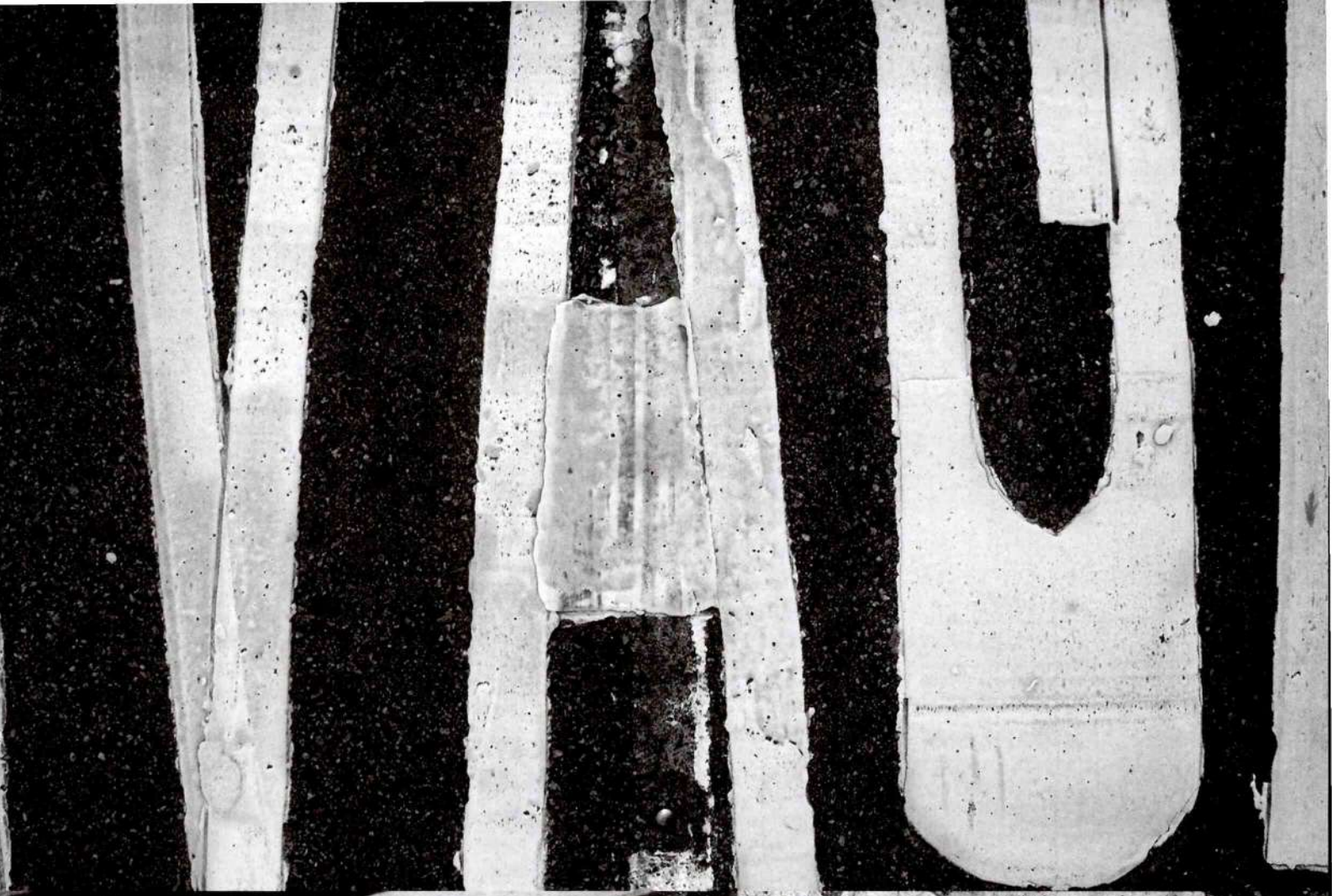
Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Eduardo César Leão Marques, Doraci Alves Lopes**

Data da defesa: **10.8.2007**

RESUMO

O estudo delineia um panorama das políticas habitacionais desencadeadas, desde 1964, pelos governos federal, estadual e municipal em Petrolina/PE. O objetivo é verificar o processo de formação dos bairros populares a partir de doação de lotes e do direcionamento de recursos federais e estaduais para esses bairros, em razão da conexão histórica das elites políticas locais com os cargos máximos dos executivos e legislativos estaduais e federais. Com a territorialização do comportamento eleitoral dos bairros populares analisados, a pesquisa visa demonstrar a forte vinculação entre o benefício habitacional e a destinação do voto, ressaltando a principal política habitacional municipal que é a doação de lotes sem infraestrutura, mantida ao longo das gestões estudadas. Além da doação de lotes foram verificados alguns programas e melhorias subseqüentes à doação. Esses programas e melhorias configuram continuidade de benefícios distribuídos no tempo, resultantes de reivindicações dos presidentes das associações de moradores feitas diretamente ao chefe do Executivo municipal. A pesquisa conclui que o retorno político obtido pelas chapas tem como base o benefício habitacional concedido à população dos loteamentos populares e depende da construção de redes e de vínculos com os representantes de associação de moradores. O retorno político depende, ainda, do direcionamento de contínuos benefícios realizados, principalmente, nos loteamentos doados ao longo das várias gestões municipais analisadas (de 1977 a 2004).



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não a publicação, considerando para tanto a pertinência do tema em razão da linha editorial e do espaço disponível. Os pareceres do Conselho Editorial não serão divulgados.
2. Serão publicados apenas artigos inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.
3. Os originais deverão ser apresentados conforme as indicações a seguir:
 - Em disquetes/CD, utilizando processador de texto Word 6.0 ou superior. Deverão conter de 9 a 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25.000 caracteres), resumo e *abstract* (de 1.500 a 2.000 caracteres), 4 a 6 palavras-chave/*keywords*, e ilustrações (máximo 4).
 - No caso de resenhas, deverão ter de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres). Os autores são responsáveis pela revisão ortográfica e gramatical dos textos.
 - Artigos curtos, de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres).
 - As ilustrações deverão ser entregues em arquivos separados, vetorizadas, com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.
 - As imagens deverão ser entregues em arquivos eletrônicos e estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 300 DPIs, formato TIFF ou JPEG e um tamanho mínimo de 10 cm de largura.
 - As tabelas e os gráficos deverão ser apresentados em Excel ou Adobe Illustrator.
 - A revista será publicada em branco e preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor.
4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza.
5. Logo após o título, deverão constar o nome do autor, sua qualificação e instituição de procedência.

6. As notas se reservam às explicações textuais, e as referências bibliográficas deverão ser listadas no final do artigo conforme ABNT, chamadas no texto pelo nome do autor, ano de publicação da obra e número de página, entre parênteses (Exemplo: Nome, ano, p.xx).

7. As referências bibliográficas deverão ser compostas de acordo com as normas da ABNT – NBR 6023:
 - Livros: SOBRENOME, Nome abreviado. Título de livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.
 - Capítulos de livros: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p. x-y.
 - Artigos em periódicos: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do artigo. Cidade, Título do periódico em itálico, v., n., p. x-y, ano.

8. Os autores terão direito a três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

Os textos deverão ser enviados para:

Redação da Revista *Oculum Ensaios*

Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das Universidades

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

CEATEC PUC-Campinas

posurb.ceatec@puc-campinas.edu.br

ceatec.revistaoculum@puc-campinas.edu.br

REVISTA *OCULUM ENSAIOS*

Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
CEATEC PUC-Campinas

REGIMENTO

I- DA REVISTA

Artigo 1º – A REVISTA *Oculum Ensaíos* é um periódico semestral de divulgação científica, organizada e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do CEATEC, PUC-Campinas.

Artigo 2º – A REVISTA tem por objetivo e finalidade estimular o debate acadêmico e a divulgação de idéias, metodologias e práticas que apresentem relevância para o campo do urbanismo e da arquitetura e integrem áreas de conhecimentos afins. Complementarmente se propõe a constituir um veículo de divulgação da produção acadêmica, subsidiando atividades de ensino e pesquisa, de acordo com as normas editadas no presente regimento.

Publicação semestral.

Artigo 3º – A REVISTA dirige-se a pesquisadores e profissionais da área de urbanismo, arquitetura e afins, nacionais e/ou internacionais.

Artigo 4º – A REVISTA publicará:

- a) Trabalhos originais e inéditos realizados por membros do corpo docente e discente do Programa de Mestrado em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas, por especialistas nacionais e/ou estrangeiros, trabalhos apresentados em reuniões científicas, simpósios, encontros, conferências e similares, desde que se enquadrem no presente regimento e sejam aprovados pelo Conselho Editorial;
- b) Entrevistas;
- c) Resenhas de livros;
- d) Reprodução de textos clássicos;
- e) Artigos curtos sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista;
- f) Resumo das dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas.

Artigo 5º – A REVISTA será publicada em português, podendo, eventualmente, incluir textos em espanhol, francês e inglês. Os resumos e as palavras-chave deverão ser traduzidos para o inglês (Abstracts e keywords).

Parágrafo único – A REVISTA *Oculum Ensaíos* poderá, eventualmente, não publicar todas as modalidades de trabalhos elencadas acima.

II- DA ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA

Artigo 6º – A REVISTA será dirigida por:

- Um Conselho Executivo
- Um Conselho Editorial
- Conselho Consultivo

Artigo 7º – O Conselho Executivo será constituído por 5 membros, sendo o Editor Chefe e o Editor Assistente indicados pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e os demais membros eleitos dentre e pelos professores das linhas de pesquisa à qual pertencem:

- Um Editor Chefe
- Um Editor Assistente
- Um Representante da Linha de Pesquisa em Gestão Urbana.
- Um Representante da Linha de Pesquisa em História do Pensamento Urbanístico.
- Um representante da Linha de Pesquisa em Requalificação urbana

§ 1. O mandato do Conselho Executivo é de quatro anos, sendo permitida uma única recondução sucessiva ao mesmo cargo.

§ 2. O Conselho Executivo terá sua sede no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas Ambientais e Tecnológicas da PUC-Campinas.

§ 3. O Conselho Executivo prestará contas da Revista anualmente ao Conselho Consultivo.

Artigo 8º – Cabe ao Conselho Executivo:

- a) Decidir quanto as questões administrativas e ao conteúdo de cada número;
- b) Juntamente com os membros do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, indicar os nomes dos membros internos e externos que irão compor o Conselho Editorial;
- c) Selecionar para cada número da REVISTA os trabalhos originais e inéditos aprovados pelo Conselho Editorial;
- d) Indicar nomes de destaque na área para a realização de entrevistas;
- e) Propor títulos de livros e sugerir pesquisadores qualificados para a realização de resenhas de livros;
- f) Selecionar as resenhas de livros recebidas por iniciativas de outrem;
- g) Decidir sobre a reprodução de textos clássicos;
- h) Selecionar, para os artigos curtos, temas e discussões da atualidade, bem como para os que representem posição acadêmica ou ponto de vista;
- i) Solicitar aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas que realizem os resumos das dissertações e teses produzidas.

Artigo 9º – Cabe ao Editor Chefe:

- a) Fazer cumprir o presente regimento;
- b) Representar a revista perante as instituições públicas e particulares;
- c) Opinar sobre a aceitação ou rejeição dos trabalhos enviados para publicação, baseado nos pareceres dos Membros do Conselho Editorial;
- d) Supervisionar e acompanhar todas as fases da publicação da revista e regular sua tiragem e eventuais números extras;
- e) Receber o material para impressão;
- f) supervisionar e acompanhar os trabalhos de normatização e revisão de textos (terceirizado), bem como encaminhar os textos em espanhol e inglês para revisores ad hoc (terceirizado);
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados;
- h) Conferir as provas, após a composição e examinar arte final do trabalho a ser publicado (apresentação geral);
- i) Convocar reuniões ordinárias semestralmente para avaliação do número publicado e planejar os números subsequentes, assim como reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário;

j) Submeter ao Conselho Editorial a indicação de um Editor Convocado para, junto coordenar a produção de um número específico da revista;

k) resolver casos omissos no presente regulamento.

Artigo 10º – Cabe ao Editor Assistente:

- a) auxiliar o Editor Chefe em todos os seus encargos e funções;
- b) substituí-lo em seus impedimentos ou a pedido deste;
- c) realizar o acompanhamento geral da publicação; recebimento e organização da material enviado pelos articulistas; classificação do material recebido destinado às diferentes seções da revista; organização e catalogação dos textos e das imagens;
- d) manter correspondências com autores, leitores, assinantes e membros dos conselhos editorial e consultivo;
- e) distribuir material para parecer de editores e garantir o sigilo deste processo;
- f) controlar os serviços normais de secretaria.
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela Instituição;

Artigo 11º – O Conselho Editorial será composto por colaboradores nacionais e estrangeiros, à convite do Editor Chefe em função de seus méritos e grau de conhecimento em sua área de atuação, competindo-lhe:

- a) Analisar os trabalhos enviados, julgando da conveniência ou não da publicação e sugerindo eventuais modificações;
- b) Propor assuntos de revisão, indicar temas de atualização e divulgação a serem editados pela REVISTA;

§ O mandato do conselho editorial é de dois anos

Artigo 12º – O Conselho Consultivo será constituído pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e pelos docentes que compõem o conselho deste Programa.

Artigo 13º – Compete ao Conselho Consultivo emitir pareceres quando solicitado pelo Conselho Executivo, examinar os Relatórios Administrativo-Financeiros apresentados pelo Conselho Executivo.

Artigo 14º – A Secretaria Geral da REVISTA será composta pelo Editor Assistente e pelo Auxiliar de Secretaria e terá sua sede nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo para recebimento, editoração e manutenção do material científico a ela encaminhado para publicação, competindo-lhe:

- a) Receber os trabalhos para publicação e encaminhá-los ao Editor Chefe;
- b) Organizar toda correspondência e tramitação do material da REVISTA;
- c) Auxiliar o Editor Chefe nos trabalhos de preparação, edição e expedição da REVISTA.

III- DA MATÉRIA PUBLICADA

Artigo 15º – Todos os direitos editoriais são reservados, nenhuma parte das publicações podendo ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito

do Editor Chefe, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Artigo 16º – A aceitação do trabalho para a publicação implica na transferência de direitos do autor para a REVISTA, sendo assegurada a mais ampla disseminação da informação.

Artigo 17º – Junto ao artigo, o autor encaminhará declaração no sentido de aceitação das regras da REVISTA e da qual deve constar não ter apresentado na íntegra o trabalho em outro veículo de informação, bem como a autorização e/ou direitos concedidos por terceiros, caso transcreva figuras, tabelas ou trechos (mais de 200 vocábulos) editados por outros autores.

Artigo 18º – Os autores receberão três exemplares do número da REVISTA em que for publicado seu trabalho.

Artigo 19º – O conteúdo dos trabalhos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Artigo 20º – Os originais não serão devolvidos e os não aceitos ficarão à disposição dos respectivos autores pelo prazo de um ano, cabendo-lhes qualquer despesa para devolução.

Artigo 21º – Os artigos submetidos à publicação devem ser acompanhados de carta do autor responsável autorizando a publicação. Uma vez aceitos, não poderão ser reproduzidos total ou parcialmente sem autorização do Editor.

Artigo 22º – A síntese das normas editoriais serão publicadas em cada um dos seus números.

IV- DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 23º – A REVISTA será editada com recursos financeiros provenientes de verbas oriundas da Instituição, vendas de assinaturas e números avulsos, doações e recursos de outras fontes, geridos pelo CEATEC, de acordo com o regulamento da PUC-Campinas.

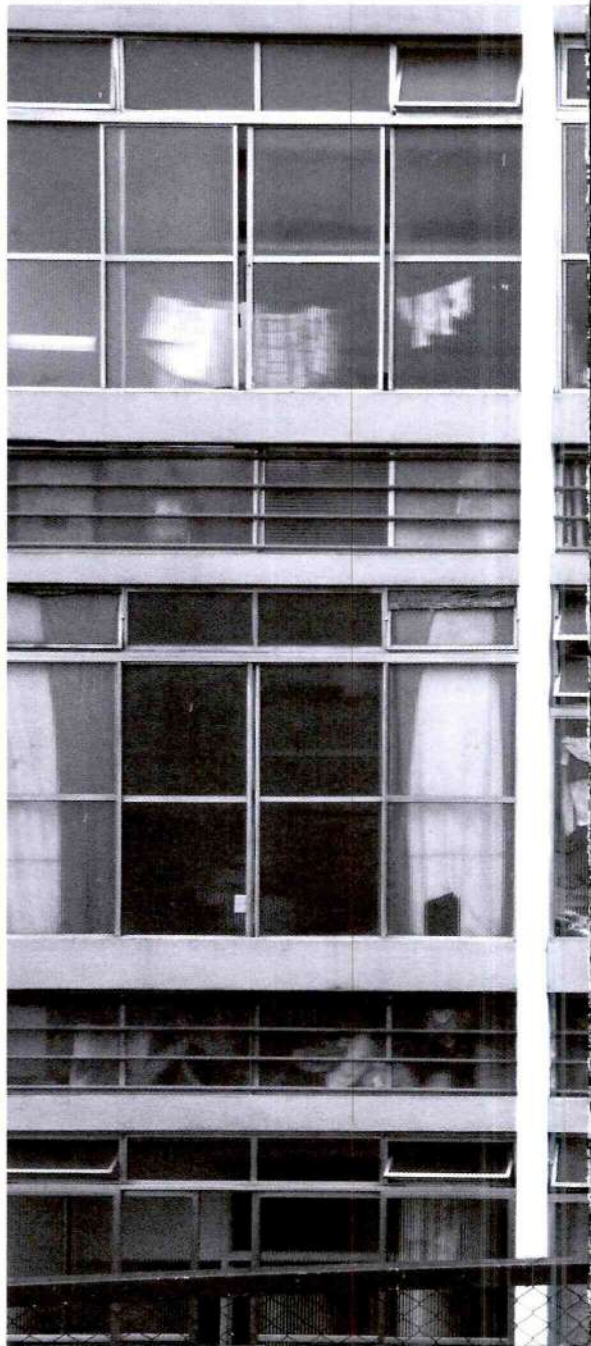
Artigo 24º – A distribuição da REVISTA far-se-á:

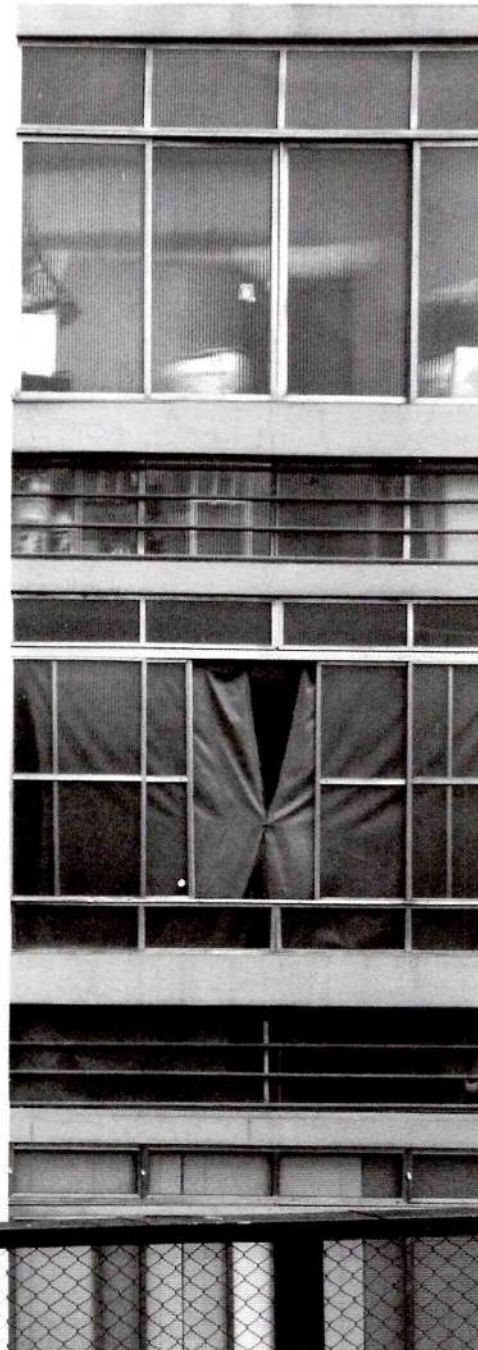
- a) Por doação às bibliotecas das Faculdades e Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- b) Por venda de números avulsos e assinaturas;
- c) Por permuta com revistas nacionais e estrangeiras;
- d) Por distribuição gratuita para fins de propaganda ou outro critério a juízo da Direção.

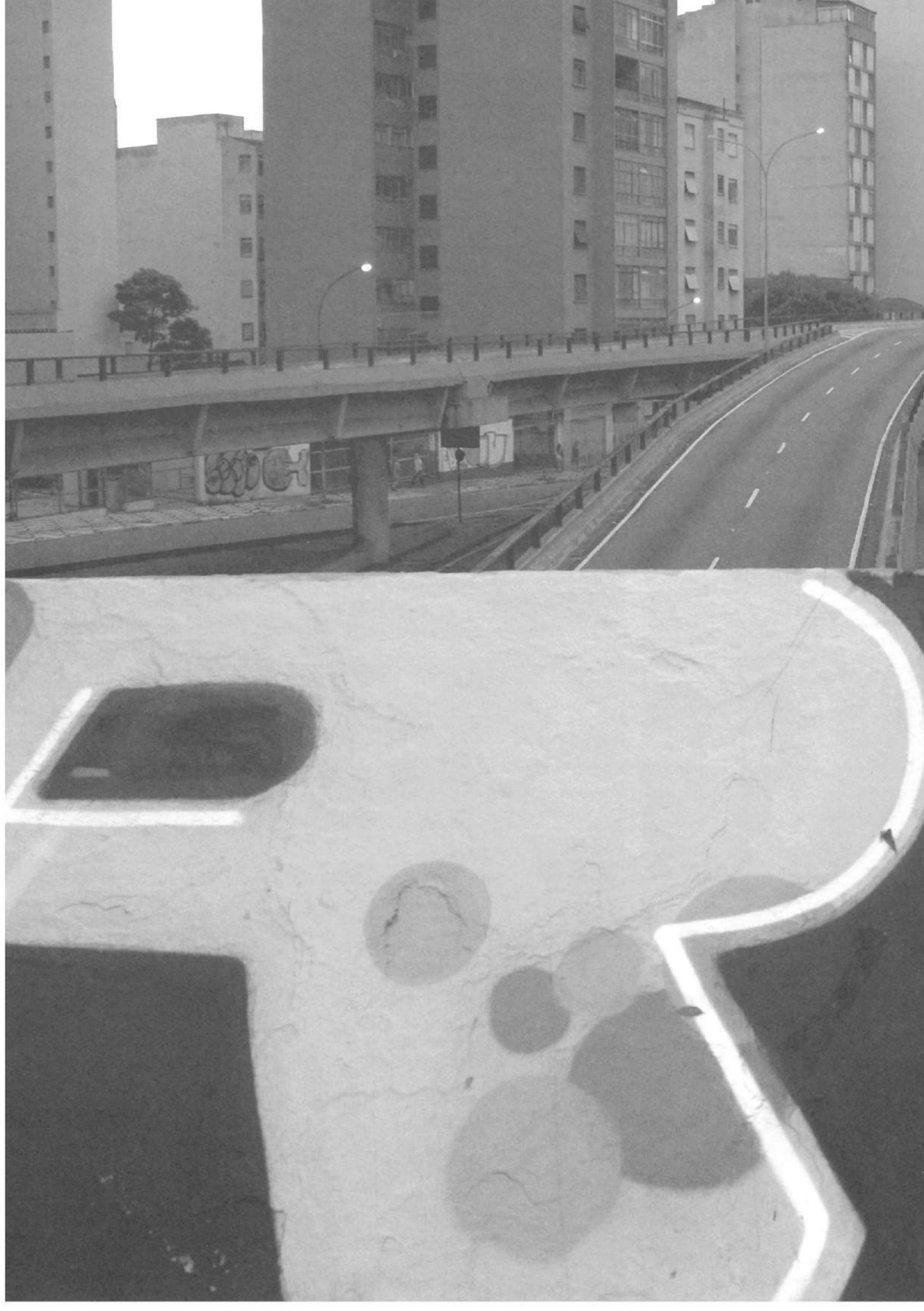
Parágrafo Único – As revistas e livros recebidos por permuta serão incorporados à Biblioteca Setorial do CEATEC da PUC-Campinas.

V- DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25º – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Editor e pelo Conselho Editorial, ouvido, se necessário, o Conselho Executivo.









Xifix.

